

NELSON ALDÁ FILHO

**REORDENAMENTO INSTITUCIONAL:
DESAFIOS DA DOCTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL PARA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO

Osasco

2010

NELSON ALDÁ FILHO

**REORDENAMENTO INSTITUCIONAL:
DESAFIOS DA DOCTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL PARA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Curso de Pós-Graduação – Mestrado em Psicologia Educacional, do Centro Universitário FIEO, para a obtenção do título de mestre em Psicologia Educacional.

Área de concentração: Ensino-aprendizagem.

Linha de pesquisa: Ensino-aprendizagem no contexto social e político.

Orientador: Prof^o. Dr. João Clemente de Souza Neto.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO

Osasco

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Alda Filho, Nelson.

Reordenamento Institucional: Desafios da proteção integral para crianças e adolescentes. Nelson Alda Filho, Osasco, 2010.

1. Reordenamento institucional. 2. Criança e adolescente. 3. Assistência social. 4. Família. I Título. II. SOUZA NETO, João Clemente

NELSON ALDÁ FILHO

REORDENAMENTO INSTITUCIONAL:

DESAFIOS DA DOCTRINA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Aprovado em _____ de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^o. Dr. João Clemente de Souza Neto
UNIFIEO, Osasco, SP

Prof^o. Dr. Roberto da Silva
Faculdade de Educação, USP

Dra. Cleomar Azevedo
UNIFIEO, Osasco, SP

Ao Adilson pela experiência da re inserção após 11 anos de separação da família; ao Fernando, Fernanda e Leandro que me ensinaram pela sua história que o amor supera qualquer obstáculo, mesmo que não o compreendamos.

Aos meninos e meninas acolhidos institucionalmente, que esperam pelas famílias e a vivência na comunidade. Fora dos muros. Seus ensinamentos modificaram a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Nelson Alda (*in memoriam*) e Alice Godoy Alda pelo presente da vida; meus irmãos José Miguel, Ana Lúcia e Antonio Augusto, que contribuíram com a minha formação por meio das infinitas brincadeiras que tivemos na infância.

A Dona Glória, minha primeira professora que me alfabetizou com a Cartilha do Dudu, método pelo qual me emergiu à possibilidade da reflexão, da interpretação e da ideologia particular.

À minha esposa, Marcia Genú, pelo agüente durante essa caminhada da dissertação; admiração pelo trabalho como pedagoga que desenvolve com os adolescentes privados de liberdade há mais de 20 anos. Viviane, graduando-se em Serviço Social, admiração pela determinação no seu projeto de vida. Vinicius, neste momento concluindo o ensino médio e preparando-se para o curso de engenharia civil; quieto, reflexivo, determinado. Amo vocês!

Prof^ª. Dra. Maria de Lourdes Manzini Covre, Prof^ª. Dra. Maria Elisa de Mattos Pires Ferreira, Prof^ª. Dra. Maria Laura Barbosa Franco, Dra. Maria Luiza Puglisi Munhoz, vocês foram fundamentais para que esse desejo pudesse se concretizar a partir da sistematização teórica dos conteúdos desta dissertação; além da convivência com os colegas que trouxeram com seus temas de pesquisa a contribuição de identificarmos as tantas faces que a ciência e a vida nos oferecem.

Considerando a árdua trajetória para que eu aqui chegasse, agradeço com muita satisfação e apreço, à Prof^ª. Dra. Marcia Siqueira de Andrade, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Educacional e ao Reitor Dr. José Cassio Soares Hungria, por acreditarem no meu projeto de pesquisa; tive nos senhores compreensão e apoio: obrigado e admiração!

Prof^º. Dr. João Clemente de Souza Neto, orientador com quem firmei laços de respeito e amizade; por sua experiência fez com que eu percebesse a importância de disponibilizar o conhecimento a serviço do outro. A quem devo o carinho, a persistência e a repactuação com um mundo de direitos, ética e solidariedade. Marcou-me que, logo após os momentos de orientação, saíamos conversando pela rua... no lugar do povo, das ações sobre as quais sistematizávamos. O ato de sair, de andar pelas ruas me ensinou o movimento da desinstitucionalização, que é itinerante, desviante e com percalços. Num desses dias choveu. Tivemos de apressar os passos, correr, mudar a estratégia para não nos molharmos muito e chegarmos ao ponto de táxi; o objetivo. A vida cotidiana é assim; e nela compreendi, pela práxis, que o reordenamento institucional também precisa ser.

Prof^ª. Dra. Cleomar Azevedo (UNIFIEO) e Prof^º. Dr. Roberto da Silva (Faculdade de Educação da USP) agradeço as considerações apresentadas no Exame de Qualificação e as importantes contribuições para a realização desta dissertação. Dr^ª. Cleomar, obrigado pela expressão “lindo” ao ler um episódio cotidiano da Associação Santa Terezinha; associe a sua anotação a um momento muito particular de felicidade. Dr. Roberto, jamais esquecerei o fato de que, quando assumi a coordenação dos trabalhos na Associação Santa Terezinha, convidei-o para visitá-la. Num momento logo após o almoço, entramos num dormitório com aproximadamente 50 adolescentes adormecidos. Eu disse que não concordava com aquela situação imposta e que pretendia mudá-la. O Senhor marejou os olhos e disse: “Você não sabe o quanto isso é difícil”. Aquele momento ainda é intenso nas minhas reflexões.

À Congregação das Filhas de Nossa Senhora Stella Maris que me confiou a responsabilidade de orientar o Projeto de Reestruturação na Associação Santa Terezinha. Com especial carinho pela Ir. Bernadete (Maria Cândida Metidieri), Madre Superiora, que me ensinou com o seu silêncio, pela Ir. Maria Lúcia de Souza, que sempre esteve presente nas ações difíceis, fazendo o elo com as outras associadas. E a Ir. Cecília Marta, pelo carinho, afeto com as crianças e adolescentes.

A Dom Luciano Mendes de Almeida (*in memoriam*) que nos apoiou nos momentos mais difíceis e nos orientou pelos caminhos da sua sabedoria e experiência profética. E, à Pastoral do Menor do Regional

Sul 1, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que fez com que eu compreendesse o sentido da mística, do projeto político e da ação com crianças e adolescentes.

A Elisabete Rosa pela perseverança e crença de que a alteração da realidade de atendimento nesta entidade poderia acontecer; já foi dado um importante passo com sua orientação técnica. E, a Lucilene Rosa, assistente social com quem dividi dúvidas e possibilidades durante a intervenção judicial na entidade. A metodologia operativa que construímos naquele momento propiciou que eu cada vez mais acreditasse no trabalho realizado em equipe.

Ao meu querido amigo e “escudeiro”, Elias Pimentel, que, além de auxiliar nas reflexões dessa dissertação, organizou as atividades técnicas da Associação sempre acreditando que o que construímos com dificuldade, trará no momento seguinte, a alegria e a festa.

E, finalmente, ao time que participou efetivamente do Projeto de Reestruturação: Rosângela Barbosa Moreira, Karina Oliveira Destro, Wagner Santos de Paula, Viviane Rosa, Anderson Fidelis da Silva, Ir. Amanda Mota, Amanda Aparecida Sanches, Amanda Alves Queirós, Janaína Cristina Galvão da Silva, Andréia Aparecida Sanches Pereira de Souza, Carlos Roberto Ribeiro Pronestino, Renata Simionato, Érica Aleixo Oliveira Silva, Eliana Lopes Félix, Maria Suzete Casellato, Maíra Cury Santana, Maria Angélica de Castro Comis. Vocês são inesquecíveis!

RESUMO

ALDA FILHO, Nelson. **Reordenamento Institucional**: desafios da doutrina de proteção integral para crianças e adolescentes. 2010. 225f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Educacional) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia Educacional, Centro universitário FIEO, Osasco.

A intenção ecológica desta dissertação é compreender e problematizar a metamorfose de abrigos que acolheram crianças e adolescentes no século XX, promovida pela passagem da doutrina de situação irregular à doutrina de proteção integral. Do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) emerge o paradigma da convivência familiar e comunitária como pilar para a formulação e execução do reordenamento institucional por meio de políticas sociais desse segmento. A pesquisa será orientada pela etnografia, visando dar voz aos sujeitos e agentes do processo histórico. O propósito de utilizar este método é capturar os significados que perpassam a vida social e a cultura desta organização social, por meio da observação, da convivência diária, da habilidade em apreender o que está sendo comunicado e da empatia com o grupo social. A pesquisa foi realizada na Associação Santa Terezinha, localizada no município de Carapicuíba, SP, compreendendo o período de 1915 a 2008. Na análise da dinâmica e reflexão sobre a história dessa organização social identificamos que sua matriz permanece segundo a perspectiva da “vigilância” proposto pelo Código de Menores de 1927, da “eugenia” como preocupação médico-social higienista, assistencial e institucional. No ano de 2004 houve a intervenção do Poder Judiciário com a determinação da Ordem de Serviço, para que a organização social cumprisse os princípios do artigo 92 do ECA e preparasse um projeto de reestruturação do atendimento, e interpôs a necessidade da desinstitucionalização com base no protagonismo da família e da convivência comunitária. A crise mobilizou as associadas, a equipe técnica da organização social e o sistema de garantia de direito construindo um diagnóstico e promovendo a decisão pela transição e as perspectivas de projetos vindouros, por meio do Projeto de Reestruturação do Atendimento da Associação Santa Terezinha fundamentado no Direito à Convivência Familiar e Comunitária. Da reflexão sobre o relacionamento histórico da lei com a cultura, da organização social com a família, e da ação do sistema de garantia de direito emerge a urgência do reordenamento institucional que promova ações políticas de responsabilidade dos poderes públicos e sociedade civil local, com os pressupostos da descentralização política e administrativa.

Palavras-chave: Reordenamento institucional; criança e adolescente; assistência social; família.

ABSTRACT

ALDA FILHO, Nelson. **Institutional reordering**: integral protection doctrine challenges for children and adolescents. 2010. 225s. Thesis (MA in Educational Psychology) – Postgraduate Course in Educational Psychology, Centro universitário FIEO, Osasco.

The ecological intention of this dissertation is to understand and argue about the metamorphosing of shelters which received children and adolescents, during the 20th century, promoted moving from the doctrine of irregular situation to the doctrine of integral protection. From the Child and Adolescent Statute (*Estatuto da Criança e do Adolescente* or *ECA*) and from the Organic Law of Social Assistance (*Lei Orgânica da Assistência Social* or *LOAS*) emerges the paradigm of familial and communal coexistence as a pillar for the formulation and implementation of institutional reordering through social politics of these segment. The research is ethnographically oriented, aiming to give voice to subjects and agents of the historical process. The purpose of using this method is to capture meanings of the social life and the culture of this social organization, through observation, daily coexistence, ability to learn what is being communicated and empathy with the social group. The research was conducted at the *Associação Santa Terezinha*, located in the municipality of Carapicuíba, SP, comprising the period from 1915 to 2008. Considering the history of this social organization and analysing its dynamics, we identify that its matrix remains following the prospects of “surveillance” proposed by the *Código de Menores* of 1927, of “eugeny” as sociomedical hygienist, assisting and institutional concern. In 2004, the Judiciary determined through a Service Order the social organization to fulfill all obligations concerning the principles of the *ECA*’s article 92, and to prepare a project restructuring assistance, and interposed the necessity of de-institutionalization based on family protagonism and communal coexistence. This crisis mobilized the associates, the social organization’s technical team and the system of guarantee of rights building a diagnostic and forwarding the decision on transition and the prospectives of futur projects through the Restructuration Project of Assistance of the *Associação Santa Terezinha* founded on the Right to Familial and Communal Coexistence (*Projeto Reestruturação do Atendimento da Associação Santa Terezinha. Direito à Convivência Familiar e Comunitária*). Reflections on the historical relationship between law and culture, on social organization and family, and on actions of the guarantee of rights system interpose the urgency of institutional reordering intending to promote responsible political actions from public authorities and the local civil society, based on political and administrative decentralization.

Keyword: Institutional reordering; child and adolescent; social assistance; family.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Pensamento Assistencial Brasileiro, Legislação e Presidentas da Associação Santa Terezinha.....	80
Tabela 1	Estatística dos asilados. Asilo Santa Terezinha. O Estado de São Paulo.....	82
Tabela 2	Quantidade e sexo.....	83
Tabela 3	Tempo de permanência.....	86
Tabela 4	Reintegração familiar.....	95
Tabela 5	Reinserção comunitária.....	98
Tabela 6	Reinternação em serviço específico.....	100
Tabela 7	Responsabilidade do superintendente.....	103
Gráfico 1	Sexo.....	83
Gráfico 2	Tempo de permanência.....	87
Gráfico 3	Reintegração familiar.....	95
Gráfico 4	Reinserção comunitária.....	98
Gráfico 5	Reinternação em serviço específico.....	101
Gráfico 6	Responsabilidade do superintendente.....	103
Figura 1	D. Margarida Galvão na visita ao hospital Guapira.....	49
Figura 2	Litografia da Planta do Preventório Santa Terezinha.....	50
Figura 3	Preventório Santa Terezinha em construção.....	51
Figura 4	Cena do cotidiano. Berçário Associação Santa Terezinha.....	55
Figura 5	Natal em Carapicuíba.....	56
Figura 6	Festa no Sanatório de Gopouva.....	57
Figura 7	D. Margarida Galvão.....	58
Figura 8	Obra benemérita de D. Margarida Galvão: o Educandário Santa Terezinha.....	59
Figura 9	Obra benemérita de D. Margarida Galvão: a Creche Carolina Motta e Silva.....	60
Figura 10	Obra benemérita de D. Margarida Galvão: o Educandário Santa Terezinha.....	60
Figura 11	Obra benemérita de D. Margarida Galvão: o Departamento de Egressos Centro Social São José.....	61
Figura 12	Obra benemérita de D. Margarida Galvão: O Educandário Santa Terezinha.....	62
Figura 13	A Associação ajuda crianças sem lar.....	68
Figura 14	Vista aérea da Associação Santa Terezinha.....	90
Figura 15	Cena do cotidiano. Berçário Associação Santa Terezinha.....	95
Figura 16	Cena do cotidiano. Visão pela janela.....	93
Figura 17	Mesa de refeição.....	122
Figura 18	Acolhimento Institucional D. Margarida Galvão.....	132
Figura 19	EMEI Madre Gilda Tatasciore.....	133
Figura 20	Armazém Cultural Ir. Paolina Doninelli.....	134

LISTA DE SIGLAS

AGES	Associação Civil Gaudium et Spes
AiBi	Associazione Amici dei Bambini
CAPSI	Centro de Atendimento Psicológico Infantil
CEAS	Conselho Estadual de Auxílio e Subvenções
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRECA	Centro de Recepção e Encaminhamento de Crianças e Adolescentes
CT	Conselho Tutelar
DPL	Departamento de Profilaxia da Lepra
DT-2	Divisão Técnica 2 - FEBEM-SP
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECRO	Esquema, Conceitual, Referencial e Operativo
EEPG	Escola Estadual de Primeiro Grau
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
FEBEM-SP	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - São Paulo
FMU	Faculdades Metropolitanas Unidas
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
GAASP	Grupo de Apoio à Adoção do Estado de São Paulo
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MORHAN	Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase
ONU	Organização das Nações Unidas
PRO-MENOR	Fundação Paulista de Promoção do Menor
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica - São Paulo
SAC	Serviço de Ação Continuada
SAM	Serviço Nacional de Assistência de Menores
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
UNIBAN	Universidade Bandeirantes
UNIFIEO	Centro Universitário FIEO
USP	Universidade de São Paulo
VIJ	Vara da Infância e da Juventude

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A INTENÇÃO ECOLÓGICA DA PESQUISA.....	19
2.1	ASPECTOS TEÓRICOS DO REORDENAMENTO INSTITUCIONALN.....	19
2.2.	PARADIGMAS JURÍDICOS DO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SÉCULO XX NO BRASIL.....	27
3	DINÂMICA E REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA.....	47
3.1	CENÁRIO DO SURGIMENTO.....	48
3.2	CONTEXTO DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.....	62
3.3	CONCRETUDES DA DOCTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR.....	70
3.4	A TRANSFORMAÇÃO JURÍDICA E A DECISÃO PELA TRANSIÇÃO.....	74
4	DIAGNÓSTICO: BASE DA INTERVENÇÃO.....	80
4.1	ESCUTANDO O SUJEITO DO ATENDIMENTO.....	89
4.2	JUSTIFICATIVAS DO MOVIMENTO COTIDIANO.....	93
4.2.1	REINTEGRAÇÃO FAMILIAR.....	94
4.2.2	REINSERÇÃO COMUNITÁRIA.....	97
4.2.3	REINTERNAÇÃO EM SERVIÇO ESPECÍFICO.....	99
4.2.4	RESPONSABILIDADE DO SUPERINTENDENTE.....	102
4.3	MOVIMENTO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	104
5	A EMERGÊNCIA DO NOVO NO VELHO.....	107
5.1	CONSTRUÇÃO DOS PARADIGMAS DO DIREITO.....	108
5.2	UTOPIA POSSÍVEL.....	123
5.3	VENTOS DE MUDANÇA.....	130
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	142
	APÊNDICE	151
	ANEXO 1.....	221
	ANEXO 2.....	222
	ANEXO 3.....	223
	ANEXO 4.....	227

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é o processo do reordenamento institucional na Associação Santa Terezinha, localizada na cidade de Carapicuíba, SP, que cuida de crianças e de adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, na modalidade do acolhimento institucional. A organização social foi fundada em 1915, portanto, antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), e ainda hoje mantém acentuados aspectos da cultura da doutrina da situação irregular, contidas no Código de Menores (1927 e 1979).

A partir do ano de 2004 o reordenamento institucional vem sendo efetivado a partir de determinação judicial por meio de uma Ordem de Serviço da Vara da Infância e da Juventude (VIJ) da Comarca de Carapicuíba, assumindo sua identidade com o conceito do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária.

O acolhimento institucional tinha 279 crianças e adolescentes, desrespeitando o artigo 92 do ECA, o movimento social pela infância e juventude que refletia por meio do Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a construção do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária.

O reordenamento institucional se constitui em um novo paradigma na política social que deve ser incorporado por toda a rede de atendimento no país. Reordenar o atendimento significa reorientar as redes pública e privada, que historicamente praticaram o regime de abrigamento, para se alinharem à mudança de paradigma proposto. Este novo paradigma elege a família como a unidade básica da ação social e não mais concebe a criança e o adolescente isolados de seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2006, p. 67).

A Ordem de Serviço nos indicou para a função de técnico de confiança do Juízo na função de coordenar a elaboração do projeto, com a participação dos representantes da Organização Social e do Ministério Público. O processo tinha como perspectivas duas bases: os registros internos das práticas institucionais e os externos pertencentes a VIJ, preservado nestes, o segredo de justiça.

Na trajetória de 93 anos houve a alteração das legislações; a tentativa de aperfeiçoamento das estratégias do atendimento; e o relacionamento nos âmbitos psicossocial,

sociodinâmico, institucional e comunitário. A organização social também fazia parte desse movimento, apresentando-se, em diversas situações, anacrônica, ensimesmada e com deficiente relacionamento jurídico/institucional, dramatizando, *in loco*, a síntese do movimento e do interesse da sociedade. O funcionamento favorecia o controle e a vigilância, inadequados para um trabalho de cunho educativo com crianças e adolescentes. A isso se sobreponham o interesse pela conservação e pela manutenção física do equipamento, considerando a finalidade e a dinâmica de atendimento da fundação. A sensação de impessoalidade e de segregação podia ser observada nas características arquitetônicas, nas crianças e nos adolescentes, nas famílias, nos colaboradores e no Sistema de Garantia de Direitos.

A estrutura organizacional, burocrático-administrativa, estava distribuída de tal modo que reproduzia o movimento de uma cultura de confinamento, numa situação em que se perdia significativamente a possibilidade de resgatar o sentido das ações, dos acontecimentos e do cotidiano.

Durante a elaboração do Projeto de Reestruturação deparamo-nos com intensos questionamentos e intervenções de vários setores da Sociedade, Poder Executivo e Legislativo, empresários e comunidade, preocupados com o fim da atividade. Os argumentos discorriam sobre a capacidade de atendimento e o modelo pedagógico que, se alterados, modificariam a sua função histórica. Essa fundamentação demonstrava o interesse ideológico pela manutenção de uma política de atendimento já superada no Brasil.

As experiências da práxis desse período fizeram com que dedicássemos esse Projeto à criança e ao adolescente. O sentimento e o desejo pela alteração daquela realidade estão contidos na frase que escrevemos a partir de uma experiência pessoal, rica em significados e significantes, com um dos adolescentes, sobre a qual falaremos nas páginas posteriores.

Às crianças e aos adolescentes que acreditam na semente que cai ao entardecer; e renascem, no dia seguinte, com o sorriso tímido e o abraço forte, verdadeiro! Emoção... Vida!"(PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO, 2004).

O Projeto de Reestruturação foi concluído e protocolado na primeira quinzena de janeiro de 2005, cessando a intervenção da VIJ. O Projeto intitulado Cidadania: Direito à Convivência Familiar e Comunitária apontava as diretrizes de um plano de ação com a autonomia de aplicação pela organização social nos anos vindouros.

Essa vivência imbricada nos mecanismos institucionais e suas interfaces com as

peças (coletivizadas, massificadas), nos conduziram à tentativa de sistematizar as experiências do reordenamento institucional tendo por parâmetro a trajetória profissional junto das crianças e adolescentes acolhidos, com o fim de transformá-la em tema de pesquisa na forma de um texto etnográfico.

A quantidade de acolhimentos, a rotina mecanizada, a ausência do diálogo, o precário chamamento das pessoas pelo nome, a crença na família institucional em detrimento da biológica, parental ou adotiva e a insegurança dos jovens que completariam a maioridade civil, dentre outras questões, nos levaram a refletir sobre esse modelo de atendimento.

A constatação dessa realidade nos remeteu à negatividade e à estagnação. A inquietação nos lançou à construção de uma hipótese do que acontecera nessa organização social para que as pessoas (crianças, adolescentes, famílias, dirigentes, autoridades, Sistema de Garantia de Direitos) continuassem com práticas semelhantes às da sua fundação.

A pesquisa de campo foi o outro desafio. Os documentos e a realidade cotidiana são complexos. Os documentos, além de deterem as informações sobre o atendimento previsto nas legislações, também mantinham a intenção de contemplar o modelo higienista da profilaxia da lepra, no sentido curativo e social. A organização dos prontuários, dos livros, dos registros, enfim, fizeram com que procurássemos sustentação em pesquisas para alcançarmos o agüente necessário para podermos manter certo distanciamento daquilo que observávamos. A estratégia que nos auxiliou foi a construção de uma oficina de estudos sobre a História do Brasil, da Colônia à República, para podermos nos situar nesse universo de dados e recursos de análise, com os fundamentos desse atendimento prioritariamente no século XX. Essa experiência transformou nossas vidas.

Desde o momento em que iniciamos esse trabalho percebemos e exercitamos a necessidade do afastamento do campo de pesquisa. Esse desafio nos provocou desconfortos, retomadas incessantes ao ponto de partida e reflexão contínua, nos indicando estratégias e possibilidades de observação. Esse movimento dialético justifica-se pela identificação de que nossas trajetórias profissionais apresentam-se, por vocação, imbricadas nesse cenário.

No contexto do pesquisador em campo, da reflexão da crise do modelo institucional, da necessidade do diagnóstico e da decisão pela transição diante da contraposição dos paradigmas do Código de Menores ao ECA, surge o problema da pesquisa. Uma organização

social, quase centenária, pode, quer ou consegue lançar-se na era do direito? Quais são os limites e as possibilidades para essa ação? Como o Sistema de Garantia de Direitos tem tratado as organizações sociais que se propõem a realizar o processo de reordenamento institucional, em especial aquelas com fundação anterior ao ECA?

Esse modelo de acolhimento institucional parecer estar permeado de uma violência silenciosa, o que nos levou a nos atentarmos para o alerta que as crianças, os adolescentes e as famílias vêm manifestando cotidianamente, durante muitas décadas. A oposição a essas imitações seculares de atendimento precisa ser observada pelos dirigentes, autoridades e sociedade, enfim, pelo Sistema de Garantia de Direitos.

O Projeto de Reestruturação vem demonstrando a necessidade de um movimento de ratificação e retificação estabelecido por meio da didática interdisciplinar e do ordenamento legal e ideológico, na práxis cotidiana, com base na psicologia social, refletindo sobre qual a noção de vínculo estabelecida por esses sujeitos, ontem e hoje.

Essas pessoas não são simplesmente folhas esquecidas nos arquivos, repletas de ácaros e poeira, mas vidas de pessoas, histórias reais. O homem e a mulher são seres de necessidades. O acolhimento, em qualquer situação histórica, tem a intenção de oferecer alimentação, vestimenta, educação e abrigo; se essas provisões não são realizadas pelos seus pais ou famílias, por impossibilidade sua (mau-trato físico, abuso sexual intrafamiliar, orfandade, etc.) ou desejo e incapacidade do outro, (acolhimento prolongado por situação de pobreza da família; a ausência de políticas públicas, as internações compulsórias do século passado, etc.) a institucionalização é certa. A sociabilidade se realiza na convivência entre as pessoas. Essas estruturas é o que pretendemos discutir e problematizar os conceitos estereotipados de convivência interpessoal existentes no período da institucionalização.

Para conhecer a realidade da trajetória do atendimento, que é o foco da pesquisa, buscamos informações nos prontuários arquivados, nas atas da diretoria, nas reportagens jornalísticas e nos documentos. Esse conteúdo existe sem que houvesse qualquer participação ativa do pesquisador. O diálogo foi estabelecido por meio desse material coletado e integrado ao ambiente descrito, considerando suas especificidades e suas características diante das ideologias assistenciais, das gestões das presidentas, a partir do ordenamento jurídico do século passado.

As caixas de arquivo estão organizadas por ordem de entrada da criança e do adolescente na instituição e os prontuários são individuais. A partir de 2005 os arquivos foram organizados por data de saída e estão arquivados por grupos de irmãos. Cada prontuário registra as informações sobre irmãos, caso tenham sido acolhidos na entidade, pois há casos de acolhimentos em outras organizações sociais. Os prontuários das meninas são rosa e os dos meninos, azuis; essa prática alterou-se na década de 1980. Os documentos estão em estado razoável de conservação, apresentando muito material metálico que está comprometendo sua existência e função histórica. Que esse trabalho também possa sensibilizar e sugerir aos pesquisadores a preservação do acervo para futuras pesquisas acadêmicas e a complementação dos dados da historiografia da criança e do adolescente no Estado de São Paulo.

Os prontuários contêm uma ficha social, a partir das quais se organizou um banco de dados onde constam campos com o nome, a data de nascimento, o nome da mãe, o nome do pai, o nome dos irmãos, a data de acolhimento, a data da saída, o motivo da saída e o número da caixa de arquivo. Somente nos casos em que faltavam informações nessa ficha é que foram manuseados os outros documentos e, não havendo o registro, aparece a notação sem informação – S/I. A coleta foi organizada por décadas, considerando a data de acolhimento inicial.

A coleta de dados foi organizada por décadas e dividida em três períodos, compreendendo do ano de 1927 ao ano de 2008. O critério de análise tem pressupostos nas ideologias assistenciais, nas legislações e nos mandatos das presidentes.

Nos arquivos existem 4.309 prontuários que são correspondentes a 4.375 crianças e adolescentes institucionalizados; na análise do banco de dados identificamos prontuários da mesma pessoa em datas diferentes, o que supõe a entrada e saída da mesma pessoa por mais de uma vez da instituição. Por meio de relatos verbais fomos informados, sem identificar os critérios para a seleção, de que no início da década de 1980 houve a necessidade da recuperação e da organização dos prontuários que estiveram guardados em lugares impróprios durante muitas décadas. Possivelmente houve perda, danificação e prejuízo eventual desses documentos.

A quantidade de crianças e adolescentes acolhidos foi expressa por meio da conferência do número de prontuários existentes no arquivo. A correspondência com o sexo dos acolhidos ocorre por meio da identificação e separação dos prenomes femininos e

masculinos.

O tempo de permanência foi observado considerando-se o ano do acolhimento e o ano de saída; foram considerados os dias e meses desses registros; identificando os valores por aproximação. A tabela apresentará a possibilidade de saída com menos de um ano (zero) até trinta anos.

Os motivos das saídas irão dimensionar no campo da investigação a ideologia institucional no cuidado com crianças, adolescentes e famílias. Os motivos das saídas orientam os destinos determinados pelas autoridades ou responsáveis. A partir dos motivos apresentados nos prontuários nós os classificamos, num primeiro momento, da seguinte forma: família biológica; família extensa; outras pessoas; adoção; tutor; casamento; reintegração à sociedade; hanseníase; remoção; contratado; saída não autorizada e óbito.

Essa classificação demonstra interações, entre vivências dos pesquisadores com situações cotidianas, que partem da necessidade de ressignificar o acolhimento; identificar-se com sua prole; identificar a sua origem; agregar (ou agregar-se) ao núcleo familiar; inserir-se no mercado de trabalho e na comunidade; requerer benefício aos pais internados compulsoriamente pela hanseníase; pleitear benefício indenizatório às crianças afastadas dos pais por meio de movimento organizado.

Do processo dessa interação, na sistematização do agrupamento por aproximação dos objetivos institucionais, nós identificamos as seguintes categorias: 1) Reintegração familiar (família natural e extensa; outras pessoas; adoção; tutor; casamento); 2) Reinserção comunitária (reintegrado à sociedade); 3) Reinternação em hospitais colônias, asilos, educandários, preventório, sanatório (hanseníase e transferência); 4) Responsabilidades do mantenedor (contratado, saída não autorizada, óbito e sem informação - S/I).

A dissertação será apresentada em quatro capítulos. A tentativa de organização não foi tarefa fácil. Os assuntos estão intimamente correlacionados e com vastas informações que nos instigaram a muita pesquisa para fundamentar o nosso tema. A leitura dos autores e da legislação, começando com os do início do século passado e assim sucessivamente, foi fundamental para que pudéssemos entender o clima daquele momento e não interferir no seu conceito de época.

O primeiro capítulo contextualiza os aspectos teóricos que farão a reflexão e proposição das possibilidades para se desinstitucionalizar e desideologizar o conceito da “vigilância” e da medida de proteção “abrigo”, reordenando-o para a do “acolhimento

institucional”, e as ideologias, as técnicas e as legislações pertinentes ao período do atendimento da organização social (1915 a 2008). O foco será a reflexão do universo holístico, numa postura dialética com a cultura institucional; contrapondo os paradigmas do Código de Menores (1927), do Novo Código de Menores (1979) e do ECA (1990).

O segundo capítulo apresentará a dinâmica e a reflexão sobre a história da Associação Santa Terezinha. Na investigação sobre a organização social procuramos situar o cenário social, suas concepções e críticas que levaram à crise do modelo e à decisão pela transição na forma de atendimento, por meio da intervenção do Poder Judiciário.

O terceiro capítulo trará a sistematização da coleta de dados nos 4.309 prontuários revelando as relações e interações ocorridas no interior da organização social e suas interfaces com a Justiça, a Política de Assistência Social e o Sistema de Garantia de Direitos, num foco micro e macroinstitucional. Nessa leitura serão apresentados, numa caracterização histórica, os desafios que o reordenamento institucional apresenta à Doutrina de Proteção Integral e, fundamentalmente, aos seus responsáveis.

O quarto capítulo tratará dos aspectos práticos do reordenamento institucional previsto pelo Projeto de Reestruturação do Atendimento, o modelo aplicado, os resultados obtidos e as perspectivas. O pano de fundo é a apresentação do imprescindível movimento de ratificação e de retificação, por meio da didática interdisciplinar. Os 93 anos de história foram percorridos por centenas de pessoas. Os mecanismos perversos e as experiências anacrônicas começam a ser identificadas, discutidas, divulgadas e modificadas; no compromisso de contemplação, análise histórica e persistente investimento no reordenamento das práticas institucionais.

O quinto capítulo discorrerá sobre as ações da Ordem de Serviço indicada pelo Poder Judiciário e as ações operativas transcorridas no processo de reestruturação do atendimento. Estas ações indicaram a utopia na centralidade da convivência familiar e comunitária e os parâmetros de mudança no cotidiano de atendimento.

A cada aproximação com os conteúdos da pesquisa fomos levados ao entusiasmo e à inquietação diante de tantos conteúdos. A cada descoberta nos sentíamos contemplados com as respostas. Porém, a análise nos desvelava outros problemas na pesquisa e outros aspectos aos problemas que determinamos.

Os sentimentos de entusiasmo e desilusão, segurança e medo, pertença e solidão determinaram todo o processo da implantação do Projeto de Reestruturação e desta pesquisa.

Esta dialética vivida em nossos corpos, como pensa Foucault, nos auxiliou a entendermos os pressupostos teóricos da pesquisa.

Que a leitura desta dissertação possa concernir ao leitor, principalmente aos operadores do direito de crianças e adolescentes, a crítica, o desejo de que a pedagogia social e o Sistema Único de Assistência Social nos impulsionem ao necessário reordenamento institucional. Queremos nestas páginas apresentar-lhes alguns aspectos dessa possibilidade, fortalecidos de que “etnólogos não estudam aldeias, mas em aldeias” (PEIRANO, 1991, p. 12).

2 A INTENÇÃO ECOLÓGICA DA PESQUISA

A instituição Associação Santa Terezinha trás histórias de muitas pessoas, nós ficamos imaginando o que fazer com elas. Nós compreendemos a importância de articulá-la nesta pesquisa, com fundamentos nas teorias etnográficas, capazes de estudar a cotidianidade da organização social.

A tentativa é evitar as “sobreinterpretações” e “literalizações”, como nos alerta Goldman, que são as principais estratégias dos poderes constituídos, emergindo as situações do cotidiano, que se apresentam silenciosas e tímidas, vislumbrando a imperativa necessidade da convivência familiar e comunitária como pilar do que deve ser considerado na vida das pessoas.

O espaço e o tempo determinados identificarão a relação ecológica, ou dialética, da entidade e dos atores sociais refletindo sobre o relacionamento das matrizes ideológicas enquanto fenômenos coletivos.

Nessa perspectiva libertadora organizamos esta dissertação sobre o desenvolvimento, as relações e adaptação das crianças e adolescentes nesta organização social e o desenvolvimento de possíveis sistemas de organização social que indiquem o reordenamento institucional, melhorando a vida das pessoas e da comunidade.

2.1 ASPECTOS TEÓRICOS DO REORDENAMENTO INSTITUCIONAL

A teoria aqui desenvolvida considera a história do atendimento e a vivência do pesquisador na realidade desta organização social.

Uma teoria etnográfica [...] emprega os elementos muito concretos coletados no trabalho de campo – e por outros meios – a fim de articulá-los em proposições um pouco mais abstratas, capazes de conferir inteligibilidade aos acontecimentos e ao mundo (GOLDMAN, 2006, p. 171).

O sistema de significações do atendimento da Associação Santa Terezinha está contida nos documentos internos pesquisados, na observação do cotidiano, bem como baseada no livro-relatório “O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e

adolescentes no Brasil”, sob as perspectivas a) da natureza institucional; b) do tempo de funcionamento e c) da capacidade de atendimento:

Isso demonstra que as entidades não-governamentais são atores relevantes na implementação das políticas de proteção especial à infância e à adolescência. A predominância desse tipo de entidade na prestação de serviço de abrigo reforça ainda mais a responsabilidade do poder público – federal, estadual e municipal – no cumprimento de seu papel de coordenar um sistema, com vistas à efetiva implementação de uma política de proteção especial conforme prevista no ECA, bem como na garantia do apoio técnico e financeiro necessário às ações realizadas pela sociedade civil (ANDRADE DA SILVA, 2004, p. 75).

[...] no grupo de abrigos criados antes da promulgação do ECA, encontram-se instituições bastante antigas: três (0,5%) anteriores à década de 1920, 23 (3,9%) que foram criadas entre 1920 e 1949, e 68 (11,5%) fundadas entre os anos de 1950 e 1969 (ANDRADE DA SILVA, 2004, p. 81).

Por fim, cabe esclarecer que os 24 maiores abrigos em número de crianças e adolescentes atendidos (mais de 100) assim se distribuía: 11 abrigos no Nordeste (9,8% do total da região), sete abrigos no Sudeste (2,5% do total da região), quatro abrigos no Centro-Oeste (9,8% do total da região) e dois abrigos no Sul (1,6% do total da região) (ANDRADE DA SILVA, 2004, p. 85).

A organização social está implicada nessas afirmações por ter sido alvo direto da pesquisa ao receber do governo federal os recursos do Serviço de Ação Continuada - SAC. Com essas observações nós identificamos que a entidade fazia parte dos índices dos estudos organizados e publicados e se abstinha dessas informações. Intuímos então, que os dados empíricos a serem analisados estavam numa inter-relação dialética com os pesquisadores.

Os dados empíricos oferecem a possibilidade que se possa revelar, não ao pesquisador, mas no pesquisador, aquele ‘resíduo’ incompreensível, mas potencialmente significativo, entre as categorias apresentadas pelos informantes e a observação do etnógrafo, inexperiente na cultura estudada e apenas familiarizado com a literatura teórico-etnográfica da disciplina (PEIRANO, 1991, p. 7).

Nós postulamos que o pesquisador pode fazer educação numa dialética entre a teoria e a prática, porque ela é a “relação ecológica entre os vários atores sociais ou grupos numa comunidade ou instituição, movimento histórico vivenciado pelos atores sociais num determinado espaço e tempo” (MATTOS, 2001, p. 6). E para isso, o trabalho planejado e sistematizado, precisa caracterizar-se pela identificação da história institucional coletiva, convertendo-a num instrumento de reflexão para poder transformá-la em realidade aplicada no cotidiano do direito da criança e do adolescente no Brasil. A sistematização desse conhecimento procurará “explicar razoavelmente (no sentido de explicitar) um número relativamente grande de coisas por meio da observação participante” (GOLDMAN, 2006, p. 170). A observação participante tem como referência o panorama do Pensamento Assistencial Brasileiro.

FILANTRÓPICO-HIGIENISTA. A intensa imigração estrangeira para o Brasil suscitou a criação de diversas sociedades científicas, que trabalham, sobretudo, no controle das doenças epidêmicas e na ordenação dos espaços públicos e coletivos, inclusive escolas, internatos e prisões. Nesse período deu-se a supremacia do médico sobre o jurista no tratamento dos assuntos referentes ao amparo à criança. Data dessa época, também a criação da legislação sanitária estadual e municipal. As amas-de-leite, contratadas e pagas para isso, eram as principais agentes a dar encaminhamento aos expostos, criando-os, oferecendo-os a outras famílias ou simplesmente enterrando-os quando faleciam.

ASSISTENCIAL. Fase em que se deu a aprovação do primeiro Código de Menores, a desativação da Casa dos Expostos e a criação e regulamentação, por parte do poder judiciário, do Juizado de Menores e de todas as instituições auxiliares configurando o Estado como responsável legal pela tutela sobre o exposto até os 18 anos de idade. A tônica do atendimento à criança, já internada, passa a ser o oferecimento de uma oportunidade para trabalhar.

INSTITUCIONAL. Criação da FUNABEM, em nível federal, e das unidades estaduais da FEBEM, dentro do espírito da Doutrina de Segurança Nacional e promulgação do Código de menores de 1979. Introdução do militarismo, do militar e da disciplina militar dentro dos internatos e o encaminhamento dos ex-menores, preferencialmente, para o serviço militar e para trabalharem em órgãos públicos.

DESINSTITUCIONALIZAÇÃO. No espírito do “desmonte do entulho autoritário”, a Constituição Federal estabeleceu diversos dispositivos legais para inibir as arbitrariedades do Estado sobre o cidadão. Para a proteção dos direitos da criança, a Constituição impôs a regulamentação do seu artigo 227, do qual se originou o ECA, abrigando sob sua tutela não mais apenas a criança em situação social de risco, mas toda “pessoa em fase de desenvolvimento”, até os 18 anos de idade. Em termos de mudança de cultura e de mentalidade, a criação do ECA significou a transferência da tutela da criança e do adolescente para a sociedade civil, através dos conselhos tutelares. Subsiste ainda a parcela de poder e de responsabilidade do Poder Judiciário, através da criação dos juízos da infância e da juventude e da subordinação dos conselhos tutelares a eles. (SILVA, 1997, p. 34 a 36).

Ao realizarmos o levantamento da bibliografia necessária para este estudo, constatamos que os modelos de atendimento organizados e mantidos pelo Estado, com especial atenção ao de São Paulo, já foram discutidos e analisados. Mas poucas são as ações por parte dos poderes instituídos ou por organizações sociais que levantam a “bandeira” para enfrentar os profundos e significativos desafios do reordenamento institucional.

Meritório seria que esse ato de reparação histórica fosse levado a cabo por alguém com responsabilidade institucional, como um jurista, um político ou um órgão de governo, porque denotaria o estado de amadurecimento da consciência humanística e jurídica de nossa sociedade; mas, se não há indícios de que isso esteja por acontecer, que seja eu então, como sujeito da própria história, a levantar essa bandeira e a colocar esse tema da maior gravidade para ser discutido publicamente com o rigor que a pesquisa acadêmica requer (SILVA, 1997, p. 29).

Os operadores de Direito precisam analisar e perceber que é necessário estabelecer uma pedagogia social voltada particularmente para as crianças e adolescentes, com especial atenção àquelas institucionalizadas, afim de que se construam metodologias que possam pautar as políticas públicas desse segmento social.

Os estudos das fases mais recentes buscam identificar as diversas representações da criança institucionalizada, a construção de uma pedagogia específica e de técnicas para trabalhar com meninos de rua, questões sobre a subjetividade do menor, etc., mas pouco ou nada se referem à historicidade do abandono e ao atrelamento das políticas de amparo à criança a uma visão política do Estado e do homem (SILVA, 1987, p. 48).

A perspectiva é a necessária compreensão da resistência e da inserção da criança e do adolescente na era do Direito. Nessa organização social há décadas é vivenciada a prática da exclusão da convivência comunitária, por exemplo. Se olharmos a outra face da moeda, constatamos que essa acomodação é uma intensa denúncia do instituído na segregação institucional. Em alguns momentos históricos essas denúncias, que aqui também concebo como anúncios, tentaram tomar visibilidade por meio daqueles que viveram exatamente esse cotidiano, mas foram suprimidas pelas forças do poder.

A resistência das crianças e dos adolescentes é aqui concebida como um instrumento de conquista dos direitos da cidadania [...] O ECA aponta nessa direção, mas é um tanto frágil, à medida em que não está arraigado no cenário das correlações de forças constituídas pelas relações de gênero, idade, raça, economia e política. (SOUZA NETO, 2002, p. 85 e 86).

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária indica os pilares do reordenamento institucional. A destinação orçamentária e a implantação e implementação de políticas públicas setoriais precisam ser emergentes, para que o ECA possa cada vez mais ir se efetivando.

O ECA transformou a criança em sujeito de direitos individuais, o Brasil se situa na vanguarda de uma tendência cultural mais geral. Resta-lhe assegurar no plano prático mudanças que já aceita no plano das idéias (SILVA, 1997, p. 10).

O plano prático não é exercido somente por meio dos planos de trabalho, exigidos para a solicitação dos registros de funcionamento ou para a política de convênio. Os recursos públicos para essa ação, previstos no artigo 4º do ECA, precisam ser aperfeiçoados no que se refere aos mecanismos de co-financiamento, priorizando a realidade do território. Na situação particular que analisamos entendemos que o problema de concepção entre prefeiturização e municipalização precisa ser debatido, no campo da descentralização político-administrativa prevista no ECA e na Lei Orgânica da Assistência Social.

A municipalização não nega, ela democratiza o poder, não acaba com as contradições e os antagonismos sociais, mas é o foro onde se podem buscar e localizar mecanismos de equacionamento ou redução da desigualdade social. A descentralização situa-se entre os instrumentos de garantia da democracia, quando a população se mantém organizada e ativa. Não significa a partilha de poder entre as esferas municipais, estaduais e federal, mas uma articulação das diferentes esferas entre si e com a população, para quantificar e qualificar a prestação dos serviços

públicos. É no município que ocorrem os embates de classes, emergem as reivindicações da população e se constroem a ética da vida e o reordenamento participativo do poder político (SOUZA NETO, 2002, p. 61).

Os questionamentos extrainstitucionais demonstravam a continuidade do modelo de atendimento previsto pelo Código de Menores de 1927. A concepção das famílias, regulares nas visitas, era a de que seus filhos, sobrinhos, enfim, estavam no educandário, na escola para os pobres, onde seriam bem educados. Mais uma vez afirmamos que as histórias são repetitivas e silenciosas, como em tantas instituições em diferentes épocas: “Alucinações sob o sol da loucura, delírios no discurso do desatino – e reencontrar as mesmas angústias em todos estes corações em repouso.” (FOUCAULT, 1978. p. 118). A crença geral era a de que no educandário proviam-se a alimentação, os cuidados básicos e a educação, numa cidade onde as políticas sociais eram quase inexistentes.

Nas estratégias de ação é necessário que os paradigmas sejam ressignificados. Com a preservação do que caracteriza os fundamentos da história e trajetória institucional, porém modificando sua política e prática de intervenção no cotidiano por meio dos processos de reordenamento sob o pilar da atual legislação e tecnologia social. Ao enfrentar essas questões desencadeamos o conflito que só pode ser minimizado a partir da discussão, aprofundamento e compreensão dos temas pertinentes à desinstitucionalização; a provisoriedade e a excepcionalidade; a ampliação e a reformulação do conceito de vulnerabilidade social; o deslocamento do foco das deficiências para os potenciais institucionais, principalmente acreditando na criança e no adolescente como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento; o apoio aos responsáveis no cuidado às crianças e aos adolescentes, incluindo as famílias; e a necessária mudança de mentalidade e atitudes.

O ponto central nesse momento foi a observação, a escuta e a reflexão para que pudéssemos pensar num processo político e técnico. Essa ação exigiu tempo e planejamento.

[...] O reconhecimento da necessidade de uma ação sistemática perante questões ligadas a pressões ou estímulos determinados por situações que, em um momento histórico, colocam desafios por respostas mais complexas que aquelas construídas no imediato da prática (BAPTISTA, 2000, p. 27).

Diante das circunstâncias ora conhecidas, ora desconhecidas, precisávamos estabelecer um esquema que instaurasse a comunicação e a orientação para as associadas, os agentes externos à instituição (Poder Público, benfeitores, voluntários, Conselhos, etc.), a equipe de trabalho, as crianças, os adolescentes e as famílias, naquele contexto. Todos esses sujeitos precisavam construir e apropriar-se de um projeto em suas vidas, onde suas crenças e projetos

individuais fossem respeitados. Concomitantemente surgiam as dificuldades e as imobilizações.

[...] principalmente em função de necessidade de utilizar recursos escassos para atender grandes problemas; necessidade de aplicar recursos excedentes ou de utilizar equipamento ocioso; disponibilidade de recursos de agências de financiamento; transparência do poder decisório para novas lideranças; e necessidade de fundamentar novos programas” [...] Portanto, a decisão de planejar, como observa Lafer (1970), é uma decisão política que pressupõe alocação de recursos para sua realização (BAPTISTA, 2000, p. 28).

Nesse movimento, na perspectiva de convivência com tantos conflitos e novidades, proativas e paralisantes, fomos percebendo, no “movimento de reflexão-decisão-ação-reflexão” (BAPTISTA, 2000, p. 28), o sentido da desideologização.

A desideologização da questão da minoridade no sentido de que ela deixaria de ser vista como uma questão de filantropia benemérita, de higienização médica, de assistencialismo ou de segurança nacional, para passar a ser vista e enfocada como uma “questão social” (SILVA, 1987, p. 47).

Todo esse movimento, toda essa reflexão devem ter no horizonte próximo a questão da vulnerabilidade social de crianças e de adolescentes; a nossa função enquanto intelectual orgânico deve ser aquela que demonstre o nosso desejo de mostrar (desinstitucionalizar – desideologizar) “a face marginal, discriminada e estigmatizada, de nossa infância construída pelas crianças abandonadas e sem-família, os órfãos de pais vivos.” (MARCÍLIO, 2006, p. 13). Essa estratégia não é a do suplício, do estigma, mas o da verdade, da liberdade, da ética e da participação.

Na busca desse compromisso com os Direitos Humanos fomos invadidos por boas e más experiências além das expectativas que nos foram depositadas. A perspectiva então era a de buscar por pilares de sustentação desta dissertação que pudesse trazer à tona a reflexão sobre a perversão do abandono na vida das pessoas, na ótica coletiva.

[...] pilares sólidos dos dados empíricos e da melhor metodologia de pesquisa histórica, que [possa ser] a um tempo informativo (de um tema pouco estudado), orgânico (na intenção de servir à causa da construção dos direitos da criança no Brasil) e reflexivo (sobre o processo de abandono e de amparo à criança mais desvalida; dentre as desvalidas que sempre foi a criança abandonada) (MARCÍLIO, 2006, p. 17).

O apoio surge na possibilidade do ato de pensar e de aprendizagem, utilizando-se “neste contexto, talvez o instrumental teórico da psicanálise [que] pudesse ajudar a esclarecer certos processos de descoberta etnográfica... (PEIRANO, 1991, p. 13).

[...] Para poder pensar é preciso haver chegado a um nível no qual seja possível admitir e tolerar certo volume de ansiedade, provocada pelo aparecimento da

espiral, com a conseqüente *abertura* de possibilidades e perda de estereótipos, ou seja, de controles seguros e fixos. Em outros termos, pensar equivale a abandonar um marco de segurança e ver-se lançado numa corrente de possibilidades. No pensamento, o objeto e o sujeito sempre coincidem, e não se pode “remover” o objeto sem “remover” e problematizar o sujeito; no meio do pensar está incluído o temor de passar ansiedades e confusões e ficar encerrado nelas sem poder sair. *Ansiedades e confusões são, por outro lado, iniludíveis no processo do pensar e, portanto, da aprendizagem* (BLEGER, 1993, p. 65).

Com foco na psicologia social, refletindo sobre a análise e aprendizagem da situação da pesquisa, optamos pela “visão integradora do ‘homem em situação’, objeto de uma ciência única, ou interciência, localizado em uma determinada circunstância histórica e social” (PICHON-RIVIÈRE, 1994, p. 122). E, “na didática interdisciplinar, cumprem-se as funções de educar, de despertar interesse, de instruir e de transmitir conhecimentos (PICHON-RIVIÈRE, 1994, p. 90); ela “é interdisciplinar, acumulativa, interdepartamental e de ensino orientado” (PICHON-RIVIÈRE, 1994, p. 90); e tem como estratégia não só “a de comunicar conhecimentos (tarefa informativa), mas, basicamente, a de desenvolver e modificar atitudes (tarefa formativa)” (PICHON-RIVIÈRE, 1994, p. 175).

A psicologia social inscreve-se em “uma crítica da vida cotidiana” (PICHON-RIVIÈRE, 1994, p. 173) e, para que possamos demonstrar essa crítica sobre o modelo de uma organização social nos fundamentaremos em um ECRO.

Como unidade operacional, as ciências do homem assim reunidas trazem elementos para a construção de um instrumento único ao qual chamamos ECRO, esquema conceitual, referencial e operativo, orientado para a aprendizagem através da tarefa. Este conjunto estrutural e genético nos permite a compreensão horizontal (a totalidade comunitária) e vertical (o indivíduo nela inserido) de uma sociedade em permanente situação de mudança e dos problemas de adaptação do indivíduo a seu meio. Como instrumento, é o que permite planificar um manejo das relações com a natureza e seus conteúdos, nas quais o sujeito se modifica a si mesmo e modifica o mundo, em um constante interjogo dialético (PICHON-RIVIÈRE, 1994, p. 122).

A prática exagerada do acolhimento institucional de crianças e de adolescentes como função pública e política, ainda estimulam a continuidade dos modelos há vinte anos ultrapassados, colocando-nos numa observação participante desse *modus operandi*, onde pudemos dialogar com um significativo volume de informações institucionais. Esses sujeitos precisam ser protagonizados a partir de suas vozes, suas experiências. As pesquisas de cunho positivista colocam em redomas e sufocam os sujeitos e os agentes do processo, que ao serem inquiridos fazem tantas perguntas e não escutam as respostas. A etnografia permite que as vozes perdidas e mascaradas sejam anunciadas.

[...] o que operou na antropologia foi um movimento em tudo semelhante ao de Freud na psiquiatria: em lugar de interrogar hísticas ou nativos, deixá-los falar à vontade. A observação participante significa, pois, muito mais a possibilidade de captar as

ações e os discursos em ato do que uma improvável metamorfose em nativo. E consiste, também no meio privilegiado para a elaboração de teorias etnográficas, expressão aliás, à primeira vista, um pouco estranha, mas que serve para solucionar o dilema do antropólogo, preso entre a ciência e a narrativa, o discurso sobre os outros e o diálogo com eles. (GOLDMAN, 2006, p. 170).

Pela intensa ação institucional repressora deparamo-nos com muitas dúvidas, medos, inseguranças parecendo que não tínhamos saída. Nós operávamos com a realidade de 93 anos de história institucional, da efetivação do Projeto de Reestruturação e do desejo de sistematizar essa experiência nestas páginas. O sofrimento e a novidade foram inevitáveis; a organização da tarefa apontava para o ato do sofrimento e o da interação, que “é o processo que ocorre quando pessoas agem em relações recíprocas em um contexto social” (PEIRANO, 1991, p. 7). Essa segunda tarefa nos promoveu o agüente necessário para a análise do conteúdo e a sua sistematização.

Na vertente da didática interdisciplinar constatamos que “as impressões de campo não são, portanto, apenas recebidas pelo intelecto, mas exercem um verdadeiro impacto na personalidade total do etnógrafo, fazendo com que diferentes culturas se comuniquem na experiência singular de uma única pessoa” (PEIRANO, 1991, p. 8) e que a observação dos dados empíricos nos levariam a decidir pelo sofrimento da manutenção do antigo, da instituição total, do modelo segregador, anti-social ou inquietarmo-nos, acolhermos e promovermos, de fato, uma proposta de reordenamento institucional que respeite e inclua as crianças, os adolescentes, as famílias e a comunidade da cidade de Carapicuíba.

A avaliação dessa situação a partir da interação grupal fez com que percebêssemos que as decisões atreladas à atitude institucional optante pelo reordenamento seriam base para enfrentarmos os desafios que emergiam.

A atitude frente à mudança é a situação central a ser avaliada e para ela convergem os diferentes vetores de análise; modifica-se em termos de incremento ou resoluções dos medos básicos, geradores de estereótipo (PICHON-RIVIÈRE, 1994, p.180).

E ainda a intenção será a de subentender e identificar que “as pessoas em interação formam ambiente um para o outro, até mesmo além do limite desta intenção imediata, onde sempre existe o interesse nas relações ambientais” (MATTOS, 2001, p. 7).

Por isso, também temos o sonho de que a Sociedade Civil e os Poderes instituídos na cidade de Carapicuíba possam promover políticas públicas de direito das crianças e dos adolescentes; enfrentando com dignidade e operatividade a situação de exclusão social em que se encontram as pessoas. Para que isso ocorra será necessária muita ação e consciência

dessa ação.

A práxis da ética da emancipação busca superar as formas de exploração, desumanização e alienação. O amor e a luta emancipadora impulsionam o homem a transcender indefinidamente as experiências da injustiça e a buscar novos horizontes, libertando-se do processo de enclausuração, a adquirir a capacidade de criticar dialeticamente os desvios que ocorrem a partir da desvinculação da objetivação e da subjetivação e a construir um mundo humano. A objetivação e a subjetivação são partes da mesma moeda que permitem ao sujeito tomar consciência de si, da história e do Planeta. Não é apenas contemplação, é também ação. Ninguém se conscientiza sozinho. A consciência é resultado de múltiplas relações. (SOUZA NETO, 2003, p. 182).

Nesse compromisso queremos lançar a reflexão a partir dessa realidade particular, respeitando suas construções históricas e modificando as práticas rançosas hoje infundadas pela legislação e pelas ciências, e conclamando os operadores do Sistema de Garantia de Direito - SGD a perceberem que, apesar dos imensos problemas que imobilizam a doutrina da Proteção Integral, há também uma trajetória positiva sendo construída na história da criança, do adolescente e sua família no Brasil.

2.2 PARADIGMAS JURÍDICOS DO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SÉCULO XX NO BRASIL

Durante a transição do império para república o plano social e econômico desagregava-se do regime escravocrata; emergia o trabalho livre; criava-se bases para o capitalismo monopolista; intensificava-se a discussão do tema sobre a secularização do Estado que repercutiu na quebra do monopólio religioso da assistência social.

[...] os bispos manifestavam, já nos últimos anos do Regime Imperial no Brasil, uma preocupação em relação às tradicionais irmandades leigas, pelo fato de estarem gerando um afastamento e uma hierarquização entre o clero e os fiéis na Igreja romanizada, e ainda, em razão de serem compostas por pessoas das oligarquias locais e membros da maçonaria [...]. Mas por outro lado, as irmandades dirigidas por figuras ilustres da sociedade, dotadas de pio espírito religioso e tino administrativo, atuavam como se fossem “braço do Estado” (NEGRÃO, 2004, p. 38).

Com o objetivo de refletirmos sobre essa transição precisamos destacar a atividade das amas de leite que era justificada pelo sistema das Rodas dos Expostos, implantado no Brasil no século XVIII, e pelo elevado número de bebês ali depositados.

Se observarmos esse fato histórico do internamento das crianças para ocultar a desonra em gerar um filho ilegítimo ou pela ausência de condições de cuidá-lo, percebemos que a

atividade profissional das amas demonstrou que a amamentação artificial produzia elevados números de óbitos, além de outros fatores. A função das amas tornou-se então uma obrigatoriedade por parte das instituições que tinham por meta o atendimento coletivo de lactentes.

A necessidade em prover a alimentação e o elevado número de crianças fez com que houvesse também um número correspondente de amas que dessem conta do atendimento. Essa questão conspirou para a frequência de maus-tratos e óbitos dos expostos levando as Santas Casas de Misericórdia e os higienistas a discutirem esse tema. Com as premissas da Revolução Francesa (Época das Luzes), os asilos para crianças sofrem mudanças gradativas sob a ótica da secularização da educação.

Os higienistas representam a intervenção do Estado lutando pela inspeção das amas de leite, apesar da dificuldade em realizá-la, e a indicação da formação de entidade privada para realizar esse serviço.

A distribuição de leite materno se expandiu através da organização ‘Gotas de Leite’ (lactário privado de recolhimento e distribuição, preferencialmente, de leite materno). Moncorvo busca também constante legitimação de sua instituição privada junto às autoridades (inclusive com visitas do Presidente da República a seu dispensário), por meio de convites, cartas, conferências, publicações, visando obter subvenção do governo para suas obras de inspeção de amas de leite, creche e dispensário. É a estratégia de patrimonialismo, enquanto busca subvenção, terrenos, pessoal cedido para uma obra privada (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 60).

O século passado se inicia instituindo a ideologia do pátrio poder e da filantropia higienista, com bases jurídicas, fundamentada no campo da política pública da saúde.

A influência dos **higienistas** se faz sentir na criação da Seção de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde Pública e a influência dos **juristas**, na maioria dos juízes e advogados, na criação do Juizado de Menores (ambos eram moralistas, defendendo os bons costumes e a honra) (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 59).

O município de São Paulo, que até então parecia uma pacata vila, transforma-se “de uma população de 30 mil pessoas em 1872 a uma cidade que apresentará em 1910 uma população de 357.324 habitantes” (CUNHA, 1986, p. 30), em conseqüência da rápida industrialização e da intensa imigração.

Em 1916 foi aprovado o primeiro Código Civil Brasileiro, que previa o direito de família, atribuindo ao marido a chefia da sociedade conjugal; a função da mulher, assumindo com o casamento a condição de companheira, consorte colaboradora do marido e podendo acrescentar aos seus nomes os apelidos do marido; a instituição do bem de família por parte dos chefes de família; a outorga do pátrio poder a ambos os pais nas decisões relativas aos filhos,

embora o exercesse o marido com a colaboração da mulher. A sociedade republicana vai se caracterizando pelas técnicas de normalização da família, da afirmação dos papéis sexuais, do casamento e da maternidade.

Por outro lado, o Código Civil facilitou a tutela dos menores abandonados a pessoas nomeadas pelo judiciário ou aos estabelecimentos públicos, com o objetivo de assumirem a sua educação e desenvolvimento. Com a ausência ou insuficiência de estabelecimentos públicos, destinou-se essa responsabilidade para as entidades privadas.

A sociedade oligárquica promovia nesse período a identificação das pessoas degeneradas e aplicava-lhes sistematicamente o controle moral e higiênico, sobretudo nos setores improdutivos, como a velhice, os menores, os doentes (com ênfase na hanseníase), as pessoas com deficiência, etc.

Na cidade, eles tenderão a deixar de ser uma questão afeta ao grupo familiar ou social mais diretamente concernido, para constituírem um problema afetivo para a administração pública [;] alguns destes setores encontrarão no hospício, ao lado dos loucos, o seu definitivo lugar de repouso” (Cunha, 1986, p. 31 e 32).

A Associação Santa Terezinha surge nesse cenário, cuja correlação não se apresentava fundamentada somente nas categorias citadas. Ali a idéia era a da substituição definitiva da família, tentando suprir o lugar da família biológica ou parental, por impossibilidade dela ou a ela imputada.

O Estatuto Social da Associação Santa Terezinha data de 1922. Intrigava-nos observar essa situação histórica, onde o modelo de atendimento da roda dos expostos era criticado, fixava-se o Código Civil Brasileiro e a ação da Igreja firmava-se pela atuação de um grupo laico. Apesar da percepção das teorias, legislação e práticas daquele momento, não sentíamos a ligação direta com a realidade que observávamos, por meio de prontuários, documentos, reportagens, etc. Daí uma aproximação com a antropologia no sentido do estabelecimento de uma “aliança com essas ‘linguagens estranhas’, como disse Pierre Clastres, a linguagem dos índios, mas também a dos camponeses e dos operários, e das minorias, enfim” (GOLDMAN, 2006, p. 168).

Desse estranhamento – para não qualificar essas linguagens como simples identificação de uma realidade triste, mobilizante de emoções, de culpas, de omissões e de espantos – fomos ao encontro de pesquisas que tivessem afinidade com a forma de atendimento que observávamos. No levantamento bibliográfico na Biblioteca de Saúde

Pública do Estado de São Paulo, nos deparamos com muitos documentos raros e intuímos a necessidade de pesquisar instituições que tivessem na origem de suas fundações, o tema da saúde.

A minoria ali identificada eram os “filhos dos lazarentos”. Os lázaros são aqueles acometidos pela lepra. Por meio das pesquisas sobre a história do Juquery sentimos a segurança no diálogo com o objeto da pesquisa, pois em primeiro plano a instituição propunha-se a firmar os pressupostos do higienismo, do alienismo, enfim, da segregação das pessoas em função de patologias clínicas. Essas denominações imputadas firmaram as ideologias que os apartaram significativamente da convivência social.

Com a fundamentação de conceber o conceito da doença sobre o “o filho de lázaro”, “o pestilento”, a forma de atendimento por meio do internato ou asilo apresentava-se como inovação com a função de ensinar a conduta aos seus usuários, no modelo intramuros e “constituiu um tema sobre o qual era possível falar com objetividade e distanciamento, sem a contaminação da história e do conflito” (CUNHA, 1986, p. 109). Essa reflexão nos levou a identificar as semelhanças nas pesquisas de Erving Goffman que realizou um trabalho de campo no Hospital St. Elizabeth’s, Washington, D.C., para “tentar conhecer o mundo social do internado em hospital, na medida em que esse mundo é subjetivamente vivido por ele” (GOFFMAN, 2005, p. 8).

As instituições do tipo de hospitais psiquiátricos são “totais”, pois o internado vive todos os aspectos de sua vida no edifício do hospital, em íntima companhia com outras pessoas igualmente separadas no mundo mais amplo. Tais instituições tendem a ter duas categorias amplas e com situação bem diferente de participantes – equipe dirigente e internados – e é conveniente considerar, separadamente, os ajustamentos secundários de cada categoria. (GOFFMAN, 2005, p. 170 e 171).

Nesse modelo institucional o controle exercido sobre os “asilados” foi justificado pelos benefícios da reclusão, acreditando que o isolamento social era necessário para que eles pudessem vir a ser reintegrados à sociedade, devidamente reparados, adaptados e em bom estado de saúde. Essa identidade nos remete à reflexão de Foucault ao discorrer sobre os regulamentos do fechamento das cidades ou dos espaços em função da peste no século XVII. O panoptismo é o modelo exemplar de controle e vigilância e significativamente de exclusão, ao se tratar da lepra.

A cidade pestilenta, atravessada inteira pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela documentação, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre os corpos individuais – é a utopia da cidade perfeita governada. [...] No fundo dos esquemas disciplinares [...] a imagem da lepra, do contato a ser cortado, está no fundo do esquema de exclusão

(FOUCAULT, 1987, p. 164 e 165).

A organização social pretendia inovar ao apresentar no seu objetivo estatutário principal o atendimento aos “filhos sãos de pais leprosos”, mas é um *referendum* exemplar da ideologia daquela época que procurava proteger os internos da possibilidade de contrair a lepra e ao mesmo tempo proteger a sociedade da convivência incômoda desses que precisavam viver numa cidade higienizada, num asilo, cujo conjunto arquitetônico tinha essa representação social.

O alienismo, a medicina social, a engenharia, assim como a polícia e todo um conjunto de instituições, conjugam esforços em direção à edificação de uma cidade higienizada, livre de peste e do perigo, que reproduza em seu interior a imagem vitoriosa da ordem burguesa. Expressão desse processo, a arquitetura e o urbanismo acabam por transformar a própria face das cidades, erguendo monumentos ao triunfo e dominação da burguesia, e atribuindo novas “passagens” que exorcizam o perigo e impõem outra leitura do espaço urbano deste (CUNHA, 1986, p. 27 e 28).

A partir dessa realidade pretendemos discutir a legislação pertinente à criança e ao adolescente, observando seus paradigmas do ponto de vista jurídico, social e cultural. Khun é a referência que tomamos para essa análise quando ele discute a resolução das revoluções na dinâmica de que a “competição entre segmentos da comunidade científica é o único processo histórico que realmente resulta na rejeição de uma teoria ou na adoção de outra” (KHUN, 2006, p. 27). O desafio está colocado quando observamos esses paradigmas a partir da organização social, que é o sujeito da pesquisa, sua história e ideologia, no campo interno, social e jurídico.

Dado que os novos paradigmas nascem dos antigos, incorporam comumente grande parte do vocabulário e dos aparatos, tanto conceituais como de manipulação, que o paradigma tradicional já empregara. Mas raramente utilizam esses elementos emprestados de uma maneira tradicional. Dentro no novo paradigma, termos, conceitos e experiências antigos estabelecem novas relações entre si. O resultado inevitável e o que devemos chamar, embora o termo não seja bem preciso, de um mal-entendido ente as duas escolas competidoras (KHUN, 2006, p. 190 e 191).

Nesse contexto surge o Código de Menores, por meio do Decreto nº. 17.943-A, de 12/10/1927, que consolidava as leis de assistência e proteção a menores. Com o especial foco nessa pesquisa, constatamos que as crianças nascidas nos leprosários eram consideradas de responsabilidade institucional. Elas eram entregues, segundo os artigos 2º e 3º do referido Código, para “criar, ou em ablactação ou guarda”; estavam sob “vigilância” e os “escritórios ou agentes de informação” tinham a função de conseguir as devidas modalidades de atendimento.

Essa foi a legislação imputada aos “incapazes”, os filhos de mães e/ou pais

hansenianos. Ao nascer ou identificados como saudáveis, eram “objeto da vigilância da autoridade pública”. A legislação definia que os “menores abandonados” encaminhados aos asilos eram as crianças sem habitação certa devido a enfermidade dos pais ou pessoa responsável, e fadadas ao confinamento, com a conseqüente separação física e afetiva. Goffman classifica as instituições totais em cinco agrupamentos, dentre os quais destacamos a semelhança com a proposta de atendimento da Associação Santa Terezinha que atuava com o respaldo legal.

[...] há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não-intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários (GOFFMAN, 2005, p. 16 e 17).

Os habitantes das cidades, no intenso processo de industrialização, procuravam ficar livres das patologias. O Código de Menores de 1927 identifica as patologias sociais indicando o isolamento daqueles “que se encontrem eventualmente sem habitação certa nem meios de subsistência, devido a indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos pais ou pessoa encarregada de sua guarda” (Artigo 26, II).

As instituições criaram um aperfeiçoamento técnico com base nos “preconceitos religiosos e racistas da época” e fixaram os “critérios para o ordenamento social” (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 197). Esses conceitos sobre os preceitos higienistas eram transmitidos nas escolas, conforme demonstram alguns registros no período das décadas de 1920 a 1940.

A importância da puericultura:

Todos os povos atuais compreendem a importância da puericultura e tratam de proteger a criança. No assunto, o Brasil está bem desenvolvido. Já possui órgão oficial encarregado de definir os conhecimentos de puericultura e daí nasceram leis de proteção à maternidade e à infância (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 197).

A saúde:

Tanto mais perfeita é a saúde quanto mais são observados os preceitos da higiene. Entre as condições de saúde está em primeiro lugar a hereditariedade (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 197).

A hereditariedade:

Pela hereditariedade os filhos tendem a ser semelhantes aos pais, estes transmitindo aos filhos as suas qualidades boas ou más. As combinações das qualidades dos antepassados variam tanto que é extremamente difícil reconhecê-los (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 198).

As medidas eugênicas:

São divididas em dois grupos: positivas e negativas. As primeiras são de caráter estimulantes para a criação de bons elementos humanos à procriação. As segundas, de caráter profilático, determinam meios para o impedimento da procriação

defeituosa. Para que as medidas eugênicas produzam efeito, é necessária uma vasta divulgação dos ideais da Eugenia por meio de campanhas bem orientadas com o objetivo de formar a consciência dos povos. Isto seria mais eficiente do que as leis proibitivas. Toda campanha teria, no seu conjunto, orientações científicas, educativas e sanitárias (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 198).

A proteção à criança:

No seio da sociedade é a criança digna de todo respeito, acatamento e cuidado. Há muitos motivos para a criança afastar-se do ambiente familiar: ou porque lhe faltam os pais por morte ou por outras circunstâncias; outras vezes, quando mais crescida, devido a meio impróprio ou por ciência de instituição educacional, é a criança enviada a colégio, ficando assim a cargo dos professores a missão da família (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 199).

As famílias destas crianças eram da classe pobre, operários e imigrantes enquanto que a ideologia da puericultura ou arte de governar crianças era dirigida predominantemente à educação das crianças ricas providas de recursos para efetivar o planejamento eugênico impetrado pelos costumes da época. O planejamento familiar era determinado pela condição socioeconômica da família.

[...] entendiam os médicos higienistas do começo do século a puericultura da “pré-fecundação”, a “intra-uterina” e a “extra-uterina”. Postulavam a predominância do fator genético para a saúde da prole e advogavam o casamento eugênico, cientificamente planejado. (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 199).

Quando a autoridade de saúde pública identificava a enfermidade dos pais, ou de um deles, havia a internação compulsória. O Estado aplicava seu poder institucionalizando os filhos saudáveis, caso não tivesse recursos para mantê-los. A legislação era imperativa, ou a família permitia à justiça internar os filhos ou era destituída do pátrio poder.

[...] É lícito ao juiz ou tribunal deixar de aplicar a suspensão do pátrio poder, se o pai ou a mãe se comprometer a internar o filho ou os filhos em estabelecimento de educação, ou garantir, sob fiança, que os filhos serão bem tratados. (CÓDIGO DE MENORES, 1927, art., 36).

Analisando os periódicos dos cursos de Higiene Infantil de Educadores Sanitários no Instituto de Hygiene de São Paulo observamos que os conteúdos transmitidos expressavam a importância dos preceitos gerais de higiene da primeira infância – que significa a “manutenção da saúde da criança durante os dois primeiros anos de vida” (ALCÂNTARA, 1936, Prefácio) –, na formação dos médicos, dos especialistas que queiram iniciar-se no assunto, dos educadores sanitários, dos estudantes de medicina dos profissionais que se dedicam à assistência à criança e dos pais. A base de sustentação desse conceito também estava previsto no Código de Menores (1927).

Dependência em relação ao meio social. [...] A ineficácia ou a interrupção da assistência prestada á criança é causa de sofrimento ou de morte da mesma [...].
Interdependencia entre organismo e psychismo. A criança apresenta dependências muito estreitas entre seu espírito e seu corpo, ou melhor, entre a

actividade psychica e a orgânica. Comprehende-se que assim seja. [...] que está ainda sob o domínio da actividade instinctiva, a interdependência entre phenomenos psychicos e phenomenos organicos é estreitissima, dando á creança uma feição accentuadamente unitarista [...].

Susceptibilidade aos fatores mesológicos. A creança é muito mais susceptível á temperatura, á humidade, á pressão atmospherica, á luminosidade, á composição do ar, em resumo aos caracteres climaticos que a cercam, quer encarados em si mesmos, quer sobretudo considerados em suas variações. Estes factores distinguem conforme constituem o clima geral da região em que reside, ou o clima da própria habitação, mais especialmente dos aposentos em que permanece [...].

Influência da alimentação. O bem estar e o desenvolvimento normal da creança dependem mais estreitamente da alimentação [...] Dahi a necessidade de sua alimentação obedecer a requisitos de composição, de correlação, de quantidade, de pureza e de disciplina, a desobediência aos quaes contitui iminente perigo para sua saúde e, frequentemente, para sua vida [...].

Susceptibilidade ás infecções. [...] Passados os primeiros tres, quatro, cinco meses de vida em que uma immunidade recebida de sua Mãe, que vale para algumas molestias (sarampo, escarlatina, diphteria...) e que se exgotta nesse periodo, ella fica desprotegida por si mesma contra as infecções e necessita de protecção que os adultos lhe asseguram evitando o contagio ou vaccinando-a”.

Carater unitario da creança. A creança é notada pelo seu carater unitario, no sentido que suas funcções estão estreitamente unidas entre si. [...] Dahi decorre o carater fundamental da boa assistência á creança: o carater integral ou totalitario, que consiste em assistil-a em todos aquelles aspectos. [...] Quer desnutrida, quer infectada, seu systema nervoso reage mais ou menos promptamente, com falta de appetite, desassocego, impertinencia, quando não com vômitos, diarrehas, convulsões, etc., que agravam a moléstia anterior [...] (ALCÂNTARA, 1936, p. 3 a 7).

Neste período a instituição deu demonstração de competência diante da sua missão. Em 1930 o Presidente Getúlio Vargas assume o governo da política brasileira com características centralizadoras e intervencionistas; implantou o Ministério do Trabalho, em 1932 e regulamentou a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943.

A estratégia do governo é de privilegiar, ao mesmo tempo a preservação da raça, a manutenção da ordem e o progresso da nação. [...] O Estado se articula com o setor privado fazendo-o semi-oficial, distribui verbas, busca legitimação em troca de favores, e, ao mesmo tempo, deixa ao descaso as instituições públicas (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 67 e 68).

A queda de Getúlio ocorre por intervenção militar sucedendo-o o General Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951). Nesse período a política da minoridade “articulava repressão, assistência e defesa da raça, se torna uma questão nacional” (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 70), quando foi promulgado o Serviço de Colocação Familiar, Lei 560, de 27/12/1949, que tinha por finalidade “proporcionar, a menores necessitados, ambiente favorável ao seu pleno desenvolvimento” (Artigo 1º.). A legislação ficou parada durante os governos do Presidente Getúlio Vargas (1951 a 1954, gestão em que se suicidou) quando foi sucedido pelo Presidente João Café Filho. A política de desenvolvimento e de massas foi a tônica nesses períodos de governo, na tentativa de modernizar e internacionalizar a economia. Essa lei foi regulamentada por meio da Portaria Nº. 298, de 29/11/1957, período em que Juscelino

Kubitschek de Oliveira foi o Presidente da República (1956 a 1961).

O Serviço de Colocação Familiar previa que os menores seriam “colocados em casas de famílias, a título gratuito ou remunerado, menores de 0 (zero) a 14 (catorze) anos que, por força de fatores individuais ou ambientais, não tenham lar ou nele não possam permanecer” (Artigo 2º.).

A Lei dispunha de vinte e quatro artigos. O artigo 8º versava sobre a colocação remunerada. A remuneração deveria ser analisada a partir do custo de vida na região e das condições especiais de cada caso. Nos casos de moléstia grave, falta de vestuário ou se tratando de “menor problema”, havia a concessão de um auxílio extraordinário. A própria família poderia requerer o benefício, caso na comarca não houvesse instituição que fizesse a assistência à família (artigo 13), desde que apresentasse atestado médico provando que nenhuma pessoa da casa sofria de moléstia contagiosa ou prejudicial (artigo 3º). Portanto, a lei era impraticável para aqueles que estavam institucionalizados nessa entidade social, em função da hanseníase.

A judicialização e a burocratização do atendimento estavam postos; as autoridades e a sociedade voltavam a atenção contra o Serviço Nacional de Assistência a Menores - SAM apresentando superlotação, falta de cuidados e imundície. Os laudos jurídicos agregavam conceitos e técnicas das áreas da psiquiatria, da psicologia, das ciências sociais e da medicina higienista. Essas áreas ainda estavam em formação no Brasil, como, por exemplo, a regulamentação do exercício da profissão de assistente social que foi oficializada por meio da Lei nº. 3.252, de 27 de agosto de 1957¹.

Por outro lado os especialistas da Sociedade de Leprologia ao realizar a divulgação do tema dos “dispensários da profilaxia da lepra” discutem a crescente modernização de procedimentos curativos e sociais desenvolvidos. Para os “menores” atendidos pela Associação Santa Terezinha a situação foi ainda mais crítica, pois sedimentou a situação de desequilíbrio intrafamiliar, com conseqüentes rompimentos de vínculos e produção de

¹ O serviço social já estava presente nos trâmites judiciais da menoridade. Para exemplificar citamos as seguintes Portarias do Juízo de Menores do Estado de São Paulo: Nº. 104, de 7/02/1957: Cria a Secção de Informações e Serviço Social (MUNIZ DE SOUZA, 1958, p.134); Nº. 112, de 18/02/1957: Dispõe sobre o plantão dos Assistentes Sociais (MUNIZ DE SOUZA, 1958, 138); Nº. 147, de 22/04/1957: Reorganiza plantão, identidade, serviço social e cartório (MUNIZ DE SOUZA, 1958, p. 145); Nº. 208, de 19/07/1957: Dispõe sobre o horário da secção de Informações e Serviço Social (MUNIZ DE SOUZA, 1958, p. 151) e Nº. 232, de 21/08/1957: Dispõe sobre os deveres e atribuições dos assistentes sociais e comissário (MUNIZ DE SOUZA, 1958, p. 157).

patologias pessoais e sociais.

[...] A internação de um doente chefe de família cria problemas sociais e econômicos muito sérios para os dependentes, subitamente desprovidos de apoio. Quaisquer que sejam as resoluções a tomar – busca de parentela para recebimento dos menores, internação destes em educandários oficiais ou particulares, procura de colocações remuneradas para os indivíduos hábeis, distribuição de recursos pecuniários de origem oficial ou particular, assistência médica geral e especial e outras – elas exigem a participação de um assistente social-educador sanitário especializado nesse setor. Os problemas legais supervenientes; as relações entre o doente internado ou sua família e as entidades públicas ou as Caixas de Aposentadoria e Pensões podem exigir mesmo a presença de um procurador, dependente da procuradoria geral do serviço (ROTBURG e BECHELLI, 1949, p. 73).

O clima instalado promoveu também denúncias sobre o atendimento nesta entidade quando se tornou pública a denúncia por meio radiofônico de crises institucionais referentes à proposta pedagógica de atendimento O Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, 10/08/1957, publica que “visitando freqüentemente o Educandário de Carapicuíba e a Creche Carolina Mota e Silva, em horas diversas [...] nunca encontramos em uma só criança, qualquer indício de castigo físico [...]”. A diretoria da entidade delibera a solicitação para que o Juizado de Menores possa determinar a “imediate e rigorosa sindicância sobre o que se passa naquela instituição” (FOLHA DA MANHÃ, 7/08/1957). Das irregularidades foi definido pelo Juízo da Vara Privativa de Menores da Capital:

Nenhuma irregularidade foi verificada, nem quanto à assistência prestada a filhos de hansenianos, nem quanto aos demais itens formulados nas denúncias. Se alguma falha houve – o que é normal em toda instituição em que trabalham centenas de pessoas, nem todas dotadas de senso de responsabilidade – trata-se de ocorrência remota, de pequena importância e corrigida na devida época pela diretora, que usou de rigor, tendo dispensado tais servidores irresponsáveis (O ESTADO DE SÃO PAULO, 18/09/1957).

Nesse contexto social, micro e macroinstitucional, houve a sanção de diversas leis, decretos e portarias específicas sobre a menoridade, como no período entre 27/07/1956 a 31/12/1957 em que foram publicadas 402 portarias (MUNIZ DE SOUZA, 1958, p. 405 a 410).

O início da década de 1960 foi marcada pela gestão presidencial de Jânio Quadros (até 1961, quando renunciou ao cargo); e de João Goulart (1961 a 1964, quando foi deposto pelos militares), que criou uma comissão com o objetivo de reformular o SAM. A Comissão propõe a sua extinção e indica a criação de uma Fundação autônoma. O governo do Marechal Castello Branco (1964 a 1967) marca o Golpe Militar no Brasil. O anteprojeto que solicitava a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor foi apresentado no Congresso Nacional com a imperativa justificativa de “se permitir a sua mais rápida tramitação, nos termos do artigo 4º do Ato Institucional de 9 de abril do corrente ano” (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 151). Por meio dessa ação foi inaugurada a FUNABEM, por meio da Lei nº. 4.513,

de 1º/12/1964. A missão da FUNABEM era a seguinte:

1. Cumprir com os compromissos constantes de documentos internacionais a que o ‘Brasil’ haja aderido ou venha a aderir no sentido de resguardar ‘os direitos do menor e da família’;
2. assegurar, prioritariamente, programas e providências destinados à integração do menor no seio da comunidade.
3. assisti-lo, no próprio círculo familiar, no que concerne à sua carência, moral e física.
4. incentivar a adoção consoante às normas previstas na lei civil.
5. colocar o menor em lar substituto.
6. incrementar o estabelecimento de instituições destinadas a menores, organizadas ‘em padrões semelhantes aos da convivência familiar’.
7. somente admitir o ‘internamento de menor’, se faltarem instituições desse tipo, nos casos previstos em lei.
8. levar em conta, no desenvolvimento de semelhante política nacional, as suas peculiaridades, ‘atuando como fator positivo na dinamização’ da mesma (ALTENFELDER, 1977, p. 278).

A contradição entre o Ato Institucional e “as belíssimas diretrizes da FUNABEM” (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 151) demarcarão a história do distanciamento da letra da lei com as práticas contrárias aos direitos humanos aplicadas pela ditadura militar brasileira. Essa missão e as diretrizes (artigo 6º) “não se coadunavam com o regime político que haveria de se instalar no país nas duas décadas seguintes” (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 151).

A crítica sobre a contradição aqui apresentada é identificada em diversos discursos que estão suficientemente registrados nos documentos oficiais daquela época. Nós traremos o foco para os internatos, enquanto modelo de atendimento.

O Desembargador Júlio D’Elboux Guimarães, então Secretário de Justiça e Negócios do Interior do Estado de São Paulo enfatiza essa questão no I Fórum Nacional do Menor, que ocorreu em São Paulo de 13 a 18 de dezembro de 1965.

Considero os internatos como meios despersionalizantes, especialmente pela falta de recursos humanos e financeiros, técnicos e administrativos; pela falta do necessário ambiente familiar, do calor do lar, do carinho do amparo, do desvelo voltado para a criança, pela possível promiscuidade que as carências citadas forçosamente acarretam. Sou pela ajuda às famílias necessitadas, a fim de que elas próprias eduquem seus filhos e os formem. Quanto ao menor abandonado, lutei sempre, e continuarei a lutar por colocá-lo em família substituta, onde estará salvaguardando o natural e o necessário ambiente familiar. Aqui faço um apelo às famílias da minha terra para que se disponham a receber menores, quer sob o termo de responsabilidade, sob tutela, por adoção, e de acordo com a nova legislação, por Legitimação adotiva. Esta última forma é sem dúvida a mais justa, a mais humana e meritória porque o Menor Abandonado poderá integrar-se totalmente à sua nova família (I FÓRUM NACIONAL DO MENOR, 1966, p. 11).

O evento trazia outra reflexão complexa. Enquanto se primava pela criação da FUNABEM, órgão de gestão centralizadora e autônoma, de âmbito nacional o discurso indicava ações regionais, descentralizadas, com o governo central administrando por meio de

atos institucionais. Nesse ano, aos 26 de março, a cidade de Carapicuíba emancipava-se de Barueri. Esse marco histórico precisa ser identificado com rigor a fim de que sejam identificados e transpostos os motivos que colocaram a cidade num rumo incerto do ponto de vista de desenvolvimento econômico e social. A história de Carapicuíba remonta a uma antiga aldeia de índios e fez parte das doze Aldeias fundadas pelo Pe. José de Anchieta (por volta de 1580). Apresentou pouco desenvolvimento até a construção da Estrada de Ferro Sorocabana (1921). Em 1948 foi elevada à categoria de Distrito de Paz, sendo desanexada do Município de Cotia e em 1949 foi integrada ao município de Barueri. Aqui se apresenta outro importante paradigma para ser analisado na relação organização social e município.

Juntamente com meus assessores e em plena consonância com o Sr. Governador de Estado, Dr. Adhemar Pereira de Barros, resolvi organizar o 'Fórum Nacional do Menor' em nossa Capital, com o fito precípua de auscultar a problemática do menor nas diferentes regiões de nossa Pátria bem como agitar essa mesma problemática com as atuais soluções regionais, e, conscientizando todas as camadas da sociedade, torná-las co-responsáveis no encaminhamento das sugestões e modernização no tratamento desses menores sob o ponto de vista humano, técnico e administrativo (I FÓRUM NACIONAL DO MENOR, 1966, Apresentação).

A família pautava os discursos oficiais referendando a importância do Serviço de Colocação Familiar, porém com ênfase no modelo institucional, transferindo as deficiências da gestão de “diretores” e não à incompletude da política de atendimento que se executava. A “criança” é somente uma palavra utilizada com o objetivo de criar impacto para sensibilizar que os internatos tivessem atendimentos adequados. O conceito matricial era a do “menor”, da institucionalização, conforme as considerações do Dr. Mário Altenfelder Silva, então presidente da FUNABEM:

A Fundação Nacional do Bem-Estar promoverá e incentivará programas de fortalecimento da família, principalmente daquelas que estão em processo de marginalização, bem como da prevenção do abandono de menores. Nos seus planos dará prioridade à assistência na própria família, incentivo à adoção, colocação familiar em lares substitutos, em estabelecimentos organizados segundo padrões que se aproximam aos da convivência familiar.

Nós não pretendemos fechar os internatos; é evidente que haverá sempre, na população, um número que vai necessitar dos internatos. Mas, aqueles que precisarem de internato, que tenham um internato à altura, e não isso que existe de uma forma tão repugnante: uma indústria de menores que enriquece os seus diretores e avilta os assistidos. Falo isso com a imensa responsabilidade do cargo que exerço, porque é uma verdadeira infâmia o que se faz na exploração dessas crianças, quando alguém aluga uma casa, coloca lá dentro cinquenta, sessenta menores, exige e obtém um 'per-capta' deste ou daquele serviço. Coitadas dessas crianças, e como enriquecem esses diretores! (I FÓRUM NACIONAL DO MENOR, 1966, p. 43).

O Prof. Adroaldo Ribeiro da Costa enfatizou que o encontro não se destinava ao debate acadêmico, numa simples troca de impressão, mas na formulação de proposições

práticas, objetivas oferecidas aos governos participantes, considerando que é dever inerente dos Estados “disciplinarem” por meio das leis e promover medidas judiciais e administrativas, além de comandar, por meio de ações comunitárias, o encaminhamento e a solução do problema do menor. Ele apresenta a necessidade de reformulação do Código de Menores de 1927, num Novo Código de Menores e apresenta um anteprojeto baseado na experiência que o indicou à direção do Serviço Estadual de Assistência de Menores, do Estado na Bahia, onde atuou.

A reforma que se pretende realizar, refundindo e atualizando o velho código, transformando-o no magnífico Código Tutelar de Menores, cujo Projeto, com emendas e sugestões apresentadas pelos juízes de Menores, na Reunião realizada em 1956, em Porto Alegre, tramita na Câmara Federal, dotará o País de uma legislação das mais avançadas e perfeitas.

Dentre as inovações benéficas que trará o novo Código, citaremos:

- a. Subsídio à família necessitada – Fixando o menor ao lar, previne o abandono, constituindo medida de grande alcance, mormente num país como o nosso de baixo nível econômico da população. A par do auxílio concedido a orientação e a fiscalização da família, realizadas por assistente social, completarão a medida;
- b. Criação e regulamentação do serviço de colocação familiar – Oferecerá, esse serviço, ao menor, as vantagens de uma família substituta, além de ser medida de economia para os cofres públicos, pois diminui o número de internamentos em instituições. É verdade que para o êxito da providência, é necessária uma fiscalização organizada que previna a exploração do menor pela família que o acolher. [...] Aliás, a subvenção à família e o serviço de colocação familiar vêm sendo aplicados com sucesso pelos Juízes de Menores de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e aqui em Salvador, onde presentemente estão sendo organizados os dois institutos, de acordo com as normas estabelecidas no dispositivo legal que os criou em nosso Estado (Cap. X, da Lei nº 10.567);
- c. Legitimação adotiva – Será instituída como medida de proteção para o menor sem lar, até sete anos de idade. O legitimado adotivo terá os mesmos direitos e deveres do filho legítimo, desaparecendo o vínculo de parentesco do menor com a família de origem, exceto quanto aos impedimentos matrimoniais. A sentença terá efeito consignados os nomes dos pais adotivos como legítimos, o que torna o novo instituto superior da simples adoção, pois trará, entre outros benefícios, o de evitar a falsidade de registro que ocorre com freqüência por motivo sentimental;
- d. Liberdade Vigida – Sofrerá sensíveis modificações, podendo ser empregada para se evitar o internamento do menor ou como medida de transição para os que voltam ao convívio social, após um período de recolhimento em reformatório. Também aqui, como de resto em tudo o que se refere a menores, a qualidade das pessoas encarregadas da vigilância (‘probations officers’, dos ingleses), é de capital importância, devendo-se levar em conta, na escolha, as condições pessoais do candidato bem comum sua preparação para o cargo.

É lamentável que esse Projeto não tenha merecido maior interesse por parte de nossos legisladores, e permaneça, há tanto tempo, entravado em sua tramitação. (I FÓRUM NACIONAL DO MENOR, 1966, p. 271 e 272).

Diante da ideologia institucional – pós 1964 – identificamos que a prática não concretizou esses discursos. O Serviço de Colocação Familiar foi relegado ao segundo plano, enfatizando por meio das normativas legais a opção pela institucionalização. Negar à família a possibilidade de cuidar dos seus filhos foi uma opção histórica de autoridades e especialistas no tema. “Os filhos do Governo” nos demonstram as conseqüências geradas nas pessoas a partir da intensidade e articulação dessa opção política.

Em 9 de abril de 1968, pela lei nº. 10.069 [...] modificou e deu nova redação à Lei 560, o juiz adquiriu autoridade para estender o auxílio pecuniário à própria família da criança e, em gesto de extrema relevância, fornecer esse auxílio também às instituições particulares que acolhessem crianças em regime de semi-internato, nascendo assim a parceria que permitiria ao Estado repassar às entidades particulares e conveniadas a guarda de crianças sob sua tutela (SILVA, 1997, p. 53).

Na análise do contexto sociopolítico confirmamos a atitude autoritária e tecnocrática do Estado. O Estado amplia sua atividade produtora, canalizando recursos para as empresas, tendo como Presidente o General Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974). É o período (1968 a 1973) do “milagre econômico” estabelecendo o aumento do consumo pela população. Diante da euforia do Brasil Grande, vivenciavam-se as cruéis restrições à liberdade civil, política e de expressão de pensamento, sob o lema officioso “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Neste contexto repressivo e do Regime militar, a FUNABEM, que se propunha a “assegurar prioridades aos programas que visem à integração do menor na comunidade, através da assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos, a apoiar instituições que se aproximem da vida familiar, respeitar o atendimento de cada região”, acaba se moldando à tecnocracia e ao autoritarismo. Em primeiro lugar buscando se configurar como um meio de controle social, em nome da segurança nacional, cuja doutrina implica na “redução ou anulação das ameaças ou pressões antagônicas de qualquer origem” (Fragoso, 1975, p. 37-124), e em segundo lugar, adotando um modelo tecnocrático que predomina sobre as iniciativas que buscavam se adequar aos objetivos iniciais. O tecnocratismo tem como pressuposto uma racionalidade vertical, centralizadora, construída com um discurso uniforme em nome da cientificidade. (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 76 e 77).

O retrato da realidade brasileira foi analisado em discurso na sessão de encerramento dos trabalhos do II Encontro Nacional de Secretários Estaduais, Presidentes de Fundações do Bem-Estar e Diretores de Serviços de Menores, em Belo Horizonte, no dia 22/11/1972.

Sabemos que o Brasil tem enormes dificuldades para executá-lo. Somos um país pobre. Não temos pessoal para atender a tão grandes demandas. Ainda pagamos pesado tributo à improvisação e permanecemos atados a rotinas altamente prejudiciais, que se arrastam há dezenas de anos. As perspectivas para os próximos anos são severas. O decréscimo da taxa de mortalidade é grande, mas a taxa de natalidade não baixa com rapidez. Sabe-se que países europeus levaram dezenas de anos para conseguirem diminuição da natalidade.

A urbanização se acentua. A população urbana aumenta. O crescimento das grandes cidades continua anárquico, e, apesar das medidas que estão sendo formadas, continuará por vários anos assim.

A grande vítima das migrações será a criança.

A industrialização, mesmo rápida, não vai modificar de pronto o padrão de vida das crianças e dos jovens.

As futuras gerações saberão ler e escrever, apenas. As escolas também estão em transição. Fala-se muito em reciclagem. O acesso às Universidades continuará difícil. A indústria e o comércio encontram dificuldades para colaborar no aproveitamento dos que não têm treinamento suficiente. A agricultura exige lavradores melhor treinados. As nações pobres não atingirão, nos próximos anos, um ponto de cultura que lhes permita usar sistemas eficientes de proteção à criança e à família como em países ricos.

A desagregação familiar aumenta e a ilegitimidade conjugal é seguramente maior que 50% do total de casais.

A criança e o jovem sentem por demais a falta de carinho materno e paterno. Seu equilíbrio emocional é sacrificado quando não encontram apoio nos pais. As uniões são efêmeras, a procriação é irresponsável e precoce, a educação sexual é falha ou não existe e a noção de responsabilidade social a que o casamento obriga ainda é pouco considerada. O sentido individualista perturba o sentimento de solidariedade, de renúncia em favor do bem-estar da família.

Nas zonas suburbanas, rurais e mesmo urbanas, mas em menor grau, as crianças terão difícil condição de vida e não se percebe, nas sociedades em desenvolvimento, energia suficiente para modificar em curto prazo a situação, apesar do desenvolvimento tecnológico que porventura se estabeleça.

O descobrimento da higiene mental é alarmante. Há mau-humor generalizado, nas ruas, nas lojas, nas escolas, no trabalho, na família, estimulando o isolamento e a angústia.

O mundo agora está preocupado com a nutrição das crianças pequenas, com a falta de proteínas principalmente; precisa haver muito mais, no entanto, preocupação com a falta de afeto materno e paterno. Sabemos, de há muito, que essa falta provoca prejuízos irreversíveis ao desenvolvimento físico e mental. **Sabemos que 34% das crianças criadas em internatos, se transformam em adolescente e adulto anti-sociais.**

As crianças desassistidas crescem e se reproduzem como tais. Privadas de afeto em seus lares ou fora deles, podem se transformar em fontes de infecção social, tão grave como podem ser os vetores de febre tifóide, meningite ou poliomielite.

Cada vez que se quer tirar uma criança do seu lar é preciso saber se esse lar é tão ruim que chega a ser pior, sob o ponto de vista de saúde mental, do que um internato mal aparelhado; se vale a pena uma criança ser bem cuidada em seu físico e mal cuidada psicologicamente; se vale a pena ser forte fisicamente e muito limpa, mas emotivamente débil (ALTENFELDER, 1977, p. 295 a 297).

Desse cenário nacional refletimos sobre algumas questões particulares. O município de Carapicuíba cada vez mais foi perdendo suas possibilidades de desenvolvimento econômico, de moradia e bem-estar social, sendo-lhe conferida a função de “cidade dormitório” da Região Metropolitana Grande Oeste. Pelo discurso entendemos que num “país pobre”, com ideologia ditatorial a consequência possível foi a criação dos miseráveis, cenário em que identifico os munícipes e os institucionalizados diante da política que propiciou essa condição social. As consequências do modelo de internação que geraram as condutas anti-

sociais e dificuldades no desenvolvimento já estavam identificadas. A culpabilização da família se torna discurso oficial diante do crescimento anárquico das grandes cidades. E, no caso da instituição que estudamos, percebemos que os “menores” foram aqueles que carregam essas marcas na sua identidade, nas suas memórias, nos seus sonhos, que muitas vezes são pesadelos.

O debate em torno do “Novo Código de Menores” toma vulto, principalmente no campo jurídico, polarizados entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Os posicionamentos apresentavam além do campo jurídico manifestando tendências políticas mais conservadoras ou liberais dos protagonistas do debate.

Em 1974 a FUNABEM, ao comemorar 10 anos de fundação, apesar da análise da realidade apresentada nos discursos oficiais, se demonstra satisfeita com seus objetivos imbricados com a ditadura militar. Inicia-se o mandato do Presidente Ernesto Geisel (1974 a 1979), sobre o qual destacamos o fechamento do Congresso Nacional (1978), garantindo sob pressão a maioria no congresso e a escolha indireta dos senadores; isola a linha dura das forças armadas e inicia o processo de distensão política.

Saudemos o 10º aniversário da Revolução, que tornou a FUNABEM possível. Saudemos um grande Governo, o do Presidente Médici, que chega a termo de sua patriótica missão e, ofereçamos à nova administração, do Presidente Geisel, a segurança de que também no campo do menor, a política revolucionária é de continuidade, firmeza e amor à juventude (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 313).

Esse movimento mais uma vez oportuniza a promulgação do Novo Código de Menores, Lei nº. 6.697/1979, que ainda preservou, sob consenso da Associação Brasileira de Juízes de Menores, a Doutrina da Situação Irregular.

O Código de 1979 define como situação irregular: a privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis, por ser vítima de maus tratos; por perigo moral, em razão da exploração ou encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal. Assim as condições sociais ficam reduzidas à ação dos pais ou do próprio menor, fazendo-se da vítima um réu e tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial, dando-se ao juiz o poder de decidir sobre o que seja melhor para o menor: assistência, proteção ou vigilância. (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 81).

O termo internado ainda era mantido como meio para o atendimento aos órfãos, carentes e delinquentes. As instituições mantinham a mesma concepção, estrutura física e funcionamento dos modelos que pretendia substituir. A oferta dos serviços necessários era intramuros, promovendo o isolamento dos internos e apresentando como conseqüências a

massificação, entendida como alienação em relação à vida extra-institucional, dificuldade na sociabilidade, na vivência e na compreensão das coisas mais simples da vida cotidiana; despersonalização dos sujeitos; autoimagem comprometida e baixa autoestima.

A magistratura também busca a atualização dos seus conhecimentos com o intuito do aprimoramento cultural e convivência com a sociedade a fim de buscar a acertada decisão nas suas funções. Mas ainda mantinha os fundamentos jurídicos do Código de 1927, quando as motivações para a mudança das práticas institucionais são justificadas com princípios da década de 1920. Essa questão é um paradigma que consagrava também, na prática, as ações que a FUNABEM vinha desenvolvendo.

Não impõem os juízes de menores penas ou castigos, com o fito de vingar um mal passado; prescrevem medidas que evitem um mal futuro, por meio da reforma ou educação dos criminosos ou abandonados. Inspiram-se em sentimentos de uma justiça esclarecida, que não enxerga só as causas imediatas do crime, pesquisando a intenção do autor; eles vão estudar os seus antecedentes, as taras dos antepassados, os vícios do ambiente em que foi criado o menor, a fim de ensaiar um tratamento capaz de o resgatar e reconduzir para o grêmio da gente honesta (MARREY, 1980, p. 12).

A FUNABEM tem metodologias fracassadas na avaliação dos técnicos que a identificam com caráter assistencialista intensificando a relação do menor com a instituição em detrimento das relações com a sociedade. É o momento da abertura política no contexto da transição à democracia. Sobre o atendimento apontava-se a reflexão sobre a passagem do paradigma do corretivo, predominante nos períodos anteriores, para o paradigma educativo, ou seja, com o cerne de direitos.

O governo federal estava no comando do General João Batista Figueiredo (1979 a 1985). Nos dois últimos anos desse mandato a população e os partidos de oposição saem às ruas com o intuito de mobilização por eleições diretas para Presidente da República. Em 1985 há a eleição indireta do presidente civil, Tancredo Neves. Com sua morte, logo após a eleição assume o vice, José Sarney (1985 a 1990).

Os movimentos sociais, representados por muitas organizações nacionais e internacionais, indicavam para a necessidade de alteração dessa realidade de atendimento, com base no direito fazendo emergir o Fórum de Defesa de Direito da Criança e do Adolescente.

Teve papel importante no suscitamento do debate sobre defesa desses direitos a iniciativa da advogada Lia Junqueira em São Paulo na articulação concreta dessa defesa através de um Centro de Defesa do Menor em São Paulo. Em março de 1988 diferentes grupos interessados na defesa da criança e do adolescente como a

Pastoral do Menor, Movimento nacional de Meninos e Meninas de Rua, Frente Nacional de Defesa da Criança, Universidade Católica de Goiás, Igreja Metodista, Crami, Comissão dos Direitos Humanos da Bahia, Centro de Defesa do Menor do Belém, Amapá, Rio de Janeiro, Centro de Direitos Humanos de Campo Grande, Centro Cultural Luis Freire de Pernambuco, Centro de Estudos da PUC/São Paulo e ASSEAF, Associação de Ex-Alunos da FUNABEM criam o Fórum DCA (Defesa da Criança e do Adolescente). O encontro foi estimulado e contou com a participação de Daniel O'Donnel do Fórum de Defesa da Criança Internacional (DCI), sediado em Genebra. Em 1994, o Fórum é formado por 46 entidades, atuando na ampliação e aplicação dos direitos assegurados à criança e ao adolescente (PILLOTTI e RIZZINI, 1995, p.85).

Com relação ao atendimento dos “internatos”, o texto-base da Campanha da fraternidade indica que essa alternativa deveria ser a “opção extrema” (CAMPANHA DA FRATERNIDADE, 1987, p. 80).

A prática tem evidenciado que a criança não entende os motivos que a levam para o internato. Como efeito, um profundo sentimento de rejeição vai crescendo à medida que o tempo passa, sobretudo quando a mãe ou o pai se distancia a ponto de perder o contato definitivamente. Esse sentimento de rejeição é o responsável pela agressividade e revolta que, comumente, caracterizam o temperamento dessa criança e demais conseqüências que advêm disso, não obstante a extrema dedicação dos educadores (CAMPANHA DA FRATERNIDADE, 1987, p. 81).

Nesse movimento da sociedade foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, onde “os direitos de crianças e de adolescentes perpassam por diferentes áreas e ficam estabelecidos nos artigos 227, 228 e 229” (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 85). Um novo momento histórico e ideológico se institui; é o período do direito constitucional e da abertura democrática. Para alguns juristas, cientistas sociais, educadores, etc., a Constituição é mais do que uma Lei; ela é também um projeto de sociedade.

As eleições foram vencidas pelo Presidente Fernando Collor de Melo, que governou de 1990 a 1992, quando foi denunciado por corrupção e, por meio da mobilização popular, teve seu impeachment votado pelo Congresso Nacional. Nesse mandato presidencial consolida-se o movimento social crítico em defesa da Proteção Integral ao sancionar O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069/90, aos 13 de julho de 1990.

Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento (ECA, Art. 6).

O Vice-Presidente Itamar Franco (1992 a 1995) assume o governo. Para os mandatos de 1995 a 2002 foi eleito Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, com a promessa de “valorizar a democracia e os direitos sociais, privatizar as empresas estatais e a previdência social e reduzir o Estado” (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 84). Nesse governo

identificamos a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (1993); Caravana de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados sobre os programas de abrigo (2001); Colóquio Técnico sobre Rede Nacional de Abrigos, a formação do Comitê Nacional para Reordenamento de Abrigos e a alocação de recursos para realizar uma pesquisa nos abrigos que faziam parte da Rede de Serviço de Ação Continuada (2002);

O desafio colocado pelo ECA é o reordenamento institucional que promova, com eficiência, eficácia e efetividade, um atendimento digno à crianças, aos adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade social.

Em 2003, até o momento, assumiu a Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, o plano de governo faz a análise e aponta os rumos a serem seguidos pela política nacional.

Estruturalmente, o país vivia as conseqüências de décadas de um crescimento concentrador de renda e de poder, constantemente mergulhado em crises inflacionárias ou de endividamento, incapaz de criar bases sólidas para financiar um desenvolvimento duradouro, que combinasse crescimento, democracia e bem-estar social. Frente a essa realidade o Governo apontou o caminho da mudança. Depois de quase três décadas perdidas, o Brasil ingressou em uma etapa de desenvolvimento sustentável. As mudanças são visíveis, como atestam principalmente a expansão do emprego e da renda de milhões de brasileiros. Caberá ao segundo mandato avançar mais aceleradamente no rumo desse novo ciclo de desenvolvimento. Um desenvolvimento de longa duração, com redução das desigualdades sociais e regionais, respeito ao meio ambiente e à nossa diversidade cultural, emprego e bem-estar social, controle da inflação, ênfase na educação, democracia e garantia dos Direitos Humanos, presença soberana no mundo e forte integração continental (PLANO DE GOVERNO, 2007/2010, p. 5).

Para que as políticas públicas assegurem a garantia de direitos da criança e do adolescente foi estruturada a Comissão Intersetorial, articulada pelo Ministro Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome com foco na promoção do direito de crianças e adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2004-2005)

Em 2006 é aprovado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária símbolo da ampliação da concepção de cidadania.

É resultado de um processo participativo de elaboração conjunta, envolvendo representantes de todos os poderes e esferas de governo, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais, os quais compuseram a Comissão Intersetorial que elaborou os subsídios apresentados ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (BRASIL, 2006, p. 17).

O Plano ao se referir ao Marco Conceitual nos chama a atenção para a reflexão sobre o “discurso” interpretativo na leitura do ECA. Sob essa interpretação precisamos analisar a trajetória do atendimento da Associação Santa Terezinha e da ação ou omissão das autoridades locais, transpondo limites das crenças individualizantes para uma ação coletiva e participativa de compreensão do direito da criança e do adolescente à Proteção Integral.

O ECA tem uma redação que facilita a sua interpretação e reduz a possibilidade de divergências extremadas sobre as noções de seus institutos. Como forma, esta possui o seu discurso. Este discurso é dotado de racionalidade, na medida em que oferece razões para aquilo que é dito, e tudo isto decorre da verificação da realidade e dos conceitos que todos temos desta. Entretanto, o discurso da norma jamais poderá prescindir de qualquer uma das duas funções: justificadora e modificadora (BRASIL, 2006, p. 26).

Uma consequente ação proativa é que deve indicar o caminho do reordenamento institucional a partir da mudança dos paradigmas imbricados nas concepções e nas modalidades de atendimento, no cotidiano. Essa ação, quando particularizada na organização, seja pública ou privada, pode trazer em si acertos e desacertos. Por isso, indicamos que a possibilidade do reordenamento concentra-se na análise e compreensão crítica da histórica e da legislação, na construção de mecanismos de superação intersetoriais; e, fundamentalmente, na crença na criança, no adolescente e na família, para que vivam a experiência comunitária.

3 DINÂMICA E REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA

Na tentativa de buscarmos uma visão da criança para Maria Francisca Tereza Martin² (1873 – 1897), denominada pela Igreja Católica como Santa Tereza do Menino Jesus e da Sagrada Face, realizamos uma investigação nos seus manuscritos autobiográficos, considerando que ela é a Padroeira da Associação Santa Terezinha.

A criança tem o sentido da abertura para a vivência e o conhecimento por meio das ações do cotidiano e da prioridade diante da sociedade. Além da subjetividade de entendê-la, diante das referências atuais, com o crivo de pessoa em situação peculiar de desenvolvimento.

Antes de abandonar o século, o Bom Deus deu-me a consolação de conhecer mais de perto *almas de criança*. Por ser a mais nova da família, nunca tivera essa ventura. Eis as tristes circunstâncias que ma proporcionaram. Uma pobre mulher, parente de nossa empregada, morreu na flor da idade e deixou três filhinhos. Durante sua doença, recolhemos em casa as duas meninhas, a mais velha das quais não tinha ainda seis anos.

Dedicava-me a elas o dia inteiro, e dava-me grande prazer verificar com que candura acreditavam tudo o que lhes falasse...Quando queria ver minhas duas filhinhas bem-conciliadas entre si, em lugar de prometer brinquedos e balas a que condescendesse com a irmã, falava-lhes das eternas recompensas que o Menino Jesus dará no Céu às criancinhas bem comportadas... Considerando de perto tais almas inocentes, compreendi qual não seria a desgraça de não as formar devidamente desde o despertar da razão, enquanto ainda se assemelham à cera mole, na qual é impossível moldar o selo tanto da virtude como da maldade... Compreendi o que Jesus disse no evangelho: ‘Melhor seria ser lançado ao mar, do que escandalizar um só destes pequeninos’ (Evangelho de Mateus 18,6). Oh! que de almas não chegariam à santidade, se fossem bem orientadas!... (TERESA DO MENINO JESUS, 1986, p. 129 e 130).

Considerando o contexto histórico da vivência de Tereza do Menino Jesus e a trajetória da Associação Santa Terezinha, até os dias de hoje, destacamos, a partir desse relato, quatro referências relacionadas à criança e ao adolescente: 1) a dedicação integral; 2) a referência pessoal e institucional; 3) a devida formação dos cuidadores; e 4) a criança como prioridade absoluta.

Nos manuscritos percebemos que Santa Terezinha cultivava a importância de perceber a manifestação de Deus nas pequenas coisas. Num jardim, por exemplo, contemplava as pequenas flores das ervas, consideradas daninhas, do que a beleza das flores dos canteiros

² Ir. Tereza do Menino Jesus; Santa Tereza do Menino Jesus; Santa Terezinha. Trata-se da mesma pessoa e nome nos documentos ora aparecem com a letra “s” ora com “z”.

principais. O amor por Deus era manifesto através das questões de cotidiano, do relacionamento com a família, professores, amigos.

No começo do século XX ramificava-se o conceito das Associações dos Discípulos de Santa Tereza, por meio de leigos – no sentido de não pertencimento da hierarquia eclesial – que se engajavam nas causas sociais. Essa crença pareceu-nos ser uma das importantes motivações da fundadora, D. Margarida Galvão.

“Uma associação religiosa para leigos, que desejavam viver o melhor possível o Evangelho e imitar Santa Terezinha na sua generosidade, mas que não sentem a vocação à vida religiosa, ou seja, de serem consagrados a Deus com votos” (CAVALCANTE, 1997, p. 43).

3.1 CENÁRIO DO SURGIMENTO

“A NOSSA HISTÓRIA começa em 912. Quando uma mocinha, quase uma menina ainda, de boa família e educação cristã, só acostumada com o lado cor de rosa da vida simples e pacata do velho São Paulo, fez uma descoberta que marcou o resto de sua existência. Sabendo que um pároco iria visitar um leprosário, quis acompanhá-lo. Esteve lá pelos lados do antigo bairro de Guapira. O que viu, o que sentiu, ainda hoje está vivo em sua lembrança” (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 24/11/1957).

A idealizadora e fundadora da Associação Santa Terezinha foi a Sra. Margarida Galvão, nascida na cidade de São Paulo, aos 14/11/1891, filha do Sr. Luiz Galvão Correia e Sra. Gertrudes Alves Galvão Correia; foi sobrinha trineta do Frei Galvão, fundador do Convento da Luz. Ela faleceu aos 14/08/1963.

A Associação surgiu das visitas de D. Margarida Galvão aos “lazarentos do Guapira” a partir de setembro de 1913, em companhia do Padre Péricles Barbosa, coadjutor da Paróquia de Santa Cecília, em São Paulo. Guapira era um leprosário, localizado no atual Bairro do Jaçanã, São Paulo, SP, onde funciona o Hospital Geral denominado São Luiz Gonzaga.

Afligiu-se com a situação, que observou, de sofrimento, de miséria, de angústia dos pobres enfermos. E ali, no Guapira, sentiu a inspiração para realizar uma obra que viria mais tarde a beneficiar não apenas os hansenianos, mas redundar em proveito da sociedade e da gente paulista (GALVÃO, O Estado de São Paulo, 24/08/1973).

Em 1915, motivada pelo 1º Congresso Eucarístico e pela irmã Marcília Galvão, decidiu organizar a Associação Particular, de moças caridosas que “se dispusessem a trabalhar, confeccionando costuras e angariando donativos para serem distribuídos aos hansenianos” (GALVÃO, O Estado de São Paulo, 24/08/1973).

O mote da fundadora, ainda hoje proferido nos espaços da Associação, foram as palavras de uma mãe asilada: “As senhoras são boas, mas estão esquecendo o que nós temos de mais precioso: nossos filhos” (Diário de São Paulo, 24/11/1957), proporcionou a criação da referida Associação aos 16 de junho de 1915. As sócias fundadoras são a Sra. Conceição Pereira de Almeida; Srta. Laura Vilaboim; Srta. Luíza Vilaboim; Sra. Adelaide Galvão Coelho; Srta. Carlota de Camargo. Srta. Sílvia de Campos Toledo; Srta. Custódia Mota e Srta. Margarida Galvão, que foi nomeada para exercer as funções de presidenta.

A Associação teve a adesão progressiva de sócios contribuintes proporcionando a ampliação das suas atividades por meio de donativos e chás beneficentes visando a arrecadação de gêneros necessários aos doentes. A receita foi suficiente para a compra de um terreno no Bairro de Perdizes, na cidade de São Paulo para construir-se um “asilo-escola para os filhos de leprosos”. No primeiro Estatuto Social identifica-se também a perspectiva da criação de um “estabelecimento para os filhos sãos dos doentes do Guapira”.

Em 1922, demonstrando o atrelamento nas necessidades de atendimento social entre o Estado e a Igreja, há provisão canônica do Estatuto Social da Associação pela Cúria Metropolitana de São Paulo, aprovada pelo Arcebispo Dom Duarte Leopoldo. Aos 25 de agosto de 1923, a Associação Terezinha do Menino Jesus detêm o título de personalidade jurídica.



Figura 1.

D. Margarida Galvão na visita ao hospital do Guapira, em 26/09/1922. Diário de São Paulo. Domingo, 24/11/1957

A partir da articulação política coordenada por D. Margarida Galvão agregou-se o patrimônio da extinta Sociedade Paulista de Assistência à Infância (Ex-Sociedade de Assistência aos Meninos Doentes) aos patrimônios da Associação Terezinha do Menino Jesus.

Com esse recurso financeiro a Associação pretendia iniciar em 1925 a construção do Asilo-Escola na Região de Pinheiros, onde havia adquirido um terreno. O Serviço Sanitário indeferiu a solicitação justificando que um estabelecimento dessa natureza deveria ser construído em um local mais afastado da cidade e indicou a localização nos arredores de Barueri. Nesse mesmo ano foi adquirido um terreno nas imediações do quilometro 23 da Estrada de Ferro Sorocabana, à margem direita da Estrada de Rodagem São Paulo – Itu. O autor do primeiro projeto arquitetônico do Asilo Irmã Terezinha do Menino Jesus foi o engenheiro Álvaro de Salles Oliveira.

“Os recursos para a compra do terreno e construção das 33 unidades que compõem o Instituto Luiz Galvão foram arrecadados em campanhas patrocinadas por **O Estado de S. Paulo**” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/10/1986).



Figura 2

Litografia da Planta do Preventório Santa Terezinha, acampamento de morféuticos. In: ARAUJO, H.C. Souza. História da Lepra No Brasil. Álbum das Organizações Antileprosas- Período Republicano (1890-1952). Rio de Janeiro Imprensa Nacional, 1946, p. 53.

O sentido da Associação, descrita por Cavalcante, é identificado na comemoração da beatificação da Padroeira, Ir. Terezinha do Menino Jesus, que “a 17 de maio de 1925 é proclamada Santa” (SAFFIRO, 1971 p. 104). Com o objetivo de incentivar ainda mais os trabalhos das obras sociais foi realizada uma comemoração no dia 30 de setembro de 1925; data em que se comemora o dia da “Santa Terezinha” conforme os cânones da Igreja Católica.

A sociedade paulistana acolhia a proposta da construção do Asilo-Escola por meio de

doações bem com pela aprovação do Legislativo da Cidade de São Paulo da Lei nº. 2.936, sancionada aos 06/02/1925, criando um provento “sobre cada automóvel que partisse do curso durante o carnaval [...] em benefício dos filhos sadios dos doentes de lepra”.

O Arcebispo Metropolitano criou uma Comissão sob a Presidência do Cônego Manoel Leite, com o intuito de realizar a construção. O Projeto Arquitetônico foi alterado e assinado pelo Dr. Abelardo Soares Caiubi, após uma análise técnica onde a “Associação e o engenheiro construtor ouviram reputados leprólogos e especialistas em construções hospitalares, para melhor orientação”. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/08/1973).

Além das doações dos benfeitores, o Poder Público, na representação do Governo do Estado, ao visitar as construções em andamento, destinou recursos financeiros “verificando a necessidade de urgente conclusão desse estabelecimento para preservação dos filhos de Lázarus [...] a fim de serem brevemente inauguradas” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/08/1973).

O Asilo Santa Terezinha foi inaugurado no dia 08 de setembro de 1927. A inauguração foi com 13 crianças, filhas de hansenianos, tendo sido uma delas retirada do lazareto do Guapira logo ao nascer. **Foi a primeira vez que tal fato ocorreu no Brasil.** [...] Em 30 de junho de 1928 a Associação já contava com 100 asilados” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/08/1973).

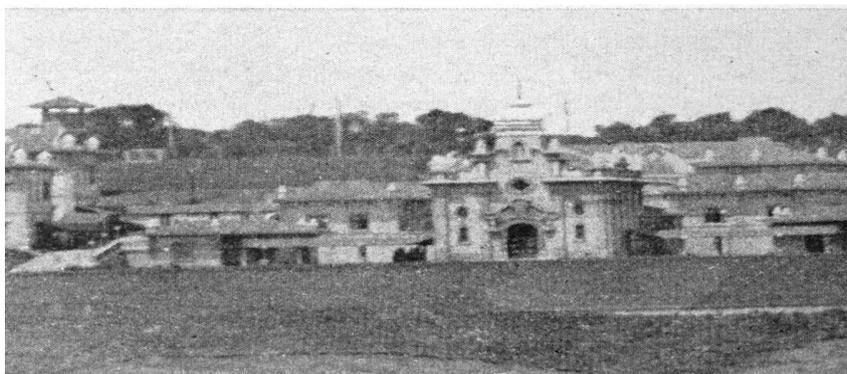


Figura 3

Preventório Santa Terezinha em construção. In: ARAUJO, H.C. Souza. História da Lepra No Brasil. Álbuns das Organizações Antileprosas- Período Republicano (1890-1952). Rio de Janeiro Imprensa Nacional, 1946, p3.

D. Margarida Galvão, mesmo com o funcionamento da Associação, mantinha suas visitas institucionais anuais ao Guapira. Nos documentos identifica-se o relato da visita do

mês de maio de 1928, onde a Associação, não podendo “presentear os doentes [...] em compensação levou todas as crianças cujos pais ali estavam internados e que se mostraram satisfeitos com a presença de seus filhos, que viram bem amparados” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/08/1973). No ano seguinte, a visita anual foi feita no Leprosário Santo Ângelo, para onde foram removidos os doentes do Guapira. Com essa mudança os doentes deixaram de receber auxílio da Associação para que a instituição se dedicasse à “obra de preservação e educação dos filhos dos lázaros indigentes” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/08/1973). Não encontramos relatos sobre o sentimento das crianças.

O objetivo da Associação nas visitas aos Sanatórios do Estado de São Paulo era “para não fazer desaparecer o amor familiar e para dar aos doentes a indispensável tranquilidade, por verem anualmente seus filhos desenvolvendo-se fortes e bem assistidos” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/08/1973).

A importância em demonstrar que as crianças estão “fortes e bem assistidas” vem ao encontro da necessidade da desconstrução de métodos utilizados no cuidado de crianças, quando no século XIX, a assistência era exercida com a precária, ou ausente “vigilância”.

E no caso da vigilância da pessoa com hanseníase, a profilaxia ocorria por meio de notificações dos casos declarados, ou suspeitos, que eram realizadas por médicos, ou pessoas da comunidade, às autoridades sanitárias, a fim de tomar as “medidas necessárias para a proteção da coletividade” (ALCÂNTARA, 1936, p. 233). As medidas eugênicas eram a meta a ser percorrida pelos poderes públicos, pelas organizações privadas e pela formação profissional.

O Asilo Santa Terezinha não limita a sua ação ao simples agasalho material do asilado, dando-lhe pão e vestuário. Ele antecipa o futuro e se volta também para a origem, para a procedência dos asilados.

É preciso fortalecer esses organismos, que vieram combatidos por diversas fraquezas congênitas, ou adquiridas em um meio em que abundam as privações, a ausência de higiene, a falta de cuidados, que comprometem seriamente a eugenia. E sob o ponto de vista moral, mais imperioso é ainda o dever de amparar essas almas, caídas em abandono e trazendo o precoce estigma do desalento, da tristeza e das lúgubres perspectivas do dia de amanhã. Assim, é necessário que o ambiente em que se encontram essas crianças seja puro e tonificado pelas auras de carinhos especiais e de dedicações elevadas. E é preciso, também, que sejam preparadas para encarar o futuro com confiança, para saberem se defender, para lutarem pela vida, quando deixarem o Asilo (O ESTADO DE SÃO PAULO, Pasta 51.462, p.10).

No ano de 1929, os responsáveis pela Associação identificaram casos de suspeitas da “lepra”, e a conseqüente ausência de um espaço para quarentena. A situação causou preocupação e necessidade de estratégias, pois a quarentena caracterizava-se pela restrição da

liberdade de movimentação das pessoas que tinham tido contato com doentes de moléstias transmissíveis. Na profilaxia da lepra utilizavam-se as mesmas orientações destinadas ao tratamento da tuberculose. Ao se referir às crianças recém-nascidas, acreditava-se que a precocidade, a intimidade e a duração do contato com a mãe, doente de morféia, criariam condições favoráveis de contágio e conseqüente contaminação generalizada da criança.

Com esse fato foi organizado um atendimento emergencial numa casa alugada na cidade de São Paulo, num período de oito meses; constatou-se o alto custo no atendimento e a ausência de profissional qualificado, obrigando o retorno do atendimento para um espaço interno da instituição, em Carapicuíba.

No ano de 1930 foi realizada a “Semana dos Filhos dos Lázaros”. Com a arrecadação financeira adquire-se um terreno ao lado e constrói-se o Pavilhão Ritinha C. Rangel Pestana, inaugurado aos 22/02/1931, com o objetivo de atender as crianças advindas dos “leprosários” e identificar seu estado de saúde.

A idéia do Asilo-Escola é colocada em prática com a criação da escola por meio do Governo do Estado.

Cuidando da educação e preparo das crianças internadas, a Associação conseguiu que o Governo do Estado creasse e mantivesse no Asilo duas escolas para o primeiro e o segundo anos primários. Em 1929, tendo aumentado o número de asilados foi criada uma terceira escola, obtendo o privilégio de funcionar o terceiro e o quarto anos. Com isso foram grandemente beneficiados os alunos, que passaram a receber maior instrução e que, quando terminaram o quarto anos passavam a empregados do Asilo. Uma das escolas passou a funcionar como jardim da Infância. A instrução profissional pratica também não tem sido descuidada (O ESTADO DE SÃO PAULO, Pasta 51.462, p. 7).

A dinâmica institucional se estabiliza durante a década de 30. O esperado acontece, as crianças tornam-se adolescentes. “Em 1932, de 189 asilados que existiam, 80, de ambos os sexos, já eram maiores de quinze anos”. (O ESTADO DE SÃO PAULO, pasta 51.462, p. 7). A separação familiar era fato consumado pelo motivo da internação, da morte do pai, da mãe, dos dois, distanciamento e rejeição dos parentes, etc., tornando-se necessário criar estratégias para o atendimento dos adolescentes, que até então não faziam parte do planejamento institucional.

O Serviço de Profilaxia da Lepra havia fundado um “preventório” para meninos em Jacareí, SP. As equipes das instituições fizeram um acordo. A Associação encaminhou os adolescentes, “cuja permanência se tornava difícil” (O ESTADO DE SÃO PAULO, pasta 51.462, p. 7) sob a condição de receber igual número de crianças lactentes. A partir dessa

estratégia, iniciada aos 8/07/1933, criou-se a dinâmica de transferência dos “internos do sexo masculino de mais de 13 anos” (O ESTADO DE SÃO PAULO, pasta 51.462, p. 7). O projeto institucional para as mulheres, as adolescentes foi outro.

Várias asiladas casaram-se sob os auspícios da Associação, que adquiriu para cada uma delas uma casinha e a mobiliou com todo o carinho, procurando, como sempre, dar às suas protegidas o amparo e o conforto que os pais dão aos seus filhos. O Asilo Santa Terezinha é a continuação do lar que o filho do leproso perdeu (O ESTADO DE SÃO PAULO, pasta 51.462, p. 7).

Durante anos a entidade vivenciou o recebimento de grande número de crianças lactentes na cidade de Carapicuíba. Os problemas acentuavam-se com a dificuldade de recursos financeiros, humanos e de técnicas específicas no cuidado dos lactentes. O óbito e o retorno para os leprosários foram um grande desafio, que não foi suficientemente equilibrado pelos mecanismos institucionais, durante décadas.

“Nos casos de moléstia grave ou morte de asilados, a Associação comunicava o fato aos pais, tutores ou responsáveis. E os menores falecidos no Asilo e na Creche, não reclamados pela família, eram inumados em jazigo perpétuo”. (O ESTADO DE SÃO PAULO, pasta 51.462, p. 10).

Essa situação fez com que as crianças fossem encaminhadas para uma casa alugada, onde se instalou a Creche Santa Terezinha, localizada na Avenida Água Branca, na cidade de São Paulo, que mantinha as crianças até os dois anos de idade. Depois disso eram encaminhadas para a cidade de Carapicuíba, SP.

D. Margarida, preocupada com os egressos, no sentido de preservá-los do estigma social; a manutenção dos sócios e benfeitores; e o destino da instituição, tentava esclarecer a sociedade de que a hanseníase não era hereditária. O Departamento de Profilaxia da Lepra – DPL foi provocado pela entidade, que afirmava que “não constavam dos registros de nascimento de filhos de hansenianos asilados a situação dos pais, nem o local exato do nascimento” (O ESTADO DE SÃO PAULO, pasta 51.462, p. 11).

Os egressos de nosso Asilo lutam, quase sempre, com grandes dificuldades na sua vida, pelo fato de serem filhos de doentes de lepra. Essa dificuldade toma vulto e é quase insuperável, inúmeras vezes, quando esses egressos não podem ocultar sua condição de filhos de leproso.

Atualmente, a certidão de nascimento é um documento de grande importância, imprescindível para a prática de muitos atos da vida do cidadão: seja para poder estudar, para poder trabalhar, seja para todos os atos da vida social ou civil esse documento é exigido.

E, quando na certidão conta que o registrando nasceu em um leprosário, surgem as dificuldades e os dissabores, as suspeitas e, quase sempre, o injustificável e prejudicial retraimento.

Por todos esses motivos venho sugerir as possíveis providências de V.S. no sentido de que os srs. Diretores dos leprosários no Estado, façam consignar, quando do registro dos nascimentos das crianças, ocorridos no Hospital que dirigem, ter esse nascimento se verificado no Município em que está situado o hospital, a fim de que não conste, das respectivas certidões, ter o nascimento ocorrido em um leprosário.

Certa de que V.S. concordará com o que venho de sugerir o que, sem nenhum inconveniente, virá facilitar a vida daqueles que tiveram a infelicidade de nascer em um leprosário e de pais leproso, valho-me da oportunidade para renovar a V.S. os protestos de minha grande consideração. a) Margarida Galvão. Aos 15 de junho de 1940 (O ESTADO DE SÃO PAULO, pasta 51.462, p. 11).

O diretor da DPL acolheu o pedido da Associação Santa Terezinha enviando a seguinte Circular aos leprosários do Estado de São Paulo.

CIRCULAR. – Of.n.1.803. Identifica aos 5 leprosários.

Senhor Diretor Clínico.

Transmito a V.S. ofício recebido de Dna. Margarida Galvão, diretora do Asilo Santa Terezinha e solicito seus bons ofícios para que seja atendido seu pedido (segue-se a transcrição do ofício supra-referido).

Atenciosamente, o diretor – a) Nelson Souza Campos (O ESTADO DE SÃO PAULO, pasta 51.462, p. 12).

Em decorrência do elevado número de crianças pequenas encaminhadas para a creche foi necessária a construção de um novo equipamento, que foi inaugurado no dia 23/08/1950 com o nome de Berçário Carolina Motta e Silva, localizado na Rua Morato Coelho, no Bairro de Pinheiro, São Paulo.



Figura 4

Cena do cotidiano. Berçário Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP
Pasta 138. 1950

A Associação tinha como premissa a ampliação das suas atividades pelo interior do Estado de São Paulo. No dia 11/12/1956 foi inaugurada a primeira filial na cidade de Santo André, sendo a primeira presidente a Sra. Maria do Carmo de Paiva Azevedo, designada pelo Sr. Bispo D. Jorge Marcos de Oliveira. Nesse evento houve a palestra do Dr. Fernando Alayson, Presidente da Sociedade Paulista de Leprologia, que se pronunciou aos leigos no assunto, sobre o mal de Hansen.

Finalizando ressaltou a importância do trabalho assistencial de cunho particular, como complemento ao trabalho governamental, o que se dá também nos países mais ricos e adiantados do mundo, e terminou fazendo votos para que este se espalhem por todo o território do Estado, permitindo o mais amplo e completo amparo aos hansenianos e suas famílias (A GAZETA, 12/12/1956).

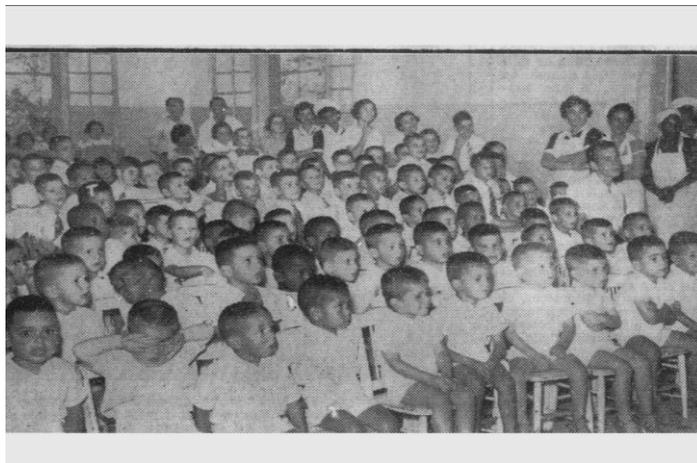


Figura 5

O Estado de São Paulo. 23/12/1956. Natal em Carapicuíba. Arquivo “recortes de jornais e revistas” da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP

A d. Judith Mesquita Vieira de Carvalho era presidente do Departamento de Assistência ao Egresso no ano de 1957. Na comemoração do seu aniversário foi realizada uma festa no Sanatório de Gopouva, localizado na cidade de Guarulhos, SP. Identificamos a diferença de uma criança institucionalizada e aquelas que estavam junto de suas famílias, mesmo que ainda marcadas pelo estigma da “lepra”. A simplicidade da mesa o cuidado com as crianças também demonstram o intuito de apresentar à sociedade que a hanseníase precisava ser compreendida de outra maneira pela sociedade. A imagem das meninas é bastante preservada.

[...] foi-lhe prestada significativa homenagem pelos seus protegidos de Gopouva. Depois da solene missa oficiada pelo revmo. Padre Calisto, superior do Seminário de Jacanã., o Sr. Carlos Montovani dirigiu uma saudação aos presentes, salientando os benefícios que a presidente tem proporcionado a centenas de egressos dos sanatórios de lepra. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 9/07/1957).

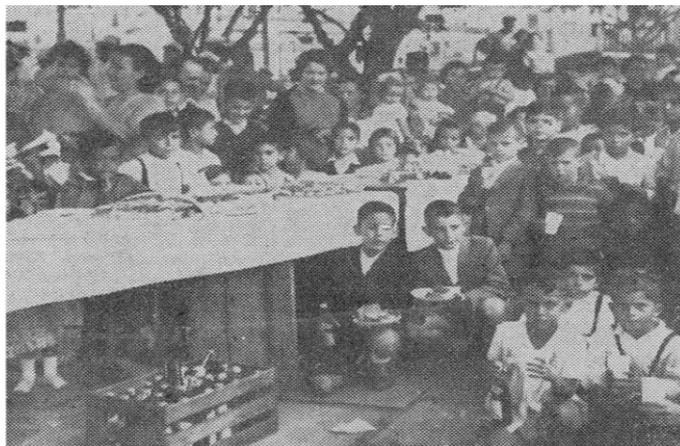


Foto 6

O ESTADO DE SÃO PAULO. 9/07/1957. Festa no Sanatório de Gopouva.
Arquivo “recortes de jornais e revistas da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP

O clima instalado no atendimento do SAM promoveu também denúncias de que “surraram e torturam as crianças no educandário Sta. Terezinha” (SIQUEIRA, *Jornal a Última Hora*, 2/08/1957) e os ex-internos solicitaram “às autoridades competentes, no sentido de inspecionarem as graves irregularidades que por eles são apontadas nessa reportagem” (SIQUEIRA, *Jornal a Última Hora*, 2/08/1957). A diretoria da entidade delibera a solicitação para que o Juizado de Menores possa determinar a “imediate e rigorosa sindicância sobre o que se passa naquela instituição” (FOLHA DA MANHÃ, 7/08/1957). O médico diretor do Dispensário do DPL publica uma matéria testemunhando que “visitando freqüentemente o Educandário de Carapicuíba e a Creche Carolina Mota e Silva, em horas diversas e [...] nunca encontramos em uma só criança, qualquer indício de castigo físico [...]” (BAPTISTA. *O Estado de São Paulo*, 10/08/1957). Das irregularidades foi definido pelo Juízo da Vara Privativa de Menores da Capital:

Nenhuma irregularidade foi verificada, nem quanto à assistência prestada a filhos de hansenianos, nem quanto aos demais itens formulados nas denúncias. Se alguma falha houve – o que é normal em toda instituição em que trabalham centenas de pessoas, nem todas dotadas de senso de responsabilidade – trata-se de ocorrência remota, de pequena importância e corrigida na devida época pela diretora, que usou de rigor, tendo dispensado tais servidores irresponsáveis (O ESTADO DE SÃO PAULO, 18/09/1957).



Figura 7

D. Margarida Galvão. Diário de São Paulo. Domingo, 24/11/1957

A Associação continuou seu curso no atendimento às crianças conforme se propunha desde a fundação. Somente na década de 60 é que há a normativa indicando as condições para se efetivar as internações dos doentes de hanseníase, até então compulsórias. O decreto corroborava para que houvesse a revisão da forma de atendimento indicando os possíveis paradigmas da alteração das práticas institucionais.

“De acordo com decreto federal de 1962, só poderiam internar-se doentes em condições clínico sociais muito más. Neste Estado, o decreto foi aplicado em 1967, mas a partir de então suspenderam-se as internações indiscriminadas e transferiram-se muitos doentes dos hospitais para unidades sanitárias. Reduziu-se, conseqüentemente, o número de internações no Santa Terezinha” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 04/07/1970).

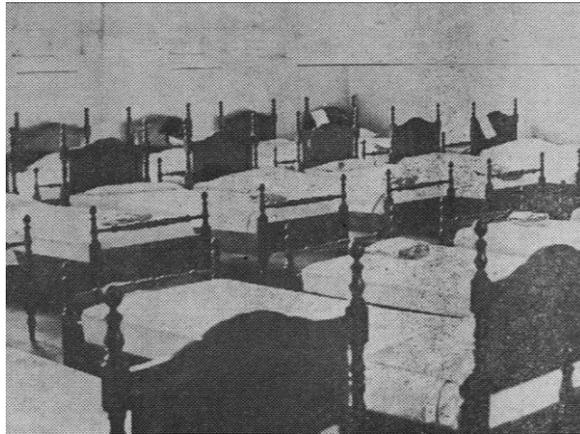


Figura 8

A obra benemérita de D. Margarida Galvão: o Educandário Santa Terezinha. O Estado de São Paulo. Suplemento Feminino. Ano X – Número 514, São Paulo, 23/08/1963

Nesse período identificamos também que a sustentação das atividades da Associação Santa Terezinha estava caracterizada pela ação de oito Departamentos: Espiritual, que dispensa amparo religioso aos que dele tanto necessitam para suportar sua infelicidade; de Assistência aos Egressos, que trata do condicionamento à vida em comum dos antigos doentes, não mais contagiantes, mas que a sociedade repele, e que, no entanto, precisam trabalhar para seu próprio sustento; de Assistência às Famílias, que está a serviço daqueles que tinham um parente afetado do terrível mal, afastando-o de preocupações com sua família e garantindo-lhes subsistência, tratamento e mesmo emprego; de Costura, com cerca de 20 postos espalhados pela Capital e Interior, fornecendo aos doentes e suas famílias 8 mil peças de roupas por mês e dando trabalho, nesses postos, ao maior número possível de egressos; de Medicamentos, que solicitava do Governo a compra e distribuição dos mais modernos recursos terapêuticos prescritos; Jurídico, que proporcionava a assistência jurídica aos doentes e suas famílias; de Divulgação, proporcionando os meios de publicidade, mantendo a população ciente das atividades da Associação; Social, que promovia festas beneficentes e prestava esclarecimento a visitantes sobre os trabalhos desenvolvidos.

A Creche Carolina Motta e Silva, chamada também de “berçário”, analisando as fotos no início de 1963, demonstram que o atendimento era realizado separando, desde tenra idade os meninos das meninas. E a infantilização estava presente na concepção de atendimento quando observamos a menina que se alimenta num cadeirão.



Figura 9

A obra benemérita de D. Margarida Galvão: a Creche Carolina Motta e Silva. O Estado de São Paulo. Suplemento Feminino. Ano X – Número 514, São Paulo, 23/08/1963

A demonstração para a sociedade de que o atendimento estava seguido o padrão pactuado nos modelos institucionais observa-se no atendimento da Associação as crianças num momento de refeição, descontraídas, separadas por sexo, identificadas por roupas e cortes de cabelos, num mesmo padrão. O modelo de atendimento asilar, no sentido da assistência social, é característico por recolher, sustentar e dar educação para pessoas pobres e desamparadas. A interação das funcionárias está na função de lhes oferecer o alimento. É interessante observar que nesta foto a pagem encontra-se toda uniformizada, numa ação automática de lhes servir a refeição. Enquanto duas estão na cozinha, preparando e servindo a refeição, somente uma profissional cuida de 16 crianças. A contradição entre a teoria e a prática do atendimento precisa ser observada nesse contexto, pois aqui se apresentam as ciladas da institucionalização.



Figura 10

A obra benemérita de D. Margarida Galvão: o Educandário Santa Terezinha. O Estado de São Paulo. Suplemento Feminino. Ano X – Número 514, São Paulo, 23/08/1963

A entidade contava com o serviço do Centro Médico Social São José, que tinha convênio com a secretaria da Saúde para cuidar do retorno dos adultos que se encontravam nos hospitais, possivelmente as famílias das crianças, à vida social dos doentes que não eram mais contagiantes e que precisavam trabalhar para o seu próprio sustento. Na época o retorno era considerado como o “condicionamento à vida em comum dos antigos doentes”. A foto a seguir demonstra a convivência e a brincadeira diferenciada das crianças em relação daquelas institucionalizadas. Por um lado essa atividade buscou instrumentalizar os “antigos doentes” para uma vida social com menor estigma possível, porém, considerando o momento político e econômico da época, identificamos que a ideologia ainda era a da tutela pela instituição e pelo Estado. No entanto, nesse momento encontramos a última referência consistente em relação ao trabalho com egressos, que entendo que tinha a função de preparar as pessoas das famílias e comunidade para a vida em sociedade.

O departamento de egressos é na visão da fundadora tinha por princípio a possibilidade de que as famílias não perdessem o contato com seus filhos. Porém identificamos que entre o desejo de D. Margarida e a dinâmica cotidiana havia o distanciamento da proposta e da educação cotidiana que segregava homens e mulheres a grupos distintos e a impossibilidade de convivência entre irmãos, por exemplo.



Figura 11

A obra benemérita de D. Margarida Galvão: o Departamento de Egressos Centro Social São José. O Estado de São Paulo. Suplemento Feminino. Ano X – Número 514, São Paulo, 23/08/1963

Com a morte da fundadora, D. Margarida Galvão, coincide-se a questão da discussão do atendimento ao “menor” com a formação de uma política centralizadora. As dificuldades

enfrentadas pela entidade foram relatadas pela imprensa. A institucionalização, a culpabilização da pobreza e a identificação dos dirigentes na substituição da família ainda estabelecem a metodologia de atendimento.

[...] A Associação Santa Terezinha, benemérita entidade que ora enfrenta sérias dificuldades de ordem financeira, estando mesmo ameaçada, por esse motivo, de interromper o relevante trabalho assistencial que vem desenvolvendo há cerca de três décadas. Atualmente, a Associação abriga centenas de filhos de hansenianos pobres, doando-lhes educação, conforto e carinho. O destino dessas criaturas está dependendo, pois, da compreensão e da generosidade da população paulistana, à qual apelamos mais uma vez, para que auxilie, na medida do possível [...].

Fazemos votos para que a Associação Santa Terezinha continue dando às crianças que abriga não só o alimento material de que tanto carecem como também o calor do afeto de seus dirigentes que lhes é proporcionado na falta de amor materno de que não gozam (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2/11/1963).

3.2 CONTEXTO DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

A Presidência da Associação Santa Terezinha foi designada à Sra. Marina Vieira de Carvalho Mesquita. Nesse período também prevalecia uma intensa crise financeira para a manutenção do atendimento e dos propósitos institucionais. A educação para o trabalho era um desses propósitos na preparação dos adolescentes. As atividades eram dirigidas conforme o sexo. As meninas aprendiam as prendas domésticas e os meninos os trabalhos manuais. As fotos a seguir registram esse momento de intimidade, compenetração permeada da disciplina no modelo de ensinar e no vestuário.



Figura 12
A obra benemérita de D. Margarida Galvão: o Educandário Santa Terezinha. O Estado de São Paulo. Suplemento Feminino. Ano X – Número 514, São Paulo, 23/08/1963

O Jornal o Estado de São Paulo publicou várias notas solicitando donativos e apresentando os Balanços Gerais demonstrando as receitas e despesas entre os anos de 1966 a 1969. A situação de continuidade e identidade do serviço era preocupante.

O Serviço de Assistência aos Menores (SAM) estava extinto diante da avaliação dos péssimos serviços prestados ao atendimento de “menores”, chegando a ser denominada “escola do crime”. A Organização das Nações Unidas (ONU) recomendava que os países tivessem uma entidade para formular e implantar a política do bem-estar do menor. Pelos motivos apresentados na intenção ecológica da pesquisa, surgia a FUNABEM que indicava como necessidades básicas do menor cinco elementos fundamentais: saúde, amor e compreensão, educação, recreação e segurança social.

A política de convênios começava a se firmar ao se discutir sobre o papel das entidades que apresentaram a possibilidade de firmar acordos ou convênios, pois a meta da FUNABEM afirmava que não fazia o atendimento direto, mas participaria na colaboração técnica e financeira.

As entidades estavam sob as diretrizes da Lei nº 4.513, de 1º/12/1964, que no artigo 16 orientava as entidades sobre os procedimentos dessa política.

As entidades que receberam dotações compulsórias, subvenções ou auxílios de qualquer natureza, por parte dos poderes públicos, para prestação de serviços de assistência à família, à infância e à juventude, serão obrigadas a planejar suas atividades em obediência às diretrizes traçadas pelo conselho e submeter-lhes anualmente seus planos de trabalho e o relatório circunstanciado dos serviços executados. O inadimplemento dessa obrigação importará na perda da subvenção ou do auxílio.

Nesse cenário a Associação Santa Terezinha muda seu Estatuto Social em 1970, iniciando o atendimento de crianças de procedências distintas das até então recebidas dos leprosários. É a fase onde sua denominação-fantasia passa de asilo para educandário, firmando a noção do aperfeiçoamento da técnica de atendimento, mas no sentido trazido por Rizzini, como a “escola dos pobres”.

O conhecido Educandário Santa Terezinha [...] fundado por D. Maria Galvão, para abrigar apenas filhos de doentes de hanseníase, acaba de alterar sua finalidade e, após modificações de estatutos, passa a receber também, por meio do Serviço Social de Menores, crianças de outras procedências (O ESTADO DE SÃO PAULO, 04/07/1970).

Para justificar a mudança do Estatuto Social e a importância da instituição nesse processo o jornal apresenta a justificativa científica sobre a hanseníase. A medida foi o procedimento prático por parte do governo, porém com atrasado em 20 anos, quando os

especialistas na área da saúde não mais indicavam a internação compulsória e o tratamento ambulatorial da infecção. A preocupação moral e a vigilância ainda eram os paradigmas fortalecidos.

A hanseníase é doença muito pouco contagiante e a grande maioria da população, incluindo os filhos de doentes, é resistente à infecção. Desde 1953, o isolamento obrigatório passou a ser considerado inútil e até mesmo prejudicial, pois afugentava os doentes dos novos tratamentos surgidos em 1943. De acordo com decreto federal de 1962, só poderiam internar-se doentes em condições clínico sociais muito más. Neste Estado, o decreto foi aplicado em 1967, mas a partir de então, suspenderam-se as internações indiscriminadas e transferiram-se muitos doentes dos hospitais para unidades sanitárias. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 4/7/1970).

O movimento da sociedade na atenção à menoridade e o avanço da tecnocracia lançou a Associação Santa Terezinha à necessidade de alteração da sua modalidade de atendimento. A crise, em todos os aspectos, era premente. O modelo da fundação estava descaracterizado; modificações eram necessárias. Esse momento caracterizou-se pela mudança calcada pelo legislativo a partir das orientações da FUNABEM, das leis e decretos subsidiários. A consequência, como sempre, atinge diretamente o atendimento do cotidiano. As justificativas pautavam-se no Serviço de Acolhimento Familiar, discutindo o problema acentuado pela ausência de uma estratégia de trabalho com famílias e pela hanseníase que ainda promovia a separação dos pais e filhos. O problema não apresentou soluções; a instituição e o Estado responsável pela política pública firmaram mais uma vez o compromisso da política institucional pós 1964.

Reduziu-se, conseqüentemente, o número de internações no “Santa Terezinha”. Por outro lado, os poucos menores que, por motivos médico-sociais, ainda venham a ser temporariamente separados de seus pais, deverão ficar, de preferência, na casa de outros parentes ou de famílias que os adotem ou possam cuidar deles. Só quando isso não seja possível é que se admite hoje a internação em educandários, mas estes não deverão ser exclusivos para filhos de doentes de hanseníase, para evitar problemas psicológicos futuros resultantes dessa discriminação (O ESTADO DE SÃO PAULO, 4/07/1970).

A equipe gestora sente-se satisfeita ao adequar a função da organização social aos ditames de uma inovadora modalidade de atendimento.

De acordo com essa orientação internacional, recentemente adotada no Estado de S. Paulo, a Associação Santa Terezinha por meio da modificação de seus estatutos, acaba de reafirmar o seu alto espírito de compreensão e colaboração com a causa pública eliminando a estigmatização que pesava sobre as crianças ali internadas e adaptando-se aos mais modernos princípios médico-sociais (O ESTADO DE SÃO PAULO, 4/07/1970).

Nessa época a permanência era o pacto institucional, continuando com o recebimento das crianças da Creche Carolina Mota e Silva para permanecerem no Educandário até 18 anos

de idade. Do ponto de vista educacional, identificamos a preocupação em oferecer uma educação aprimorada.

As crianças freqüentavam os cursos primário e ginásial, além de receberem orientação para o trabalho. [...] A preocupação em preparar melhor os internos para o trabalho está motivando estudos no sentido de serem estabelecidos convênios com a secretaria de Promoção social, para que os adolescentes possam receber treinamentos em oficinas do Serviço Social de Menores ou de outras entidades (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1/12/1970).

Dentre os departamentos organizados pela fundadora constatamos que no início da década de 1970 o Departamento de Egressos “dá assistência a mais de 200 ex-doentes que recebem alta dos leprosários, mas ainda não tem condições de conseguir empregos e o Departamento Médico-Social assiste, em regime de semi-internato, a mais de 150 crianças de 3 a 7 anos” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1/12/1970).

Em 1971 organizava-se a XI Semana de Estudos do Problema do Menor e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento preparava-se para apresentar os dados relativos as entidades disponíveis para o atendimento e o estudo dos casos de marginalização social do menor. Aproveitando-se desse momento a diretoria da Associação Santa Terezinha avalia que ainda faltam oportunidades para os jovens que estão no educandário e, por meio da imprensa, chama a atenção para a crise financeira da entidade. A sensibilização é feita a partir da foto de uma criança como título “a Associação ajuda criança sem lar”.



Figura 13

O Estado de São Paulo. 29/04/1971, p. 30.
Entidade pede maior auxílio. Arquivo “recortes
de jornais e revistas” da Associação Santa
Terezinha, Carapicuíba, SP

[...] Alguns trabalham em indústrias e oficinas próximas ao educandário e as moças aprendem a bordar e costurar, mas não há recursos efetivos que ensinem uma profissão. Eles desejam uma escola profissional ou pelo menos cursos rápidos de mão-de-obra que fossem ministrados no próprio educandário, em oficinas próprias. Já funciona uma sapataria e há muito tempo não precisam comprar sapatos para as crianças, pois se tornara auto-suficientes. Pretendem que os jovens quando saem do educandário, por atingirem a idade limite de 18 anos, tenham uma profissão, possam ganhar o seu próprio sustento (O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/04/1971).

Como fora anteriormente colocado, as autoridades responsáveis pelas diretrizes e execução da política do menor afirmavam que iriam “colaborar técnica e financeiramente”. Os gestores expressaram um desalento com o poder público e tentaram conquistar maior número de sócios. Esses desafios permearam a gestão dessa presidenta.

Não somente pessoas físicas, mas principalmente jurídicas – firmas, empresas, companhias – poderão ingressar no quadro de associados ajudando e oferecendo garantias de segurança a uma entidade pioneira, de idoneidade comprovada, que há quase meio século vem constituindo um padrão de generosidade, que já salvou 2.211 filhos de hansenianos e que ainda agora cuida de 732 crianças distribuídas em seus diversos departamentos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 02/05/1971).

A princípio a entidade vivia dos donativos de seus associados. Depois, tendo crescido, entrou a receber subvenções. Estas, entretanto, com a desvalorização da moeda, deixaram de ter expressão, além de que nunca foram pagas com regularidade (O ESTADO DE SÃO PAULO, 10/07/1971).

Aos 20 de março de 1973 a Sra. Maria Cerqueira César assume a Presidência da organização social. Nesse ato aparece, pela primeira vez, a formalização da participação da Congregação das Filhas de Nossa Senhora Stella Maris, que há décadas também faziam o atendimento aos hansenianos no Hospital Padre Bento, localizado na cidade de Guarulhos, SP. A função da Congregação era a de administrar o Departamento de Assistência aos Egressos, sendo indicadas como “Diretora, Paolina Doninelli; Vice-Diretora, Maria Lucia Lion; Secretaria Catarina Marciano; Tesoureira, Maria Cândida Metidieri” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/03/1973).

Naquele momento o Hospital Padre Bento ainda passava pela reinserção social das pessoas com hanseníase. Naquele hospital trabalhavam inicialmente como enfermeiras e depois como religiosas, as Irmãs Gilda Tatasciore, Giusephina Volpi e Paolina Doninelli, fundaram a Congregação das Filhas de Nossa Senhora Stella Maris. Nessa década elas assumiram o trabalho no Parque Infantil Santa Terezinha para atender as crianças filhas de famílias hansenianas que foram reintegradas à sociedade, protegendo-as do estigma da doença imputado pela sociedade, e fundaram o Pensionato São Francisco de Assis para o atendimento de adultos que ainda eram rejeitados por suas famílias ou estas não tinham onde residir. Com isso refletimos que as mudanças de legislações e de critérios de atendimento, no século

passado, não previram na política a questão da educação, saúde, emprego e moradia. Portanto, a possibilidade era a criação de serviços que continuassem a tutela dessas pessoas em detrimento da autonomia delas.

Por ocasião da comemoração dos 50 anos apontava-se a inovação introduzida no sistema educacional, tecendo críticas sobre o rígido modelo anteriormente aplicado e indicava a necessidade da aproximação familiar e o contato com a comunidade. Nesse período encontramos os registros de que essa prática começou a ser utilizada como proposta era a convivência mais próxima dos menores da instituição com as crianças da comunidade.

As crianças sentiam falta de estímulo e precisam ser mais individualizadas. Agora, nas últimas festas, já há bandinhas se apresentando e poesias também são declamadas, o que era difícil conseguir quando a educação era mais rígida.

A outra forma encontrada pela Associação para evitar que o contato com o mundo exterior se torne um impacto chocante é permissão para visitas e viagens às casas de parentes. Ainda em maio, 103 crianças foram, em grupo, passar uma temporada em Santos. Além disso, algumas crianças são enviadas, em regime experimental, às famílias que estão pensando em adotá-las. O contato com os pais também está sendo facilitado: uma vez por mês, os doentes em condições de ver os filhos encontram-se com eles no Departamento de Dermatologia do Estado (O ESTADO DE SÃO PAULO, 18/08/1973).

No dia 22/08/1973 foi inaugurado o novo prédio do Grupo Escolar Santa Terezinha. O prédio foi construído numa área de 6 mil metros quadrados que foi doada ao Governo “para que o Fundo estadual de construções escolares ali fizesse o prédio com dois pavimentos, em concreto aparente. [...] A professora Theodora Maria Capene, da escola, conta que ‘o novo prédio foi feito tendo em vista as recomendações da Lei n.º. 5.632, e possui salas-ambiente, para o ensino de matérias-técnicas’ (O ESTADO DE SÃO PAULO, 18/08/1973). A representante da Associação Santa Terezinha, Marina Cerqueira César, foi uma das oradoras, e salientou na ocasião, que “a inauguração desta unidade tem significação especial, pois simboliza, de uma certa forma, a união entre o Poder Público, a Igreja e a população, no esforço de recuperar a infância atingida pela fatalidade do afastamento do ambiente familiar”. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 18/08/1973). A inauguração do grupo escolar, prédio pintado de azul, marca o conjunto arquitetônico com perspectivas institucionalizadoras.



Figura 14

Vista aérea da Associação Santa Terezinha. Arquivo da Associação Santa Terezinha, 2008

Diante do fluxo de atendimento e do encaminhamento feito pelos órgãos competentes da época a entidade declara que “com sua experiência passou a cuidar de outras crianças, filhas de enfermos, exceto doentes mentais” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 12/12/1973). Em 1974 a crise técnica e financeira era realidade. Os jornais mais uma vez estampavam manchetes a esse respeito.

As crianças precisam de alimentos e roupas. A creche precisa do dinheiro. O déficit é grande [...] e vai continuar crescendo até que seja encontrada uma solução para eliminá-lo. Enquanto isso não acontecer, a Associação Santa Terezinha ficará em condições bastante precárias para vestir, alimentar, calçar e educar as 335 (121 crianças na Creche Carolina Mota e Silva e 214 crianças no Educandário) crianças que mantém. (JORNAL DA TARDE, 2/12/1974).

Nesse período foi retificado o contrato com a Fundação Paulista de Promoção do Menor – Pro-Menor, que tinha a função de agrupar todas as unidades de atendimento aos jovens e crianças. O Governo exigia a ocupação de 40% das vagas disponíveis; com a nova modalidade demoraria um tempo para entrada de recursos, o que não era viável para a instituição. O movimento de desresponsabilização do Estado nesse atendimento começa a ser modificado frente às diretrizes e às necessidades de atendimento diante da situação da infância nessa década. A diretora do educandário posiciona-se dizendo sobre a consequência perante a decisão estatal.

Não há dúvidas de que será possível continuar mantendo as crianças com o dinheiro de que dispomos atualmente. Mas nesse caso tanto a creche como o educandário passariam a ser simplesmente ‘depósitos’ de crianças” (JORNAL DA TARDE, 2/12/1974).

O encerramento do atendimento na Associação Santa Terezinha não era o desejo da diretoria, porém faziam a argumentação técnica frente à realidade. O Educandário, desde a sua fundação, teve a superintendência de diversas congregações religiosas católicas; somente na década de 1970 foi administrado por uma equipe técnica de profissionais com formação específica. Pesquisar sobre a atividade dessas congregações poderá ser foco de outra pesquisa, diante da complexidade de adentrar nesse processo formativo dos internados, a partir dos carismas das diferentes congregações relacionados com o cenário ecológico da pesquisa.

Há cerca de dois anos, quando a atual diretoria tomou posse, o sistema de educação das crianças ainda era muito rígido, orientado por religiosas. O dinheiro era suficiente. Entretanto o sistema exigia modificações urgentes: as crianças, 60 por cento delas filhos de leprosos, precisavam de uma orientação mais adequada à vida que teriam de enfrentar fora do educandário, para onde são levadas geralmente após completarem cinco anos (até essa idade elas ficam na creche). (JORNAL DA TARDE, 2/12/1974).

Os Anais da X Semana de Estudos do Problema de Menores ocorrida no ano de 1971 informam sobre a participação de autoridades e técnicos na discussão e encaminhamento dos temas sobre a “menoridade” referentes ao “abandono do menor”, “menores infratores”, “menores excepcionais”, formação e trabalho do menor”, “marginalização social”, colocação familiar e “legislação de menores”. A XII Semana de Estudos, realizada em 1973, organizou os grupos para o aprofundamento de três teses: “problematização da marginalização de menores desde a concepção até a idade de 7 anos”; “a problemática da marginalização com referência de menores de 7 a 14 anos, de ambos os sexos, programas educativos”; e “a problemática da marginalização com referência aos menores de ambos os sexos, na faixa etária de 15 a 18 anos, com ou sem problemas de conduta. A profissionalização”

A Presidente da entidade parecia estar atualizada sobre essas reflexões e questionava o modelo de orientação pedagógica ofertado por religiosas, propondo modificações que “incluíram, entre outras coisas, a contratação de uma equipe técnica composta por assistentes sociais, orientadores educacionais, professores, psicólogos, implicando em despesas maiores para a Associação. Foi assim que os gastos começaram a aumentar” (JORNAL DA TARDE, 2/12/1974).

Dessa experiência percebe-se mais uma vez a desreponsabilização do Estado naquilo que lhe é de competência, ou seja, promover políticas que interfiram, de fato, no cotidiano das crianças, dos adolescentes, das famílias e da comunidade. De maneira geral a institucionalização era concebida como “mau necessário” e daí a acomodação dos poderes

instituídos, e da sociedade em geral, em enfrentar os desafios e necessidades que a infância e a adolescência apresentavam no período da ditadura militar.

As afirmações da Presidenta, apoiadas pelos associados, demonstram que a “internação” foi marcada nas décadas seguintes com o aumento do número de atendimentos, promovendo o que era temido, “o depósito” de crianças (JORNAL DA TARDE, 2/12/1974); com o acompanhamento por uma equipe técnica com formação específica, não discutindo por ora a qualidade dessa atuação; e ainda com a crise da identidade institucional que se entende por natureza como entidade privada, procurando autonomia nas suas ações e decisões.

Como alternativa para essa crise, retoma-se a proposta de que uma Congregação Religiosa assumia a superintendência do Instituto Luiz Galvão, o educandário, apesar da crítica apresentada pela Presidenta. Em 1978, a Congregação das Filhas de Nossa Senhora Stella Maris, sob a superintendência da Ir. Paolina Doninelli, assume o Instituto Luiz Galvão, um dos Departamentos da Associação Santa Terezinha.

3.3 CONCRETUDES DA DOCTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR

Em 1979 o Código de Menores é reformulado. Na década de 1980, ao completar 60 anos, intensifica-se a preocupação da instituição com a profissionalização dos adolescentes, estabelecendo parcerias com instituições afins. A metodologia do tempo de permanência também é reafirmada pela manutenção do “regime de internato de crianças até 16 anos. Nessa idade, começam a ser encaminhadas para empregos externos. E, a partir dos 18 anos, iniciam vida independente” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/10/1986). A década de 80

[...] comemora também o início da realização de um dos seus objetivos, que é dar na própria instituição uma profissão às crianças que ajudou a formar. Hoje a instituição mantém 250 crianças, que entram recém-nascidas e somente deixam o local após terminar o primeiro grau (JORNAL DA TARDE, 25/08/1983).

A Presidente faz a avaliação dos 13 anos de gestão enfatizando que o objetivo central do da entidade era a educação.

[...] continua lutando com dificuldades financeiras, mas tem procurado outra visão da parte educacional, até com a manutenção de professores que auxiliam as crianças em suas tarefas. As 145 crianças em idade escolar da Associação Santa Terezinha não freqüentam mais a escola interna e sim a EEPG Maria Alice Criciúma Mesquita (antes denominado Grupo Escolar Santa Terezinha), que hoje

tem 1.300 alunos e foi construída pelo governo do Estado em área doada pela Instituição. Pediatra, clínico, dermatologista, dentista, enfermeira, psicóloga (que também é coordenadora educacional), assistente social, professor de educação física, professoras e psicóloga auxiliar dão apoio às crianças, além de monitoras em todos os pavilhões. A cozinha fornece quatro refeições diárias e alguns produtos são da horta, mantida na própria instituição (O ESTADO DE SÃO PAULO, 25/08/1983).

As crises financeiras e a possibilidade de apoios oficiais e de colaboradores tornaram-se realidade, tornando necessário firmar convênios com a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM-SP.

O apoio oficial a Associação Santa Terezinha tem apenas da Secretaria da Promoção Social, por meio da FEBEM, que fornece uma pequena verba de manutenção para cada criança, mas também encaminha filhos de pais que não podem mantê-los. Alguma coisa também tem sido obtida junto ao Conselho Estadual de Auxílio e Subvenções (Ceas). O restante da cobertura das necessidades da instituição é conseguido com a colaboração de outras entidades e de particulares ou empresas (O ESTADO DE SÃO PAULO, 25/08/1983).

A superintendência do educandário cumpria o objetivo de que os ideais da obra fossem preservados, atendendo os filhos de hansenianos; menores vindos da FEBEM; crianças espancadas; bebês de famílias da periferia, etc. O relato de uma menina de 13 anos demonstra a preocupação prematura com a profissionalização e a vida extrainstitucional, falando de assuntos difíceis de serem tratados numa instituição cujo atendimento é ofertado a centenas de crianças e adolescentes. Como dizia a presidente, um “depósito” de pessoas. O que se queria almejar com esse discurso, distante da realidade cotidiana?

– Lá fora a vida é muito difícil –. Com expressão séria e preocupada, Lúcia, uma menina de 13 anos, imagina o que a espera além dos portões da Associação Santa Terezinha, um orfanato bastante diferente. – Emprego não é fácil de ser encontrado e quem chega tarde é despedido –. Além disso, ela sabe que documentos são necessários, que comida é cara e que é muito melhor ficar onde está do que em qualquer outro lugar do mundo. Lúcia está na instituição há sete anos, época em que foi abandonada pela família. Sua história não difere muito da contada pelas outras 276 crianças que vivem na associação (ORTIZ. O Estado de São Paulo, 23/10/1987).

A gestão anterior identificou o alto custo na manutenção de uma equipe técnica interprofissional e a sua importância no projeto pedagógico que se pretendia alcançar, e a gestão atual continuou a utilizar dos próprios responsáveis em lugares estratégicos ao invés de caminhar no projeto ora almejado. E contaram ainda com a mão de obra das crianças e dos adolescentes. As responsáveis informam que “é importante que as crianças se conscientizem do valor das coisas e que saibam que tudo é fruto de trabalho e organização [...], além de que elas estudam, brincam, trabalham, aprendem a comer com talheres, cumprimentam com

educação e, acima de tudo, são alegres e sorridentes” (ORTIZ. O Estado de São Paulo, 23/10/1987). As atividades do cotidiano são retratadas com detalhes.

[...] a partir dos seis anos, cada criança fica responsável por uma tarefa, compatível com a idade e competência. Além de arrumar a própria cama, são elas mesmas que lavam e passam as roupas, guardam os brinquedos, varrem o chão do refeitório, ajudam a servir a comida e tudo o mais que for necessário. O dia começa bem cedo. Às 6h da manhã as crianças acordam, trabalham por duas horas, vão à escola pública, têm aulas de reforço com seis professoras contratadas, assistem televisão, vão à missa aos sábados e tratam a instituição como sua própria casa. A turma do penico, de 3 a 6 anos, é a mais agitada. (ORTIZ. O Estado de São Paulo 23/10/1987).

O artigo descreve também que as “adoções são cada vez mais difíceis”. E as razões apresentadas são as de que “a Justiça é muito lenta e burocrática, dificultando o caminho de quem quer oferecer às crianças um lar de verdade” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 23/10/1987).

O Código de Menores de 1979 ainda sustenta a possibilidade da assistência, proteção ou vigilância, porém não efetivando um acompanhamento adequado no atendimento dos “menores” internados. A adoção foi facilitada, embora não obrigatória no processo, e era prevista como contraditório.

As medidas de vigilância para estabelecimento particular de assistência e proteção ao menor exigiam, sob efeito da lei, o cumprimento das normas básicas estipuladas nos artigos 10, 11 e 12 do Código de Menores, além dos fundamentos do artigo 4º, da Lei nº 4.513/1964, que eram as principais missões da FUNABEM. A entidade precisou se fundamentar nesses critérios.

As entidades particulares de assistência e proteção ao menor somente poderão funcionar depois de registradas no órgão estadual responsável pelos programas do Bem-Estar do Menor, o qual comunicará o registro à autoridade judiciária local e à fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Artigo 10). Parágrafo único. Será negado registro à entidade que não se adequar às diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor e ao disposto nesta Lei (MACHADO, 1986, p. 18).

A entidade historicamente seguiu os critérios de transferência, desligamentos, etc., sob as orientações do Departamento de Profilaxia da Lepra, ou órgãos congêneres. A indicação era que fosse observado o artigo 12 do Código de Menores que orienta que “é vedado à entidade particular entregar menor *sub judice* a qualquer pessoa, ou transferi-lo a outra entidade, sem autorização judicial”. (ALTENFELDER, 1977, p.302). São considerados *sub judice* “somente os casos de menores declarados em situação irregular através de procedimentos próprios da Justiça de Menores e encaminhados à entidade particular,

temporária ou definitivamente, pela autoridade judiciária competente” (MACHADO, 1986, p. 19). O arquivo era também indicado; observando as anotações sobre os menores assistidos, constando a data e circunstâncias do atendimento, nome do menor e de seus pais ou responsável, sexo, idade, ficha de controle de sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitassem sua identificação e a individualização de seu tratamento.

Essas orientações foram parcialmente seguidas pela instituição, gerando justificativas de intervenção pelo Poder Judiciário nos anos posteriores. O atendimento ainda estava vinculado à idéia higienista, autoritária e segregante. O sentimento pela cidade, pelo território é de desolação, não se concebe a afetividade e o pertencimento social. Uma das técnicas, talvez numa compreensão pessoal, analisando as situações de entrada das crianças na entidade afirma que “esta região é o aborto da cidade de São Paulo” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 23/10/1987).

A instituição começou a atender crianças da “região de Carapicuíba, Barueri, Itapevi e Jandira”, somente nessa década (O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/10/1987), pressionada pelo convênio estabelecido com a Pro-Menor. A dinâmica dos acordos de convênios foi estabelecida no intuito de responder à demanda e ao fluxo sob a responsabilidade dos órgãos executivos do Estado de São Paulo. Os responsáveis pela entidade acatavam esse procedimento, porém mantinham uma postura de risco, tomando suas próprias decisões. “Outro dia recebemos uma mulher, ainda jovem, com dois gêmeos nos braços. Ela nos disse que se não os aceitássemos morreriam na linha do trem” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 23/10/1987).

Dessa prática resultou a intervenção ainda assistencial e institucional da organização social e as deficiências do aparelho do Estado de cuidar e de prover as necessidades das políticas básicas. Essa ideologia está registrada na fala da superintendente: “– Como podemos negar carinho e abrigo para os que são deixados à porta”. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 23/10/1987).

O paradoxo desse movimento interno é o debate nacional em torno da modificação da Constituição Federal. Em 1987 a CNBB promovia a Campanha da Fraternidade: “Quem acolhe o Menor, a mim acolhe”, os movimentos instituintes pelo direito da criança e do adolescente se fortaleciam, com representantes das Igrejas, Universidades, Magistrados, Movimentos Sociais, etc. discutiam a necessidade de uma legislação que reordenasse o

atendimento à criança e ao adolescente, um projeto de sociedade que vislumbresse a sua proteção integral.

Coincidência ou não; mais uma vez diante da desinstitucionalização que estava sendo proposta pela sociedade é alterada significativamente a diretoria da Associação Santa Terezinha. Até então personalidades da sociedade paulistana faziam parte da diretoria e naquele momento passou para uma congregação que tinha até aquele momento a função de superintendência. As motivações políticas ainda precisam ser aprofundadas para entendermos ainda mais o momento atual da organização social. Na Assembléia Geral Extraordinária de 25/11/1987 foram eleitas e empossadas as representantes dos Conselhos deliberativos, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Nesse ato as Filhas de Nossa Senhora Stella Maris passam a ser as mantenedoras da Associação Santa Terezinha. A então presidente, em nome dos componentes da administração que naquele dia encerravam seus mandatos, fez uma importante declaração.

A eleição que acabara de se realizar muito significa para a vida da Associação Santa Terezinha, afirmando que as novas dirigentes iriam dar continuidade aos ideais e aos objetivos da obra, não só porque a Congregação das Filhas de Nossa Senhora Stella Maris de há muito vem trabalhando efetivamente na direção do Instituto Luiz Galvão, prestando relevantes serviços, como também, é a única entidade assistencial em São Paulo que tem os mesmos objetivos.

Em seguida, pediu a palavra a Ir. Paolina Doninelli para agradecer [...] a confiança que acabara de receber dos sócios e que, sem dúvida alguma, continuariam envidando esforços no sentido de que o nível de atendimento da obra seja mantido [...]. (ATA ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA, 25/11/1987).

Na década passada a instituição procurou alternativas para instituir o aperfeiçoamento da técnica socialmente pactuado na representação do Código de Menores. Nesse momento identificamos o seu isolamento, o pacto com os pressupostos originais da entidade, a superação financeira e a preservação do atendimento focado no “centro de permanência” previsto no artigo 9º do Novo Código de Menores.

3.4 A TRANSFORMAÇÃO JURÍDICA E A DECISÃO PELA TRANSIÇÃO

A Constituição Federal (1988) reconheceu por meio do artigo 227 os Direitos Fundamentais das crianças e adolescentes. Nessa conquista Constitucional os setores da sociedade organizada, comprometidos com a necessidade do reordenamento jurídico e

institucional com base no Direito da infância e da juventude, procuram ainda desmobilizar a as ações da Doutrina da Situação Irregular.

A determinação desse movimento social culminou com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, sedimentando a Proteção Integral para todas as Crianças e Adolescentes brasileiras e a Lei Orgânica de Assistência Social, 1993.

Na década de 1990, as organizações não governamentais vinham assumindo um importante papel na construção das políticas públicas e nas proposições de redefinir o atendimento nos moldes socioeducativos e preventivos. O Estado de São Paulo, por meio da FEBEM também vinha no movimento do atendimento na comunidade, de 1984 a 1986 foram implantados pensionatos masculinos, com capacidade para atender entre 15 e 20 adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos, onde “eram preparados para o estudo e o trabalho na comunidade” (MARICONDI, 1997, p. 16). E, em 1991, uma Unidade de atendimento feminino foi desativada, iniciando dois pensionatos femininos.

Em 1992 a FEBEM/SP foi incorporada à secretaria do Menor, que através da DT-2 (Divisão Técnica de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente que necessitam de Abrigo), assumiu o desafio de construir uma proposta educacional que de fato alterasse profundamente a modalidade de atendimento dos Grandes Complexos. Foi elaborado o Projeto casas de Convivência e sua primeira etapa de implantação foi concluída em outubro daquele ano, com a transferência de todas as crianças e adolescentes do Complexo Imigrantes para casas na comunidade (MARICONDI, 1987, p. 16 e 17).

Em 1995 foi conveniado o Complexo Raposo Tavares; em 1996 a Casa das Mães; e, em 1997, continuavam os estudos para a desativação do Complexo Sampaio Viana que de fato ocorreu em 1998, quando se completavam cem anos de fundação. O registro desse processo é enfatizado pela diretoria técnica da FEBEM.

[...] o Estatuto da Criança e do Adolescente define com sabedoria que a atuação em ‘abrigos’ se dê em nível local, devendo a FEBEM, portanto, abdicar de suas funções no âmbito estadual. Assim, o grupo que nesta obra procurou registrar sua experiência [...] enfrentou uma missão difícil. Criar vínculos e rompê-los em seguida foi o grande aprendizado de suas vidas e só por isso conseguiram produzir este livro, onde sistematizam o conhecimento adquirido em anos para poder transmiti-lo neste momento difícil em que se separam do sonho materializado (MARICONDI, 1987, Prefácio).

Com todo esse movimento social pela infância, a Associação Santa Terezinha aquietava-se nas estratégias do seu modelo de fundação e nos pactos afetivos construídos durante muitos anos, comprometendo significativamente sua função social desse atendimento público.

Na organização dos dados dos prontuários identificamos que no fechamento dos Grandes Complexos da FEBEM, na cidade de São Paulo, muitas crianças e adolescentes foram encaminhados para a Associação Santa Terezinha. Alguns casos ainda permaneciam acolhidos durante a realização dessa pesquisa.

Em maio de 1997, na ata de reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade de Carapicuíba, registra-se sobre a “6ª Conferência Municipal”, onde a gestora da entidade “frisou a importância de se criar crianças desenvolvendo um trabalho sério” e denunciou às autoridades presentes os estrangulamentos, porque “há muitos anos luta com dificuldades, falta de espaço e sempre cabe mais, contando hoje com 503 crianças atendidas pela instituição”. A discussão perpassava pelo atendimento inicial, pela “casa de passagem”, inexistente na cidade. O Secretário da Promoção Social indicava na ocasião a necessidade de uma ação organizada entre a sociedade civil e o governo local, refletindo que “o primo rico se manifeste; também questionou se as entidades vão trabalhar em parceria. Institucionalizar não é a solução, pois criamos apenas mais um Elefante Branco, pois não adianta um grande número de entidades e sim um mecanismo que possa atender às crianças e adolescentes de forma organizada, frente às necessidades apresentadas”. Dessa conferência três propostas têm direta reflexão sobre esse tema. A primeira versa sobre a necessidade do “trabalho Socioeducativo Preventivo à Família, através de entidades Governamentais e não Governamentais”. A segunda, sobre o “maior rigor na fiscalização de locais de permanência de crianças e adolescentes pelo Poder Judiciário”. E a terceira sobre a “fiscalização por parte dos Conselhos Tutelares junto a instituições que exploram serviços Infanto-Juvenis, com a participação da Polícia Civil e Militar”.

Os termos “primo rico” e “elefante branco” eram dirigidos à entidade ensimesmada e distante da prática cotidiana do ordenamento jurídico vigente. Por outro lado, não identificamos ações por parte da política desse segmento ou dos conselhos que viessem ao encontro de uma articulação para enfrentar essa realidade local.

A partir de 1998, os relatórios das visitas de fiscalização realizadas pelo Juízo da Infância e da Juventude e pelo Ministério Público apontavam para necessárias alterações no atendimento, adequando-o aos princípios da legislação e com modelos educacionais atualizados.

No ano de 2001, entre os meses de setembro a dezembro, a Caravana da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados percorreu oito estados brasileiros com o objetivo

de verificar a real situação dos programas de abrigo para crianças e adolescentes e esteve na Associação Santa Terezinha. O retrato do que estamos descrevendo sintetiza-se nessas linhas, quando analisadas com os capítulos iniciais deste estudo.

O Lar Santa Terezinha é a versão paulista do Romão Duarte. É mais rico e mais prestigiado... Manoel³ mora ali desde os cinco anos. Está impregnado pela instituição. Não critica, não reclama, não questiona o sumiço do pai nem as regras da madre superiora. Todos os 400 internos ficam de pé quando ela passa. Manoel, negro e alto, crismou em dezembro, com roupa de tergal, crucifixo no pescoço e dois padrinhos brancos que ele conheceu na hora. A cerimônia preparada em detalhes pelas religiosas italianas estava tão impecável quantos as três dezenas de camas dos dormitórios das meninas entre sete e 12 anos: todas forradas de verde, com bonequinhas da Mônica sobre a colcha.

As crianças se parecem com o lugar. Se parecem entre elas. Cumprem uma rotina pendurada na parede num organograma. Acordam às 5h40, trabalham 40 minutos. Pode ser arrumar o quarto, limpar os móveis, varrer a sala. Aprendem bordado, pintura, música e astronomia. A tradição não impede a modernidade. Há computadores, aulas de sapateado, consultório dentário e ginásio de esportes. As crianças dizem que gostam, abraçam a diretora e cantam a música do peixinho:

“Era uma vez um peixinho, um dia a mãe do peixinho falou bem baixinho: – Peixinho, não vai naquele cantinho, naquele cantinho tem uma cobra boba, gorda, feia. Chulep, chulep, chulep comeu o peixinho teimoso”.

A carismática e sorridente diretora desafia os preceitos do juiz que lhe aconselha obedecer a lei, diminuir o tamanho do abrigo e estimular as adoções ou o retorno para as famílias biológicas.

“Como vou recusar uma criança, como vou deixá-la na rua. O juiz manda na casa dele, na minha mando eu”, diz a religiosa italiana, ao lado da auxiliar que minutos antes mostrava orgulhosa a organização das crianças. Pilhas de camisetas, uma sobre a outra, nenhuma dobra fora do lugar.

Marcelo, explica a regra para os desobedientes: “Ai de quem não arrumar. Fica sem televisão. É o castigo” (CORREIO BRASILIENSE, 09/01/2002).

Os pensamentos higienista, assistenciais e institucionais, fortemente representados e organizados desgastavam-se diante da exigência da desinstitucionalização. Essa batalha iniciou-se no relacionamento com a justiça e com alguns dos responsáveis pelo Sistema de Garantia de Direitos daquela localidade. A manutenção daquela estrutura era do interesse das autoridades locais e da esfera estadual. A supervisão institucional, por parte dos órgãos de governo, apresentava falhas de acompanhamento, permitindo, perversamente, a continuidade de um atendimento massificado. Quando por ventura havia a crítica para a alteração de práticas ou gestões, pouco eco fazia diante do controle egocêntrico e autoritário ali estruturado por décadas, apresentado plasticamente por crianças e adolescentes comportados,

³ Modificamos o nome da criança por uma questão de preservação de direitos. O texto original não faz essa distinção.

bem vestidos, educados, dançando sapateado, disponibilizando uma imagem que a sociedade queria vislumbrar.

Diante da ausência de uma equipe técnica atenta aos anúncios judiciais na tentativa de busca por soluções aos problemas apontados; o abrigo de elevado número de crianças e adolescentes; os constantes problemas educacionais advindos dessa quantidade e, principalmente, a não adequação aos critérios do ECA, o Juízo da Vara da Infância e da Juventude determina imperativamente, no primeiro trimestre de 2004, uma Ordem de Serviço com o objetivo de promover o reordenamento institucional.

Essa intervenção poderia ser evitada se percebesse o seu papel e a sua função enquanto organização não governamental nas políticas públicas relativas à criança e ao adolescente. Essa atitude não foi por falta de conhecimento; há registros da participação em vários encontros, seminários, oficinas sobre o ECA. Foi opção. O fato aconteceu por determinação do Poder Judiciário, que tentara uma intervenção com a participação de autoridades locais. Estas, pela inércia e desinteresse, preferiram pactuar com esse modelo ideológico, que estava ultrapassado diante das diretrizes da política nacional.

A privatização das políticas sociais, relacionadas diretamente com o avanço das políticas neo-liberais, caminha em uma estreita linha que, em alguns momentos, parece apontar para uma tendência assistencialista de tais políticas e, em outros, para maiores possibilidades de autonomia e participação por parte da população, considerando o caráter flexível e a diversidade do campo de tais organizações (MANZINE-COVRE, 2005, p. 30).

A tomada de decisão pelo afastamento da diretoria da Associação evidenciou o luto e o desafio. As associadas indicam as possibilidades e o interesse pelo reordenamento do serviço sob os pilares legais e científicos da atualidade. Essa decisão promoveu o afastamento de vários setores empresariais e particulares que não compreenderam, ou não quiseram compreender, a imperativa necessidade de converter o assistencialismo em protagonismo de crianças, adolescentes, famílias e comunidade local. As crianças e adolescentes abrigados nessa entidade necessitam de uma proposta diferenciada daquela que lhes era oferecida.

Entidades ocuparam o cenário nacional com particularidades próprias do momento histórico em que surgiram; ou seja, frente ao cenário conservador e autoritário do Estado, elas têm buscado configurar seu campo de ação principalmente na dimensão social e cultural, distanciando-se do assistencialismo. Isso levou-as a um afastamento das classes médias empresariais, diferentemente do que ocorreu em outros países (MANZINE-COVRE, 2005, p. 30).

As associadas, com o impacto da necessidade de mudança imediata da gestão e das situações desconhecidas, elegeram uma nova diretoria com o compromisso de respeitar o

longo período de serviço e dedicação da gestão que estava deixando suas funções e estabelecer o compromisso mútuo e árduo na construção de um Projeto de Reestruturação, respeitando a sua história e projetando-a aos desafios da implantação e implementação dos Serviços Socioassistenciais, tendo como pilares a família e a comunidade.

4 DIAGNÓSTICO: BASE DA INTERVENÇÃO

A introspecção na pesquisa fez com que nos interessássemos em buscar informações mais precisas sobre o atendimento a partir dos paradigmas apresentados nas páginas iniciais e o aprofundamento para a análise dos motivos da crise na decisão pela transição.

Ao considerarmos que o objeto da pesquisa é a instituição, nós a caracterizamos a partir da sistematização dos prontuários. Nas pesquisas, nos interessamos pelos prontuários, sistematizados sob os aspectos relativos a quantidade e sexo, o tempo de permanência e os motivos de saída. Essas informações nos auxiliaram a identificar o tema proposto neste capítulo.

As informações serão apresentadas por períodos de vigência do pensamento assistencial brasileiro, das legislações e das gestões das presidentes da Associação Santa Terezinha, para que possamos ter um panorama da realidade da pesquisa.

Quadro 1 – Pensamento Assistencial Brasileiro, Legislação e Presidentes da AST

PENSAMENTO ASSISTENCIAL BRASILEIRO	LEGISLAÇÃO	PRESIDENTAS DA ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA
Filantropico-Higienista 1874 a 1922	Lei 947, de 29/12/1902	D. Margarida Galvão 1915 a 1963
Assistencial 1924 a 1964	Código de Menores 1927 Serviço de Colocação Familiar 1949	Sra. Marina Vieira de Carvalho Mesquita 1963 a 1973
Institucional - Pós 64 1964 a 1990	Novo Código de Menores 1979	Sra. Marina Cerqueira César 1973 a 1986 Filhas de Nossa Senhora Stella Maris
Desinstitucionalização 1990 a ?	Estatuto da Criança e do Adolescente 1990	A partir de 1986

Fonte: Silva (1997), Legislações e Documentos da Associação Santa Terezinha. Nelson Aldá Filho (org.). Reordenamento Institucional: Desafios da Doutrina de Proteção Integral para crianças e adolescentes. Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP, 2010

Ao analisar a formação da identidade dos “filhos do governo”, Silva (1997), nos oferece a sistematização do pensamento assistencial brasileiro em fases bem distintas. O Código de Menores (1927 e 1979), o Serviço de Colocação Familiar e o ECA foram abordados nos capítulos anteriores. A citação da Lei nº. 947 de 29/12/1902 tem a intenção de situar o pensamento social e a orientação na transição dos séculos XVII para o XIX. A lei foi resultado da intervenção das autoridades para minimizar a violência cometida por menores, principalmente assassinatos cometidos por jovens.

A célula é o primeiro remédio eficaz contra o desregramento infantil, é a medicação de efeitos enérgicos e mais prontos capaz de preparar o organismo da criança para receber os seus mais poderosos reconstituintes: escolas de reforma e a casa de preservação [...]. São excluídos da escola os escravos e seus filhos e as escolas públicas eram insuficientes, havendo disputa acirrada por pobres para obter acesso menos nos internatos. Aliás, o internato privado é também uma opção para as famílias abastadas (PILOTTI E RIZZINI, 1995, p. 56).

A Lei “autoriza o governo a reorganizar a polícia, a criar colônias correcionais para reabilitação profissional dos ‘vadios, capoeiras, meninos viciosos’ julgados na capital” (PILOTTI E RIZZINI, 1995, p. 57).

Esses critérios de análise nos orientaram para a releitura da intenção ecológica da pesquisa diante da reflexão sobre a história da Associação Santa Terezinha. Mattos, ao tratar da abordagem etnográfica na investigação científica orienta o pesquisador a ter clareza sobre a proposta da pesquisa, o período despendido no campo, a descrição densa e minuciosa dos dados e a ética da pesquisa. Para Pichon-Rivière (1994, p. 175), a estratégia deve ter a intenção de “comunicar conhecimentos (tarefa informativa), mas, basicamente, a [de] desenvolver e modificar atitudes (tarefa formativa)”. A partir do distanciamento do pesquisador foi possível sistematizar os dados com as exigências da comunidade científica, propiciando-nos o contentamento e o chamamento para a alteração do paradigma, para a construção do reordenamento institucional sob o pilar do Direito de crianças e adolescentes.

A Associação Santa Terezinha preserva o arquivo de 4.309 prontuários, organizados num arquivo, correspondendo a 4.375 crianças e adolescentes acolhidos entre os anos de 1927 a 2008. A constatação de que o número de prontuários era bem maior pode ser comprovado por meio do “Quadro Estatístico dos Asilados” do Asilo Santa Terezinha no período dos anos de 1927 a 1949.

Tabela 1 – Estatística dos Asilados

Ano	Matrículas			Sãos			Doentes			Falecidos			Existentes		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
1927	22	18	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	18	40
1928	35	40	75	0	0	0	0	1	1	0	0	0	57	57	114
1929	21	16	37	1	1	2	0	1	1	0	0	0	57	57	114
1930	17	19	36	3	5	8	4	0	4	0	2	2	85	82	167
1931	15	23	38	7	3	10	2	1	3	4	3	7	87	98	185
1932	17	17	34	15	3	18	3	3	6	3	3	6	83	106	189
1933	22	33	55	31	2	33	1	1	2	3	3	6	70	133	203
1934	17	31	48	12	8	20	1	2	3	5	4	9	69	150	219
1935	14	28	42	2	15	17	3	3	6	7	6	13	71	154	225
1936	26	39	65	22	20	42	1	3	4	9	9	18	65	161	226
1937	21	38	59	8	12	20	0	1	1	6	7	13	72	177	249
1938	33	27	60	10	18	28	0	2	2	11	6	17	84	178	262
1939	19	26	45	5	19	24	1	1	2	7	7	14	90	177	267
1940	20	25	45	18	31	49	0	0	0	8	10	18	84	161	245
1941	17	37	54	7	31	38	0	3	3	3	6	9	91	158	249
1942	31	44	75	16	33	49	2	3	5	10	1	11	94	165	259
1943	16	23	39	5	11	16	0	2	2	7	4	11	98	171	269
1944	19	21	40	4	11	15	1	1	2	7	6	13	105	174	279
1945	17	22	39	4	20	24	0	1	1	5	6	11	113	169	282
1946	22	30	52	7	11	18	0	1	1	6	5	11	122	182	304
1947	31	14	45	12	19	31	1	0	1	13	4	17	127	173	300
1948	29	32	61	28	33	61	2	0	2	7	2	9	122	168	290
1949	19	23	42	9	22	31	0	1	1	11	18	29	121	150	271
Total	500	626	1126	226	328	554	22	31	53	132	112	244	1989	3219	5208

Fonte: Estatística dos asilados. Asilo Santa Terezinha. O Estado de São Paulo, Pasta 51.462, p. 15.

Esse quadro nos confirma que os prontuários hoje existentes, comparado com mesmo período indicado na tabela 1, representam o percentual de 11,50%. As informações dessa tabela também nos auxiliarão em posteriores análises de informações. Esse quadro identifica a média de 56 crianças (considerando o valor de 280 atendidos por ano) que habitavam cada prédio, que era composto de quatro residências e o berçário, localizados em Carapicuíba.

A aparente contradição de números totais aqui demonstrados em relação às afirmações apresentadas por meio dos documentos internos e externos, jornais, atas, etc. são justificadas pelo fato de que muitos prontuários devem ter sido perdidos, danificados ou deteriorados em função do tempo e das condições de arquivo. Os números dos prontuários pesquisados podem

não ser o total do que está organizado e arquivado; existem ainda muitos documentos sem organização e neles, possivelmente, ainda existem pastas com documentos das crianças e dos adolescentes acolhidos.

A quantidade e o sexo apresentam o movimento do atendimento segundo orientação ou crise de cada época, representadas aqui por décadas, característica das presidentas e fundamentalmente a orientação legal.

Tabela 2 – Quantidade e sexo

Década	Feminino		Masculino		Total
1927-1930	80	54,42%	67	45,58%	147
1931-1940	270	59,73%	182	40,27%	452
1941-1950	244	53,04%	216	46,96%	460
1951-1960	258	46,73%	294	53,27%	552
1961-1970	167	45,01%	204	54,99%	371
1971-1980	148	47,58%	163	52,42%	311
1981-1990	265	47,83%	289	52,17%	554
1991-2000	577	46,19%	672	53,81%	1249
2001-2008	150	53,76%	129	46,24%	279
Total	2159	49,34%	2216	50,66%	4375

Fonte: Aldá Filho, Nelson. Reordenamento Institucional: Desafios da Doutrina de Proteção Integral para crianças e adolescentes. Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP, 2010

Gráfico 1 - Sexo

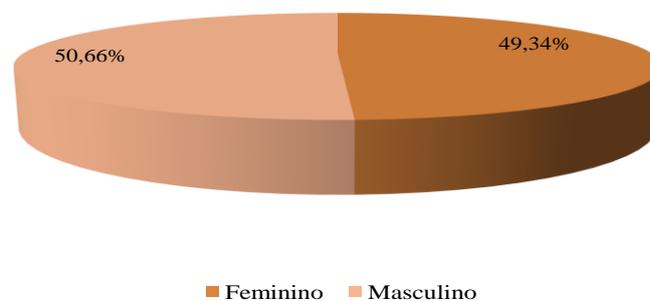


Gráfico 1 – Sexo. Carapicuíba, SP, 2010
Fonte: Tabela 2

Pelos números totais identifica-se que a instituição não fez restrições acentuadas no

que se refere à escolha de atendimento específico ou prioritário a determinado sexo. A tabela indica que 49,34% são mulheres e 50,66% homens.

Nos anos de 1927 a 1950 e de 2001 a 2008 identificamos o percentual entre 54% a 59% de acolhimento de mulheres. Parece-nos que foi bem-sucedida a intenção da transferência dos adolescentes meninos para o preventório de Jacareí a partir de 1933, sendo que nessa década encontramos o maior percentual (59,73%) de acolhimento de meninas, preservando-se essa dinâmica na década seguinte (53,04%). A informação é comprovada pela Tabela 1, que demonstra que do anos de 1930 até 1949 o número de mulheres foi sempre maior, chegando no ano de 1937 a exceder em 105 o número de homens.

Os homens foram atendidos em maior número entre as décadas de 1951 a 2000, em percentual entre 52% a 54%. A metodologia da entidade era a de que os meninos fossem transferidos e as meninas preparadas para o casamento. O que ocorreu aqui foi inverso. A leitura de várias reportagens de jornais e das atas internas apontam grande crise no modelo pedagógico, identificado numa visita de fiscalização, mas direcionada a responsabilidade aos funcionários despreparados e egressos rebeldes. Os problemas apontam para questões pertinentes aos maus-tratos físicos, questões de cunho sexual e o trabalho para a instituição, lembrando-se de que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desencadeou número significativo de leis e portarias sobre o trabalho de “menores”. Numa das reuniões de diretoria, no início da década de 1950, a presidenta orienta os dirigentes para vigiem as práticas sexuais entre os internos, porque estava recebendo informações externas a respeito dessa questão. Por isso, os números nos sugerem que houve uma possível alteração no interesse na presença masculina; apesar de o número percentual da diferença por sexo no atendimento ser significativamente menor, em torno de 10%.

No tocante ao atendimento, constatamos um fluxo contínuo segundo a implantação e o desenvolvimento das propostas pactuadas pela entidade, sendo crescente sua atuação até a década de 1950, apresentando a crise de identidade e do modelo de atendimento, quando se instalou a legislação proibindo no Estado de São Paulo as internações compulsórias aos hansenianos. Durante a ditadura militar, mesmo diante da interferência autoritária do Estado na sociedade e organizações, a Associação Santa Terezinha, por ter os princípios higienistas, assistencial e institucional, conseguiu manter o seu ritmo próprio de controle e gestão.

O paradoxo é colocado nos números crescentes a partir da década de 1980, quando a Congregação das Filhas de Nossa Senhora Stella Maris assume a superintendência. A crise

financeira também foi reduzida com o aumento do número de atendimentos, a partir de convênios estabelecidos com o Governo do Estado de São Paulo. A maior média de atendimento aparece na década de 1990, quando foi implantado o ECA. Essa contradição, que é um paradigma, precisa ser analisada. Nesse cenário houve o fechamento das Unidades de Permanência (abrigos) ligadas à FEBEM/SP. Será que a entidade foi um dos lugares que serviu de retaguarda durante esse processo de fechamento realizado pelas autoridades e gestores daquele momento? Será que o Executivo em vez de primar pela municipalização, optou pelo sistema do convênio e transferiu parte das mazelas da superlotação da FEBEM/SP para essa entidade?

O que podemos afirmar é que esses números e a precária atuação dos responsáveis da entidade e dos governos nos âmbitos do Estado de São Paulo e do Município de Carapicuíba ajudaram a promover a intervenção judicial nesse modelo de atendimento. Esses números estão no contra-fluxo da era do Direito.

A partir de 1998, percebe-se que o Poder Judiciário começa a apontar por meios oficiais para que a entidade faça a correção de irregularidades e busque adequações sob os fundamentos do ECA, reduzindo acolhimentos. O Registro de Funcionamento aprovado pelo CMDCA e pelos Termos de Convênio com recursos de Fundos Federal e Estadual previam o atendimento para 280 crianças e adolescentes.

Pode somar-se a isso a exígua destinação de recursos por parte do poder público para o atendimento; há anos não se faz a adequação financeira dos projetos por parte dos governos e dos conselhos responsáveis por esse segmento. A entidade buscou meios para sua sobrevivência no meio empresarial e sociedade civil.

A atual crise econômica e a mudança do foco do financiamento privado, que prioriza projetos socioeducativos e profissionalizantes, a instituição paga sérios custos para poder manter-se com qualidade de atendimento. Lembramos que essa situação de financiamento vem ao encontro inclusive dos diagnósticos do comprometido atendimento ofertado pela rede do serviço de acolhimento institucional, com características de permanência, prejudicado trabalho com família, despreparo das equipes, num sentimento de isolamento frente às emergentes questões da violência intrafamiliar (maus-tratos físicos, psicológicos e abuso sexual), pobreza, moradia, drogas, situação de rua, entre outros. O acolhimento institucional não consegue se colocar numa ação intersetorial, ele é isolado no Sistema de Garantia de Direitos; sua função é vista como a de simplesmente receber as crianças e os adolescentes.

Parecem ainda acreditar que a instituição está calada no silêncio de 4.375 daqueles que gritam a necessidade de mudança. Essa concepção é da Doutrina de Situação Irregular. A lei prevê a convivência familiar e comunitária, portanto, as crianças e adolescentes acolhidos são de responsabilidade da família, da organização social, dos poderes constituídos, enfim, da sociedade.

O declínio numérico na última década tem como perspectiva a intervenção judicial por meio da Ordem de Serviço que determinava a diminuição do número de abrigados.

A organização social sempre teve na sua premissa de atendimento a permanência de “asilados”. A princípio, com a intenção de oferecer a família que o filho(a) de hanseniano havia perdido. Num segundo momento, pela pobreza e a falta de condições para o cuidado de “menores”. E, na atualidade, procurando fazer com que as crianças e adolescentes procurem conviver em família biológica, parental ou adoção, enfrentando as dificuldades promovidas pelo acolhimento.

A proposição desses movimentos interferiram e interferem no projeto que é desenvolvido pela equipe responsável, pois cada criança tem uma história particular e que no seu íntimo não é misturada com a história do outro, aquilo que pensamos ser o coletivo, orquestrado por regras, limites e orientações, nada mais é do que presenças particulares dramatizando o que tem de mais verdadeiro, a sua vida; ainda que a relação que o levou até a instituição seja patológica. E, em todas as situações as crianças e adolescentes precisam ser cuidados.

Tabela 3 - Tempo de permanência

Décadas	Tempo de permanência - Anos										
	0 a 6		7 a 12		13 a 18		19 a 30		S/I		Total
1927-1930	67	45,57%	66	44,89%	11	7,49%	3	2,05%	0	0	147
1931-1940	267	59,07%	110	24,33%	65	14,38%	10	2,22%	0	0	452
1941-1950	267	58,05%	131	28,48%	57	12,39%	1	0,22%	4	0,86%	460
1951-1960	256	46,37%	146	26,45%	133	24,10%	17	3,08%	0	0	552
1961-1970	174	46,90%	86	23,19%	80	21,56%	9	2,42%	22	5,93%	371
1971-1980	176	56,59%	69	22,18%	32	10,29%	2	0,65%	32	10,29%	311
1981-1990	419	75,64%	65	11,73%	14	2,52%	0	0	56	10,11%	554
1991-2000	1018	81,51%	137	10,96%	9	0,73%	0	0	85	6,80%	1249
2001-2008	218	78,13%	57	20,43%	0	0	2	0,72%	2	0,72%	279
Total	2862	65,42%	867	19,82%	401	9,16%	44	1,01%	201	4,59%	4375

Fonte: Aldá Filho, Nelson. Reordenamento Institucional: Desafios da Doutrina de Proteção Integral para crianças e adolescentes. Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP, 2010

Gráfico 2 – Tempo de Permanência

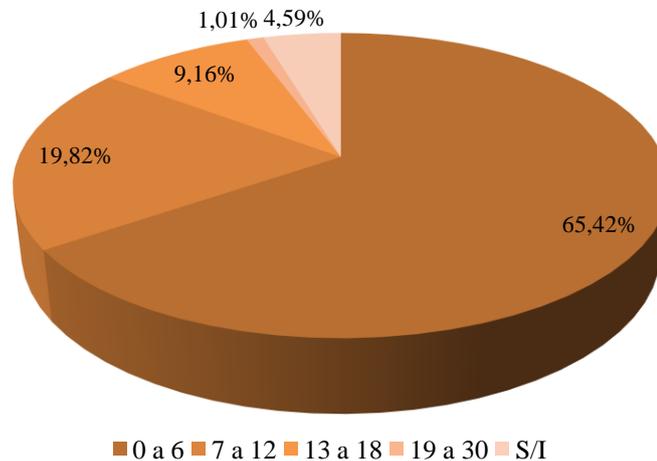


Gráfico 2 – Tempo de permanência. Carapicuíba, SP, 2010
Fonte: Tabela 3

O critério utilizado na divisão das faixas etárias procurou, no primeiro bloco (0 a 6 anos) orientar-se pela idade de entrada prevista no Estatuto Social da fundação até 2004, identificando que se trata de crianças em tenra idade e com a necessidade fundamental de afeto e cuidado que lhe representarão o desenvolvimento nas fases futuras. Os outros blocos são divididos em períodos de 5 anos. A partir dos 19 colocamos num único bloco o tempo de permanência que identificamos na coleta de dados.

Os maiores índices de permanência são referentes àqueles que foram acolhidos entre os anos de 1927 a 1970; exemplificando que na década de 1950 houve o maior índice de longa permanência, sendo 146 pessoas de 7 a 12 anos; 133 (24,10%) de 13 a 18 anos e 17 (3,08%) entre 19 a 30 anos.

As saídas no período de 0 a 6 anos apresentaram um aumento de 20% na década de 1990 em relação à década anterior e foi gradativamente aumentando nas décadas posteriores. Esse fenômeno tem o sentido de que a legislação traz em si mecanismos de controle e avaliação, observados, com qualidade ou não, pelos órgãos fiscalizadores e controladores do poder executivo, que vão paulatinamente implantando um sentido e uma ação diferentes. O problema aqui identificado é quando o Sistema de Garantia de Direitos, não faz essa análise conjuntural da cotidianidade do atendimento. Alertamos em especial os dirigentes dos

serviços de acolhimento institucional para que tenham o domínio desses fenômenos nas suas organizações sociais, a fim de que não sejam desqualificadas na missão institucional que pretendem enfrentar e combater. Por isso, solicitem o registro de funcionamento nos Conselhos de Direito, para realizar uma ação da sociedade civil, sem que o executivo se exima da responsabilidade enquanto gestor da política pública básica e integral. Porém, independentemente da instância de responsabilidade (governo ou sociedade civil) precisamos construir uma agenda participativa que represente as necessidades da população e o sentido dos préstimos de um serviço de qualidade e excelência, com indicadores de processo, almejando ratificação e retificação dos indicadores estabelecidos.

O último aspecto a ser desenvolvido é a cultura da ausência de informação, que nos parece fruto da ditadura militar, quando da década de 1970 a 2000 se verifica total falta de informação sobre as pessoas. Essa situação nos remete a duas hipóteses. A primeira, a ausência de equipe técnica em quantidade e capacidade para desenvolver a atividade profissional; e a segunda, a manutenção dos interesses institucionais em detrimento das orientações legais. Como exemplo, constamos, em 2004, crianças acolhidas sem registro de nascimento; sem ordem judicial de acolhimento; Conselhos Tutelares utilizando-se das competências do juízo da infância e da juventude; famílias da comunidade utilizando os serviços da organização como “colégio e educandário”, etc.

Por outro lado, mesmo que com autorização judicial, identificamos casos de diversas Varas da Infância e da Juventude da Capital e interior do Estado. Em setembro de 2004, dos 253 acolhimentos, 72% dessas crianças e adolescentes tinham suas famílias morando em cidades distantes da região metropolitana de São Paulo, Grande Oeste, ou em outros Estados. Quais os critérios técnicos que sustentaram essas situações? Por que a entidade continuou se ensimesmando? A resposta é simples: a manutenção da instituição em detrimento das relações familiares e comunitárias. E esse interesse não foi somente interno; Também foi macroinstitucional. O resultado é obvio: a longa permanência institucional; sem a merecida reflexão do que significa provisoriedade e excepcionalidade do atendimento. A cultura percebida na entidade que esses conceitos são subentendidos no período de até 18 anos de atendimento, em detrimento do relacionamento que as pessoas necessitam exercitar num território onde as ofertas e oportunidades são escassas.

4.1 ESCUTANDO O SUJEITO DO ATENDIMENTO

Nos últimos quatro anos temos convivido com diversas experiências com pessoas que foram acolhidas na Associação Santa Terezinha e que buscavam alguma necessidade. As necessidades nos indicaram que poderíamos alargar a possibilidade da pesquisa e fundamentá-la a partir das experiências concretas do cotidiano. Com esse objetivo procurávamos disponibilizar o tempo necessário para que a observação participante pudesse nos auxiliar na sistematização dessa pesquisa.

Com o objetivo de ilustrar os mecanismos de funcionamento e decisões dessa organização social, como pesquisador, segundo Magnani, “de perto e de dentro”, apresentaremos alguns relatos dessas vivências.

Ressignificar o acolhimento. No início da década de 1950 uma criança foi acolhida por aproximadamente 6 anos. Um senhor de 59 anos nos procurou para visitar o berçário onde morou. Ele trouxe uma foto sobre a escada do berçário e a lembrança dos seus olhares e percepções pela janela quando tinha 2 anos de idade. Ao chegarmos na escada a emoção foi muito forte, dele e nossa, pois o seu desejo intrínseco era o de que a família soubesse que a “internação” não lhe fizera “tanto mau”. Ele queria comprovar que ali também houve memória, cuidado e agradecimento. Nesse momento nós soubemos que a mãe era hanseniana e, ao nascer, com a dúvida de que o bebê também pudesse ter contraído a doença, foi encaminhado para o “asilo”. Foi o único membro da família que passou por essa situação; é o filho caçula. Esse senhor nos deixou seu álbum de fotos daquela época, fez questão de não mais levá-las; levou somente as muitas fotos que fizemos naquele dia em diversos locais, e, o impressionante era que ele vibrava identificando-se com aqueles espaços, brinquedos e estruturas físicas. A experiência de ter podido refletir este fato, a partir dos estudos de Foucault e Goffman, foi muito intensa: percebemos quanto o atendimento atual ainda está permeado de inúmeros movimentos de vigilância e institucionalização qualificados pela idéia original da instituição. O desafio está no exercício de compreendermos que crianças e adolescentes são pessoas em situação peculiar de desenvolvimento e suas histórias precisam ser significadas naquele momento; nesse caso houve uma “espera” de aproximadamente 50 anos. Isso não pode acontecer mais como prática no processo de reordenamento.



Figura 15

Cena do cotidiano. Berçário Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP Pasta 138. 1950, 1952

Identificar-se com sua prole. Nós tivemos o contato de um senhor de aproximadamente 35 anos, que fora acolhido em 1976, pedindo informação sobre seu prontuário, pois tinha lembrança de uma fotografia 3x4 utilizada na sua carteirinha escolar. O seu desejo era o de saber se “ele era parecido com o seu filho” que, naquela época, estava com a mesma idade do pai na fotografia. Não havia nenhum outro interesse por sua história, somente uma identificação da sua imagem pessoal. A foto original felizmente estava guardada e foi entregue a ele, num momento de muita emoção das lembranças da institucionalização. Pareceu-nos que havia uma lacuna na sua história e que aquela foto era o elo que identificava o pai com o filho; um ato de amor e de pertencimento. Essa situação nos chamou atenção, pois dentre os prontuários organizados parece-nos um dos últimos casos de acolhimento por situação de hanseníase na família, identificando que a prática institucional para atendimento, segundo sua origem, ocorreu até o final da década de 1970, aproximadamente 20 anos depois de a legislação estadual não permitir mais esse serviço, as mudanças do Estatuto Social e os convênios estarem estabelecidos com outro perfil de atendimento.

Identificar a sua origem. Dentre várias situações, recebemos duas irmãs adotadas para o exterior quando tinham 2 e 4 anos. Naquela visita tinham aproximadamente 23 e 25 anos. Elas vieram com os pais e o desejo era o de conhecer o berçário onde ficavam. Ao entrarmos no berçário uma delas fez o reconhecimento do local pelo olfato: as crianças estavam almoçando e tomavam sopa. Esta jovem parecia lembrar-se do lugar e da sua dinâmica, o implícito tornava-se explícito; o velado, desvelado: a alegria era percebida.

Alguns passos adiante, a irmã encontrou os berços onde ficam os bebês. Ela deu um forte grito – “É aqui, é aqui!” –, identificando o lugar; chamava a irmã para fotografá-la abaixada entre as grades do berço. Nós ficamos intensamente assustados com aquela cena; emocionados saímos do local. A mãe adotante percebendo o nosso desconforto nos informou que aquela filha foi adotada com 4 anos de idade e que tinha sérios problemas de atrofia nas pernas, considerada com deficiência, por permanecer a maior parte do tempo dentro do berço. A família fez um intenso acompanhamento médico especializado e a jovem tem um desenvolvimento motor muito satisfatório. Ora, os berços para as crianças que já andam foram tirados do berçário somente no ano de 2006 pela coordenação técnica da instituição; tendo inclusive havido forte resistência à mudança por parte dos funcionários, algumas associadas, voluntários, benfeitores, poder executivo local, dentre outros.

Agregar o núcleo familiar. Um senhor, no intuito de reorganizar as relações afetivas dos quatro irmãos que estiveram acolhidos, buscava informações de um ainda não localizado. Moraram praticamente desde o nascimento até a adolescência na instituição, sendo reinsertos na família extensa. Não tinham lembranças da convivência diária, não se viam (em outros casos não sabiam da existência do irmão), não brincavam juntos, não tinham histórias comuns. Foram transferidos para cidades distintas, ficando muito tempo sem contato. Por iniciativa de um dos irmãos houve a recomposição afetiva desse núcleo familiar, separados pela hanseníase, nas décadas de 1940 e 1950. O irmão que não era localizado passara pela instituição e morrera com tenra idade. Nenhum dos irmãos tinha conhecimento sobre ele, imaginavam que podia ter falecido. E nós lhes entregamos o atestado de óbito do irmão que estava arquivado na instituição. Naquele momento pareceu-nos que o óbito acabara de acontecer diante da emoção demonstrada pelos irmãos. Essa situação é o paradoxo dos intensos significados e significantes do abandono institucional.

Inserir-se no mercado de trabalho e na comunidade. A organização, pelo fato de controlar gastos, oportunizar trabalho e garantir a continuidade do objetivo da instituição, sempre preservou algumas pessoas no seu quadro de pessoal, com moradia na instituição, após a maioridade. Alguns sem letramento; outros com o ensino fundamental e médio (às vezes técnico) e superior. Diante do Projeto de Reestruturação esse modelo de convivência profissional conflitava com a metodologia proposta. Os conflitos foram intensamente discutidos pela equipe gestora; respeitando, considerando e valorizando sempre as questões afetivas construídas nos longos períodos de institucionalização. A decisão foi pelo desligamento institucional gradativo desses profissionais, lançando-os nos desafios do mercado de trabalho e da moradia, apesar dos descontentamentos. As experiências nos

demonstram que o período de acolhimento institucional seguido pelo trabalho profissional na mesma organização trouxe dificuldades para essas pessoas, principalmente no aspecto profissional, pela exigência técnica do mercado. A pesquisa demonstra a necessidade de que os jovens sejam educados a conviver em comunidade a fim de aprender a superar os desafios que a vida apresenta do ponto de vista profissional, de moradia e de educação formal. A instituição tenta suprir a ausência da família e da comunidade, mas ela não o faz, porque não é sua função. A tutela indiscriminada pode trazer prejuízos para a instituição e para as pessoas. Dessa experiência identificamos essa realidade.

Requerer benefício aos pais internados compulsoriamente pela hanseníase. Por ocasião da publicação da Lei Federal 11.520/2007, que concede a pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível às pessoas atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia, até 31 de dezembro de 1986, tivemos um grande número de pessoas que buscaram os documentos pessoais, comprovando sua institucionalização, a fim de qualificar o pedido da indenização para os genitores. Com isso tivemos o contato detalhado com 3 prontuários do período de 1940 a 1960.

Pleitear benefício indenizatório às crianças afastadas dos pais por meio de movimento organizado. A partir da Lei 11.520/2007 pessoas que foram acolhidas nessa organização social fizeram o pedido da cópia de documentos (aproximadamente 30 que foram “internados” no período de 1940 a 1970) com o intuito de agregarem-se ao Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN que ao longo dos seus 28 anos, tem se empenhado em lutar por conquistas em favor das pessoas acometidas por essa doença. O movimento, em parceria com a Organização dos Direitos Humanos Projeto Legal está articulando os filhos que foram separados do convívio de seus pais, em função da política de isolamento compulsório para pessoas com hanseníase nas décadas passadas.

Esses movimentos me conduziram a reflexão e a possível busca de respostas para o sentimento das crianças que visitaram seus pais nos “leprosários” na década de 1930. A procura também era nossa no intuito de compreendermos o sentido do abandono, do ponto de vista da criança e do adolescente e da instituição. Como pesquisadores, fomos até o parlatório do Hospital Padre Bento, na cidade de Guarulhos, SP. Ali permaneci por algum tempo imaginando como poderia ser uma visita feita de longe, sem aproximação, abraço, beijo, carinho, segredo. Não saímos dessa experiência confortáveis; acreditamos que as crianças naquela época também não. Confirmamos que a prática da visita cessou, pois não encontramos registros de que essa atividade tenha permanecido como parte do planejamento institucional. O abandono da criança e do adolescente é de ausência, de separação, de

indefinição enquanto o propósito da instituição é o do preenchimento do vazio coletivo, da reposição do que falta pelas atividades regradas e dirigidas. Esses contrários precisam ser desvelados nas vozes dessas pessoas. Dessa experiência qualificada nos conteúdos dessa pesquisa, demonstramos a seguir a visão cotidiana atual, capturada por estagiárias de Serviço Social da PUC-SP. Nós os convidamos a refletir a partir desse lugar, tendo presente as crianças e os adolescentes institucionalizados.



Figura 16

CIASQUI, Khattrym Curuçá. LIMA, Cinthia Lopes de. SANTOS, Lais da. ALDA, Viviane Genú. Tema: Abrigos de crianças e adolescentes. Disciplina de Oficina Profissional da Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP, 2010

Estas percepções, a crise e a necessidade pela transição dos modelos de atendimento instituídos na Associação Santa Terezinha, apresentadas no capítulo anterior, fez com que aprofundássemos as informações sobre esse diagnóstico procurando aproximar-se ainda mais da convivência relatada por diversos sujeitos.

4.2 JUSTIFICATIVAS DO MOVIMENTO DO COTIDIANO

A analisarmos o destino das crianças e dos adolescentes registramos os motivos apresentados nos prontuários para justificar as suas saídas. Na sistematização nós qualificamos as razões que levaram as equipes técnicas e/ou responsáveis a nomear e definir o sentido do destino dos acolhidos.

A pesquisa de campo nos indicou que os motivos das saídas tinham no sentido e no conteúdo o prefixo “re”, como reciprocidade, mudança de estado. Peirano, ao refletir sobre o longo caminho da pesquisa de campo etnográfica, trata da conversão religiosa de antropólogos afirmando que a antropologia favorece uma “re-estruturação” da visão de mundo dessas pessoas, em determinados contextos. Por isso também compreendemos que “a reanálise normalmente se dá quando um antropólogo descobre um ‘resíduo’ inexplicado nos dados iniciais que permite vislumbrar uma nova configuração interpretativa (PEIRANO, 1992, p. 14). A partir dessa configuração interpretativa pretendemos refletir e indicar possíveis decisões para o reordenamento institucional na Associação Santa Terezinha, quando a antropologia poderá favorecer determinadas pessoas em determinados contextos. Entendemos que precisamos revisitar os conceitos que nortearam os técnicos que atenderam crianças e adolescentes institucionalizados durante o século XX, a fim de efetivarmos o Sistema de Garantia de Direitos.

[...] concluímos à espera de novas reanálises que comprovarão a fecundidade teórica do trabalho etnográfico, ao mesmo tempo que constatamos que a antropologia é a disciplina dos artesãos, microscópica e detalhista[...] (PEIRANO, 1992, p. 15).

4.2.1 REINTEGRAÇÃO FAMILIAR

O cuidado e o afeto são os principais fatores para o retorno ou inserção da criança ou do adolescente na sua família, mas nem sempre respondeu aos anseios e necessidades daqueles que saíram dessa entidade, em função da significativa quebra ou ruptura de vínculos, principalmente pela longa permanência no serviço. A entidade estimulava e desenvolvia o vínculo institucional.

A reintegração familiar justificou-se mais pela necessidade de movimentação nos fluxos de crianças e adolescentes na instituição. Somente após a intervenção judicial e a elaboração do Projeto de Reestruturação é que a organização social vem procurando resolver essas questões com base no direito e no protagonismo.

Esse motivo de saída foi subdividido a partir das definições contidas nos prontuários: família biológica compreendendo a mãe (saída de férias, solicitação, viagem, desinternação provisória) o pai (saída de férias), o irmão, a irmã, os irmãos, os pais (para residir com a tia,

maioridade), com a autorização de outras organizações sociais; família parental, os tios; os avôs (visando a desinternação, com ordem judicial); as outras pessoas, os diretores de equipamentos (DPL), os padrinhos e as madrinhas, a tia de criação, a enfermeira, as personalidades (com autorização do DPL), a assistente social; os amigos da família, a mãe do padrasto ou onde poderão trabalhar; adoção registrada como a família substituta, o estágio de convivência, a guarda provisória, a entrega ao casal nacional e internacional (Itália, Suécia, Holanda, Espanha, Noruega, Alemanha, Estados Unidos, Bélgica); tutor entendido no conceito do Código de Menores que trata a tutela como um dos meios de colocar o “menor em situação irregular” num lar substituto; Casamento: união marital (sem a informação se o casamento foi civil e/ou religioso).

Tabela 4 – Reintegração familiar

Décadas	Acolhidos	Família biológica		Família parental		Outras pessoas		Adoção		Tutor		Casamento		Total	
1927-1930	147	60	40,81%	26	17,68%	1	0,68%	0	0%	1	0,68%	3	2,04%	91	61,90%
1931-1940	452	117	25,88%	75	16,59%	20	0,44%	0	0%	0	0%	0	0%	212	46,90%
1941-1950	460	62	13,47%	76	16,52%	20	4,34%	3	0,65%	1	0,21%	0	0%	162	35,21%
1951-1960	552	201	36,41%	86	15,57%	30	5,43%	11	1,99%	8	1,44%	0	0%	336	60,89%
1961-1970	371	144	38,81%	36	9,70%	14	3,77%	18	4,85%	0	0%	0	0%	212	57,14%
1971-1980	311	150	48,23%	34	10,93%	20	6,43%	19	6,10%	1	0,32%	0	0%	224	72,02%
1981-1990	554	280	50,54%	55	9,92%	7	1,26%	65	11,73%	0	0%	0	0%	407	73,46%
1991-2000	1249	670	53,64%	149	11,92%	65	5,20%	149	11,92%	0	0%	0	0%	1033	82,70%
2001-2008	279	127	46%	44	16%	13	4,65%	27	9,67%	0	0%	0	0%	211	75,62%
Total	4375	1811	41,39%	581	13,28%	190	4,34%	292	6,67%	11	0,26%	3	0,07%	2888	66,01%

Fonte: Aldá Filho, Nelson. Reordenamento Institucional: Desafios da Doutrina de Proteção Integral para crianças e adolescentes. Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP, 2010

Gráfico 3 – Reintegração Familiar

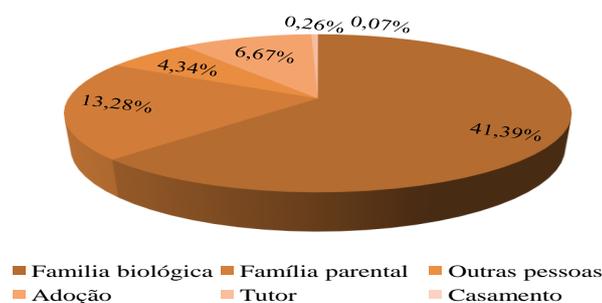


Gráfico 3 – Reinserção Comunitária. Carapicuíba, SP, 2010
Fonte: Tabela 4

Os dados expressam que durante décadas o retorno para a família biológica ou parental foi praticamente inevitável. O que parece comprovar a afirmação de que o acolhimento institucional é uma prática que promove o retorno para a família é um verdadeiro engodo.

De maneira geral (há raras exceções), essas crianças e adolescentes, enquanto acolhidos, não são instruídos adequadamente no meio escolar e profissional; apresentando sérios problemas de relacionamento interpessoal (inclusive entre irmãos), conduta antissocial, desajuste psicológico, baixa autoestima, entre outras.

Essas famílias não participaram efetivamente dessa possibilidade de retorno. Simplesmente receberam seus entes, sem saber direito o que fazer, e assumindo a responsabilização imposta pelo Estado e os representantes da entidade, de forma objetiva por meio da coerção (documento oficial ou determinação judicial) e subjetiva, diante da simplicidade e falta de conhecimento dos direitos civis as famílias assumem, ou tentam assumir, as crianças e os adolescentes por uma questão moral diante da sociedade. O Projeto de Reestruturação aponta a possibilidade de que as famílias também sejam cuidadas ou responsabilizadas a partir das premissas do artigo 129 do ECA.

Outra reflexão necessária é o que fazer com aqueles que perderam a possibilidade de retorno para a família. Do total de crianças e adolescentes atendidos, 190 (4,34%) adolescentes tiveram seus destinos definidos por outras pessoas, pelo comprometimento da preservação dos vínculos familiares ou comunitários. Observa-se também que essa dinâmica de reintegração tem o ápice na década de 1990, com duas justificativas. A primeira, pelo processo de apadrinhamento existente na instituição; e a segunda, no projeto de reestruturação, por pessoas que não eram pessoas da família, mas mantinham forte afeto e vínculo com as crianças e adolescentes.

Num processo de reordenamento precisamos analisar esses detalhes, dirigindo-lhes o conhecimento e a possibilidade de alterar essa realidade. Na verdade, esse aspecto não é um detalhe, mas uma questão fundamental que precisa ser percebida e envidada em esforços de alteração dessa situação por parte do Sistema de Garantia de Direitos. Não no sentido que não tenhamos mais esta característica de atendimento, mas que possamos pensar com tempo o projeto de vida para aquela pessoa ou grupo de irmãos. A expressão de encaminhamento para “onde possam trabalhar”, como indicação de destino tem que nos indignar profundamente e assumirmos a postura da construção de um projeto pedagógico que vise os direitos e deveres

individuais e coletivos dessas pessoas. Basta do atendimento com bases filantrópicas, assistencialistas e institucionais. Levantemos a bandeira da desinstitucionalização e da desideologização, em nossas vidas, nas organizações e nos poderes públicos onde somos responsáveis.

A adoção é outro aspecto a ser considerado, pois só tomou sentido institucional a partir da década de 1980, mas insignificante diante do número de crianças que permaneceram institucionalizadas por muito tempo e sem retorno familiar; esse lugar foi ocupado por “outras pessoas” e esse grupo permaneceu sem destino certo. A adoção é uma pauta que precisa ser discutida no território da cidade de Carapicuíba para que planeje as ações necessárias, crie e organize a cultura desse direito fundamental da criança e do adolescente.

4.2.2 REINSERÇÃO COMUNITÁRIA

Esse tema é fundamental para analisarmos o reordenamento, pois, as justificativas dos encaminhamentos respondem e pactuam com as práticas institucionais e não com a vida das pessoas. Para um adolescente institucionalizado e sem perspectiva não há maior sofrimento do que o de completar 18 anos de idade, é importante considerarmos que a maioria até a última alteração do Código Civil era de 21 anos de idade. Essa questão ainda não foi suficientemente desenvolvida no Projeto de Reestruturação, apesar de apontar para perspectivas a serem percorridas.

Nos prontuários, a reintegração à comunidade compreende o trabalho, a saída do Brasil, a maioridade civil, o alistamento no exército, a ida para pensionato de rapazes ou para tratamento especializado, demitido da Associação Santa Terezinha, “desinternado” pelo Departamento de Dermatologia.

Tabela 5 – Reinserção comunitária

Décadas	Acolhidos	Reintegrados à sociedade	
1927-1930	147	19	12,92%
1931-1940	452	11	2%
1941-1950	460	9	1,95%
1951-1960	552	48	8,69%
1961-1970	371	37	2,70%
1971-1980	311	19	6,10%
1981-1990	554	65	11,73%
1991-2000	1249	12	0,96%
2001-2008	279	0	0%
Total	4375	220	5%

Fonte: Aldá Filho, Nelson. Reordenamento Institucional: Desafios da Doutrina de Proteção Integral para crianças e adolescentes. Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP, 2010

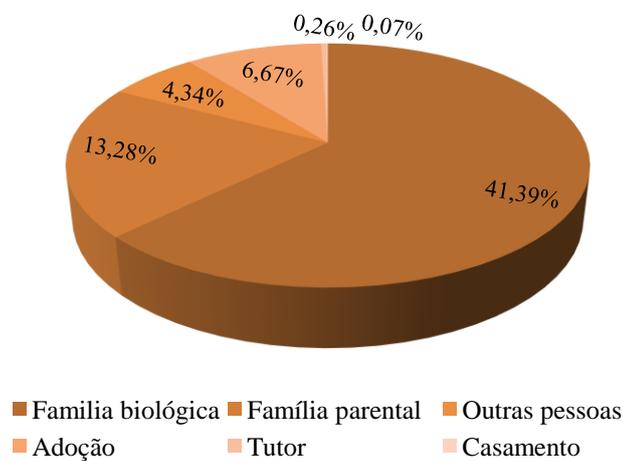
Gráfico 4 – Reinserção Comunitária

Gráfico 3 – Reinserção Comunitária. Carapicuíba, SP, 2010
Fonte: Tabela 4

A expressão reintegrado à sociedade precisa fundamentar-se em projetos que visem a construção da identidade e da autonomia daqueles meninos e meninas que não tiverem mais a condição de viver em famílias. Ela deve deixar de ser expressão numérica, de estatística para tornar-se serviços e projetos aos adolescentes.

Como indicador de diagnóstico que nos remete a um problema podemos observar que há um acentuado processo de reintegração na década de 1980 (11,73%), sobre o qual entendemos que foram desligados da instituição os jovens que tinham a promessa da profissionalização e educação aprimorada prometida na década anterior. Parece-nos que houve a movimentação da população atendida, com precário projeto para tal fim. A confirmação desse número é expressa pelo diminuto valor na década de 1990.

4.2.3 REINTERNAÇÃO EM SERVIÇO ESPECÍFICO

A transferência de crianças e adolescentes era uma prática comum que favoreceu perversamente a separação de irmãos e a posterior perda de contato familiar. Quando o grupo de irmãos era preservado havia a insuficiente perspectiva de projeto de vida comum.

Os serviços específicos identificados nos prontuários são extensos, compostos principalmente por entidades congêneres. Essa prática justifica o sentido atual da aplicação do inciso VI, do artigo 92 do ECA: “evitar, sempre que possível a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes acolhidos”. A intenção de relacioná-los aqui vem ao encontro da oportunidade que temos de observar o relacionamento institucional existente entre a rede de atendimento. Essa rede está elencada na mesma sequência em que os prontuários estão arquivados, demonstrando assim que essa prática não se alterou até os dias de hoje, independentemente das justificativas. Que a leitura nos leve à reflexão do sistema, sob o aspecto da experiência e do sentimento que a transferência proporcionou às crianças e aos adolescentes e não a supremacia das justificativas técnico-operacionais, que também são necessárias.

As transferências foram realizadas historicamente com as seguintes justificativas: a hanseníase com o encaminhamento para internação nos hospitais de atendimento especializado; a “remoção” para preventório (a pedido do pai, da mãe ou dos pais), asilo, sanatório, Santa Casa, escola agrícola, hospital (Franco da Rocha, Pe. Bento, Juqueri), Lar dos Rapazes, Educandário de Jacareí, Hospital Candido Fontoura, Unidade Educacional Modelo, Unidade Comunitária Modelo, Lar Escola Brogota (Atibaia), Instituto Vera Cruz (Avaré e Jaçanã – Capital), SAP – Pavilhão Central – Capital, Casa de Davi, Casa do Papai (Ferraz de Vasconcelos), Sanatório João Evangelista, Juizado de Menores (atendimento especializado),

Instituto Modelo de Menores, CRT – Serviço Social de Menores, FEBEM (Instituto de Menores), Ed. Sampaio Viana, Serviço Social de Menores (Unidade de Triagem, Unidade de Recepção, Unidade Educacional de Batatais), Outra Entidade Beneficente, Lar Escola São Sebastião, Obra em Itaquera, Obra Social Bariri, Lar das Flores, Casa da Infância, Vale da Benção, CEPAC, Casa José Benedito, Casa da Criança de Barueri, SOS Criança, Instituto Sagrada Família, Helen Drexel, Comissário de Menores, Lar Irmão José, Lar Batista de Crianças, Casa da Juventude, Associação das Senhoras Evangélicas de São Paulo, Conselho Tutelar, Instituto Meu Direito de Crescer, Laura Vicunha, Obra Social Dom Bosco, Casa Abrigo Santana, Abrigo Jesus Amor e Caridade, SEMEIA – Fundação Francisca Franco, Lar Sonho Infantil, Obra Social São Mateus Apóstolo, Casa Transitória (Santana de Parnaíba), Abrigo Lapenna, Aldeias SOS Interlagos, Casa da Criança e do Adolescente Clara Luz Clemente, Lar Infância de Nice, Lar do Menor Alegria e Esperança, Abrigo Acalanto, Associação Cristã dos Casais, CRECA, Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo para Adolescente – FUNDAÇÃO CASA, Comunidade Terapêutica Recanto das Garças, entre outras.

Tabela 6 – Reinserção em serviço específico

Décadas	Acolhidos	Hanseníase	Transferência	Total
1927-1930	147	2 1,36%	31 21,08%	33 22,44%
1931-1940	452	3 0,66%	98 21,68%	101 22,34%
1941-1950	460	0 0%	160 35%	160 34,78%
1951-1960	552	0 0%	109 20%	109 19,74%
1961-1970	371	0 0%	79 21%	79 21,29%
1971-1980	311	0 0%	19 6%	19 6,10%
1981-1990	554	0 0%	8 1%	8 1,44%
1991-2000	1249	0 0%	62 5%	62 4,96%
2001-2008	279	0 0%	40 14%	40 14,33%
Total	4375	5 0,12%	606 13,85%	611 13,97%

Fonte: Aldá Filho, Nelson. Reordenamento Institucional: Desafios da Doutrina de Proteção Integral para crianças e adolescentes. Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP, 2010

Gráfico 5 – Reinternação em serviço específico

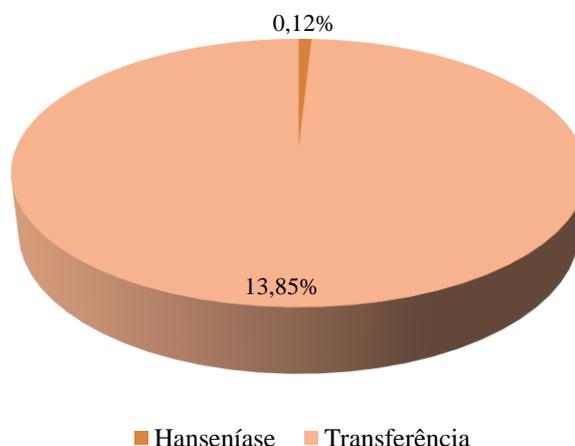


Gráfico 5 – Reinternação em serviço específico. Carapicuíba, SP, 2010
Fonte: Tabela 6

O conceito do termo removido, utilizado durante muitas décadas, nos expressa a indignação com o sentido de “mudar de lugar” aquela situação que incomodava a dinâmica planejada pela entidade; não identificamos justificativas explicativas sobre essas saídas, somente registram para manter a função institucional.

Nos prontuários identificamos transferências justificadas por pedidos de familiares e não por estudo técnico das instituições. Esse pedido sugere que essas pessoas não queriam perder seus contatos, se tivessem de ficar institucionalizados, que fosse próximo da família para se facilitar a visita, por exemplo.

O Quadro Estatístico de Asilados no período de 1927 a 1949 demonstra que no período de 1927 a 1930 havia 6 crianças “doentes”, representando 1,34% dos números totais (445 acolhimentos). No período de 1931 a 1940 havia 29 “doentes”, representando 1,29% dos números totais. Os anos com o maior encaminhamento de “doentes” foram 1930, 4 crianças, 1932 e 1935, 6 crianças cada ano e 1942, 5 crianças.

Esse percentual, em relação aos prontuários existentes, indica o controle higienista com a necessidade de vigilância da doença e a diminuição dos óbitos (1,36% - 1927 a 1930 e 0,66% - 1930 a 1931). Mas ao compararmos o percentual geral dos prontuários existentes (0,12%) em relação aos percentuais apresentados pelos números da Tabela 1 (média de

1,30%), constatou-se novamente a perda de um número significativo de prontuários e que ou o Departamento de Profilaxia da Lepra manteve um rigoroso controle para o envio de crianças “doentes” para a Associação ou os óbitos eram um fato; marcando com isso a política higienista.

A partir da década de 1970 percebe-se o interesse institucional pela permanência; somente no final da década de 1980, com a crise institucional de modelo pedagógico e a superpopulação é que se retoma a remoção, mais uma vez para resolver as questões internas. Em relação aos números de atendimento total essa prática foi aplicada a 13,97% das crianças e dos adolescentes acolhidos.

A partir de 2004 procurou-se desenvolver o sentido da transferência para abrigos próximos da moradia da família quando não havia possibilidade de retorno. A equipe técnica da Associação Santa Terezinha ocupou-se de envolver as famílias, o Juízo, por meio da solicitação judicial, o Ministério Público, diante de uma escassa rede de atendimento que identificamos em diversas cidades do interior, Nordeste do país e região metropolitana de São Paulo.

O Projeto de Reestruturação parte do pressuposto do recâmbio para organizações sociais que fiquem perto das famílias das crianças e dos adolescentes, procedimento preconizado no artigo 92 do ECA, incisos I, V, VI e VIII.

4.2.4 RESPONSABILIDADE DO SUPERINTENDENTE

As decisões dos responsáveis da entidade estão além das previstas na legislação. As ações do cotidiano estão permeadas dos processos pedagógicos que incluem alguns desafios como a deficiência quantitativa de profissionais e qualidade do preparo na profissão para atuar nessa área específica; a precária ou ausente formação continuada dos profissionais, causando mais instabilidade nas crianças e nos adolescentes acolhidos, ocasionando, por exemplo, as saídas não autorizadas; a contratação de alguns adolescentes quando completaram 18 anos; e situações que fogem ao controle do cotidiano, como os óbitos.

Elas estão assim apresentadas nos prontuários: contratado a própria organização social nas funções de pajem, serviços gerais, monitor, coordenador, assistente social, coordenador de

residência, auxiliar de escritório, almoxarife, etc.; saída não autorizada definida como fuga, desligamento da listagem de internos, não retorno de saída autorizada, saída de férias e não retorno, saída para visitar parentes e não retorno, saída sem autorização (lavrado o Boletim de Ocorrência); óbito indicado com a morte da criança durante o atendimento na instituição; e Sem Informação - S/I, por não haver qualquer registro sobre a situação ou motivo da saída.

Tabela 7 – Responsabilidade do superintendente

Décadas	Acolhidos	Contratado		Saída não autorizada		Óbito		S/I		Total	
1927-1930	147	0	0%	0	0%	2	1%	2	1,36%	4	3%
1931-1940	452	2	0,44%	1	0,22%	117	25,88%	8	1,76%	128	28,31%
1941-1950	460	4	0,86%	1	0,21%	122	26,52%	2	0,43%	129	20,04%
1951-1960	552	0	0%	0	0%	48	8,69%	11	1,99%	59	10,68%
1961-1970	371	0	0%	0	0%	23	6,19%	20	0,53%	43	11,59%
1971-1980	311	1	0,32%	0	0%	18	5,78%	30	9,64%	49	15,75%
1981-1990	554	11	1,98%	15	2,70%	8	1,44%	49	8,84%	83	14,98%
1991-2000	1249	0	0%	55	4,40%	11	0,88%	76	6,08%	142	11,36%
2001-2008	279	0	0%	17	6,09%	2	0,71%	0	0%	19	7%
Total	4375	18	0,42%	89	2,03%	351	8,02%	198	4,52%	656	14,99%

Fonte: Aldá Filho, Nelson. Reordenamento Institucional: Desafios da Doutrina de Proteção Integral para crianças e adolescentes. Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP, 2010

Gráfico 5 – Responsabilidade do superintendente

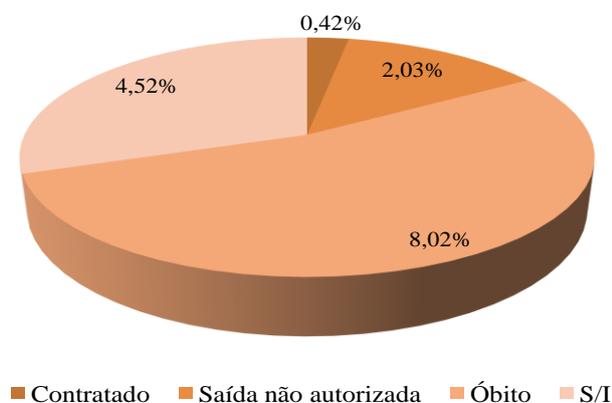


Gráfico 5 – Responsabilidade do superintendente. Carapicuíba, SP, 2010
Fonte: Tabela 6.

A análise desse gráfico identifica a responsabilidade dessa organização social, principalmente no atendimento da missão inicial, quanto à morte de crianças. Essa situação não foge à regra quando analisamos o sistema de atendimento por meio das amas de leite. A idéia dessa instituição era a de avançar cientificamente no cuidado das crianças em relação aos modelos do século retrasado. No caso dos óbitos, percebeu-se que não se conseguiu alcançar esse objetivo.

Na Tabela 1 identificamos que no período de 1927 a 1930, 2 crianças “falecidas”, 0,44% em relação ao número de atendimentos. Na década de 1930 são 121 crianças falecidas, 5,33% de óbitos. Comparando com os prontuários existentes os números se aproximam. Em relação ao número de óbitos no período de 1927 a 1930, comparados com a Tabela 1, constatamos que os prontuários que registram os óbitos estão preservados, indicando a totalidade desse fato.

Nos anos de 1941 a 1949 constatamos na Tabela 1 que houve 121 “falecidos” (4,83%) de um total de 2.503 crianças e adolescentes “existentes”. O percentual de 5% em média nos leva a refletir sobre a importância “clínico-social” que foi dada à questão da “lepra” e seus estigmas, sob a justificativa jurídica do Código de Menores de 1927. Os óbitos promoveram um intenso movimento dos associados, autoridades governamentais, médicas e jurídicas para que casas fossem alugadas, prédios adaptados e construídos para responder aos preceitos de manutenção de uma sociedade higienizada, livre de qualquer risco, mesmo que em percentual fosse esse um indicador baixo. Essas ações – segregatórias e preconceituosas no nosso ponto de vista – trouxeram qualificação técnica para a instituição naquele momento.

4.3 MOVIMENTO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Por isso temos chamado atenção para os fenômenos do acolhimento que parecem ser insignificantes, pois são para eles que precisamos dedicar tempo e vontade para analisar o problema, tecer diagnóstico e enfrentar os preconceitos estabelecidos em direção ao reordenamento institucional, pautado no ECA e no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária.

A partir da década de 1990 intensifica-se o número “falta de informação” nos registros

quanto aos itens apresentados anteriormente. Esse dado nos demonstra a escassa preocupação técnica, o reduzido número de profissionais competentes nas suas áreas de formação para acompanhar os casos e o intenso desrespeito ao direito institucional de que a criança e a família saibam do que se define por suas vidas.

A quantidade de prontuários sem informação é maior nas décadas de 1970 (9,64%), 1980 (8,84%) e 1990 (6,08%). Esses números, coincidentemente, surgem no período da ditadura militar brasileira, pois nas cinco décadas anteriores o indicador médio desse tema estava em torno de 1,25% por década. Na década de 2000 o paradoxo é extinto devido ao Projeto de Reestruturação.

Essa opção dos responsáveis, nem sempre identificada ou trazida à tona pelos responsáveis pela fiscalização ou atores do Sistema de Garantia de Direito, evitando assim desgastes institucionais, determina que as crianças e adolescentes institucionalizados introjetem o abandono pela segunda vez nas suas vidas. A perversa falta de informações sobre a vida pregressa, do momento de acolhimento e o projeto de vida tem causado severos prejuízos para aqueles que ainda são submetidos ao acolhimento institucional. Será que o conceito da Situação Irregular não está presente em vários procedimentos técnicos ainda hoje? Quais os mecanismos para compreendermos, focarmos essa análise na Doutrina da Proteção Integral?

Fávero, Vitalle e Baptista, no estudo realizado sobre as famílias com crianças e adolescentes abrigados, apontam que “desemprego (13%), negligência familiar (11%), falta de moradia (10%) e para não ficar na rua (10%)” (FÁVERO, VITALLE e BAPTISTA, 2008. p. 33) são os principais motivos do acolhimento institucional.

A Vara da Infância e da Juventude e o Conselho Tutelar como autoridade competente do Sistema também precisam entender a importância da informação sobre cada caso, principalmente no momento do acolhimento, muitas vezes traumático para as crianças, famílias e profissionais, prejudicando o registro de informações importantes para o desenvolvimento, acompanhamento e indicação de superação do caso particular. A partir do acolhimento a responsabilidade da guarda permanece com a organização social que também é prejudicada nas suas ações. As famílias precisam ser contempladas com o artigo 129 do ECA e as entidades aprimorarem seu funcionamento sob os critérios do artigo 92 do ECA.

As famílias revelam ter poucas informações sobre o significado da medida de proteção abrigo e os desdobramentos de um abrigamento. É nítido o seu receio de

que o juiz não acredite que possam condições de cuidar de seus filhos, netos, sobrinhos. Nota-se, pelas respostas, que o Judiciário por vezes parece exigir mudanças sem buscar compreender ou pensar junto com elas o que é viável a partir de sua realidade. Revela-se uma posição de subalternidade das famílias em relação a essa instituição [...] Pela fala de alguns coordenadores de abrigos, percebeu-se que há ainda um distanciamento e pouco diálogo entre a unidade de acolhimento e a Vara da Infância e da Juventude. O abrigo parece ficar subordinado ao Judiciário, não se vislumbrando um trabalho conjunto. Alguns coordenadores questionam esse funcionamento, mas ainda se evidencia o quanto é forte o papel controlador que o Judiciário exerce sobre a família e o abrigo (FÁVERO, VITALLE e BAPTISTA, 2008, p. 138 e 139).

A informação vai além do registro identificado nos prontuários, processos, relatórios, encaminhamentos; ela precisa estar pautada no diálogo, na verdade e na participação de todos os envolvidos na situação do aqui e agora.

5 A EMERGÊNCIA DO NOVO NO VELHO

A Ordem de Serviço fixou os objetivos a serem buscados considerando a provisoriedade e excepcionalidade; a reavaliação das medidas fiscalizadoras; o grande número de acolhimentos; a promoção da reaproximação e da reinserção familiar; a convivência comunitária; e o interesse da organização em aprimorar seus mecanismos de atendimento.

O Projeto foi desenvolvido considerando as etapas do esboço inicial, discussão, conclusão e execução. Assegurou-se que em todas as fases houvesse a participação da Associação Santa Terezinha, bem como do Ministério Público.

A Ordem de Serviço indicava os seguintes parâmetros iniciais a serem alcançados:

- a) A diminuição do número de abrigados na instituição;
- b) A reaproximação familiar com vistas ao desabrigamento;
- c) O desenvolvimento de atividades que integrem os institucionalizados à comunidade e vice-versa;
- d) O possível recâmbio dos menores advindos de outras Comarcas para o local de origem (abrigo ou família);
- e) A verificação de menores aptos a propositura de ação de destituição do pátrio poder, visando adoção. (ORDEM DE SERVIÇO, 2004, p. 4 e 5).

A emergência indicada não foi uma ação isolada do Poder Judiciário. Os dados das tabelas apresentadas, nas décadas posteriores a promulgação do ECA, demonstram o contra-fluxo e o fluxo das prerrogativas da proteção integral. O reordenamento intitucional é o fato a ser identificado, pois a assistência social vem desenvolvendo oportunos mecanismos socioassistenciais para esse serviço específico. Isso pode ser identificado pela razão de que as crises não cessaram com a apresentação do Projeto ao Juízo, pelo contrário, intensificaram-se na medida em que a estrutura administrativa, patrimonial, de gestão, enfim, também foram envolvidas com o intuito da superação dos problemas.

Os desafios e incompletudes institucionais foram anunciados por meio de documentos, seminários, incessantes reuniões e a construção de uma rede de apoio dessa mudança por meio de projetos como outras organizações como a Fundação Orsa, Amici dei Bambini (Itália-Brasil) e universidades através do estágio.

O contato e articulação com o CMDCA, CT, Juízo, escolas, Secretaria Municipal de Promoção Social e alguns segmentos da sociedade civil eram conflitantes e de culpabilização dos responsáveis que assumiam a transição naquele momento.

Os funcionários perderam-se na transição e apontaram para o movimento de retorno para a metodologia anteriormente aplicada. A gestão e as atividades da equipe técnica precisam do delineamento consensuado das ações a ser desenvolvida no cotidiano.

As crianças e os adolescentes nos testaram, e muito, não conversavam entre si, brigavam muito, eram arrogantes e ao mesmo tempo inertes e sem criatividade. Eles exigiram de nós a aproximação com muitos especialistas do século passado, que atuaram com crianças e adolescentes, para podermos entender o fenômeno que estava acontecendo. Fizemos pesquisas e posteriores conversas sobre os estudos de Winnicott, Macarenko, Marcílio, Negrão, Paulo Freire, Dom Luciano Mendes de Almeida, Januz Korczak, entre outros já citados. Januz que traduz o que queremos expressar nesse momento, porque nós adultos temos os pensamentos “empoeirados”, definidos, estáticos, enquanto a criança e o adolescente são aprendentes, revolucionários e sinceros, mesmo ao manifestar as patologias psíquicas, trazidas ou adquiridas na instituição e as sociais.

A criança se ressentida da sua posição de escravo, sofre por causa da prisão, ela aspira a liberdade, mas não a encontra, pois mudando a forma de existência, fica prisioneira das proibições e do constrangimento. Não podemos mudar a nossa vida de adultos, pois fomos educados na escravidão, não podemos oferecer às crianças a liberdade enquanto recordarmos as nossas próprias cadeias. (ABRAHAM, 1986, p. 43).

O conjunto arquitetônico foi outro grande desafio, quase nada vinha ao encontro das propostas de atendimento, as paredes, os labirintos, o vasto espaço externo nos propiciaram conflitos e desafios a serem alcançados.

5.1 CONSTRUÇÃO DOS PARADIGMAS DO DIREITO

A intervenção iniciou-se tendo como meta prioritária o respeito à história, aos atores institucionais e à função social da organização, bem como a necessidade de que o aparato técnico de atendimento se equiparasse à tecnologia social atual, construída ao longo do século

passado, apesar dos muitos percalços, e fundamentalmente a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988.

A contratação dos técnicos de confiança da Vara da Infância e da Juventude de Carapicuíba foi feita por intermédio da Fundação Orsa. Essa contratação estava diretamente ligada à área de serviço social da Fundação, que proporcionava a supervisão institucional, recursos financeiros e técnicos e os disponibilizava ao Juízo para a efetivação dessa ação.

Art. 1º DETERMINAR a realização de um Projeto de reestruturação da Associação Santa Terezinha, pelos técnicos de confiança do Juízo, Nelson Alda Filho e Lucilene Rosa, contratados pela Fundação Orsa, que dará aporte financeiro do citado Projeto, notadamente pela contratação dos funcionários postos à disposição do juízo. (ORDEM DE SERVIÇO, 2004, p. 03 e 04).

Assim que fomos contratados, o Juízo indicou o início imediato dos técnicos na organização. Colocamos-nos contrários a esse procedimento, pois até aquele momento só havíamos passado por um processo de seleção e não conhecíamos aspectos mais consistentes sobre a instituição onde iríamos atuar. Solicitamos, e foi autorizado, o período de 30 dias para que pudessemos conhecer a cidade de Carapicuíba, ler os prontuários dos casos que ocasionaram a intervenção judicial, conversar e saber os pareceres da equipe técnica judiciária, estudar o Plano da Assistência Social do município e obter informações sobre a história da Associação Santa Terezinha.

Os técnicos tinham como base de sustentação a supervisão institucional semanal na área de serviço social da Fundação Orsa. Em situações específicas buscamos o auxílio de profissionais ou instituições que pudessem nos auxiliar a refletir sobre os questionamentos, buscando possibilidades de intervenção para enfrentar os desafios identificados. A paciência foi o grande exercício desse momento, pois a maior parte dos desafios não era identificada diante do clima persecutório que se instalou durante a intervenção.

A intenção do Juízo da Infância e da Juventude era a de que os técnicos produzissem o plano de trabalho detalhando os aspectos do atendimento: rotina; normas de convivência; descrição dos cargos e funções; visitas; regimento interno, fases do desenvolvimento, família, comunidade, atividades socioeducativas, etc., para que a entidade aprendesse, no cotidiano, as estratégias de atendimento. O prazo previsto para essa intervenção era de dois anos e meio.

Por meio dos grupos operativos e da pressão política interna e externa constatamos que seria prudente avançarmos no sentido de que houvesse um plano de ação, com princípios

e justificativas teóricas e técnicas que sustentassem o desafio do reordenamento institucional. Para podermos chegar a essa decisão investimos na reflexão, análise de dados e de situações de cotidiano, sempre no intuito de não perdermos os cinco parâmetros determinados pela Vara da Infância e da Juventude.

Em conjunto com os consultores, compreendíamos que havia limite na intervenção judicial. Acreditávamos que o Poder Judiciário não tem competência técnica para atuar nas questões pedagógicas de uma instituição, por um longo período e a sua estrutura operacional apresenta limitações acentuadas para compreender a dinâmica complexa do acolhimento institucional. Com isso poderia comprometer a transposição do paradigma de atendimento anterior para o que se propunha.

A determinação judicial não excluiu a mantenedora; respeitava a sua atuação e dedicação profissional, mas solicitava uma ação direta e imediata para inserir a organização social nos ditames da legislação vigente. O Ministério Público cumpria a sua competência de zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e aos adolescentes. Os Promotores de Justiça efetuavam recomendações e sugestões, ouvindo os interesses e possibilidades da organização social, visando a melhoria desse serviço de relevância pública. Com essa atitude, jurídico-pedagógica, entendida a partir da determinação judicial operada por profissionais com conhecimento do serviço socioassistencial e da estrutura de funcionamento das congregações religiosas, definiu-se uma influência significativa nesse processo.

Artigo 3º. Parágrafo único. Em todas as fases será assegurada a participação da Associação Santa Terezinha, bem como do Ministério Público (ORDEM DE SERVIÇO, 2004, p. 04).

O primeiro ato da diretoria, em 2004, foi o de adequar o Estatuto Social às bases da Constituição de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Orgânica da Assistência Social e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Para se construir esse processo o método utilizado foi o de grupo operativo proposto por Pichon-Rivière, retomando o conceito do ECRO – Esquema Conceitual, Referencial e Operativo, utilizado no campo da psicologia social.

Nesse período a entidade acolhia 279 crianças e adolescentes. Ao identificarmos as lideranças (pessoas que desempenhavam alguma função de gestor ou de responsabilidade institucional) propusemos um encontro semanal de quatro horas para discutirmos as questões

históricas, as causas que determinaram a Ordem de Serviço, a situação atual do atendimento e as perspectivas institucionais, para escrevermos o Projeto de Reestruturação com identidade própria e com a utopia de que pudesse servir de referência para outras organizações congêneres.

Os grupos, que duraram aproximadamente 5 meses com reuniões semanais, foram organizadas para refletir sobre a trajetória do atendimento à criança e ao adolescente nos períodos da história do Brasil (Colônia, Império e República), com ênfase nas legislações até a promulgação do ECA. A intenção dessa atividade era formativa, informativa e desmobilizadora da fantasia de que os técnicos de confiança tinham o desafio particular de desenvolver uma proposta de atendimento, demonstrando a atuação do movimento social pelo direito da criança e do adolescente a partir dos Direitos Humanos, das convenções internacionais das quais o Brasil é signatário e a proteção integral. Essa atividade concretizou as bases teóricas do projeto; identificou os atores favoráveis e desfavoráveis ao reordenamento institucional e pactuou a urgente necessidade de integrarmos a legislação brasileira e os pactos internacionais ao atendimento daquelas crianças, adolescentes e famílias.

As informações adquiridas pelos técnicos antes da chegada na instituição serviram de parâmetros para que em conversas individuais com diversos atores (da presidente ao educador) pudéssemos entender a dinâmica do atendimento, o perfil e atribuição dos profissionais, a quantidade de crianças e adolescentes acolhidos, o papel do voluntariado. Esse momento foi muito intenso na experiência transferencial e contra-transferencial dos mecanismos institucionais e da vontade particular de muitas pessoas.

O movimento do grupo operativo e da coleta de informações institucionais está registrado no caderno, de aproximadamente 600 páginas, intitulado Caderno 1: “Reestruturação do Atendimento na Associação Santa Terezinha. Medida Protetiva do Abrigo. Relatório de Atividades”. Esse caderno nos indicou os problemas do atendimento a serem superados por meio do Projeto de Reestruturação.

Essa atividade foi de muito embate e conflitos, onde as gestoras sentiam-se imobilizadas para tomar decisões frente a pressão de retomada dos antigos paradigmas e a demonstração do necessário reordenamento, por meio de estatísticas, estudos, enfim. A coordenação desse grupo só foi possível pela sistemática de análise do que caracterizava as premissas do grupo, como por exemplo, o conhecimento da legislação; pela compreensão dos

enfrentamentos e desqualificações dirigidas aos técnicos, porque entendíamos o momento coercitivo; e, fundamentalmente, a compreensão que havia intensa pressão permeada de pouca fundamentação prática-teórica para o enfrentamento de tamanho desafio.

As responsáveis pela organização tinham o desejo de retomarem a responsabilidade do trabalho. O processo do grupo operativo e o da sistematização dos problemas, a identificação dos conflitos e as pistas para superá-los permitiram que tivessem opinião própria, independentemente da intervenção.

Além das reuniões internas, os técnicos de confiança promoveram a participação da diretoria da instituição em atividades externas. Como exemplo desse processo, citamos a visita à Fundação Antonio e Antonieta Cintra Gordinho, na cidade de Jundiaí e ao Educandário Dom Duarte, sob a responsabilidade da Liga Solidária, na cidade de São Paulo. Essas organizações sociais foram fundadas antes do ECA e passavam pelo reordenamento das práticas institucionais. Essa vivência e a participação em palestras, seminários, cursos, leituras, etc. favoreceram que a diretoria tivesse opinião e vontade próprias.

O papel dos técnicos de confiança foi fundamental nessa perspectiva; tinham o interesse em alterar as realidades apresentadas, a partir da experiência profissional, como por exemplo no fechamento das Unidades de Permanência (Abrigos) durante a década de 1990, proporcionando a reflexão do movimento histórico brasileiro, com ênfase no “aqui e agora”, ou seja, na Doutrina da Proteção Integral.

Essas referências, implícitas e explícitas, fizeram com que as responsáveis percebessem a necessidade de “ratificar” o que institucionalmente foi projetado com segurança legal e de primazia pública e “retificar” os modelos anacrônicos, rançosos da instituição total. E, ainda, suportar as intempéries das intensas divergências determinadas por questões vinculares e da crença na manutenção do modelo de atendimento da fundação bem como o pacto das pessoas desde a década de 1980 que acreditavam na ideologia institucional. Nessa fase as dirigentes contrataram dois assistentes sociais, com experiência na população em situação de rua e criança e adolescente, moradores da região (porque conheciam a realidade do território) para que executassem os cinco parâmetros da Ordem de Serviço.

Com a “didática interdisciplinar” organizamos dois cadernos que são pilares para o processo de reordenamento da organização social. O Plano de Ação foi iniciado, esperando por muitos desafios e atritos no processo que advinha.

O Caderno 1, “Direito à Convivência Familiar e Comunitária” indica a importância da superação desse modelo anacrônico de atendimento, levando em conta os avanços conquistados pela liberdade democrática e a promulgação do ECA e a exigência na mudança de postura e de mentalidade de seu corpo funcional, transformação de sua estrutura organizacional, busca de espaços físicos adequados e da assunção da criança e do adolescente enquanto cidadãos em condições peculiares de desenvolvimento e sujeitos de direitos.

O Caderno 2, “Eficiência e Criatividade: Por um abrigo que busca excelência nas suas ações” organizou as informações dos prontuários das crianças e dos adolescentes. A organização dessas informações nos propiciou responder a alguns conflitos de informações, como o número real de atendimento, pois, ao checarmos as listas, identificamos a mesma criança com o nome escrito de forma diferente, sendo contada duas vezes; sem o assento registro de nascimento; sem ordem judicial de abrigamento; sem ou com precária informação sobre as famílias; falta de perspectivas sociais dos casos e de acompanhamento em atendimentos especializados. Todas as crianças e os adolescentes foram fotografados com o objetivo da construção de um banco de dados informatizado minimizando as dificuldades em prestar informações ágeis e fiéis em relação aos atendidos. A coleta dos dados foi realizada por profissionais e estagiários, fora dos quadros institucionais, das áreas da psicologia, serviço social e pedagogia. Dos prontuários foi identificado o perfil do atendimento a partir dos seguintes eixos: gênero e idade; etnia, naturalidade e filiação no registro de nascimento; tempo de abrigamento; matrícula nas escolas; visitas familiares e processos na Vara da Infância e da Juventude.

No momento da coleta de dados tivemos o embate com profissionais de serviço social e psicologia que estavam coletando dados e que afirmavam que a competência do trabalho com família era restrita da equipe técnica judiciária. Nesse caso, interrompemos a coleta para fazer a reflexão sobre o inciso I do artigo 92 do ECA que discorre sobre os critérios do atendimento nesse serviço. Os serviços técnicos e jurídicos dos tribunais de justiça não estão isentos das ideologias que discutimos aqui como foco na organização social. Geralmente os dirigentes e equipes dos serviços de acolhimento institucional intimidam-se, muitas vezes por falta de apropriação dos conhecimentos específicos, curvando-se àquele que parece exercer um poder pelo poder. O poder, no Sistema de Garantia de Direitos, deveria ser uma correlação de forças competente em prol da criança e do adolescente e não das motivações narcísicas que têm as instituições de maneira geral. O Estado de Direito respeita e promove a atuação das instâncias, porém, indica que elas sejam realizadas na práxis que promova a exigência do bem

comum, o direito e o dever, individual e coletivo, das crianças e dos adolescentes, como pessoa em desenvolvimento.

Além do registro sistematizado daquele momento, os Cadernos tinham a intenção de indicar a diretriz para que a Associação Santa Terezinha pudesse encontrar a forma de efetivar o Projeto de Reestruturação indicado pelo Juízo da 3ª Vara da Infância e da Juventude do Município de Carapicuíba.

A intervenção Judicial cessou no dia 10/01/2005, quando foi protocolado o Projeto de Reestruturação, no Cartório da VIJ de Carapicuíba. Nesse ato, o Juízo e o Ministério Público compreendiam que a organização social pautava-se no Estatuto da Criança e do Adolescente, com fundamentos nos artigos 92, 98, 100, 101 e 129 e no Estatuto Social. Desse resultado cessou também a presença dos técnicos de confiança do Juízo na instituição, devolvendo-lhe qualificadamente o norteamento teórico, metodológico e de avaliação para a construção do plano de trabalho. Esse fato foi comemorado com entusiasmo e desafio pelas associadas que, mais uma vez, retomaram o comando, procurando programar os caminhos da organização social.

O desafio de possibilitar o movimento do novo reordenamento, num contexto das velhas práticas, nos conduziu a conhecer a nos orientarmos também com a experiência de Elisabete Stradiotto Siqueira no movimento de intersubjetividade ocorrido no processo de mutirão de casas na cidade de Piracicaba, SP, quando refletiu que as organizações não Governamentais, a partir da década de 1990 vêm tendo destaque nas políticas públicas, como uma alternativa para a ação governamental no campo social. Acreditávamos na importância da Associação Santa Terezinha para o município de Carapicuíba. Os dados do Plano Municipal de Assistência Social demonstravam o escasso trabalho social preventivo, falta de vagas em creches e escolas de educação infantil diante de prédios que poderiam ser adaptados para essas modalidades de atendimento. Ou seja, diminuir o número de acolhimentos institucionais e atender nos serviços socioeducativos e educacionais.

A capacidade de tais organizações transitarem por uma variedade de dimensões institucionais tem levado a sociedade a voltar-se para elas, tanto os setores mais conservadores, como aqueles que buscam alternativas para o atual quadro social excludente. Assim, as ONGs vêm sendo apontadas nos últimos anos como possibilidades múltiplas e, em muitos casos, contraditórias” (MANZINE-COVRE, 2005, p. 30).

A partir dessa nova configuração na função institucional buscamos sedimentar as alianças estratégicas e éticas com os atores do sistema de garantia de direitos local, com o movimento da infância e da juventude, outras organizações sociais e universidades.

Um paradigma institucional é o que a Associação Santa Terezinha seja também educadora. Se ela acumula um conhecimento precisa transmiti-lo à comunidade. Um dos meios dessa transmissão foi a de procurar pelas universidades da região para que os estagiários de diversas formações pudessem realizar suas atividades na entidade. Um objetivo era o de promover uma convivência diferenciada das crianças e adolescentes acolhidos com outras pessoas que tivessem uma proposta pedagógica para elas (identificamos várias cujo intuito maior era responder ao interesse de quem procura o serviço voluntário ou estágio e não a necessidade da criança). E nada melhor do que a aproximação com jovens, que não tinham a representação que a equipe tinha naquele momento para eles. O outro previa que os estudantes pudessem ter uma experiência prática com o dado de realidade das crianças e adolescentes acolhidos. Para isso, temos por princípio que os estágios devem ocorrer a partir de um convênio com as universidades, contatos regulares com os supervisores, continuidade dos projetos a partir do planejamento da instituição e encontros formativos com os alunos antes de iniciarem o estágio, apresentando a história, a proposta pedagógica, os desafios, as perspectivas em relação a atuação e, fundamentalmente, apresentando que durante a atividade muitos conflitos, denúncias, inadequações poderiam surgir e que essas questões não precisavam ser veladas mas trazidas à tona de forma organizada e responsável procurando pelo coordenador de estágio e pela coordenação da instituição. Essa prática permitiu que transpusessem muitas dificuldades. Alguns projetos de estágio, por exemplo, tiveram o foco na formação dos educadores.

Com essa motivação desenvolvemos o primeiro convênio de estágio firmado com a Reitoria da Universidade Mackenzie, na Faculdade de Educação Física, do Campus de Tamboré, Barueri, SP, que entendeu a proposta da direção da entidade e estabeleceu fortes vínculos, promovendo a mudança de posicionamento das crianças e adolescentes frente a intensa transformação que estava em curso. Pensávamos que não iriam suportar, mas firmaram-se na tarefa, na atividade de educação física e contribuíram para que as crianças tivessem mente e corpo sãos. Há anos saem com os professores e alunos para gincanas, passeios, freqüentam a piscina da Universidade. “O Mackenzie” como diz as crianças, são fundamentais parceiros nesse processo. Depois se agregou o curso de psicologia que vem desenvolvendo a retomada da história da vida de crianças na faixa etária de 9 a 11 anos, por

meio da construção de um livro que contém relatos, fotos e desenhos emergidos na relação estagiários e crianças, e o curso fisioterapia.

A UNIBAN, curso de psicologia do Campus de Osasco é outro parceiro fundamental porque tem o foco na estimulação dos bebês, por meio do contato físico, conversa para contar sua história, brincadeira, etc. As estagiárias fizeram o registro fotográfico de muitos bebês. Esse projeto tem contribuído muito com o berçário no sentido de avançarmos num atendimento tão sensível e importante para as próximas fases de desenvolvimento, no contexto ainda institucional que estamos discutindo.

Outro aspecto a ser considerado era cotidiano considerando o número de crianças e dos adolescentes em cada residência, na que atendia à faixa etária de 9 a 11 anos havia 93 moradores. As camas estavam muito próximas umas das outras, mesmo havendo maior espaço disponível no dormitório; as roupas (de pátio, de missa e de passeio) eram individualizadas com etiquetas indicando os nomes; todos tinham uniformes escolares; as filas eram constantes para a participação em quaisquer atividades: alimentação, reforço escolar, ida à escola, etc.; as atividades eram organizadas a partir da série em que a criança e o adolescente cursavam. Era comum ouvirmos “turma da 4ª A”, em detrimento de um chamado pelo nome. Elas viviam num cotidiano parecido com o da escola. As brincadeiras dirigidas eram precárias ou inexistentes. Poucas foram as pesquisas acadêmicas realizadas na entidade e a dissertação de Mestre em Psicopedagogia na Universidade FIEO, em Osasco, feita por Ana Sakuyama ao estudar “a influência da brincadeira como prática psicopedagógica na construção do ser aprendente: crianças órfãs por abandono” nos confirma essa percepção.

[...] senti nessas crianças uma certa apatia, uma vez que, em sua faixa etária, as crianças não costumam ser sérias, passivas, sem atitudes, e nem se mantêm facilmente em fila. Elas estavam em defasagem, quando comparadas a outras da mesma faixa etária, pois, nesta fase, o que se espera das crianças é que tenham algum tipo de iniciativa, por menor que seja, e não que permaneçam estáticas, militarmente ordenadas quando em fila [...] A partir da constatação de que as crianças não sabiam como brincar, busquei soluções que pudessem dar subsídios para que assistissem e se aproximassem do desenvolvimento das potencialidades inerentes ao sujeito/objeto, com o objetivo de desvelar e articular a criatividade, promovendo seu desenvolvimento intelectual, social e emocional (SAKUYAMA, 2001, p. 59).

O cuidado das crianças e adolescentes quase sempre era massificante; as necessidades individuais não eram atendidas (quando, porventura, ganhavam expressão). A condição de vulnerabilidade institucional em que se encontravam aquelas pessoas nos dava a sensação de que seria impossível a reversão dos paradigmas sedimentados em décadas, sob forte ideologia institucional.

Uma criança vulnerabilizada, pessoal ou socialmente, não tem, na Instituição, história; tem sim, a repetição de uma série de experiências que a violentam simbolicamente, a fragmentação de sua identidade, a submissão, a estigmatização, etc. Ela vive num duplo abandono: o de sua própria história individual e, depois, a reitera na Instituição, que não a considera na sua individualidade (MARICONDI, 1987).

Durante três anos presenciamos intensos desafios e conflitos com as crianças e os adolescentes. A equipe criou estratégias que foram desgastando e rompendo com a pedagogia da “disciplina pela disciplina” e instituindo a organização, o diálogo e a participação. Nós, educadores, sofremos muito; as crianças, adolescentes e suas famílias também. No clima institucional havia uma novidade que ainda não se encaixava com o modelo de educação vivenciado pelas crianças há muitos anos ali acolhidas, e com a equipe de trabalho, que por mais experiência acumulada que tivesse, deparava-se com vícios, crenças e atitudes impingidas na entidade por diversos gestores, que pareciam ainda caminhar pelos espaços institucionais.

Os adolescentes eram o desafio; eles nos responsabilizavam pela modificação do seu modo de viver. E afirmávamos que era verdade, apesar de entendermos as patologias vinculares de uma formação massificada e impessoal; elas demonstravam o grande sofrimento pela ruptura dessa vinculação simétrica com a equipe anterior que havia deixado as suas funções sem a possibilidade de explicar, despedir, marcar a transição. Esse dado de realidade foi tratado com muito cuidado e perícia com o objetivo de não comprometer mais as pessoas que saíram e o Projeto de Reestruturação que estava em andamento.

Um fato marcante aconteceu num final de tarde. Nós precisávamos ir embora, pois tínhamos um compromisso inadiável na cidade de São Paulo. Ao descermos o estradão rumo à portaria de baixo, vimos um adolescente de 14 anos correndo pelo meio do mato com uma lata de leite especial para crianças prematuras embaixo do braço; uma das gestoras corria ao seu encalço, com a expressão indignada, pois tentava humanizar o atendimento oferecendo o alimento adequado para a situação específica daqueles bebês; o produto era caro, para suprir tantas crianças. O adolescente correu para meu lado e, num ímpeto, segurei-o pelo braço. Que experiência difícil nós tivemos naquele instante. O jovem paralisou, como se não tivesse força para mais nada e esperasse alguma represália da nossa parte. Percebemo-nos: homem, coordenador geral, autoridade. Nesse instante já havia no entorno da situação aproximadamente 20 crianças e adolescentes. Pedimos que todos se retirassem dali. Tentamos conversar com o jovem que estava tenso, com muita raiva, inseguro, com medo, inerte. Ele não sabia conversar ou se poderia fazê-lo. Colocamos então a mão no seu peito, como se

pedíssemos para que o sentimento aparecesse. Uma lágrima dolorida, espremida, magoada saiu-lhe dos olhos. Que sofrimento nós tivemos naquele momento e que compromisso expressamos no nosso íntimo para alterar aquele tipo de atendimento. Não havia condição de diálogo, tínhamos pressa, um compromisso nos aguardava. No chão havia várias sementes de jacarandá, peguei uma e pedi para que ele cuidasse dela, como se cuidasse de nós. Que naquela noite não brigasse mais e respeitasse as orientações apesar não compreender bem o que estava acontecendo naquele momento na instituição e na sua vida. Fomos embora e ele recolheu-se à sua residência.

No dia seguinte, havia uma festa. Nós chegamos praticamente no final. Um palhaço animava a festa, e naquele momento, que coincidiu com a nossa entrada no ginásio, solicitou que as crianças abraçassem um amigo. E, quando olhamos, lá vem o adolescente, do fundo do ginásio, de um lugar distante, num compasso firme, seguro, retilíneo, ao nosso encontro. Abraçou-nos e foi retribuído com a mesma intensidade. Tirou a semente do bolso, nos devolveu pedindo desculpas, pois havia dormido sobre ela ocasionando uma trinca na sua casca. Choramos o resto do dia. Choro de alegria, de possibilidade, de desafios, nossos e deles.

Dois anos depois esse mesmo adolescente nos procurou e perguntou pela semente. Ela ainda está plantada e frutificando num vaso que mantemos na nossa sala, com um pião, duas flores de madeira e A Semente. Nós a mostramos. Conversamos a respeito do que crescemos nos últimos anos e lhe mostrei a frase que é a dedicatória do Projeto. Dispersamo-nos com o trabalho e, nesse descuido, o jovem com a semente da mão, coloca dentro dela uma folhagem verde, nos devolve e diz: “– Vocês continuam cuidando de mim?” –. Um novo abraço firmou esse compromisso, com ele e com todas as crianças que precisavam e precisam urgentemente ser recolocados em suas famílias, e, se impossível for essa proposta, eles têm o direito à adoção.

O interesse concreto do leite era para que comessem com os abacates que mantinham escondidos no meio do mato para se alimentarem antes de dormir, pois a última refeição era oferecida até 18h30. A concretude dessa história foi a imediata orientação da diretoria para aumentar a quantidade de refeições (café da manhã, almoço e jantar) para cinco (acrescentando o lanche da tarde e a ceia antes de dormir); além de outras grandes lições e desafios. Alterar a dinâmica de alimentação com o rigor nutricional para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes foi o primeiro grande objetivo. Com isso procurávamos

romper com o sistema de educação massificante que recebiam também por meio da precária alimentação. Por ocasião de uma reunião aberta com representantes da comunidade local e poder executivo, apresentamos os avanços e os desafios que o projeto vinha desenvolvendo e enfatizamos os avanços nutricionais. Uma autoridade da sociedade civil local mostrou sua indignação, apresentando argumentos e convicção de que criança pobre deveria aprender a passar fome.

Nessa mesma reunião o coordenador geral foi acusado de ser responsável pelas diversas saídas não autorizadas, conforme demonstra o diagnóstico no capítulo anterior. E citou-se uma saída de uma adolescente que havia acontecido há mais de seis meses. O coordenador chamou a atenção para a responsabilidade daquela denúncia indicando que o ECA, no artigo 98, inciso primeiro aponta para a necessidade de não cometermos omissões enquanto sociedade, numa situação de ameaça ou violação dos direitos de crianças e adolescentes. A pergunta básica, mas que assustou os participantes daquela reunião veio à tona: “– O que vocês fizeram para impedir tal situação? Que autoridade foi avisada sobre tal fato? Por que a entidade não foi procurada para explicar o que estava acontecendo? O Estado do Direito individual e coletivo não foi pactuado pela Doutrina de Proteção Integral ou ainda vivemos na doutrina da situação irregular?”

Esses exemplos de posicionamentos demonstraram que o interesse pelo modelo institucional não era somente dos representantes da instituição, mas de uma rede social que tinha interesses diferentes daqueles expressos na atual legislação. A responsabilidade pela intervenção foi imputada aos dirigentes, no entanto, identificamos que muitos setores foram co-responsáveis por essa situação interventiva.

Os funcionários que estavam no cuidado direto com as crianças e os adolescentes não se sentiam educadores devido a confusão de funções; as administrativas se sobrepunham às educacionais. Os educadores eram proibidos de conversarem entre si, cada um tinha um caderno por meio do qual se comunicavam com a psicóloga institucional. Expressavam que a função educativa era a função do outro com autoridade. Por isso, muitas vezes sentiam-se desmotivados, inseguros ou desresponsabilizavam-se pelo processo educacional.

A questão das regras e limites que foi imposta desde tenra idade, não por ter interiorizado a questão, mas porque aponta para ela: a questão relacionada ao medo de ser vigiada; o olhar constante do adulto; a necessidade de ser rápida para pegar tudo que lhe é oferecido, pois o tempo sempre lhe foi imposto (“acabou”, “temos que sair”), demarcado, limitado, precioso (SAKUYAMA, 2001, p. 81).

A equipe técnica e gerencial por sua vez atuava de forma desarticulada, sem clareza da função específica ou da ação inter-profissional. Ao iniciarmos as atividades encontramos uma equipe técnica com uma assistente social com jornada de oito horas semanais e outra, recém-contratada, com jornada de quarenta e quatro horas semanais; duas psicólogas, uma com atividade terapêutica, com jornada de doze horas semanais e outra com atividade institucional, com jornada de dezesseis horas semanais; uma coordenadora pedagógica com jornada de vinte horas semanais; uma nutricionista, recém-contratada, com jornada de quarenta e quatro horas semanais; uma dentista, disponibilizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Carapicuíba, com vinte horas semanais; uma médica pediatra com jornada de dezesseis horas semanais; quatro coordenadores de residências com jornada de quarenta e quatro horas semanais, com flexibilidade de horário, sendo que duas delas ainda moravam em quartos nas residências que coordenavam.

De maneira geral os profissionais encontraram um jeito individual de dar conta das suas tarefas cotidianas; às vezes, inquietando-se com essa situação, demonstravam insatisfação na forma de trabalharem. Outros manifestavam o desejo de que o cotidiano das crianças e dos adolescentes fosse organizado por meio da disciplina rígida, como fora anteriormente.

O planejamento institucional era organizado pelos diversos setores e não era conhecido por todos. Nem sempre todos participavam efetivamente da organização de atividades. A maioria das atividades lúdicas realizadas internamente atendia a faixa etária das crianças, desmotivando, assim, a participação dos adolescentes. No período de férias não havia uma programação interna e externa diferenciada do cotidiano.

As equipes foram trocadas durante os três anos em noventa por cento. A formação continuada, com recursos internos e externos, foi intensificada para todos os profissionais, inclusive as gestoras. Descentralizaram-se os comandos das ações do cotidiano, implantando e fortalecendo o papel dos coordenadores de residência. Esses coordenadores foram identificados no quadro de pessoal e que estavam se graduando nas áreas de educação física, pedagogia e letras. A equipe técnica voltava-se para a descoberta e o atendimento das famílias; contatava organizações para o atendimento das crianças e adolescentes: Centro de Atendimento Psicológico Infantil (CAPSI), psicologia, estágios universitários, voluntários, Centro de referência da Assistência Social (CRAS), atendimentos médicos e exames especializados, etc. E, a diretoria e coordenação geral buscaram apoio e participação das

universidades, institutos, fundações para a divulgação do projeto desenvolvido e possíveis parcerias.

O conjunto das ações promovidas pelos profissionais destacados no parágrafo anterior foi determinante para que a travessia dos paradigmas começasse. Com referência no ECRO, na didática interdisciplinar e no conjunto de informações sobre a instituição formamos uma equipe de trabalho, com princípios, finalidades estratégicas e desenvolvimento das ações construídas em comum, mesmo que num primeiro momento não fossem bem compreendidas. Aqui identificamos a importância de que os gestores saibam o que pretendem realizar no serviço para que a equipe técnica tenha segurança para se lançar na conquista do desconhecido, do não trilhado nessa organização social.

A vivência dessa realidade foi angustiante e antagônica. Em determinadas situações víamos as associadas oprimidas pela necessidade de mudança e da construção de mecanismos de superação dos velhos paradigmas. A equipe técnica com a vontade de ultrapassar os limites determinados pelo velho, mas orientados para que o processo pudesse acontecer no momento adequado para que as crianças e adolescentes fossem mais comprometidos. O exercício da paciência e da compreensão teórica teve que ser exaustivamente dialogada. Os coordenadores do abrigo por sua vez tiveram que aprender a sua função partir da relação de presença com as crianças e adolescentes, por exemplo, a coordenadora do berçário percebeu que as crianças não falavam por falta de estímulo e a que atuava com adolescentes percebeu que tudo era resolvido na briga, no xingamento. A constatação parece óbvia, mas demorou décadas para se perceber que o diálogo não existia; havia ordem, determinação, coisas prontas, estabelecidas. Para o enfrentamento dessa absurda privação de direito, procuramos estabelecer estratégias educacionais que dessem conta de resolver o problema.

Uma delas foi o desmonte das mesas retangulares onde os educadores serviam o copo de leite, o pão para cada criança e sentavam-se na ponta da mesa. Esse ato indicava a autorização para comer, não para falar. A alternativa, depois de dois anos, discutindo teoria e prática do cotidiano, foi a concepção de que o movimento da “espiral”, apresentado por Bleger (1993), poderia ser vivenciado no cotidiano, nos momentos de refeição, de outro jeito, ressignificado.



Figura 17

CIASQUI, Khatrym Curuçá. LIMA, Cinthia Lopes de. SANTOS, Lais da. ALDA, Viviane Genú. Tema: Abrigos de crianças e adolescentes. Disciplina de Oficina Profissional da Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP, 2010

O relacionamento com o Poder Judiciário apresentou seus desafios. O princípio do reordenamento institucional também não é claro para a justiça, mesmo que ela tenha deferido a intervenção. A primeira crise foi cartorária. A entidade encaminhava um relatório sintético e padrão por ano; a equipe da reestruturação encaminhava a informação na medida em que descobertas de fatos importantes a respeito da criança, do adolescente, da família ou o posicionamento da entidade fossem identificados. Numa das visitas de fiscalização o Cartório da Infância e da Juventude solicitou uma medida do Juízo para houvesse uma regra definida para o envio de relatórios. O guardião das crianças, superintendente da instituição, colocou-se contrário ao pedido informando do procedimento do devido processo legal que deve ser aplicado nos casos do acolhimento institucional e que a realidade daquele caso só se movimentaria se o processo fosse devidamente provocado. O Ministério Público e o Juízo entenderam a base legal e não aplicaram o rigor no prazo de encaminhamento de relatórios.

Todas essas questões, e tantas outras, eram mediadas pela coordenação que precisa ter uma flexibilidade e disponibilidade para perpassar por todos esses setores, com funções específicas entre si e diferentes em relação às outras, formando delas e nelas uma unidade na pluralidade. O melhor indicador para analisar se as ações estão devidamente postas na linha da proteção integral e conversar com as crianças, adolescentes e famílias, participar de audiências, discussão de casos, fazer visitas domiciliares, enfim, envolver-se também naquilo que o outro faz, para poder decidir e orientar com a autoridade que lhe é devida na função.

Os convênios estabelecidos com recursos do Governo Federal e Estadual, acompanhados pela Secretaria de Promoção Social do município estipulavam o atendimento de 280 usuários na modalidade do Abrigo. O registro de funcionamento anuído pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estava atualizado. No ano de 2008 a organização social pleiteou uma nova modalidade de atendimento, tendo o registro aprovado da capacidade de acolhimento institucional para 100 crianças e adolescentes e 250 atendimentos na medida socioeducativa em meio aberto.

Diante das características da instituição e a tentativa de torná-la mais autônoma enquanto organização não governamental, a partir da década de 1980, deixou transparecer ao município que não era necessário incluí-la na pauta orçamentária. Ou seja, durante essa pesquisa não se identificou nenhuma preocupação com esse serviço por parte das autoridades e conselhos, mesmo que depois do início do reordenamento institucional tenham se realizados vários indicativos para que tal situação fosse analisada, considerando que 95% das crianças e adolescentes atendidos são residentes na cidade de Carapicuíba.

5.2 UTOPIA POSSÍVEL

Para se falar dos resultados o Projeto de Reestruturação indicaremos as ações que foram desenvolvidas e aperfeiçoadas entre os anos de 2005 a 2008, as dificuldades e os enfrentamentos com relação aos 5 parâmetros estabelecidos pela Ordem de Serviço. É importante registrar que esses parâmetros serão a orientação do planejamento institucional até o ano de 2010.

A diminuição do número de crianças e adolescentes acolhidos foi realizada a partir das seguintes ações: consulta e análise dos processos arquivados nos Cartórios das Varas da Infância e da Juventude - VIJ para conhecimento dos casos; visitas domiciliares para análise do contexto familiar; produção de registros das atividades cotidianas da criança e do adolescente e do contexto familiar, contemplando os conflitos, as dificuldades e as superações; produção de ofícios e de relatórios, com pareceres e sugestões, para a movimentação dos processos nas VIJ, do ponto de vista da instituição; encontros sistemáticos com as equipes técnicas do Poder Judiciário, para estudo dos casos; aproximação das famílias

com o Poder Judiciário (Equipe Técnica, Ministério Público e Juiz).; diálogo com famílias, crianças e adolescente sobre situação do caso; focando principalmente a questão dos prejuízos do acolhimento prolongado, desmistificando o sentido do “educandário”; indicação à VIJ da colocação familiar de crianças e adolescente sob guarda ou adoção; indicações fundamentadas dos casos de recâmbios.

A equipe técnica precisou enfrentar sérias dificuldades, que eram transpostas por meio de reuniões sistemáticas. Elas ocorreram semanalmente, por um período de no mínimo 4 horas, para se entender as situações, analisá-las e propor encaminhamentos internos e externos. Junto disso a coordenação geral propiciou a formação dos operadores sociais em serviço, com participação em eventos externos, chegando a programar um curso de extensão na USP com a participação do abrigo Meu Guri, de Mairiporã, SP, Nossa Senhora Auxiliadora, da Associação Civil Gaudium et Spes, de São Paulo, SP e Associação Santa Terezinha; essa formação tinha como base os pressupostos da pedagogia social. A formação da equipe interna propiciou o agente diante da intensa pressão ou desconhecimento sobre o acolhimento por parte de pessoas ou instituições externas, inclusive no âmbito internacional.

Os desafios apresentaram-se pela necessidade de mudança de cultura interna e externa referente à diminuição do número crianças e adolescentes acolhidos; dificuldade de compreensão e não aceitação por parte de setores públicos, privados e da comunidade sob a emergência da aplicação do Projeto de Reestruturação; não aceitação da diretoria e da coordenação geral; ausência total de informações nos prontuários das crianças e adolescentes; dificuldade de diálogo com as Equipes Técnicas Judiciárias; determinação e encaminhamento inadequados por parte da VIJ e do Conselho Tutelar – CT, não respeitando a Ordem de Serviço e o registro de funcionamento; demandas internas desencadeadas pela intervenção e a crise de modelos institucionais; reduzida quantidade de profissionais habilitados na equipe técnica diante do volume de trabalho.

A reinserção familiar foi proporcionada pelo desenvolvimento de ações que propiciassem a compreensão do sentido da convivência familiar e comunitária. Para isso foram desenvolvido grupo de famílias por meio de parcerias como o Instituto da Família, Amici dei Bambini acompanhados pelas psicólogas institucionais; pela localização das famílias; pelas visitas sistemáticas aos familiares para conhecer a realidade e acatar as sugestões, muitas vezes no sentido de reaverem seus filhos, outras de se pronunciarem formalmente sobre o abandono em Juízo; sensibilização das Varas da Infância e Juventude no

sentido de promover a convivência familiar e comunitária, demonstrando nos relatórios os prejuízos da institucionalização. Em alguns casos sugerindo a reversão da destituição do poder familiar e a colocação da criança na família biológica, pois entendíamos que aqueles abandonos eram promovidos pelas instituições; pela sensibilização e formação a funcionários e comunidade sobre a importância da convivência familiar e comunitária, por meio de formação interna, organização de seminários, rodas de conversa, visitas de autoridades, divulgação de eventos fora do município; pelo incentivo dos familiares a visitar e a levar as crianças e os adolescentes nos finais de semana e férias, participar das reuniões escolares, acompanhar em atendimentos médicos, principalmente os especializados (por exemplo, HIV); pela permissão de que as visitas sejam realizadas a partir da disponibilidade da família, respeitando as atividades que a criança e o adolescente desenvolvem; pelo incentivo e sensibilização das crianças e dos adolescentes por meio das atividades e orientações do cotidiano sobre a importância de conviverem com suas famílias; pelo incentivo do convívio entre os irmãos, em função da separação por residências; realidade que a arquitetura dos prédios ainda exige que aconteça; pelo intensificação do contato pessoal com as VIJ de diversos Fóruns, com o objetivo de conhecer, movimentar e intervir nas sugestões e andamentos dos processos; pelo diálogo nas situações de saída não autorizada com posterior retorno, devido a ansiedade vivenciada pelas crianças e adolescente em relação à demora no retorno às famílias.

A equipe estudou e refletiu sobre a convivência humana. E conviver significa viver com; é mais que coexistir é viabilizar o estar junto, o estar próximo, é estabelecer acordo, colaboração. É algo que exige abnegação, tolerância, paciência, amor. A instituição acreditava que esse sentimento não fazia parte do contexto afetivo das pessoas pobres. Nós acreditamos na convivência que considera a família como um todo, com movimentos próprios, estilo próprio; que marca, define e redefine a personalidade dos seus membros. As famílias de Carapicuíba nos conquistaram para defendê-las e respeitá-las. Muitas vezes, o acolhimento de seus filhos ocorreu por causas estruturais.

O direito à convivência familiar e comunitária trazido pelo ECA é colocado com o objetivo de garantir à criança e ao adolescente, uma rede afetiva que possibilite seu pleno desenvolvimento. Daí surge outras necessidades e enfrentamentos.

Se a família é responsável pelo pleno desenvolvimento do indivíduo, a comunidade e a escola precisam entender que são co-responsáveis no cumprimento dessa missão atribuída a ela; o acolhimento é medida excepcional e provisória. Para isso é necessário que a sociedade

mobilize recursos que respondam às necessidades da família, instruindo-a sobre o seu papel social, oferecendo-lhe condições básicas de saúde, segurança, educação, moradia, lazer e cultura. As políticas oficiais, voltadas para a família, quando existem, têm-se mostrado inadequadas, pelo pouco investimento nas suas reais demandas.

A equipe foi percebendo essa questão a partir da localização das famílias em diversas regiões desse e de outros Estados, frente ao abandono familiar proporcionado pela própria instituição; da aproximação das famílias que se sentiam traídas, desconfiadas com os objetivos da instituição; interpretando para elas o contexto da reestruturação, da informação das patologias (psicológicas e/ou psiquiátricas) ou condutas adquiridas pelas crianças e adolescentes, no contexto institucional, principalmente nos casos de longa permanência e expressos no momento da mudança do modelo de atendimento; no debate e no combate aos ataques internos e externos contrários à proposta de convivência familiar e comunitária; na adequação da dinâmica operacional institucional a esse contexto de atendimento. Situação que ainda se apresenta como desafio, pois há o sofrimento, principalmente das educadoras, nas saídas das crianças. Situação que vem sendo minimizada por meio de uma formação às educadoras.

As atividades socioeducativas integrando as crianças e adolescentes do acolhimento institucional com a comunidade aconteceram pela inclusão das famílias no processo de convivência, visitas e saídas nos finais de semana; da conscientização das famílias quanto ao mito do “colégio interno”, “educandário”; conscientização da comunidade quanto aos prejuízos da institucionalização; desmistificação da imagem idílica da instituição; da solicitação para que as escolas distribuam os alunos acolhidos em diversas classes e escolas; realização de passeios em ambientes públicos; da inclusão e integração das crianças e adolescentes nas atividades comunitárias. Esse aspecto ainda não foi bem desenvolvido, a comunidade ainda tem acentuado preconceito contra as crianças acolhidas; da permissão de saídas autorizadas aos adolescentes; do desenvolvimento de parceria de estágio acadêmico com as universidades; da abertura dos espaços da instituição para ações da comunidade; da ampliação das modalidades de atendimento com a abertura de atendimento à comunidade com a Escola de Educação Infantil, em parceria com a secretaria Municipal da Educação e Armazém Cultural.

As crianças e os adolescentes tinham a concepção de que o espaço físico da entidade era a sua casa, provocando inquietação e não aceitação com a entrada da comunidade para

realizar atividades. As pessoas da comunidade, por sua vez, tinham muita curiosidade para adentrar na instituição, por ser um local “proibido” de visitação; mesmo aqueles que eram assíduos nas visitas estranhavam a possibilidade de circulação por todas as dependências, o que anteriormente não era permitido, e quando acontecia era sob intenso acompanhamento das responsáveis.

A escola foi e ainda é o maior desafio a ser superado. A crise de modelo apresentada pela educação fez a transferência direta da culpabilização aos comportamentos das crianç as e adolescentes acolhidos institucionalmente. Apesar dos significativos avanços no relacionamento escola e instituição nos últimos anos, ainda   necessário que se discuta sobre os modelos de contenção (disciplina, regra, etc.) com a educação. De maneira geral, a entidade tem sido convocada para resolver as situações mais conflitantes (crianç as e adolescentes sem famílias, com famílias presidiárias, de longa permanência, com problemas psiquiátricos, etc.), porém fica para a instituição a questão daqueles que não apresentam problemas de comportamento, apresentam um resultado satisfatório para a escola, estão há alguns anos freqüentando o mesmo colégio e não sabem ler, escrever, interpretar, ou seja, realizar os conhecimentos que são de responsabilidade da escola. Como resolver essa situação? Acreditamos que somente com a construção de uma comissão que possa discutir as interfaces da institucionalização com a escola, promovendo projetos de formação dos professores com vistas à quebra de preconceitos em relação àqueles que estão institucionalizados.

Desse parâmetro foram apresentadas as seguintes dificuldades e enfrentamentos da não aceitação pela comunidade local e pelas voluntárias da direção; dos mitos e fantasias existentes em torno da organização social; da resistência da comunidade local em aceitar as propostas das atividades socioeducativas realizadas por meio da biblioteca, centro de informática, iniciação musical e artes; dos confrontos ideológicos com opositores da proposta; da compreensão e instrumentalização das crianç as e dos adolescentes diante do seu desejo, curiosidade e protagonismo; da ausência de instrumentos internos e experiência das crianç as e adolescentes para conhecer e conviver com a realidade extrainstitucional; da dificuldade das crianç as e dos adolescentes em desvincular-se da convivência institucional, como protetora e provedora das necessidades básicas para a sobrevivência em relação às condições socioecon micas do município. Essa era também a concepção de atores do Sistema de Garantia de Direitos, principalmente de alguns conselheiros tutelares.

O recâmbio de crianças e adolescentes para suas cidades de origem aconteceram a partir do estudo dos processos nos Cartórios da VII; da localização, visita e aproximação das crianças com as famílias; da análise de viabilidade de encaminhamento para a família ou recâmbio; da localização e reconhecimento dos abrigos, apresentando-lhes a proposta de reordenamento da Associação Santa Terezinha e solicitando-lhes um termo de disponibilidade de vaga para ser encaminhada à VII para o deferimento da transferência.

Nos casos em que houve a proibição judicial por meio de cartas precatórias, sendo que a referência familiar estava na jurisdição onde se solicitava a autorização para transferência. A equipe técnica solicitava a transferência do processo daquela localidade para a VII de Carapicuíba. Diante da análise de inviabilidade do reatamento dos vínculos familiares daquela equipe forense, apoiando-nos na competência do Juiz, conforme o artigo 147, § 2º e indicava o pedido da transferência do processo para que fosse analisado no território onde havia o mínimo de sensibilidade para a questão do reordenamento institucional. Diversos retornos a famílias ou recâmbios foram realizados a partir dessa prerrogativa; sempre com o acompanhamento e determinação judicial.

A entidade tinha por premissa a interposição dos encaminhamentos para os Centros de Recepção e encaminhamento de Crianças e Adolescentes – CRECA; em algumas situações esse encaminhamento foi inevitável diante da política estabelecida na cidade de São Paulo. E estabeleceu contatos pós-recâmbio. Alguns adolescentes que continuam acolhidos ou estão com as famílias visitam seus amigos na Associação.

A equipe da Associação Santa Terezinha recebeu muitas críticas por operacionalizar esse parâmetro. O fundamental argumento apresentado é que estávamos corrompendo os vínculos que aquelas pessoas tinham construído durante o período de acolhimento. A motivação para realizar esse procedimento vinha da análise de que aquelas crianças e adolescentes não estavam ali para uma vida institucional permanente, pois haveria um rompimento aos 18 anos. Os casos de recâmbio tinham a possibilidade de um trabalho com as famílias, caso contrário, era indicada a destituição do poder familiar e permaneciam na organização social, para os procedimentos necessários a cada situação. Nos anos de 2005 e 2006 tivemos um projeto de estágio com alunas do curso de Serviço Social das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) que fizeram a identificação desses casos e constatou-se que a metade já havia retornado para suas famílias.

As dificuldades e encontros foram os através da conscientização do Poder

Judiciário (Comarca local e outras Comarcas) sobre a importância dessa determinação em benefício da possibilidade da convivência familiar e comunidade de origem; da localização de abrigos como atribuição da equipe técnica da Associação Santa Terezinha; da preparação das crianças e adolescentes e famílias fora da cidade, o que gerou alto custo, tempo e disponibilidade da equipe; da instrumentalização da equipe que apresentava receios sobre a viabilidade da proposta nos casos mais complexos.

Num dos recâmbios de duas crianças para uma cidade a 300 km de Fortaleza, CE, nas vésperas da passagem de ano, representantes do Conselho Tutelar, da Secretaria de Assistência Social e os avós iriam se encontrar com o técnico da Associação Santa Terezinha e as crianças para se efetivar a transferência da responsabilidade legal. Essa atitude foi recebida sem a devida importância que o técnico e as crianças foram recebidos por uma assistente social e albergados para aguardar o dia 5 do próximo ano para os devidos encaminhamentos. Diante das parcerias estabelecidas anteriormente nos encontros e movimentos nacionais pela criança e pelo adolescente pudemos realizar a entrega das crianças na madrugada do dia seguinte.

Nos casos das crianças aptas à propositura da ação de destituição do poder familiar, com vistas a adoção, realizamos ações cujo princípio parece corriqueiro, mas o foco é diferenciado em relação àqueles processos de reinserção. O estudo técnico precisa ser minucioso, esgotar todas as possibilidades, sentir, ouvir o desejo das crianças, prepará-las para a possibilidade de uma família. Nessas situações também realizamos a consulta e a análise dos prontuários para conhecimento dos casos; as visitas domiciliares para análise do contexto real e do interesse das famílias pelos filhos. A equipe buscava conhecer a opinião da família extensa ou conhecidos da criança e do adolescente; a produção de ofícios e de relatórios, com pareceres e sugestões, para a movimentação dos processos nas VIJ; o estudo interno e com a equipe técnica judiciária para definir possíveis encaminhamentos; do encaminhamento de sugestão com fundamento no estudo do caso, propondo a destituição do poder familiar e colocação em família substituta, através da adoção; do acompanhamento do estágio de convivência, nos diversos casos de adoção nacional e algumas internacionais.

A adoção ainda é um paradigma a ser enfrentado pela instituição e pelo Sistema de Garantia de Direitos. Muitas pessoas habilitadas para a adoção procuram realizar alguma atividade na instituição com o intuito de “encontrar o seu filho”. Diante dessa constância, construímos uma orientação judicial, por meio das visitas de fiscalização, de que se for

indicado o interesse na entrevista pela adoção ela deverá ser encaminhada para orientação na VIJ da Comarca de residência. Caso comece uma atividade e seja identificado esse interesse, a pessoa deve ser desligada automaticamente. Esse procedimento colaborou com a orientação prestada a esses pretendentes. Com a promulgação da Lei 12.010/2009, temos apoiado as ações da VIJ na formação das famílias pretendentes à adoção, com o apoio do Grupo de Apoio a Adoção do Estado de São Paulo (GAASP). Que os operadores do direito possam efetivar a proposta de formação do grupo de apoio às famílias e a cultura da adoção nesse município.

As dificuldades apresentadas foram pela quantidade significativa de pessoas que procuravam a entidade, informando que estavam habilitadas e precisavam encontrar a criança com o perfil desejado. Nesses casos foram orientadas a procurar pelas VIJ, explicando que a adoção é prerrogativa ímpar dessa instância de representação do Estado e que as pessoas que tinham contato com as crianças o faziam com a autorização judicial. Apesar de compactuarmos com a morosidade em muitos casos; a reduzida e especializada equipe técnica judiciária nessa questão, principalmente no aspecto psicológico.

Na entidade ainda convivíamos com a fantasia e o mito em torno da adoção, principalmente pelos adolescentes há muito tempo acolhidos que, mesmo tendo sua família, esperavam pela possibilidade de uma adoção nos modelos internacionais; o aumento significativo do acolhimento de bebês abandonados nos hospitais e a persistência da equipe técnica em apontar ao judiciário a prioridade da adoção para os bebês abandonados e que ainda permaneciam na instituição.

5.3 VENTOS DE MUDANÇA

Na verificação dos parâmetros determinados judicialmente identificamos que em 2008 a organização social não havia atingido o objetivo de atender a 100 crianças e adolescentes, apesar da direção afirmar pelos números de fluxo de atendimento que a entidade deverá atender a 80 crianças e adolescentes, ou seja, 40 nas duas residências em funcionamento do acolhimento institucional, sendo vinte em cada pavimento. A partir daí pode ser inserido um atendimento com maior qualidade educativa e de desenvolvimento. O atendimento ainda é deficiente e massivo, prejudicando significativamente a autonomia das crianças e dos

adolescentes, apesar das significativas alternativas metodológicas positivas implantadas pela equipe de trabalho.

Na análise dos casos no final de 2008 identificou-se o acolhimento de 114 pessoas. Pela análise da equipe institucional 43 (37,72%) crianças e adolescentes ainda precisavam ficar na instituição, por perda de vínculos familiares, ou em situações de alta vulnerabilidade familiar (pais presos, alcoolistas, drogaditos, doentes psiquiátricos, maus-tratos físicos, violência psicológica e abuso sexual, etc.), ou ainda casos que tinham pouco tempo de acolhimento e para os quais não havia um parecer construído coletivamente, mas em que a pobreza, o desemprego ou subemprego e a precária moradia são os principais motivos que desencadeiam situações que determinam o acolhimento institucional; 31 (27,19%) estavam preparadas para a recolocação familiar (família biológica ou extensa); 30 (26,32%) apresentavam condições sociais para a colocação em família substituta; e 10 (8,77%) precisavam ser recambiados para abrigos nas suas cidades de origem localizadas na região metropolitana de São Paulo.

As perspectivas do acolhimento institucional estão crivadas de pontos de restrições e desafios. Esses pontos, que parecem ser imobilizantes, trazem em si a possibilidade de mudança de paradigma, ao compreendermos que esses números são pessoas que nos solicitam, enquanto responsáveis aqui e agora, a atuação diferenciada das ideologias filantrópico-higienista, assistencial e institucional para a imediata ideologia da desinstitucionalização. A esperança está no desejo de que o Sistema de Garantia de Direitos compreenda e priorize que, na realidade apresentada, 61(53,50%) crianças e adolescentes estão aptos para conviver com a família e a comunidade. Os mecanismos que impedem esses direitos devem ser problematizados e identificados pelas autoridades responsáveis, nos âmbitos público e da sociedade civil, articulando a política pública de direito.

As restrições foram identificadas pelos excessivos pontos de alta vulnerabilidade na cidade; escassa rede de proteção à infância e juventude; ausência de políticas e recursos financeiros públicos; precária articulação da rede comunitária de apoio; quantidade excessiva de casos (63); demandas características da medida de proteção, segundo o artigo 92 do ECA; número defasado de profissionais devido ao valor recebido, sem a contrapartida municipal para manutenção do serviço; constante mudança de Juízes, Promotores e defasagem na Equipe Técnica Judiciária; tímido engajamento dos Poderes Judiciário e Executivo nas questões estruturais desse serviço; e a cultura local da institucionalização.

E os desafios precisam ser enfrentados na ação intersetorial, com a perspectiva de completude e incompletude institucional, transmitindo os conceitos do direito à convivência familiar e comunitária; diminuindo o número de crianças e adolescentes acolhidos; melhorando a qualidade do atendimento no acolhimento institucional; efetivando e ampliando o trabalho junto às famílias; promovendo a participação das famílias na rede de proteção social; melhorando a qualidade de trabalho dos operadores do direito; mobilizando o Poder Judiciário para ações mais efetivas; e envolvendo a sociedade nas redes de apoio comunitário e solidário.

O atendimento na Associação Santa Terezinha estava organizado, no final de 2008, com os seguintes projetos:

Acolhimento institucional – Dona Margarida Galvão: (Medida de Proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente: artigo 101, inciso VII). A capacidade de atendimento é para 100 crianças e adolescentes na faixa etária de zero a dezessete anos de idade, grupo de irmãos, co-educação, com atendimento ininterrupto. Nessa modalidade há um convênio por meio da Secretaria Municipal da Promoção Social, que disponibiliza recursos dos Fundos de Assistência Social Estadual e Federal.



Figura 18

CIASQUI, Khatrym Curuçá. LIMA, Cinthia Lopes de. SANTOS, Lais da. ALDA, Viviane Genú. Tema: Abrigos de crianças e adolescentes. Disciplina de Oficina Profissional da Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP, Estágio, 2010

EMEI Madre Gilda Tatasciore: atendia 90 crianças em dois turnos na modalidade de educação infantil. A EMEI atendia a 15 crianças do abrigo e 75 moradores dos bairros

vizinhos. O atendimento é de 2ª a 6ª-feira das 7h30 às 17h30 e tinha a parceria de colaboração técnica, de recursos materiais e humanos com a Secretaria Municipal da Educação.



Figura 19

CIASQUI, Khatrym Curuçá. LIMA, Cinthia Lopes de. SANTOS, Lais da. ALDA, Viviane Genú. Tema: Abrigos de crianças e adolescentes. Disciplina de Oficina Profissional da Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP, Estágio, 2010

Armazém Cultural – Ir. Paolina Doninelli: atividade em meio aberto de informática, musicalização, biblioteca viva e pintura. Nesses espaços são atendidos 250 crianças e adolescentes, incluindo aqueles acolhidos na entidade, alunos matriculados na Escola Estadual Maria Alice C. Mesquita, EMEI Madre Gilda Tatasciore e moradores dos bairros vizinhos. O atendimento é de 2ª a 6ª-feira das 8h às 17h. Nessa modalidade há um convênio por meio da Secretaria Municipal da Promoção Social que disponibiliza recurso insuficiente dos Fundos de Assistência Social Estadual para o atendimento de 50 crianças e adolescentes, o que não cobre todos os custos do projeto. A diretoria da Associação mantém o projeto considerando que ele é o divisor da modalidade do atendimento institucional, quando se propiciou a inserção da comunidade na entidade.



Figura 20

CIASQUI, Khatrym Curuçá. LIMA, Cinthia Lopes de. SANTOS, Lais da. ALDA, Viviane Genú. Tema: Abrigos de crianças e adolescentes. Disciplina de Oficina Profissional da Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP, Estágio, 2010

Os membros da diretoria instrumentalizados pela coordenação geral estavam analisando a possibilidade do funcionamento de uma creche para atender 100 crianças a partir do ano de 2009.

Nesse cenário constatamos que estamos diante da complexidade da passagem da “instituição inventada, a instituição da contaminação, que privilegia o objeto pobre, mas não apenas a esse é destinada” (NICÁCIO, 2001, p.98) para a organização social do direito à convivência familiar e comunitária.

Com os fundamentos das ciências e significativamente na escuta do desejo das crianças, dos adolescentes, das famílias, da comunidade, da equipe de trabalho e das mantenedoras, por meio da compreensão do funcionamento dessa entidade, procuramos indicar pilares que possibilitem reestruturar o atendimento com propósitos que nunca existiram. E, que esses propósitos lancem a experiências da desconstrução pelo lúdico, não-convencional, intuitivo, sem perder a ternura, a ética e a verdade. Essas experiências são possíveis, preservando a identidade de cada uma delas, como por exemplo, a vivência da equipe do Núcleo de Atenção Psico-Social (NAPS) da Zona Noroeste de Santos, em 1989.

A dura guerra contra as instituições descontaminadas, inúteis e nocivas, fruto do higienismo médico tradicional, implica que a instituição inventada, que faz reviver a riqueza do objeto pobre, seja feita de ‘atravessar’. Teremos, para isso, a necessidade – para uma prática terapêutica – de artistas, homens de cultura, poetas, pintores, homens de cinema, jornalistas, de inventores de vida, de jovens, de trabalho, festas, jogos, espaços, máquinas, recursos, talentos, sujeitos plurais e o encontro de tudo isso (NICÁCIO, 2001, p. 98).

Estamos acreditando que essa ressignificação paradigmática do atendimento é possível, desde que o trabalho do intelectual orgânico se manifeste com base no princípio da educação social que considera e insere a prática cotidiana, com o princípio educativo, discutido por Gramsci. A investigação do princípio educativo aponta que dois elementos participam na educação e formação das crianças. As noções científicas deveriam introduzir a criança e o adolescente nas “coisas da sociedade” e os direitos e deveres introduzirem-nos na vida estatal e na sociedade civil.

O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. O Conceito de equilíbrio entre a ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo, para a compreensão do movimento e do *devenir*, para a valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro (GRAMSCI, 1968, p. 130).

Estas perspectivas vêm ao encontro da necessidade de fazermos uma instituição menos ruim, do que ela vem sendo; os desafios ainda são imensos. Mas não temos nenhuma dúvida que é possível melhorar, contra a vontade ainda escondida do poder que gera tudo isso.

Nesse contexto é que surge o educador com a necessária pedagogia social que compreenda a “natureza política do ato educativo”, como expressou Paulo Freire, na palestra proferida aos funcionários da FEBEM-SP, em 1984.

[...] A educação na verdade é um ato político e, nessa medida, o educador é um político também, no seu papel que necessariamente tem a ver com a sua opção política, com aquilo que ele sonha politicamente. É a partir daí que seu papel se constitui, se consubstancia, na sua prática evidente o que leva à colocação de uma série de questões. Por exemplo, pode se ter papel de educador liberal, papel de educador reacionário, papel de educador revolucionário com matizes, porque há fronteira definida estritamente geográfica entre um tipo de um educador e outro. O que é preciso ficar claro, é que o papel desempenhado por um educador ou educadora autoritária, não é o mesmo papel desenvolvido por um educador radicalmente democrático, não pode ser. [...] É preciso entender a raiz dessas coisas, se a gente não é capaz, depois de cinco meses numa experiência como essa, de ler o comportamento, de entender o mundo aqui, então o melhor é procurar outro lugar. É legítimo sobreviver. Mas, o que não é possível é sobreviver às custas da negação da sobrevivência dos outros (FREIRE, 1984, p. 5 e 11).

Parece fácil ou apaixonante compreender as entranhas desse ato educativo, mas não é. No caso do acolhimento, percorridos profissionalmente desde o modelo da FEBEM-SP e sistematizados nesta pesquisa, confirmo, na perspectiva de Paulo Freire, que só se aprende fazendo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações e as reflexões que compõe essa dissertação expressam situações parciais do cotidiano institucional da Associação Santa Terezinha, mas têm relevância ao considerarmos o serviço prestado durante tantas décadas, o papel e as decisões das autoridades e a vivência de centenas de pessoas que ali foram e estão institucionalizadas.

As peculiaridades da interação dessas pessoas com a instituição foi tomando sentido na medida em que organizávamos o banco de dados. O manuseio das fichas sociais foi nos inquietando, pois o modelo impresso em 1927 não tem alterações significativas em relação as que são utilizadas ainda hoje. Constatávamos que os registros das crianças e adolescentes permaneceram com a mesma nomenclatura e com escassas informações durante muito tempo. Nós precisamos catalogar nos registros as histórias reais das pessoas a fim de que, historicamente, não sejamos considerados displicentes. A partir daí despertou-nos o interesse de nos comunicarmos com o conjunto arquitetônico; com as fotos pelas paredes, com documentos guardados em arquivos fragmentados; nas conversas com autoridades, associadas, pessoas entre 30 a 80 anos que nos procuravam por algum interesse; e o reflexo desse extrato na vida das crianças e adolescentes ali acolhidos, suas famílias e a comunidade. O desejo pela “instituição inventada”, refletida por Nicácio, nos projetou a entendê-los no contexto da ciência e da sociedade. As mudanças podem ser feitas sem grandes rupturas, mas com o respeito às pessoas.

Na reflexão entre os paradigmas da ciência e da sociedade, o estudo conclui que os responsáveis pelo Sistema de Garantia de Direito necessitam aperfeiçoar ainda mais seus conhecimentos e suas ações com o objetivo de realizar a transição das matrizes assistenciais e institucionais, instaladas em cada um de nós e na sociedade - que ainda tem intensa representação – para a desinstitucionalização, que indica, pela doutrina da proteção integral, o necessário reordenamento institucional.

O Código de Menores de 1927 sedimentou a parceria da Associação Santa Terezinha com a ideologia do Estado brasileiro governado por Getúlio Vargas. A constatação disso é representada pela construção de edificações, metodologias, avaliações e o intenso trabalho que foi realizado pelos profissionais responsáveis pelo atendimento naquele período. A “vigilância” dos “filhos dos lazarentos” estava sob a égide do conceito da menoridade dirigida

à infância pobre e desvalida, cuja alternativa era a apartação da convivência social. Mesmo que a instituição tenha buscado alternativas para promover a constância do afeto familiar, o fez com incompletude, diante do modelo panóptico estabelecido no cotidiano: muitas crianças para cuidar para se tornarem cidadãos numa sociedade que os rejeitou. Nesse modelo institucional o controle exercido sobre as crianças justifica-se pelos benefícios de reclusão, pois se acreditava que o isolamento social era necessário para que pudessem vir a ser reintegrada a sociedade, devidamente reparadas e adaptadas.

Das observações dos prontuários, de maneira geral, podemos afirmar que a entidade se respaldou na legislação para realizar os seus objetivos, e o fez com excelência, ensimesmando-a diante do avanço conquistado em relação aos equipamentos estatais.

A cultura, entendida como as características humanas que não são inatas, e que se criam e se preservam ou aprimoram através da comunicação entre indivíduos em sociedade, é outro importante fator a ser considerado. A litografia da planta do preventório Santa Terezinha, apresentada anteriormente, é um exemplo disso ao construir uma “cidade higienizada”, bela do ponto de vista arquitetônico, distante do centro urbano e cercada por imensas muralhas. Dalí se aproximava somente aqueles que eram autorizados ou detinham o conhecimento científico ou operacional para executar tarefa assistencial. A matriz dessa cultura era a de proteger os internos de um mundo hostil e proteger a sociedade da convivência incômoda com esses menores.

O Serviço de acolhimento familiar não apresentou qualquer modificação no planejamento da entidade. Os pressupostos da FUNABEM e o Código de Menores de 1979 trouxeram possibilidades na política de convênio diante da necessidade de alterar o perfil da clientela atendida. Constatamos pelos documentos que a gestora da década de 1970 promoveu um movimento para que as atividades de educação fossem realizadas num ambiente físico externo, doando o terreno para o governo do Estado de São Paulo construir uma escola, apontou-se para a qualificação do quadro dos profissionais contratados nas suas profissões específicas, mas diante da crise financeira manteve o princípio da institucionalização. Essa foi a única gestão que fez o enfrentamento público com os representantes do Poder Executivo dizendo das condições de trabalho, da superlotação e das rubricas insuficientes para manter o atendimento que, naquelas condições, transformaria a instituição num “depósito” de crianças. Infelizmente essa denúncia e anúncio de possibilidades de mudanças não tiveram eco institucional, devido a mudança de gestão que saneou as crises financeiras por meio do

estabelecimento de convênios nas esferas de governo estadual e federal, recebendo crianças de diversas regiões do Estado de São Paulo. Houve o pacto pela retomada da instituição pensada por D. Margarida Galvão, mas, cuidando de crianças das famílias empobrecidas e tidas como incompetentes para cuidar dos seus filhos.

Nos pactos demonstramos nossas matrizes da legislação, da cultura e da crença sobre crianças e adolescentes. Que, nesse caso, foram contrárias ao que a sociedade brasileira construiu com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica de Assistência Social. Para sairmos desses pactos matriciais precisamos exercitar, e muito, a construção do diálogo coletivo, o debate dos interesses que respeite os direitos humanos e a levantamento dos responsáveis pelo Sistema de Garantia de Direito. A conferência da responsabilidade para o outro (pessoa, sociedade civil e poder público) precisa cessar enquanto prática política e ser estabelecida uma agenda pela proteção integral de crianças e adolescentes, com prioridade àquelas que estão acolhidas institucionalmente.

A Associação Santa Terezinha sentiu o peso diante da decisão ao considerar-se como uma organização social não governamental, erroneamente compreendida como autônoma, realizando o atendimento substancialmente público, com suas regulamentações específicas. Essa decisão somente nos leva a perguntar onde estava o conselho da instituição, para refletir, discutir e decidir sobre os encaminhamentos internos? E os técnicos que ali desenvolviam suas atividades profissionais por que não instrumentalizaram, de alguma forma, o sistema de garantia de direitos para tomadas de decisões em relação aos rumos tomados pela entidade?

Diante da inércia de movimentos pró-ativos em defesa dos direitos da criança e do adolescente identificamos que os poderes executivo, legislativo e judiciário compactuaram com esses procedimentos durante muitas décadas. Em relação ao Poder Judiciário identificamos que a partir de 1998 havia solicitações, reinterações de ofícios, denúncias e pedido de averiguação sobre problemas de atendimento, culminando na intervenção judicial. Infelizmente, a entidade com a força institucional reconhecida no macro território, distanciou-se dos seus pares mais genuínos, a família das crianças, a comunidade, as entidades da cidade de Carapicuíba. O movimento inverso também é verdadeiro. A importância dessa reflexão, do ponto de vista etnográfico, é a identificação dos paradigmas ideológicos dos responsáveis coletivos da política desse segmento social.

O ente família perpassou por todas as reflexões e sistematizações desta pesquisa. Ainda está num lugar indefinido nos mecanismos institucionais; sofrem tanto como as

crianças e os adolescentes que lhes são retirados. E o retorno está denso de novas crises geradas pelas interfaces geradas pelo acolhimento. Crises que poderão gerar novo acolhimento, pois, estas pessoas, mais que outras estão marcadas “a ferro quente”, principalmente quando se trata de uma cidade com sérias deficiências nas políticas públicas.

Diante desta reflexão apontamos a necessidade de que outras pesquisas possam refletir sobre o reordenamento jurídico institucional com bases longitudinais. Temos a necessidade de ouvir dois importantes sujeitos. Em primeiro lugar, as pessoas que foram institucionalizadas e o que elas têm a declarar à sociedade, aos poderes constituídos, aos especialistas e cientistas sobre suas experiências vividas. E, em segundo, os profissionais que estão atuando nessa nova dinâmica. O que pensam? Como foram preparados na sua formação profissional?

Com o projeto de reordenamento institucional a entidade conseguiu ser reconhecida pela qualidade técnica que procura oferecer às crianças e aos adolescentes. Considera-se que é muito difícil estabelecer um modelo pedagógico, numa estrutura física que não foi pensada para esse fim. Por isso tivemos que dialogar com tantos autores e especialistas para podermos nos distanciar do problema, vislumbrar possibilidades e iniciar a aplicação no cotidiano.

A constatação desses quatro anos efetivando o reordenamento é a dicotomia da convivência com o movimento interno dos modelos institucional e de desinstitucionalização. O modelo institucional apresenta-se robusto, experiente, decidido, porém, fraco e desarticulado, quando as associadas indicam o caminho para que a organização social preste um serviço qualificado para uma cidade que tanto necessita, exigindo da equipe destreza e busca incessante de alternativas de sobrevivência.

As autoridades locais precisam considerar a trajetória dessa organização social nesse município assumindo uma discussão eficiente, eficaz e efetiva para a promoção de serviços de assistência social e de educação que indiquem uma agenda de médio prazo para o enfrentamento das sérias questões da infância e da juventude, otimizando o espaço físico em benefício dos munícipes.

As associadas por sua vez, também precisam fortalecer os pilares desse reordenamento institucional diante da missão que a Congregação construiu nos atendimentos de saúde, educação, e assistência social pela motivação e serviço das suas fundadoras. Para isso, que sejam especialistas nessas áreas para que possam decidir com maior clareza e motivação os desafios que se apresentam nesse mundo globalizado.

A Pastoral do Menor, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) vem trilhando no sentido de denunciar as injustiças e anunciar as boas novas para as crianças e adolescentes, motivando os agentes de pastoral através da mística, espiritualidade e projeto político, embasados nos documentos sociais da Igreja. No serviço do acolhimento institucional a ação pastoral precisa ser planejada, qualificada na perspectiva da unidade na pluralidade. Ou seja, envidando esforços conjuntos para a concretização do direito à convivência familiar e comunitária a partir da exigência de uma renovada pastoral social, para a promoção humana, diante da sociedade onde “a globalização faz emergir, em nossos povos, novos rostos de pobres” (DOCUMENTO DE APARECIDA, 2007, p. 181). O rosto das crianças e dos adolescentes acolhidos institucionalmente precisa ser conhecido com maior apreço e os estigmas da institucionalização superados tendo como pilar a doutrina da proteção integral. Quando chegamos nessa organização não entendíamos o sentido do atendimento à criança para Santa Terezinha, padroeira da entidade, e foi compreendido na premissa do Evangelho de Mateus, de não “escandalizar um só destes pequeninos”. Ainda são muitos que vivem nessa situação e que não deveriam estar.

Ao concluirmos essa pesquisa afirmamos, numa primeira premissa, que é possível que uma organização social quase centenária se lance na era do direito desde que entenda os seus limites da convivência entre os paradigmas e projete com competência um projeto audacioso para trilhar em caminhos nunca percorridos. Essa competência está aprovada pela Resolução nº 109, de 11/11/2009 indicando a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizados por níveis de Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com ênfase nos Serviços de Proteção Especial de alta Complexidade, onde se identificam as modalidades de acolhimento institucional.

A reflexão dos aspectos teóricos do reordenamento institucional, analisadas a partir dos paradigmas jurídicos e, principalmente, pela imersão na dinâmica do cotidiano pôde compreender que o “limite” e a “possibilidade” andam de mãos dadas. O desafio é identificá-los e promover ações que promovam reflexão, ação e decisão de todos os envolvidos no processo. Por isso a indicação de uma didática interdisciplinar apoiada no esquema, conceitual, referencial e operativo (ECRO), proposto por Pichon-Rivière.

A segunda premissa indica que o sistema de garantia de direito tem que operar como um ente inteiro, a ação ou a omissão isolada, cumulativa ou parcial de um dos representantes desse sistema, compromete cada criança, cada família, a cidade. Ao refletirmos sobre a

determinação Judicial efetivando a necessidade do reordenamento institucional naquela organização social, por um lado ficamos satisfeitos, pois houve a possibilidade de indicarmos ventos de prosperidade, por outro sentimos a ausência de um diálogo consistente, reflexivo e propositivo sobre o que significou essa intervenção para a cidade de Carapicuíba, no campo da Assistência Social, expressivamente no Serviço de Acolhimento Institucional. O processo ainda não terminou, só está começando. Até agora o enfrentamento foi interno. A luta, no sentido utópico, ainda está por vir.

A persistência para concluir essa dissertação está na presença de cada pessoa, representada por si mesma, por objetos, por documentos, etc. Seus olhares, suas expressões, suas falas, seus choros e seus pedidos estiveram presentes conosco em todos os momentos inquietando e alentando. Convivam com esses sujeitos, permitam que eles afetem seus conhecimentos e suas ações, depois disso, com certeza, teremos criatividade para superarmos tantas injustiças, ainda promovidas pelo sistema de garantia de direito.

As relações afetivas estabelecidas com o sujeito da pesquisa, a instituição que se apresenta nas pessoas, nos motivam a lutar e acreditar na humanização das crianças e dos adolescentes a partir do projeto político-pedagógico do educador social, ético e coerente com os Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAHAM, Bem. **Janusz Korczak (1878-1942)**: coletânea de pensamentos. São Paulo: Associação Janusz Korczak, 1986.

ALCÂNTARA, Pedro de. **Higiene da Primeira Infância**. Bibliotheca Medica Brasileira, série v, Cultura Médica, volume II. Companhia Editora Nacional. São Paulo: 1936.

ALTENFELDER, Mario. **Bem-Estar e Promoção Social**: pronunciamentos na Secretaria da Promoção Social e na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) 1965-1977. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria da Promoção Social. Assessoria de Comunicação Social. 1977.

ANDRADE DA SILVA, Enid Rocha (org.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora; Lisboa, 2000.

BLEGER, José. **Psico-higiene e psicologia institucional**. Trad. de Emília de Oliveira Diehl. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

_____. **Temas de psicologia**: entrevista e grupos. Tradução Rita Maria M. de Moraes; revisão Luis Lorenzo Rivera. São Paulo; Martins Fontes, 1993.

BOWBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. Tradução Álvaro Cabral; revisão Luiz Lourenzo Rivera. São Paulo. Martins Fontes. 1982.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

CABRAL, Claudia (org.). **Acolhimento familiar**: experiências e perspectivas. Unicef. Terra dos Homens. Brooklink Publicações Ltda. Rio de Janeiro: 2005.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE. **Quem Acolhe o Menor a mim Acolhe.** Manual. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Brasília: 1987.

CAVALCANTE, Pedro Teixeira. **Dicionário de Santa Terezinha:** Pequena Enciclopédia sobre Santa Terezinha. São Paulo: Paulus, 1997.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988.

CUNHA, Clementina Pereira. **O espelho do mundo:** Juquery, a História de um Asilo. 2ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

DOCUMENTO DE APARECIDA. **Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe.** 13-31 de maio de 2007. Tradução Luiz Alexandre Solano Rossi. Editoração Paulus. Impressão e acabamento Paulus. 2ª edição, 2007.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei 8.069/1990.

ESTUDOS SOBRE PROBLEMAS DE MENORES. **Anais da X Semana de Estudos do Problemas de Menores.** Tribunal de Justiça de São Paulo; Procuradoria Geral da Justiça; Secretaria da Promoção Social; Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo; Juizado de Menores da Capital. São Paulo: Indústria Gráfica Saraiva S.A., 1971.

FÁVERO, Eunice Terezinha. VITALE, Maria Amália Faller, BAPTISTA, Myrian Veras. **Famílias de Crianças e adolescentes abrigados:** quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura e a Idade Clássica.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo.** 2ª edição. Brasília: Líber Livro Editora. 2005.

FREIRE, Paulo. **O papel do educador.** Extratos da palestra proferida no Centro Teotônio Vilela da FEBEM-SP em 15 de junho de 1984. Publicação autorizada pelo autor sem sua revisão. Documentos febem.sp nº 2.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Marcia Bandeira de Melo Leite Nunes. 4ª. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

GOLDMAN, Márcio. **Alteridade e experiência**: antropologia e teoria etnográfica. Etnografia [on line] maio 2006, vol. 10, nº 1 [citado 05 junho 2010]. P. 161-173. Disponível na world wide web http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65612006000100008&script=sci_arttext ISSN 0873-6561.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. **Temas básicos da sociologia**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

I FÓRUM NACIONAL DO MENOR. Governo do Estado de São Paulo: Secretaria da Justiça e Negócios do Interior; Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor; Instituto Nacional de Estudos Superiores. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado – Serviço de Artes Gráficas, 1966.

KAËS, René. **A instituição e as instituições**: estudos psicanalíticos. Tradução Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Col. Debates 115. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. Lei 9.394/1996.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. Lei 8.742/1993.

MACHADO, Antonio Luiz Ribeiro. **Código de Menores Comentado**. São Paulo: Saraiva, 1986.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Print Version ISSN 0102-6909 – Ver.bras.ci.soc. vol 17 nº 49. São Paulo june 2002. Dói: 10.1590/S0102-6909200200002 WWW.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-6909200200002&script=sci_artex&ting-es.

MAKARENCO, Anton Semiónovitch. **Poema Pedagógico**. Volume 1. Tradução do russo e apresentação Tatiana Belinky. São Paulo. Editora Brasiliense. 3ª edição, 1989.

_____. **Poema Pedagógico**. Volume 2. Tradução do russo Tatiana Belinky. São Paulo. Editora Brasiliense. 2ª edição (1ª edição, 1986).

_____. **Poema Pedagógico**. Volume 3. Tradução do russo Tatiana Belinky. São Paulo. Editora Brasiliense. 2ª edição, 1991.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes (Organizadora). **Mudança de sentido, sujeito(s) e cidadania: novos paradigmas em ciências sociais**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo. Hucitec, 2ª edição. 2006.

MARICONDI, Maria Ângela (coord.). **Falando de abrigo: cinco anos de experiência do Projeto Casas de Convivência**. São Paulo: FEBEM, 1997.

MARREY, Des. Adriano. Corregedor Geral da Justiça. **Menores** (Legislação. Estudo das medidas judiciais, e das medidas de caráter social, do Código de Menores. Anotações. Índices analíticos. Modelos). Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo. Associação Paulista de Magistrados. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1980.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
http://www.ines.org.br/paginas/revista/abordag_etnog_paramonica.htm.

MORHAN. Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase. <http://www.morhan.org.br>. Indenização: filhos separados. Rio de Janeiro: 2008.

MUNIZ DE SOUZA, Sergio. **A Lei Tutelar do Menor: coletânea atualizada das leis, decretos-leis, decretos, portarias e outros documentos administrativos referentes a Menores**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1958.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, educação e direitos sociais: "Asilo de Órfãos"**. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2004.

NICÁCIO, Fernanda (org.). **Desinstitucionalização**. Segunda Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

PEIRANO, Mariza G. M. S. **A favor da etnografia**. Série antropologia. Brasília, 1992.
<http://visites.unb.br/ics/dan/serie130pdf.pdf>.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo grupal**. Tradução, Marco Aurélio Fernandes Velloso: revisão Monica Stahel. 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora. 1995.

PLANO DE GOVERNO. **Programa de Governo. Lula Presidente 2007/2010**.
http://www.pt.org.br/portaltpt/dados/bancoimg/c091003193431plano_governo.pdf

PROBLEMA DE MENORES. **Anais da XII Semana de Estudos**. Secretaria do Tribunal de Justiça. São Paulo. 1974.

REVISTA DA ABRAMINJ – Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude. **XIX Congresso Nacional da ABRAMINJ: Proteção Integral – práticas atuais e perspectivas de inovadoras**. Ano 2 – nº 2. São Paulo: 2002.

REVISTA QUADRIMESTRAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Família e Sociedade**. Ano XXIII – nº 71. São Paulo. Cortez Editora. Setembro 2002.

RIZZINI, Irene. RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Loyola. 2004.

ROTBERG, A. e BECHELLI, L. M. (Médicos do Departamento de Profilaxia da Lepra). **O Dispensário na Profilaxia da Lepra: sua importância crescente e sua Modernização**. Comunicação referente ao Tema “Dispensário” na série de atualizações Leprológicas promovidas pela Sociedade de Leprologia no ano de 1949 (Presidência do Profº. Aguiar Pupo) <http://hansen.bvs.ilsl.br/textoc/revistas/1951/PDF/v19n2a02.pdf>.

SAFFIRO, Gina. **Santa Terezinha do Menino Jesus**. Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1971.

SAKUIYAMA, Ana Maria. **A influência da brincadeira como prática psicopedagógica na construção do ser aprendente: crianças órfãs por abandono**. Orientação: Professor Dr. João

Clemente de Souza Neto. Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicopedagogia do Centro Universitário FIEO. Osasco: UNIFIEO, 2001.

SILVA, Cláudia Cristina dos Santos. **Crianças indesejadas**: estigma e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha – 1930-1967/Cláudia Cristina dos Santos Silva; orientadora Maria Luiza Tucci Carneiro. São Paulo, 2009.

SILVA, Roberto da. **Os Filhos do Governo**: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Editora Ática, 1997.

SOUZA NETO, João Clemente de. **A trajetória do menor a cidadão**: filantropia, municipalização, políticas sociais. São Paulo: Arte Impressa, 2003.

_____. **Crianças e adolescentes abandonados**: estratégias de sobrevivência. 2ª. Edição. São Paulo: Arte Impressa, 2002.

TEREZA DO MENINO JESUS, Santa, 1873-1897. **História de uma alma**: manuscritos autobiográficos. Tradução das religiosas do Carmelo do Imaculado Coração de Maria e de Santa Terezinha. São Paulo: Paulus, 1986.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas. 1987.

WINNICOTT, Donald W. **Privação e Delinquencia**. Tradução Álvaro Cabral; revisão Monica Stahel. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Arquivos da Associação Santa Terezinha

AS CRIANÇAS precisam de alimentos e roupas. A creche precisa do dinheiro. A Associação Santa Terezinha mantém 335 crianças. Pasta 51.462. **Jornal da Tarde**. 2/12/1974. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

ASSOCIAÇÃO ganha um auxílio especial. Pasta 51.462. **O Estado de São Paulo**. 24/10/1986. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

ASSOCIAÇÃO Santa Terezinha comemora os 60 anos. Pasta 51.462. **O Estado de São Paulo**. 25/08/1983. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

ASSOCIAÇÃO Santa Terezinha completará 50 anos amanhã. Pasta 51.462. **O Estado de São Paulo**. 18/08/1973. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

ASSOCIAÇÃO Santa Terezinha. Histórico. Pasta 51.462. **O Estado de São Paulo**. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

ASSOCIAÇÃO Santa Terezinha. Pasta 51.462. **O Estado de São Paulo**. 2/05/1971. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

ASSOCIAÇÃO Santa Terezinha. Pasta 51.462. **O Estado de São Paulo**. 24/03/1973. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

ASSOCIAÇÃO Santa Terezinha. Pasta 51.462. **O Estado de São Paulo**. 12/12/1973. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

ATA da Assembléia Geral Extraordinária. Ordem do dia: **1) Eleição do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal**. 25/11/1987. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

ATA do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Carapicuíba, SP. **6ª Conferência M.D.C.A.**. 24/05/1997. Arquivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Carapicuíba, SP.

BAPTISTA, Luis. Uma campanha revoltante. **O Estado de São Paulo**. 10/08/1957. Arquivo “recortes de jornais e revistas” da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

CAMPANHA de fundos para a Associação Santa Terezinha. O porque da “Noite de Crônica”. **Diário de São Paulo**. Domingo, 24/11/1957, p. 5.

EM DEFESA dos hansenianos. Pasta 51.462. **Jornal da Tarde**. 25/08/1983. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

EM SANTO André. Primeira filial da Associação Santa Terezinha. **A Gazeta**. 12/12/1956. Arquivo “recortes de jornais e revistas” da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

ENTIDADE pede maior auxílio e Menor é tema de seminário. **O Estado de São Paulo**. 29/04/1971. Arquivo “recortes de jornais e revistas” da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

FESTA no Sanatório de Gopouva. **O Estado de São Paulo**. 9/09/1957. Arquivo “recortes de jornais e revistas” da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

GALVÃO, Flávio. A Associação Santa Terezinha festeja o seu jubileu. **O Estado de São Paulo**. 24/08/1973. Pasta 51.462. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

NENHUMA IRREGULARIDADE apurada na Associação Santa Terezinha. **O Estado de São Paulo**. 18/09/1957. Arquivo “recortes de jornais e revistas” da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

NOVOS DONATIVOS para a Associação Santa Terezinha. Pasta 51.462. **O Estado de São Paulo**. 2/11/1963. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

ÓRFÃOS do Brasil. Caderno Especial. **Correio Brasiliense**. Brasília: 09/01/2002.

ORTIZ, Rosana. A vida no orfanato. A Associação Santa Terezinha tem a contribuição do golfe. Pasta 51.462. **O Estado de São Paulo**. 23/10/1987. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DO ATENDIMENTO. **Cidadania: Direito à Convivência Familiar e Comunitária**. Associação Santa Terezinha, Fundação Orsa. 2004. Arquivo Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

REPELE a Associação Santa Terezinha acusações que lhe foram feitas por emissora local. **Folha da Manhã**. 7/8/1957. Arquivo “recortes de jornais e revistas” da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

S. TEREZINHA muda estatutos. Pasta 51.462. **O Estado de São Paulo**. 4/7/1970. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

SANTA TEREZINHA solicita recursos. Pasta 51.462. **O Estado de São Paulo**. 1/12/1970. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

SIQUEIRA, Hélio. Surram e torturam crianças no Educandário Sta. Terezinha. **Jornal a Última Hora**. 2/08/1957. São Paulo, 1º Caderno, p. 7.

UMA ENTIDADE benemérita. Pasta 51.462. **O Estado de São Paulo**. 10/07/1971. Arquivo da Associação Santa Terezinha, Carapicuíba, SP.

APÊNDICE



PROJETO
10.000.000.000

PROJETO

**REESTRUTURAÇÃO DO ATENDIMENTO
NA ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA
MEDIDA PROTETIVA DO ABRIGO**

VOLUME 1

Carapicuíba – Dezembro/2004



2

**CIDADANIA:
DIREITO À
CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA**

**Ordem de Serviço do Juízo
da 3ª Vara da Infância e da Juventude
Carapicuíba - SP**



3

*Às crianças e aos adolescentes que acreditam na semente que cai ao entardecer; e renasce,
no dia seguinte, com o sorriso tímido e o abraço forte, verdadeiro!*

Emoção...Vida!



4

“Eu acho a família muito importante. Eu tenho três filhas. Elas me vêem, vêem o pai, a avó. Eu sofro por causa da união da família porque eu acredito que família é tudo. O meu irmão, pai das crianças que estão no abrigo, é alcoólatra e não se sente totalmente abandonado porque me tem. Agora, vocês imaginem os meninos na Casa de Convivência, claro que rodeados por bons funcionários, que têm vontade de oferecer tudo para eles, mas ao mesmo tempo não podem. Há um certo limite. Já em casa, com a família, você acolhe mais Ali tem amor, tem carinho (carinho limitado, amor limitado), mas não tem aconchego de família. Aquela coisa de chegar e falar ‘mãe, eu estou doente’ e logo você pega no colo um pouquinho. Na hora de dormir ir lá, dar um beijinho, dar boa noite. Eles sentem que há uma asa para se esconder. Sabe, pelo menos nos meus três filhos eu sinto isso. Eles me chamam de MÃE”. Cleusa Marcolino dos Santos - 19/06/1997¹.

¹ Maricondi, Ângela; Alda, Nelson – Vários autores. Falando de Abrigo: cinco anos de experiência do Projeto Casas de Convivência. São Paulo. FEBEM. 1997.



5

APRESENTAÇÃO

Assim como o louco ou os doentes infecto contagiosos foram gradativamente banidos da cena urbana, tendo sido confinados num espaço peculiar e “adequado” ao tratamento de seu “desvio” (o hospital psiquiátrico, as colônias), “o menor, o infrator, o carente e o abandonado” passaram a receber também uma tenção peculiar que, diz-se, visa sua proteção e reeducação. Mas tal assistência vem se efetivando nos limites da clausura, nos grandes complexos e nas unidades de abrigo, longe da vida da comunidade.

A superação desse modelo anacrônico de atendimento é de extrema importância, principalmente ao se levar em conta os avanços conquistados em termos de liberdades democráticas e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Alterar significativamente o atendimento desenvolvido pela Associação Santa Teresinha junto às crianças e aos adolescentes sob a medida de protetiva do abrigo exige mudança de postura e de mentalidade de seu corpo funcional, transformação de sua estrutura organizacional, busca de espaços físicos adequados e, fundamentalmente, da assunção da criança e do adolescente enquanto cidadãos em condições peculiares de desenvolvimento e sujeitos de direitos.

A presente proposta de trabalho visa à transformação do atendimento do abrigo no grande complexo e indica a possibilidade de uma nova modalidade de atendimento a ser desenvolvida em espaços adequados, personalizados e inseridos na comunidade.

Esta proposta pretende, ainda, ser uma diretriz para que a Associação Santa Teresinha possa encontrar a melhor maneira de efetivar o Projeto de Reestruturação indicada pelo Juízo da 3ª Vara da Infância e da Juventude do Município de Carapicuíba, por meio da Ordem de Serviço datada de 15/04/04 e do conteúdo do Processo Verificatório 273/99.



6

I – IDENTIFICAÇÃO

Entidade: Associação Santa Terezinha
 Endereço: Avenida Deputado Emílio Carlos, 1235.
 CEP 06310-160 – Santa Terezinha - Carapicuíba, SP.
 CNPJ: 606474350001-54
 Fone: (11) 4181 2876 e 4202 1607

O sentimento humanitário foi a semente que deu origem ao trabalho da Associação Santa Terezinha que tem existência legal, em São Paulo, desde 25 de agosto de 1923.

Sua existência de fato, demanda desde 1914, quando Dna. Margarida Galvão, com sua reconhecida abnegação, idealismo e coragem, deu início à assistência material, espiritual aos doentes de lepra, segregados no antigo Guapira.

Nessa época, os portadores de hanseníase eram segregados não apenas da comunidade como também privados da convivência com seus próprios filhos. Por desconhecimento e discriminação, prevalecia a idéia de que, isolando o doente, a doença seria controlada.

Dna Margarida fundou a Associação Santa Terezinha do Menino Jesus, instituição Beneficente e Católica de Serviço Social com a finalidade de assistir a família hanseníase, com ênfase as crianças.

A semente germinou, sua obra social cresceu e em 1923, passou a ter personalidade legal sob a atual denominação: Associação Santa Terezinha, planejada para dar um amparo integral às crianças, atendidas, primeiramente em um Berçário, na Avenida Água Branca (SP), posteriormente na Creche Carolina Motta e Silva situada na Rua Morato Coelho (SP). E, desde 1974, no próprio Educandário em Carapicuíba (SP).

Esse trabalho, além de sua efetiva contribuição social, ofereceu subsídios para a comunidade científica, que pode comprovar que a doença não é hereditária, como se divulgava.



7

O esforço da entidade foi tão bem-sucedido que acabou por criar um novo desafio, dar assistência à comunidade carente de Carapicuíba. Com a chegada das Irmãs da Congregação Filhas de Nossa Senhora Stella Maris, na década de 70, o projeto concretizou-se de maneira efetiva, ampliaram e reformaram suas instalações, passando a acolher crianças e adolescentes.

Hoje, a Associação Santa Terezinha, Organização social atende abrigando e educando 253 crianças e adolescentes - de recém-nascidos a jovens de dezoito anos de idade.

A Associação Santa Terezinha, criada em 1914, atende as determinações previstas no ECA providas da 3ª Vara da infância e juventude e Conselho Tutelar de Carapicuíba.

A Entidade procura oferecer um clima familiar propiciando o desenvolvimento integral de cada criança e adolescente ao oferecer oportunidades e atividades para sua realização pessoal, social, cultural e espiritual, elementos indispensáveis na formação de cidadãos.

As crianças e adolescentes freqüentam escolas da rede pública; participam dos cursos profissionalizantes mantidos pela associação, como de informática e jardinagem, e atividades artísticas, de lazer, religiosas e esportivas.

A Associação está situada num terreno de dimensões aproximadas a doze alqueires e sua infraestrutura consiste em seis casarões coloniais, cozinha e lavanderia industrial, refeitório, salas de aula, biblioteca escritório, ginásio esportivo, brinquedoteca, campo de futebol e uma capela.

A manutenção da entidade exige um imenso empenho financeiro e muito trabalho, recebendo doações de pessoas físicas e jurídicas. O Educandário conta com uma equipe de cento e dezesseis funcionários, além da atuação de aproximadamente oitenta voluntários que desenvolvem importantes atividades junto às crianças.

A atuação da diretoria, funcionários e voluntários, de proporcionar uma infância saudável e equilibrada às crianças e aos adolescentes abrigados, tem trazido muitos resultados positivos. Além disso, a Entidade recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais em reconhecimento ao seu eficiente trabalho, como o "Prêmio Bem Eficiente da Kanitz e Associados" em 1997 e 2.001, "Fundação Abrinq" em 1998 e o "Prêmio Lego" em 1990.



8

II – PÚBLICO SUJEITO

O atendimento no abrigo destina-se prioritariamente às crianças e aos adolescentes abrigados por determinação judicial e/ou encaminhados pelo Conselho tutelar do município², de ambos os sexos, na faixa etária de zero a 17 anos e 11 meses.

Relação geral dos abrigados³

Unidade	Idade	Sexo	Escolarização	Quantidade
Berçário	0 a 2	Misto	-----	33
Residência 1	3 a 6	Misto	Pré Escola	57
Residência 2	11 a 17	Meninas	Fundamental (5ª à 8ª) ao Médio	45
Residência 3	7 a 10	Misto	Fundamental (1ª a 4ª)	75
Residência 4	11 a 17	meninos	Fundamental (5ª à 8ª) ao Médio	43
Total geral				253

No entanto, também são sujeitos desse atendimento as famílias (biológicas, extensas), os padrinhos, as madrinhas e membros da comunidade, vinculados à Associação Santa Terezinha.

² As crianças e adolescentes abrigados estão sob responsabilidade das seguintes Varas: Distrital de Jandira, Itapevi, Lapa, João Mendes Júnior, Santana, Jabaquara, Pinheiros, Embu, Itaquera, Ipiranga, Tatuapé, São Miguel Paulista, Cananea e Carapicuíba. Conselho Tutelar: Sé.

³ A relação quantitativa refere-se à lotação do dia 15/12/04.



III – JUSTIFICATIVA

Ao analisarmos o atendimento e as dificuldades no grande complexo da Associação Santa Terezinha temos que analisar num primeiro momento o desafio da Municipalização, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente no título da política de atendimento, destacando-se:

- Artigo 86: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.
- Artigo 88: “São diretrizes de atendimento: I – municipalização do atendimento”.

Portanto, a legislação brasileira estabelece a municipalização como condição para a formulação das políticas da assistência voltadas à criança e ao adolescente. Municipalização não significa prefeiturização.

“A municipalização não nega, ela democratiza o poder, não acaba com as contradições e os antagonismos sociais, mas é o foro onde se podem buscar e localizar mecanismos de equacionamento ou redução da desigualdade social. A descentralização situa-se entre os instrumentos de garantia da democracia, quando a população se mantém organizada e ativa. Não significa a partilha de poder entre as esferas municipais, estaduais e federal, mas uma articulação das diferentes esferas entre si e com a população, para quantificar e qualificar a prestação dos serviços públicos. É no município que ocorrem os embates de classes, emergem as reivindicações da população e se constroem a ética da vida e o reordenamento participativo do poder político.”⁴

Nesse sentido Rizzini expressa que é preciso rever radicalmente os problemas relacionados à questão do abrigo, “estimulando-se a elaboração e implementação de políticas públicas que dêem conta de apoiar a família e a comunidade na manutenção e cuidado de seus filhos. Faz-se necessário romper com os traços assistencialistas e autoritários das políticas de intervenções que foram historicamente mantidas no país e fugir da mera retórica, estabelecendo-se uma política eficaz de promoção do desenvolvimento integral das crianças brasileiras. E para aquelas que necessitam de suporte fora do contexto familiar, urge enfrentar o desafio de se criar um sistema de atendimento

⁴ Souza Neto, João Clemente. Crianças e Adolescentes Abandonados.



institucional articulado, que respeite a lei que o país ratificou, e não viole os direitos básicos das crianças e dos adolescentes. Trata-se da instauração de políticas e práticas que compreendam a dimensão deste empreendimento como essencial para o desenvolvimento humano, social e econômico do país”⁵.

A partir dessas premissas analisaremos particularmente os seguintes tópicos: A realidade do grande complexo; Perspectivas de superação da realidade apontada; Plano Municipal de Assistência Social na Cidade de Carapicuíba e a medida de proteção Abrigo, no intuito de criarmos o ‘pano de fundo’ que sustenta a análise do Projeto de Reestruturação.

3.1. A realidade do grande complexo

A Associação Santa Terezinha dispõe de um grande complexo com uma área aproximada de 12 alqueires, geograficamente isolados da malha urbana e possui uma arquitetura singular, contendo 15 unidades: 1 equipe técnica, 4 residências, 1 cozinha/refeitório/almoxarifado, 1 depósito de gás, 1 Centro de Educação Infantil, 1 lavanderia, 1 Centro de Atendimento, 1 berçário, 1 carpintaria, 1 centro de estudos, 1 centro médico e odontológico e 1 capela⁶.

A estrutura de funcionamento está disposta de tal forma a favorecer o controle e a vigilância, inadequação para um trabalho de cunho educativo com crianças e adolescentes. A isso se sobrepõe questões relacionadas à conservação e à manutenção dos prédios, dependências, quadra de esportes e principalmente as áreas livres. Contudo, para além de suas características físicas, a finalidade para qual foram construídos, a clientela que abrigam (incluindo aqui, os funcionários) e sua dinâmica de funcionamento vêm configurar a sensação de impessoalidade e de segregação.

Além disso, está de tal modo atrelada à sua organização burocrático-administrativa e à sua estrutura hierárquica, que reproduz o instituído da mesma, numa situação em que se perde significativamente a possibilidade de resgatar o sentido das ações, dos acontecimentos e do cotidiano.

Os reflexos desse estado de coisas são perfeitamente observáveis no cotidiano do grande complexo. O que de fato lá vem ocorrendo é a predominância de uma prática de guarda e preservação da vida das crianças. Prioriza-se a manutenção da sobrevivência: poucos funcionários sem formação suficiente cuidam de muitas crianças, num espaço grande, mas com recursos escassos para uma

⁵ A Institucionalização de crianças no Brasil. Irene Rizzini.

⁶ Procedimento Verificatório 273/99. Volume 1.



convivência mais estimulante e rica em possibilidades. O excesso de crianças - 253 – dificulta qualquer proposta que tenha caráter educativo⁷. Há também a ação de voluntárias que realizam atividades sistemáticas com as crianças e com os adolescentes, na perspectiva de minimizar essa situação. No entanto, há um equívoco quando o voluntariado percebe-se como resposta ao defasado quadro funcional da Associação, não se estabelecendo, inclusive, conforme as diretrizes da Lei do Voluntariado nº 9.608, de 18/02/98.

Considerando o grande número de crianças e dos adolescentes em cada residência⁸ observamos as camas muito próximas umas das outras, mesmo que haja um maior espaço disponível no dormitório; as roupas (de pátio, de missa e de passeio) são individualizadas com etiquetas indicando os nomes; todos têm uniformes escolares; as filas⁹ são constantes para a participação de atividades: alimentação, reforço escolar, ida à escola, etc.; as atividades são organizadas a partir da série em que a criança e o adolescente está cursando. É comum ouvirmos turma da 4ª A, em detrimento de um chamado pelo nome. Elas vivem um cotidiano parecido com a escola. As brincadeiras dirigidas são precárias ou inexistentes¹⁰.

Os funcionários que estão no trato direto com as crianças e os adolescentes não se sentem educadores devido a confusão de funções, as quais as administrativas se sobrepõem às educacionais. Expressam que a questão educacional é função do “outro com autoridade”¹¹. Por isso, muitas vezes sentem-se desmotivados, inseguros ou desresponsabilizam-se pelo processo educacional.

A equipe técnica e gerencial por sua vez atuam de forma desarticulada, sem clareza da função específica ou da inter-relação com a especificidade do outro profissional. Ao iniciarmos as atividades encontramos na equipe técnica a seguinte disposição:

⁷ No Complexo há um Centro de Educação Infantil que atende as crianças sem nenhuma registro ou autorização de funcionamento, prejudicando assim o direito à certificação das crianças que o frequentam.

⁸ Residência é o nome dado aos pavilhões onde moram. Existem a Residência 1, 2, 3, 4 e o Berçário.

⁹ Sakuiyama na sua dissertação de Mestre em Psicopedagogia realizada na Associação Santa Terezinha afirma que “senti nessas crianças uma certa apatia, uma vez que, em sua faixa etária, as crianças não costumam ser sérias, passivas, sem atitudes, e nem se matem facilmente em fila. Elas estavam em defasagem, quando comparadas a outras da mesma faixa etária, pois, nesta fase, o que se espera das crianças é que tenham algum tipo de iniciativa, por menor que seja, e não que permaneçam estáticas, militarmente ordenadas quando em fila”.

¹⁰ Sakuiyama afirma que “a partir da constatação de que as crianças não sabiam como brincar, busquei soluções que pudessem dar subsídios para que assistissem e se aproximassem do desenvolvimento das potencialidades inerentes ao sujeito/objeto, com o objetivo de desvelar e articular a criatividade, promovendo seu desenvolvimento intelectual, social e emocional”.

¹¹ Sakuiyama registra que “a questão das regras e limites que foi imposta desde tenra idade, não por ter interiorizado a questão, mas porque aponta para ela: a questão relacionada ao medo de ser vigiada; o olhar constante do adulto; a necessidade de ser rápida para pegar tudo que lhe é oferecido, pois o tempo sempre lhe foi imposto (“acabou”, “temos que sair”), demarcado limitado, precioso.”



12

- Uma assistente social com jornada de oito horas semanais e outra, recém contratada, com jornada de quarenta e quatro horas semanais. Atualmente existem três assistentes sociais.
- Duas psicólogas, uma com atividade terapêutica, com jornada de doze horas semanais e outra com atividade institucional, com jornada de dezesseis horas semanais;
- Uma coordenadora pedagógica com jornada de vinte horas semanais.
- Uma nutricionista, recém contratada com jornada de quarenta e quatro horas semanais;
- Uma dentista, profissional disponibilizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Carapicuíba com vinte horas semanais;
- Uma médica pediatra com jornada de dezesseis horas semanais;
- Quatro coordenadores de residências com jornada de quarenta e quatro semanais, com flexibilidade de horário.

Em relação ao quadro funcional não encontramos nenhum registro no departamento pessoal que indicasse o perfil dos profissionais. Não há um plano básico de cargos e salários.

De maneira geral os profissionais encontraram um jeito individual de dar conta das suas tarefas cotidianas, às vezes inquietando-se com essa situação demonstram insatisfação na forma de trabalharem. Outros manifestam o desejo de que o cotidiano das crianças e dos adolescentes seja organizado por meio de disciplina rígida.

O planejamento institucional é organizado por diversos setores e não é conhecido por todos. Nem sempre todos participam efetivamente da organização de atividades. A maioria das atividades lúdicas realizadas internamente atingem a faixa etária das crianças, desmotivando assim, a participação dos adolescentes. No período de férias não há uma programação interna e externa diferenciada do cotidiano.

As visitas familiares eram realizadas uma vez por mês, dificultando assim o contato com as famílias biológicas. A equipe de direção e técnica vem se empenhando para modificar significativamente essa atividade. Atualmente as visitas são quinzenais. Tem aumentado o número de



pais e familiares que visitam os filhos. Tem aumentado a quantidade e a qualidade de visitas domiciliares.¹²

Disto resulta um tratamento quase sempre massificante, onde as necessidades individuais não são atendidas (quando, porventura, ganham expressão), que impossibilita a reversão deste quadro de vulnerabilidade em que se encontram essas crianças. “Uma criança vulnerabilizada, pessoal ou socialmente, não tem, na Instituição, história; tem sim, a repetição de uma série de experiências que a violentam simbolicamente, a fragmentação de sua identidade, a submissão, a estigmatização, etc. Ela vive num duplo abandono: o de sua própria história individual e, depois, a reitera na Instituição, que não a considera na sua individualidade”¹³.

A Associação Santa Terezinha vem sendo dirigida pelas Irmãs da Congregação das Filhas de Nossa Senhora Stella Maris há aproximadamente 25 anos, pudemos notar que, historicamente, a entidade social teve um papel fundamental na mudança qualitativa do atendimento ora promovido pela Associação. Vale aqui ressaltar como mérito que ela iniciou um processo de não transferir crianças e adolescentes para outras instituições de atendimento antes mesmo da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.¹⁴

Com certeza deve haver tantas outras propostas e atividades significativas na história da Associação, no entanto, no momento em que fizemos os levantamentos de dados a equipe da Associação não nos demonstrou esses dados de forma objetiva. Vale ressaltar que soubemos de uma publicação sobre as conquistas e avanços no atendimento que seria divulgada por ocasião das comemorações dos 80 anos da Associação. Indagando aos responsáveis, nos informaram da impossibilidade de conhecermos tal subsídio. Outro fato que merece destaque foi a reflexão que tivemos com a equipe da Associação a respeito da disciplina. Após a discussão representantes da equipe ficaram de apresentar, ao grupo e aos técnicos de confiança do Juízo, as regras de convivência ora empregadas no cotidiano da Instituição. Esse material nunca foi nos apresentado.

¹² No início de maio/04 haviam 276 abrigamentos na Associação, hoje a população é de 253. Isso demonstra o empenho da equipe de serviço social que construiu um instrumento de trabalho responsável e de qualidade, a partir das premissas da Ordem de Serviço da 3ª VIJ.

¹³ Projeto Casas de Convivência. DT 02. Febem/SP.

¹⁴ Artigo 92, inciso VII: “evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados”.



Estas considerações são detalhadas não para tomarmos como ponto de partida a negatividade do atendimento, mas para que reflitamos¹⁵ sobre as referências desta instituição de abrigo no passado e no presente.

No passado, as instituições que acolhiam crianças, como hoje, ofereciam ‘asilos’ ou ‘abrigo’ para crianças órfãs ou abandonadas (física e moralmente), em geral porque as famílias não tinham recursos para mantê-las; eram os ‘lares’, ‘educandários’, ‘internatos para menores’, ‘orfanatos, entre outras denominações, que foram sendo incorporadas em diferentes períodos históricos.

Na história recente, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, os antigos e tradicionais orfanatos foram limitados em sua função de internar crianças e os atuais abrigos passaram a absorver parte desta população. Em tese, os internatos não deveriam existir mais¹⁶. Entretanto, pode-se perceber que várias instituições de cunho religioso e/ou de caridade permanecem funcionando dentro desta lógica de acolhimento de crianças.

Diante desse paradigma, enquanto operadores sociais precisamos refletir o atendimento na Associação Santa Terezinha, sem perder a perspectiva da sua atuação histórica e os seus méritos.

3.2. Perspectivas de superação da realidade apontada

Num primeiro momento, trata-se de estabelecer novas referências a partir das quais se possa, gradativamente, edificar uma nova estrutura, mais flexível, mais operacional e mais adequada ao atendimento de crianças e de adolescentes. Em outras palavras trata-se de buscar idéias norteadoras de um novo projeto de atendimento, a citar:

- a) A **desinstitucionalização**: aqui o foco de atenção é a tentativa de romper com algumas amarras próprias da instituição, cumprindo assim o preconizado no artigo 92 do ECA.

¹⁵ Nesse sentido nos apoiamos em Bleger: “Para poder pensar é preciso haver chegado a um nível no qual seja possível admitir e tolerar um certo volume de ansiedade, provocada pelo aparecimento da espiral, com a conseqüente *abertura* de possibilidades e perda de estereotípias, ou seja, de controles seguros e fixos. Em outros termos, pensar equivale a abandonar um marco de segurança e ver-se lançado numa corrente de possibilidades. No pensamento o objeto e o sujeito sempre coincidem, e não se pode ‘remover’ o objeto sem ‘remover’ e problematizar o sujeito; no meio de pensar está incluído o temor de passar ansiedades e confusões e ficar encerrado nelas sem poder sair. *Ansiedades e confusões são, por outro lado, iniludíveis no processo do pensar e, portanto, da aprendizagem*”. Temas de Psicologia.

¹⁶ Registramos que a Diretora foi conhecer a Fundação Antonio Antonieta CintraGordinho, em Jundiá, SP. E a equipe técnica foi conhecer o Educandário D. Duarte, da Liga das Senhoras Católicas, São Paulo, SP. Essas instituições estão passando por um processo de modificação na forma de atendimento.



b) A **provisoriamente** e a **excepcionalidade**: artigo 101, parágrafo único do ECA.

Nesse sentido, Silva¹⁷ argumenta que “desde o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, toda a ênfase tem sido dada na possibilidade de incrementar as situações de convivência familiar, ainda que em família substituta, como medida mais eficaz contra a deterioração da identidade da criança, exatamente pela compreensão de que o processo de socialização constitui o fator mais determinante para a potencialização dos comportamentos delinquentes e para a constituição da identidade criminosa”.

Afirma ainda que “a extinção dos grandes complexos de internação e a construção de unidades menores, que mais se assemelhem a condições de um ambiente familiar, são medidas que têm como pano de fundo a compreensão da necessidade de erradicação das condições institucionais que favorecem o florescimento das identidades negativas”.

A perspectiva de superação dessa realidade tem como pressupostos as bases das políticas sociais destinadas às crianças e aos adolescentes que vêm mudando significativamente nas últimas décadas. Em particular, os anos 1980 e 1990 apresentam condições favoráveis à mudanças expressivas de enfoque e ação.

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a participação de diferentes setores organizados da sociedade em defesa dos direitos da criança constituem parte importante destas mudanças, tornadas possíveis dentro do contexto de redemocratização do país. O ECA propõe novos paradigmas de atenção à infância e à juventude, tomando como base preceitos de garantia de direitos preconizadas pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, da qual o Brasil é signatário (Nações Unidas, 1989). O ECA estipula normas que visam a proteção da criança com vistas ao seu desenvolvimento integral e conclama a família, o Estado e a sociedade a proverem condições adequadas ao desenvolvimento de todas as crianças e adolescentes, sem qualquer tipo de distinção ou discriminação.

Dentro desta perspectiva, as mudanças caminham no sentido de substituir os paradigmas que até então vinham orientando políticas e ações sociais por possíveis caminhos que fortaleçam o sentido de prevenção e de integração social de crianças e adolescentes que historicamente têm permanecido à margem da sociedade¹⁸.

¹⁷ Silva, Roberto da, Os Filhos do Governo.

¹⁸ As ideias centrais das recomendações que se seguem foram desenvolvidas como parte de um projeto de consultoria prestado à Secretaria Municipal da Criança de Curitiba, no ano de 1998, relativo a alguns programas destinados a crianças e adolescentes em situação de risco (Rizzini, Bettega, 1998).



Portanto, indicamos a priori que a Associação Santa Terezinha se organize para atuar intensamente no Projeto de Reestruturação pelos próximos dois anos, tomando como princípio fundamental a avaliação como instrumento primordial para a sua ação¹⁹

3.2.1. Ampliação e reformulação do conceito de “situação de risco”.

Sugere-se englobar nesta categoria todas as crianças percebidas como vulneráveis e não somente as mais pobres. Isso implica na ampliação e na reformulação do conceito de risco. As crianças que necessitam de apoio para além daquele que seus pais podem oferecer são facilmente identificáveis no âmbito da própria família, da vizinhança e de grupos atuantes junto à população em cada comunidade.

3.2.2. Deslocar o foco: das deficiências para os potenciais.

A história da assistência à infância no Brasil revela que a ênfase tem sido sobre deficiências, desvios e problemas relacionados às crianças, criando-se categorias que as estigmatizaram e impediram o desenvolvimento de um sentido de cidadania. Nesta linha, foram criadas políticas públicas paliativas e serviços de baixa qualidade para os pobres, que contribuíram para acirrar as desigualdades sociais. Além disso, no que se refere aos principais responsáveis pelas crianças, a orientação que prevaleceu, com a anuência do poder Judiciário, foi a de retirar as crianças de seus lares e comunidades em detrimento de programas de apoio aos pais para que pudessem cuidar de seus filhos.

Se o desejo é combater estas tendências e disparidades, há que se investir nos potenciais, tanto das crianças e dos adolescentes, quanto de seus pais ou responsáveis, valorizando-se o fortalecimento dos laços parentais²⁰.

¹⁹ Marino no Manual de Avaliação de Projetos Sociais indica que “é preciso que se planeje a partir da avaliação das necessidades e dos recursos disponíveis, enfocando o contexto político, social e econômico do público-alvo e aumentando, assim, as chances de que as intervenções sejam aceitas pelos líderes da comunidade e organizações locais. Portanto, antes mesmo de se implementar a primeira ação do projeto, deve-se fazer a primeira atividade avaliativa do projeto. Durante a implementação, alguns momentos avaliativos precisam ser previstos por meio da avaliação de processo. Por fim, uma terceira etapa avaliativa deve ser programada, a avaliação de resultados”.

²⁰ Ver, neste sentido, o Projeto “ELOS: Pais em Sociedade”, coordenado pela CESPI/USU (Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância). Trata-se de um projeto nacional com diversas parcerias internacionais, de sensibilização e conscientização dos pais, redimensionando a importância do seu papel social e valorizando suas potencialidades nas relações com seus filhos, visando o fortalecimento dos elos estabelecidos entre eles. O projeto foi idealizado para responder aos anseios dos pais e da sociedade quanto à criação e educação dos filhos



3.2.3. Apoios aos responsáveis e demais envolvidos no cuidado às crianças e aos adolescentes.

É exatamente o cuidado oferecido à criança e ao adolescente em seu dia-a-dia que torna (ou não) possível o desenvolvimento integral de seus potenciais e o crescimento harmonioso que permitirá a sua integração à vida em sociedade.

Recomendam-se formas de fortalecimento do elo estabelecido com as crianças, por meio do apoio prestado no âmbito das famílias e das comunidades. Aqui novamente, a identificação de onde e como atuar pode ser facilitada com a participação de grupos nas próprias comunidades. A idéia é incentivar as estruturas de apoio já estabelecidas ou então criar estruturas de apoio onde não existirem. É importante estabelecer parcerias com instituições e grupos que vêm desenvolvendo ações de apoio nas comunidades, como as escolas, igrejas, associações de moradores, ONGs, etc.

Seria interessante a implementação de projetos que servissem de piloto em comunidades onde um significativo número de crianças e adolescentes se encontram abrigados. Esta seria na prática uma proposta de mudança de enfoque, enfatizando-se a dimensão preventiva.

3.2.4. Mudança de mentalidade e de atitudes

O que se está propondo aqui é essencialmente estimular uma mudança de mentalidade e de atitudes, hoje em pleno curso, como de fato demandam os paradigmas atuais de cidadania e respeito aos direitos humanos.

Quais seriam os caminhos? A título de exemplo, podemos citar:

- Acreditar na criança e no adolescente, investindo nas suas competências, em todos os seus potenciais;
- “Resgatar” a família²¹, investindo nas suas competências e potenciais, modificando a atitude de ressaltar deficiências e fracassos;
- Formar redes de apoio e de solidariedade. Estabelecer formas de apoio aos pais (ou pais substitutos) e à comunidade investindo nos elos antes que se deteriorem ou se rompam;

e quanto à preparação das gerações futuras e a Escola de Pais desenvolvida pela Fundação Orsa no Abrigo Municipal de Caraguatatuba, SP.

²¹ Compreendendo como família “uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso mútuo e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos”. Heloisa Szymanski. Serviço Social e Sociedade. Ano XXIII. N. 71. Especial. 2002.



- Despertar, sensibilizar e formar as pessoas para conduzir estas mudanças: todos aqueles que cuidam das crianças e dos adolescentes devem ter a oportunidade de ampliar e aprofundar seu conhecimento para terem melhores condições de exercer seus papéis de formadores de gerações de crianças – pais, educadores sociais, voluntários, comunidade, etc.

Essas mudanças implicam em rever valores e práticas que são predominantes em nossa sociedade, sem perder a perspectiva histórica do atendimento, procurando-se outros referenciais que orientem os adultos na formação das gerações atuais para que melhor se integrem socialmente e estejam mais preparadas para os desafios a serem enfrentados.

3.3. Plano Municipal de Assistência Social na Cidade de Carapicuíba²²

Considerando a complexidade que envolve a elaboração de um diagnóstico e reformulação do Plano Municipal de Assistência Social, passaremos a uma breve menção a respeito do perfil demográfico de crianças e de adolescentes; das creches; dos atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar; Unidades de Atendimento à Criança e ao Adolescente e os Programas de atenção à Família, com o intuito de que ofereça subsídios para se pensar o atendimento no abrigo a partir da realidade do território, ou seja, o Município de Carapicuíba, SP.

“O panorama geral do Município apresenta um quadro de pauperização e alto índice de demanda que recorre à assistência social: (famílias sem renda ou baixa renda, em busca de alimentação, documentação, órteses, próteses, benefícios de prestação continuada, orientação para emprego, colocação de criança em creche para poder acessar o emprego, moradores de rua em busca de alimentação, retaguarda diária e orientação de novos rumos, crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, idosos que precisam de atenção e atendimento, entre outras necessidades apresentadas no cotidiano de atendimento, seja pelas unidades de atendimento de execução direta ou de execução indireta.

Partindo do significado de que exclusão social é a impossibilidade de poder compartilhar da sociedade levando a viver da privação, da recusa, do abandono, da expulsão de parcela significativa da população, incluindo pobreza, subalternidade, não acessibilidade, não representação pública,

²² Plano Municipal de Assistência Social do Município de Carapicuíba. 2002-2005.



discriminação, é um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida e de igualdade. Neste contexto existem graus e formas de exclusão: estrutural, absoluta ou relativa, da possibilidade de diferenciação da representação integrativa.

Partindo da variável dos indicadores mencionados no Plano Plurianual de Assistência Social 2002-2005, onde indica a renda do chefe de família, o desemprego, indigência, o comprometimento da qualidade ambiental, estrangulamento na oferta de serviços sociais básicos, escolaridade das famílias (chefes de famílias) educação infantil, mortalidade infantil, nos permite, portanto destacar, através desta leitura, parâmetros que subsidiem ou instrumentalizem tal superação.

A dificuldade de acesso aos recursos, ou a própria ausência dos mesmos agravam a situação daqueles que recorrem à Assistência Social ou outros setores de atendimento à municipalidade (Saúde, Educação, Habitação, Transporte entre outros).”

3.3.1. Estimativa do contingente populacional:

FAIXA ETÁRIA	TOTAL
De 0 a 4 anos	30.931
De 5 a 10 anos	33.998
De 10 a 14 anos	33.571
De 15 a 19 anos	29.378
Total	127.878

Fonte: EMPLASA – 1.993

Estes dados nos colocam em atenção para planejar ações que contemplem esta demanda.

Em 2002 pudemos prestar atendimento à 60 crianças, para 2003, com a ampliação do espaço a proposta é de prestar atendimento à 140 crianças, considerando que já existe uma fila de espera de famílias que recorrem ao setor solicitando um atendimento de retaguarda aos seus filhos em período extra horário escolar.

O Projeto oferece atendimento às crianças encaminhadas pelo Conselho Tutelar, objetivando minimizar o impacto da situação de risco apresentada pelo contexto no qual a criança vive, porém



frente ao atendimento e complexidade do quadro apresentado pelo Conselho, apresentando a situação da criança e do adolescente no município, o projeto se vê em condições limitadas para contribuir com o enfrentamento da realidade constatada, pois nosso orçamento nos limita a caminhar de forma tímida e gradativa na expansão de vagas.

3.3.2. Setor de creches

“O Setor gerencia o atendimento a crianças de 0 a 04 anos em estreita relação com a Secretaria de Educação, considerando que em 1998/1999 o município cumpriu exigências da LDB, e passou a responsabilidade para a mesma, ficando com o gerenciamento da área.

O Município possui hoje 07 (sete) creches municipais, atendendo um total de 750 (setecentos e cinqüenta) crianças na faixa etária de 06 meses a 04 (quatro) anos incompletos, na modalidade de berçário e maternal.

As unidades encontram-se localizadas em bairros, considerados de maior concentração demográfica na referida faixa etária.

As crianças atendidas são provenientes de famílias carentes, cujas mães necessitam trabalhar fora para contribuir ou ser a fonte provedora do orçamento familiar.

O setor de creches passou por um processo de mudança significativa em 1998, visando se adequar às exigências da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96).

Com a implantação da LDB o atendimento de crianças de 0 a 04 anos incompletos passou a ser denominado de Educação Básica e o atendimento a crianças de 04 a 06 anos e 11 meses, Educação Infantil, exigindo adequação do atendimento prestado pelo setor público, bem como por entidades sociais que trabalham com essa faixa etária.

A adequação refletiu no número de atendidos da seguinte forma:

Tabela de Vagas em Creches Públicas

ANO	N.º ATENDIDOS
1998	1700 crianças
1999	750 crianças

FONTE: SETOR DE CRECHES -SEPS-/PMC



21

Os dados acima demonstram a defasagem no atendimento que já enfrentava um déficit de vagas, visto que dados da EMPLASA já apontavam um contingente de 30.931 crianças na faixa etária de 0 a 04 anos, residentes em Carapicuíba em 1.993.

Quadro demonstrativo da demanda atendida e reprimida do setor de creches

Unidade/Creche/Bairro	Crianças Atendidas	Crianças inscritas (espera de vagas)
Thomázia A. Montoro Vila Silviana	135	403
Algodão Doce Jd. São Daniel	165	367
Peter Pan Cohab II	101	302
Floresta Encantada Parque Jandaia	147	207
Arco-Íris Vila Lourdes/Sul Americana	74	218
Mundo Mágico Jd. Novo Horizonte	76	140
Sítio do Pica Pau Amarelo Aldeia	42	118
Total	740	1.755

Capacidade de atendimento: 710 crianças
Atendimento realizado: 740 crianças
Fonte: Setor de Creches - SEPS/PMC

Encontra-se em andamento obras para inauguração de novas unidades em 2003, com objetivo de atender a necessidade de ampliação de metas, considerando o significativo número de crianças inscritas aguardando vagas.”

3.3.3. atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar

“O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Carapicuíba apresentou os dados abaixo relacionados referentes aos atendimentos, intervenção e encaminhamentos realizados no período de 1995 a 2000, refletindo a situação em que se encontram nossas crianças e adolescentes, lembrando que estes dados se referem aos casos que de alguma forma chegaram ao Conselho Tutelar.



Demonstrativos dos casos atendidos

I - Problemas Relacionados à Família							
a) Violência Doméstica	1995	1996	1997	1998	1999	2000	TOTAL
Espancamento	14	25	26	58	87	111	321
Abuso Sexual	6	11	13	20	13	6	69
Prisão Domiciliar	1	2	0	7	0	0	10
Queimadura	0	0	0	1	0	0	1
b) Problemas Sociais	1995	1996	1997	1998	1999	2000	TOTAL
Exploração (escolas)	5	6	0	0	3	0	14
Negligência familiar	6	22	168	641	92	37	966
Desestrutura familiar	16	43	125	226	279	49	738
Abandono intelectual	5	5	11	11	1	1	34
Exploração de trabalho infantil pela família	0	1	0	0	1	1	3
Abandono material	15	24	37	36	11	12	135
Situação Civil Irregular – Guarda	0	8	15	57	67	43	190
Situação Civil Irregular - Certidão de Nascimento	20	15	28	66	54	30	213
Criança em situação de rua	3	3	4	5	0	3	18
Reintegração escolar	0	11	46	167	24	17	265
Família em dificuldades sócio-econômica	7	3	16	72	91	21	210
Medida de proteção - creche	4	13	30	79	47	35	208
Reintegração familiar	1	6	4	14	3	3	31
Medida de proteção – abrigo	1	6	18	25	5	7	62
Desabrigamento					2	5	7
Encaminhamento Pré Escola					11	12	23
Abandono de Incapaz					0	1	1
SUB - TOTAL	104	204	141	1485	791	394	3519
III - Abusos diversos fora do âmbito familiar							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	TOTAL
Agressão	2	4	0	16	2	1	25
Exploração de trabalho infantil	0	1	2	1	0	0	4
Abuso de autoridade	0	1	0	3	0	0	4
SUB -TOTAL	2	6	2	20	2	1	33
IV - Problemas Relacionados a Saúde Física e Mental							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	TOTAL
Dificuldade de aprendizagem	2	3	3	10	5	1	24
Problemas de saúde diversos	0	6	19	76	27	26	154
HIV +	0	0	1	2	0	0	3
Deficiente físico ou mental	0	4	7	6	41	16	74
SUB -TOTAL	2	13	30	94	73	43	255



V - Outros atendimentos							
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	TOTAL
Crianças de outros municípios recambio	10	15	13	50	8	3	99
Fiscalização em entidades	2	2	1	2	5	1	13
Orientação	5	12	11	99	75	14	216
Denúncias infundadas	5	14	9	17	8	2	55
Acompanhamento					8	11	19
Evasão Escolar por Negligência					152	195	347
Evasão Escolar por Problemas de Saúde					19	5	24
Evasão Escolar por Gravidez Precoce					14	2	16
SUB - TOTAL	22	43	34	168	289	233	789

TOTALIZAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	1999	2000
I - Problemas Relacionadas a Família	104	204	541	1485	791	394	3519
II - Problemas de Conduta da criança ou adolescente	100	160	323	725	227	120	1655
III - Abusos Diversos fora do âmbito familiar	2	6	2	20	2	1	33
IV - Problemas relacionados a saúde física e ou mental	2	13	30	94	73	43	255
V - Outros atendimentos	22	43	34	168	289	233	789
TOTAL	230	426	930	2492	1382	791	6251

Fonte: Conselho Tutelar de Carapicuíba 2.001



3.3.4. Unidades de atendimento à criança e ao adolescente

Instituição	Tipologia	Faixa Etária	Número de Atendidos	Natureza Pública	Natureza Privada
Aconchego	Criança Adolescente	07 a 14	57	X	
Centro Social Sta Rita de Cassia-Com. V.Dírce	Adolescente	13 a 24	266		X
Com. Kolping Aldeia de Carapicuíba	Criança Adolescente	07 a 16	60		X
Com. Kolping São Paulo Apostolo	Criança Adolescente	07 a 16	30		X
Com. Kolping Sul América	Adolescente	12 a 18	50		X
Gêmio Verde	Criança Adolescente	7 a 18	250		X
Com. Kolping Vila Menk	Criança Adolescente	7 a 16	15		X
Casa da Gente	Criança Adolescente	7 a 18	600		X
Lar do Menor de Carapicuíba	Criança Adolescente	7 a 18	150		X
Associação Santa Terezinha	Abrigo	0 a 18 anos	420		X
Lar do Menor de Carapicuíba	Abrigo	04 a 18 anos	25		X

3.3.5. Programa de atenção à família

Programa Família no Município de Carapicuíba, no que se refere a linha de ação direta com os familiares através de repasse de recursos financeiros e desenvolvimento de ações para geração de renda, com o apoio da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS, encontra-se em desenvolvimento sob a responsabilidade direta da Secretaria de Promoção Social, sendo os Programas RENDA CIDADÃ e PROGRAMA FORTALECENDO A FAMÍLIA, porém o município conta ainda com uma rede prestadora de serviços, de execução indireta, com trabalhos sócio-educativo contando com as unidades mencionadas abaixo:



25

As Entidades abaixo relacionadas desenvolvem trabalho sócio educativo com famílias:

Instituição	Número de Atendidos	Natureza Pública	Natureza Privada
Comunidade Kolping Aldeia	15		X
Centro Social Santa Rita de Cássia – Kolping Vila Dirce	90		X
HIVIDA	13		X
Centro de Apoio e Solidariedade AIDS Casa	85		X

“No conjunto de ações desenvolvidas no Município podemos observar que a rede de solidariedade que se forma para enfrentar a situação de pobreza e vulnerabilidade social, com a rede de proteção constituída atualmente, considerando o diagnóstico apresentado, a demanda para a Assistência Social é maior do que a rede instalada pode absorver e projetos serão desenvolvidos para buscar redução entre demanda e oferta de serviços, o que nos limita é a condição de cidade dormitório com uma captação de recursos, para compor o orçamento público, bastante prejudicado, gerando um déficit maior do que a arrecadação, e tornando-se necessária uma implementação do incentivo do Estado e União, através dos convênios e subsídios para que o município possa enfrentar com dignidade a situação de carência e exclusão social em que nossa população se encontra.”

3.4. A Medida de Proteção Abrigo

O acolhimento em abrigo, conforme trata o Estatuto da Criança e do Adolescente, é uma medida provisória e excepcional, com caráter transitório com a finalidade de posterior retorno à família de origem ou para colocação das crianças e adolescentes em famílias substitutas (guarda ou adoção). Não implica, sob nenhuma hipótese, a privação de liberdade. (Artigo 101 § único - ECA).

O abrigo deve possuir capacidade e condições necessárias para acolher qualquer criança e adolescente que precise de apoio e proteção conforme trata o Artigo 92 - ECA, que determina princípios e critérios orientadores da medida de abrigamento.

O objetivo da medida é abrigar provisoriamente crianças e adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de zero a 17 anos e 11 meses, priorizando o restabelecimento ou fortalecimento dos



26

vínculos familiar e comunitário, buscando garantir-lhes seus direitos sociais básicos e prevenir seu abandono.

3.4.1. Princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente²³

- I. Preservação dos vínculos familiares;
- II. Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III. Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV. Desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V. Não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI. Evitar sempre que possível a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII. Participação na vida da comunidade local;
- VIII. Preparação gradativa para o desligamento;
- IX. Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Parágrafo único: O dirigente da entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

3.4.2. Diretrizes Básicas de Atendimento em regime de abrigamento²⁴

- Assegurar às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade, proteção e acolhimento temporário²⁵;

²³ Artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

²⁴ Muitas destas diretrizes necessitam de apoio, parcerias, convênios para que se efetivem. As possíveis parcerias podem se efetivar por meio de contratos, protocolos, convênios, etc.

²⁵ Considerando a complexidade e a singularidade de cada criança e adolescente não é possível definir um tempo limite de permanência no abrigo. A diretriz aponta que o abrigamento deve ser condição temporária, deste modo o desligamento será consequência de uma mudança efetiva nas condições objetivas que levaram a situação



27

- Promover recepção digna e afetiva à criança e ao adolescente que necessitem ser abrigado;
- Garantir o atendimento em pequenas unidades;
- Assegurar ambiente favorável ao desenvolvimento da criança e do adolescente, independentemente do tempo de permanência e ou de suas condições pessoais;
- Orientar adequadamente crianças e adolescentes sobre sua condição de abrigado, observando o seu nível de compreensão;
- Garantir cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;
- Prover vestuário e pertences individuais suficientes e para cada criança e adolescente. Os abrigos devem assegurar a individualidade traduzida no uso de objetos e vestuários pessoais;
- Oferecer alimentação suficiente e adequadas para as crianças e adolescentes;
- Manter registros individuais de cada criança e adolescente, da família, dos motivos pelos quais estão abrigados, dos atendimentos recebidos e demais informações, resguardando sua identificação e individualidade;
- Implementar ações sistemáticas para o restabelecimento e/ou preservação dos vínculos familiares;
- Providenciar os documentos necessários para o exercício da cidadania: certidão de nascimento, carteira de identidade, etc.;
- Prestar acompanhamento singular e personalizado a cada criança e adolescente através da elaboração de um plano de atendimento;
- Assegurar o acesso às atividades psicopedagógicas e à escolarização, oferecendo oportunidades à profissionalização e iniciação ao mundo do trabalho;

de vulnerabilidade e deverá ser realizado de acordo com encaminhamentos legais e criteriosa avaliação do período em que a criança ou adolescente permaneceu no abrigo.



28

- Promover a frequência em atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, preferencialmente nos serviços existentes na comunidade, possibilitando o convívio social;
- Manter programas de apoio e acompanhamento às crianças e aos adolescentes que saem do abrigo;
- Funcionar diariamente, em regime de 24 horas ininterruptas, de ambos os sexos, na faixa etária de zero a 17 anos e 11 meses;
- Acolher crianças e adolescentes através de encaminhamentos feitos pela Vara da Infância e da Juventude e Conselho Tutelar do município de Carapicuíba.



29

IV – OBJETIVOS:

4.1. GERAL:

“Garantir o processo de inclusão social das crianças e adolescentes excluídos da convivência sócio-familiar, através do acolhimento provisório e da recomposição dos vínculos familiares”²⁶.

4.2. ESPECÍFICOS:

- Realizar o Projeto de Reestruturação no atendimento da Associação Santa Terezinha;
- Instaurar os procedimentos de acompanhamento do Projeto de Reestruturação no atendimento da Associação Santa Terezinha, por meio da formação de uma Comissão Interinstitucional²⁷, indicada e coordenada pela Presidente da Associação;
- Efetivar e ampliar as parcerias por meio de contratos de cooperação técnica, científica e financeira;
- Efetivar e modernizar a gestão do abrigo;
- Instalar a ação inter, multi e transdisciplinar entre as áreas de atendimento da assistência social, da psicologia, da saúde e da educação;
- Construir o planejamento estratégico²⁸ do atendimento respeitando-se as singularidades do atendimento cotidiano do abrigo; a educação (creche, educação infantil, ensinos fundamental, médio e superior), a saúde e a formação humana e religiosa.

²⁶ Marco Referencial de Atendimento em Abrigo da Pastoral do Menor – CNBB.

²⁷ Sobre a Comissão Interinstitucional trataremos no item 4.2.1. deste Projeto.

²⁸ Sobre o Planejamento estratégico trataremos no item 4.2.2 deste Projeto.



4.2.1. Comissão Interinstitucional

Ao analisarmos a trajetória histórica do atendimento às crianças e aos adolescentes abrigados na Associação Santa Terezinha se observa que as parcerias existentes são importantes para a sobrevivência institucional.

Diante da premissa instalada pela Ordem de Serviços da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Carapicuíba e a necessidade de que a Associação Santa Terezinha continue e amplie a sua forma de gestão, se sugere que seja formada uma Comissão Interinstitucional.

A proposta da Comissão Interinstitucional surgiu a partir de reflexões com o Juízo da 3ª VIJ, Ministério Público, Associação Santa Terezinha, Supervisor Institucional e diversos parceiros.

Portanto indicamos que a Comissão Interinstitucional seja formada a partir das seguintes premissas:

- A Comissão terá por objeto principal comprometer-se e colaborar com a Associação Santa Terezinha na efetivação do Projeto de Reestruturação ora apresentado como subsídio inicial;
- A coordenação da comissão será da Presidência da Associação Santa Terezinha;
- A indicação dos membros será por meio de convite da Presidência da Associação Santa Terezinha;
- A Comissão poderá ser formada por treze membros: Presidente da Associação Santa Terezinha; 1 Voluntário; 1 Benfeitor; 1 Prefeitura Municipal de Carapicuíba; 1 Juízo da VIJ de Carapicuíba; 1 Ministério Público de Carapicuíba; 1 Fundação Orsa; 1 Pastoral Social; 1 Conselho Tutelar de Carapicuíba, 1 Universidade e 3 funcionários da Associação Santa Terezinha;
- Cada representante titular acima mencionado poderá ter um suplente que participará das reuniões somente na ausência do titular;
- A Presidente da Comissão contará com o apoio de uma secretária e a participação de duas Irmãs da Congregação das Filhas de Nossa Senhora de Stella Maris, a sua escolha;
- A Comissão terá caráter consultivo e não deliberativo;
- A Comissão respeitará o Estatuto Social da Associação Santa Terezinha;
- A Comissão terá uma agenda fixa, com reuniões quinzenais de quatro, no primeiro trimestre de 2005, com início na segunda quinzena de janeiro/2005;



- As reuniões deverão ser registradas em atas assinadas pelos respectivos representantes.
- A Associação Santa Terezinha deverá enviar o relatório mensal da Comissão à Vara da infância e da Juventude para compor o Processo de Reestruturação nº 217/04.

4.2.2. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico precisa priorizar o atendimento cotidiano no abrigo, preocupando-se, prioritariamente com as regras de convivência, com a formação continuada dos funcionários e o início de um projeto de cargos e salários, respeitadas as reais condições da Organização Social.

O Planejamento precisa ser construído não como mera formalidade, mas com a participação de todos os funcionários, crianças, adolescentes e a Comissão Interinstitucional.

Considerando o tempo, sugerimos que a coordenadores das residências, voluntários, equipe técnica e direção, apoiados pela Comissão Interinstitucional, construam o planejamento do primeiro semestre/2005 e com uma participação ampliada construam o planejamento do segundo semestre/2005. Sugerimos que o Planejamento do primeiro semestre seja efetivado até o final de fevereiro/05 e o do segundo até o final de junho/2005.

Nesse planejamento devemos considerar os seguintes aspectos:

- Possibilitar o atendimento que respeite a singularidade da criança e do adolescente;
- Manter e/ou recuperar o contato com o meio em que viviam: família, grupo social e comunidade;
- Construir um ambiente saudável de convivência onde ocorra a valorização pessoal e o resgate da autonomia;
- Propiciar condições favoráveis para a manutenção dos vínculos de parentesco (irmãos e primos);
- Atender às necessidades bio-psico-sociais das crianças e dos adolescentes, respeitando as características de suas fases de desenvolvimento;



32

- Promover a desinstitucionalização das crianças e dos adolescentes abrigados na Associação Santa Terezinha, na cidade de Carapicuíba e possível recâmbio àqueles advindos de outras Comarcas;
- Agilizar o trabalho de desligamento das crianças e dos adolescentes, concentrando esforços técnicos no trabalho com famílias;
- Agilizar criteriosamente a verificação de crianças e de adolescentes aptos à propositura de ação de destituição do poder familiar com vistas à adoção ou guarda²⁹;
- Promover atividades efetivas, eficientes e eficazes que integrem as crianças e os adolescentes à comunidade e vice-versa.

²⁹ “De acordo com a legislação, a carência socioeconômica não justifica o suposto ato de abandono ou negligência. Dessa forma, nas manifestações dos diversos operadores da justiça e nas sentenças de destituição do pátrio poder, as referências a abandono e negligência para justificar tal medida não explicam tal carência como causa, mas deixam implícito, por vezes, a culpabilização pessoal da mãe e/ou do pai, situada no plano moral. As desigualdades de classe, a espoliação social, as questões de gênero subjazem a esse enfoque, que também leva em conta o ‘superior interesse da criança’ que, muitas vezes já foi afetada em seu desenvolvimento pelo abandono social ao qual sua família foi relegada”. Fávero, Eunice Teresinha. Rompimento dos vínculos do pátrio poder: condicionamentos socioeconômicos e familiares. São Paulo: Veras Editora, 2001.



V - METODOLOGIA

A metodologia utilizada será a pesquisa³⁰ considerando o planejamento, como um processo contínuo e dinâmico, que apresenta resultados, levando à elaboração de planos, programas ou projetos ocasionais, de prazo limitado.

Segundo Baptista³¹, nesta metodologia o movimento de reflexão-decisão-ação-reflexão que caracteriza o planejamento, vai realizando concomitantemente as seguintes aproximações:

- Construção / reconstrução do objeto;
- Estudo da situação;
- Definição de objetivos para a ação;
- Formulação e escolha de alternativas;
- Montagem de planos, programas e/ou projetos;
- Implementação;
- Implantação;
- Controle de execução;
- Avaliação do processo e da ação executada;
- Retomada do processo em um novo patamar.

Considerando que a realidade cotidiana do abrigo na Associação Santa Terezinha é dinâmica e, também que o processo para apreendê-la se faz por sucessivas aproximações, não existe um momento no qual se possa dizer que se tenha perfeitamente delineado e delimitado o objeto para propor a intervenção almejada no projeto de Reestruturação do Atendimento.

³⁰ "Se orienta por um sistema de comunicação dialógica entre pesquisadores e grupo social para a produção de um novo tipo de conhecimento que favorece a orientação da ação em um determinado contexto. Não existe um sujeito e um objeto de pesquisa, todos são sujeitos, participando ativamente para um determinado fim (Sato, 1997). http://www.reasul.univali.br/tendenciasEA_michele.htm

³¹ Baptista, Myriam Veras. Planejamento Social.



34

Baptista³² afirma que o objeto da intervenção “vai se construindo e reconstruindo permanentemente no decorrer de toda a ação planejada, em função de suas relações com o contexto que o produziu, sendo modificado e modificando-o permanentemente.

Nesse processo de construção, tendo por objetivo a explicação e a superação dinâmica do objeto, o planejador vai aprendendo suas diferentes dimensões e detectando espaços de intervenção que irão permitir uma ação mais efetiva sobre a problemática e, a partir de sua problematização, sobre as questões que o determinam. São referências para esse movimento: a área de interesse (de demanda), suas determinações e a dinâmica de sua conjuntura; o âmbito da reconstrução, seus limites e possibilidades; a visão de mundo e os estereótipos das pessoas que ocupam posições nos sistemas de relações sociais ligados à área de interesse; e o conhecimento acumulado e em processo sobre a questão.

Na prática, a (re)construção do objeto da ação profissional é um processo que envolve operacionalização das demandas institucionais, das pressões dos usuários e das decisões profissionais. Uma vez que a intervenção e o planejamento da ação do profissional se realizaram primordialmente nas instituições, é a demanda institucional o ponto de partida e o ponto de referência para essa construção e para o planejamento de intervenção. Isso não implica a redução da decisão e da ação aos limites institucionais, mas o reconhecimento de que essa demanda pode potencializar a abertura de novos espaços para enfrentamento concreto da questão a ser trabalhada.”

³²Baptista, Myriam Veras. Planejamento Social.



VI - AVALIAÇÃO³³

O Projeto de Reestruturação deverá alcançar os pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere à medida protetiva do Abrigo.

Os nove incisos do artigo 92 – ECA são os legítimos **indicadores de avaliação** do projeto a ser desenvolvido na Associação Santa Terezinha.

As crianças, os adolescentes, as famílias, os profissionais, os voluntários e os benfeitores, a comunidade e a Comissão Interinstitucional, que defendem a transformação do atendimento no grande complexo, viverão um processo contínuo de aprendizagem, buscando garantir espaços de reflexão, preparação e exercício da cidadania.

Os indicadores iniciais de avaliação poderão ser os seguintes:

- Efetiva mobilização e participação da Comissão Interinstitucional;
- Processo de formação continuada do quadro de recursos humanos;
- Preservação e resgate dos vínculos familiares;
- Não desmembramento e união dos grupos de irmãos;
- Atividades em regime de co-educação;
- Participação na vida da comunidade local e de pessoas da comunidade no processo educativo;
- Diminuição do número de crianças e adolescentes abrigados;
- Recâmbio de crianças e de adolescentes de outras Comarcas;
- Destituição do Poder Familiar.
- Adoção.

A equipe técnica e a Comissão poderão apontar, na vivência do projeto, outros indicadores visando alcançar o objetivo geral.

³³ “A avaliação está presente dialeticamente em todo o processo do planejamento: quando se inicia a ação planejada, inicia-se concomitantemente sua avaliação, independentemente de sua formalização em documentos. Não é, portanto, o seu momento final, mas aquele em que o processo ascende a outro patamar, reconstruindo dinamicamente seu objeto, objetivos e procedimentos”. Myriam Veras Baptista. Planejamento Social. Intencionalidade e Instrumentação. São Paulo. Veras Editora. 2002.



36

VII – PARCERIA

A Fundação Orsa disponibilizou os profissionais para a ação da Reestruturação do Atendimento na Associação Santa Terezinha considerando a sua missão de **“promover a formação integral de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social”**.

Neste ano a Fundação Orsa comemora seus 10 anos de atuação, tendo como filosofia a de ser “uma sementeira de propostas que, depois de testadas e aprovadas, podem ser disseminadas pela sociedade, multiplicando o seu alcance e impacto social, além de criar, influenciar e melhorar políticas públicas”.

A Ordem de Serviço da 3ª VIJ indica a Fundação Orsa com o intuito de oferecer “o aporte financeiro na contratação dos técnicos Nelson Aldá Filho e Lucilene Rosa, colocados à disposição do Juízo da Vara da Infância e da Juventude de Carapicuíba”, considerando fundamentalmente o seu acúmulo de experiências e tecnologias sociais desenvolvidas no atendimento à crianças, aos adolescentes e suas famílias.

A Fundação Orsa disponibilizou os colaboradores que estiveram disponíveis para acompanhar o desenvolvimento do Projeto de Reestruturação da Associação Santa Terezinha, contando com uma supervisão institucional com o Dr. João Clemente de Souza Neto e com a disponibilidade de outros colaboradores das diversas áreas de atuação para desempenharem tarefas pontuais contidas no Projeto: assistência social (a equipe do PROASF participou da coleta de dados dos prontuários das crianças e adolescentes abrigados) e educação (participou da reflexão sobre a formalização da educação infantil).

A Fundação Orsa, por meio de colaboradores, participou também da formação “Abrigo: História, Família e Comunidade” realizado nas dependências da Associação e promovendo um intercâmbio de atividades pontuais com a participação de colaboradores, crianças e adolescentes do Formação VII e Associação Santa Terezinha.

FUNDAÇÃO ORSA

A missão Fundação Orsa é promover a formação integral da criança e adolescente em situação de risco pessoal e social.



37

A Fundação Orsa estabelece um modelo de ação que, depois de testado e aprovado, consolida-se como um programa, uma semente. Ela pode ser disseminada por qualquer organização, tanto do setor privado como do setor público, o que multiplica o seu alcance e impacto na sociedade. Ao atuar como uma “sementeira”, a Fundação Orsa, cria, influencia e ajuda a melhorar as políticas públicas.

Instituída em 1994, a entidade tem abrangência nacional, uma sede em São Paulo (Carapicuíba) e outra no Estado do Pará (Monte Dourado). O Grupo Orsa, um dos maiores fabricantes integrados de celulose, papel e embalagens de papelão do país, investe 1% do faturamento bruto anual na Fundação Orsa. Esse compromisso garante as ações em andamento, a viabilização de estratégias e gestão e o planejamento ao longo prazo. Outro objetivo é que ele potencialize parcerias, novos recursos e soluções. Com a finalidade de produzir e promover conhecimento, formação e capacitação, uma equipe técnica especializada e multidisciplinar nas áreas de educação, saúde e promoção social direciona as ações à infância e à adolescência, família e comunidade.

O trabalho começa com a elaboração de um diagnóstico e mobilização da comunidade e voluntários, ações seguidas pelo desenvolvimento e implementação de projetos. O círculo é finalizado com a mensuração e avaliação dos resultados e possíveis correções de rumo. É assim que são definidos modelos que, depois de testados e aprovados, serão disseminados para multiplicar seu alcance e o impacto social – o objetivo da “sementeira”.

Ao criar e disponibilizar conhecimento e parceria e sintonia com governos, universidades, iniciativa privada e o Terceiro Setor, a Fundação Orsa promove a integração de uma rede com grande poder de transformação social. Esse é o diferencial da Fundação Orsa: reunir qualificação técnica, recursos, parceria e gestão.

Dentre os programas e projetos que a Fundação Orsa dispõe temos o programa CRIAR – baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente – que tem como objetivo valorizar, fortalecer e/ou resgatar os vínculos familiares de crianças e adolescentes por meio de prevenção ao abandono, no qual visa possibilitar o retorno da criança/adolescente de abrigo para a família de origem ou substituta, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária e democratizar informações relativas ao processo de adoção por meio de publicações ou em simpósios sobre o tema.



38

VIII – CRÉDITO

O Projeto de Reestruturação do Atendimento na Associação Santa Terezinha – Medida Protetiva de Abrigo - CIDADANIA: Direito à Convivência Familiar e Comunitária foi organizado pelos técnicos de confiança do Juízo da 3ª Vara da Infância e da Juventude e colaboradores da Fundação Orsa que tem por objetivo “promover a formação integral de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social”:

1. Lucilene Rosa – Assistente Social. Técnica de Confiança do Juízo da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Carapicuíba, SP.
2. Nelson Alda Filho – Filósofo, Educador. Coordenador do Projeto. Técnico de Confiança do Juízo da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Carapicuíba, SP.

Lucilene Rosa
Assistente Social

Nelson Alda Filho
Coordenador do Projeto

O Projeto de Reestruturação do Atendimento na Associação Santa Terezinha – Medida Protetiva de Abrigo - CIDADANIA: Direito à Convivência Familiar e Comunitária foi anuído, conforme Ordem de Serviço, pelas responsáveis pela Associação Santa Terezinha, para que seja subsídio para os trabalhos da Comissão Interinstitucional e funcionários.

1. Maria Cândida Metidieri – Ir. Bernadete – Presidente da Associação Santa Terezinha e Diretora do Abrigo.
2. Ir. Maria Lúcia de Souza – Secretária da Associação Santa Terezinha e Encarregada Administrativa do Abrigo.

Ir. Maria Cândida Metidieri
Presidente / Diretora

Ir. Maria Lúcia de Souza
Secretaria / Enc. Administrativa



IX – BIBLIOGRAFIA

- Constituição Federativa do Brasil.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90.
- Lei Orgânica da Assistência Social. Lei 8.742/93.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96.
- Rizzini, Irene. A institucionalização de crianças no Brasil; percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo. Loyola, 2004.
- Mariano, Eduardo. Manual de avaliação de projetos sociais. 2 ed. São Paulo: Saraiva: Instituto Airton Sena, 2003.
- Baptista, Myriam Veras. Planejamento Social; intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora; Lisboa. 2000.
- Revista Quadrimestral de Serviço Social. Famílias. Ano XXIII – nº 71 – Setembro 2002.
- Rico, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo. Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998.
- Conselhos e Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Guia para Ação Passo a Passo. Abrinq. Programa Prefeito Amigo da Criança. 2004.
- Conselhos Tutelares. Guia para Ação Passo a Passo. Abrinq. Programa Prefeito Amigo da Criança. 2004.
- Direitos da Criança e do Adolescente. Suplemento do Diário Oficial do Estado de São Paulo. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. 2000.
- Trabalhando abrigos. São Paulo: IEE/PUC-SP. 1998.
- Cadernos de Ação nº 5. Serviços de Proteção Familiar. IEE/PUC-SP. 1998.
- Os serviços financiados pela SAS: um retrato da atenção às crianças pequenas. São Paulo. IEE/PUC-SP. 1999.
- Gestão Municipal dos serviços de atenção à Criança e ao Adolescente. IEE/PUC-SP. 1998.
- Cadernos da Capacitação Técnico-Gerencial das Entidades Conveniadas ao Projeto Nossas Crianças. O abrigo como proteção especial, suas relações com a



40

- comunidade e o poder judiciário. Abrinq. Centro de Educação Comunitária para o trabalho – SENAC. 1996.
- Estatuto da Criança e do Adolescente: Um Passarinho me contou. Projeto Vida. Secretaria Municipal da Educação. São Paulo – SP. 2003.
 - Fávero, Eunice Teresinha. Rompimento dos vínculos do pátrio poder: condicionantes socioeconômicos e familiares. São Paulo: Veras Editora. 2000.
 - Pichon-Rivière, Enrique. Teoria do Vínculo. 4 ed. São Paulo. Martins Fontes: 1991.
 - Winnicot, Donald W. Privação e Delinquência. 2ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 1994.
 - Guarda Familiar: desafios e propostas. São Paulo. IEE/PUC-SP. 1994.
 - Souza, João Clemente de. Crianças e adolescentes abandonados: estratégias de sobrevivência. 2 ed. São Paulo: Arte Imprensa, 2002.
 - Guia de Adoção de Crianças e Adolescentes no Brasil. Novos caminhos, dificuldades e possíveis soluções. Márcia Regina Porto Ferreira, Sonia Regina Carvalho. Fundação Orsa. 2000.
 - Bleger, José. Temas de psicologia: entrevista e grupos. São Paulo. Martins Fontes: 1993.
 - Silva, Roberto da. Os Filhos do Governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. Editora Ática. São Paulo. 1997.
 - Ferreira, Tânia. Os meninos e a rua: uma interpelação à psicanálise. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001.
 - Lima, Lauro de Oliveira. Pedagogia: reprodução ou transformação. 2ª edição. Brasiliense. 1994.
 - Outeiral, José Ottoni. Adolescer: Estudos sobre adolescência. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.
 - Assmann, Hugo. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
 - Rizzini, Irene. Vidas nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.
 - SIGA. A Revista de Guarulhos. Ano XVI. Nº 133. Carentes sim, abandonados não. Como funcionam as casas de convivência que abrigam crianças e adolescentes.



- Maricondi, Ângela. Alda Filho, Nelson. Vários autores. Falando de Abrigo: Cinco anos de experiência do Projeto Casas de Convivência. Febem-SP. 1997.
- Bowlby, Johnn. Cuidados maternos e saúde mental. São Paulo. Martins Fontes: 2002.
- Bowlby, Johnn. Formação e rompimento de laços afetivos. São Paulo. Martins Fontes: 1997.
- Winicott, D. W. O binicar e a realidade. Rio de Janeiro. Imago: 1975.
- Costa, Antonio Carlos Gomes da. Pedagogia da Presença; da solidão ao encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1997.
- “Quem acolhe o Menor a mim acolhe”. Manual da Campanha da Fraternidade. CNBB. Brasil. 1987.
- Labanca, Luís Edmundo. Estatuto da criança e do adolescente anotado. Com remissões aos textos legais correlatos e à Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 1991.
- Kit de Formação da Pastoral do Menor. Cadernos nº 1 “A criança e a Igreja no Brasil”, 2 “História da Pastoral do Menor no Brasil”, 3 “Identidade e mística da Pastoral do Menor”, 4 “O ECA, mais que uma Lei, um compromisso”, 5 “Metodologia, caminho educativo da pastoral do menor”, 6 “Princípios e diretrizes da Pastoral do menor”, 7 “O vozeiro das Crianças na bíblia” e 8 “uma leitura a partir da criança”. Secretariado Nacional. Rua Dr. Montauray, 766. Caixa Postal 689. Caxias do Sul, RS.
- Áries, Philippe – História Social da Criança e da Família, 2 ed. – Editora Guanabara. 1981.
- Priore, Mary Del (org) – História da Criança no Brasil. São Paulo, Editora Contexto, 1991 (Coleção Caminhos da História).
- Seminário da Caridade: Presença da Igreja na cidade de São Paulo – ação social e Testemunho de Caridade e Solidariedade: Subcomissões, Entidades Sociais, Pastorais Sociais e Cáritas – Arquidiocese de São Paulo, Dioceses de Campo Limpo, Santo Amaro e São Miguel Paulista. Edições Loyola. 2002.
- Marco Referencial de Atendimento em Abrigos da Pastoral do Menor. CNBB. Brasil. Centro de Formação Talita. Pastoral do Menor Nordeste. Fortaleza, CE. 2002.



42

- Rizzini, Irene, Barker, Gary, Cassaniga, Neide. Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. Educar em revista, Curitiba, n. 15, 1999.
- Alves, Rubem. E aí? Cartas aos adolescentes e a seus pais. Papirus Editora. Campinas. SP. 1999.
- http://www.reasul.univali.br/tendenciasEA_michele.htm.
- Comunidade Lua Nova. Uma experiência de acolhimento a jovens mães em situação de risco social. Prêmio Criança 2002. Fundação Abrina. Parceria W.K. Kellogg Foundations e Blockbuster. 2002.
- Sistema Único de Assistência Social no Brasil um sistema em construção. Ministério de Assistência Social. IV Conferência Nacional de Assistência Social: por uma assistência universalizadora de direitos sociais. Brasília 2003.
- A Menina LOAS – 10 anos. Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo. São Paulo. SP Dezembro/2003.
- ECA em linguagem popular – Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Guarulhos Padre João Bosco Burnier. Julho/2000.
- Fontes para a Educação Infantil. Brasília: UNESCO. São Paulo, Cortez. Fundação Orsa. 2003.
- PAIF – Plano Nacional de Atendimento Integral à Família. Ministério de Assistência Social.
- Norma Operacional Básica de Assistência Social Avançado para a construção de descentralização e participativo de assistência. MPASS/SEAS. Brasília. Maio/2001.
- Fávero, Eunice Terezinha Fávero (coord). Perda do Pátrio Poder: Aproximações a um estado sóciodinâmico. São Paulo. Veras Editora. Fundação Orsa. 2000.
- Sakuiyama, Ana Maria. A influência da brincadeira como prática psicopedagógica na construção do ser aprendiz: crianças órfãs por abandono. Dissertação apresentado no centro Universitário FIEO, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicopedagogia, sobre a orientação do Prof. Dr. João Clemente de Souza Neto. Centro Universitário FIEO. Osasco. SP. 2001.



43

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	05
I – IDENTIFICAÇÃO.....	06
II – PÚBLICO SUJEITO.....	08
III – JUSTIFICATIVA.....	09
3.1. A realidade do grande complexo.....	10
3.2. Perspectivas de superação da realidade apontada.....	14
3.2.1. Ampliação e reformulação do conceito de “situação de risco”.....	16
3.2.2. Deslocar o foco: das deficiências para os potenciais.....	16
3.2.3. Apoio aos responsáveis.....	17
3.2.4. Mudança de mentalidade e de atitudes.....	17
3.3. Plano Municipal de Assistência Social na Cidade de Carapicuíba.....	18
3.3.1. Estimativa do contingente populacional.....	19
3.3.2. Setor de creches.....	20
3.3.3. Atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar.....	21
3.3.4. Unidades de Atendimentos à criança e ao adolescente.....	24
3.3.5. Programa de atenção à família.....	24
3.4. A Medida de Proteção Abrigo.....	25
3.4.1. Princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	26
3.4.2. Diretrizes básicas de atendimento em regime de abrigamento.....	26
IV – OBJETIVOS.....	29
4.1. Geral.....	29
4.2. Específicos.....	29
4.2.1. Comissão Interinstitucional.....	30
4.2.2. Planejamento Estratégico.....	31
V – METODOLOGIA.....	33
VI – AVALIAÇÃO.....	35
VII – PARCERIA.....	36
VIII – CRÉDITO.....	38
IX – BIBLIOGRAFIA.....	39



Carapicuíba - SP, 23 de dezembro de 2004.



FUNDAÇÃO ORSA
Criança e Vida

10.000.70619.001005
PROTEÇÃO

PROJETO

**REESTRUTURAÇÃO DO ATENDIMENTO
NA ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA
MEDIDA PROTETIVA DO ABRIGO**

VOLUME 2

Carapicuíba – Dezembro de 2004



FUNDAÇÃO ORSA
Criança e Vida

2

**EFICIÊNCIA E CRIATIVIDADE:
POR UM ABRIGO QUE BUSCA EXCELÊNCIA NAS SUAS AÇÕES.**

**Ordem de Serviço do Juízo
da 3ª Vara da Infância e da Juventude
Carapicuíba - SP**



FUNDAÇÃO ORSA
Criança e Vida

3

“A história atual das crianças e adolescentes brasileiras não é algo desintegrado dos 500 anos de Colonização, Evangelização e Desenvolvimento do Brasil. Há uma história fazendo percurso que parece desembocar sempre num mundo adulto omissos e desrespeitoso de Crianças e adolescentes”.

Pamen – CNBB.



4

APRESENTAÇÃO

Os técnicos de confiança do Juízo, desde que assumiram as atividades na Associação Santa Terezinha solicitavam, da direção e da equipe técnica, listas nominais das crianças e suas respectivas atividades: escola, oficinas, núcleo de estudo, etc.

No entanto, ao conferirmos as informações percebíamos que as listas continham informações diferentes de várias crianças, como data de nascimento, letras no nome, ora sobrenome trocado. O que preocupava-nos no sentido de que a própria organização social não tinha dados confiáveis.

Ainda nestas observações constatamos que haviam onze crianças e adolescentes abrigados sem a abertura de processo na Varas da Infância e da Juventude. Posteriormente, numa análise mais minuciosa constatamos que dezenove crianças e adolescentes estavam abrigados e não possuíam no seu prontuário ou na organização social o registro de nascimento. Documento essencial para exercer a cidadania, preconizada pela Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quando solicitávamos aleatoriamente os relatórios, de maneira geral, observávamos a precariedade das informações relativas ao cotidiano das crianças (escola, atividades, passeios, comportamento, produções, etc) e também com relação às famílias (visitas domiciliares, observação nas visitas da instituição, entrevistas, etc). Talvez essa escassez ocorresse também pelo número de reduzido de assistentes sociais e a pequena jornada de trabalho. Alguns técnicos apresentaram relatórios consistentes em relação ao cotidiano da criança e do adolescente.

Considerando estas questões os técnicos do Juízo propuseram ao Juízo da Infância e da Juventude e posteriormente à direção do Santa Terezinha a realização de uma coleta de dados utilizando-se da metodologia aplicada na pesquisa realizada na cidade de São Paulo sob a responsabilidade da AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, NCA-PUC/SP – Núcleo da Criança e do Adolescente na área de Serviço Social da PUC/SP, Fundação Orsa e Secretaria Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.

Após o entendimento da necessidade da aplicação desta coleta, que ora intitulamos EFICIÊNCIA E CRIATIVIDADE: por um abrigo que busca excelência nas suas ações, considerando



5

um dos pilares filosóficos da Associação Santa Terezinha, organizamos as atividades de maneira que participassem profissionais de fora da Instituição.

A equipe que coletou os dados foi composta por profissionais da área de psicologia, serviço social e pedagogia e que, com antecedência, foi informado ao Juízo o nome e o RG de cada profissional. A equipe era formada por profissionais da Fundação Orsa do Projeto PROASF, Ministério Público e 3ª Vara da Infância e da Juventude.

Esta atividade propunha, além da coleta de dados, formar os profissionais quanto as referências legais e históricas do atendimento no Abrigo.

A coleta de informações realizou-se nos dias 07, 08 e 09 de junho de 2004. Portanto foram realizadas as seguintes atividades:

Dia 07 – Segunda – Feira

8h – Apresentação da Diretoria da Associação Santa Terezinha.
 8h30 – Formação – Abrigo: História, Família e Comunidade.
 12h – Almoço.
 13h – Coleta de dados dos prontuários das crianças e dos adolescentes.
 17h – Encerramentos das atividades.

Dia 08 – Terça – Feira

8h – Formação de Equipe.
 9h – Coleta de dados dos prontuários e fotografia das crianças e dos adolescentes.
 12h – Almoço.
 13h – Coleta de dados sobre o cotidiano do abrigo Berçário I e II, Residências 1,2,3 e 4 e fotografia.
 17h – Encerramento das atividades.

Dia 09 – Quarta – Feira

8h – Formação de equipe.
 9h – Coleta de dados dos prontuários e fotografia das crianças e dos adolescentes.
 12h – Almoço.
 13h – Coleta de dados dos prontuários, ao cotidiano do abrigo.
 15h30 – Síntese e avaliação das atividades desenvolvidas.
 16h30h – Enceramento com a presença da direção da Associação Santa Terezinha, 3ª Vara da Infância e da Juventude e Ministério Público de Carapicuíba.

Todas as crianças e adolescentes foram fotografadas no intuito de que a organização social construa um banco de dados informatizado minimizando assim as dificuldades em prestar informações ágeis e fiéis com relação ao atendimento.



6

Os profissionais que colaboraram na coleta de dados dos prontuários observaram questões relevantes a serem observadas neste resultado:

- Foi apontada a precária informação nos prontuários, questiona-se o trabalho efetuado com as famílias para preservação dos vínculos familiares;
- Há prontuários sem documentação emitida pela VIJ para abrigamento de crianças e adolescentes. A maioria dos relatórios contidos nos prontuários são confusos.
- Percebe-se que as crianças e adolescentes não são entendidas como sujeitos de direitos, e sim como meros cumpridores de normas instituídas pela Associação;
- Nos prontuários em que se tratava da destituição do poder familiar, pode constatar a o precário acompanhamento junto a família e com a equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude, ocasionando assim a destituição;
- Foi observada a falta de lazer; as crianças passam uma certa tristeza, e que não possuem liberdade de expressão, trazendo a impressão de que são reprimidas. A maioria possui respostas muito curtas, o que se pode constatar que muitas têm dificuldades em expressar seus sentimentos;
- Os relatórios sociais são falhos, não há informações suficientes de acompanhamento das crianças e adolescentes, isto é, cada história de vida não está devidamente acompanhada, pois o prontuário é “um grande retrato” da criança e adolescente no abrigo. Isso implica em observar que as crianças não são inteiramente respeitadas nas suas fases de desenvolvimento;
- Foram encontrados relatórios idênticos no qual era alterando somente o nome da criança ou adolescente, isso nos leva a crer que eram “copiados”, não respeitando a subjetividade e a individualidade dos abrigados;
- Na maioria dos prontuários não foram encontrados relatórios que pudessem conter informações referente a entrevista com a família. Os dados referentes às crianças e adolescentes possibilitaram o acesso a significativas informações, mas em relação a seus pais as informações dos prontuários são bastante restritas.
- Um profissional da VIJ que participou da coleta de dados, enfatizou que esta pesquisa irá contribuir muito para o trabalho da equipe técnica, pois há um grande número de processos para acompanhamento que conseqüentemente não permite a ida dos



7

técnicos ao abrigo para conversar com as crianças e adolescentes. Inclui-se para troca de informações com os técnicos do abrigo. As visitas domiciliares, segundo a técnica da VIJ são efetuadas com frequência;

- Nos prontuários há muitas informações divergentes, tais como, nomes, datas de nascimento, etc;
- O coordenador do Projeto de Reestruturação comenta que não há critérios claros para se saber quais são as informações que deveriam constar nos relatórios sociais contidos nos prontuários;
- A maior parte dos relatórios solicitados pela VIJ não são atendidos de imediato. Levando até meses pra serem respondidos;
- Através dos relatórios também é possível perceber através das divergências de informações, que a equipe técnica do abrigo carece de interação e integração, numa ação inter, multi e transdisciplinar;
- Pode-se perceber um grande número de crianças e adolescentes vindas de outras regiões da Grande São Paulo e interior do Estado de São Paulo. Não há o mínimo de critério e observação da descentralização político e administrativa prevista na legislação brasileira.

Os técnicos de confiança do Juízo coordenaram esse processo e, por ora, apresentamos os dados coletados de forma sistematizada para que sejam discutidos e implementados na ação do atendimento às crianças e aos adolescentes abrigados.



I - PERFIL DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES ABRIGADOS NA ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA.

A coleta de dados na Associação Santa Terezinha ocorreu por meio da análise dos prontuários.

Ao considerarmos os grupos de irmãos, conseqüentemente os casos, informamos que foram consultados um total de cento e vinte e sete casos composto de duzentos e setenta e seis crianças e adolescentes.

Cada profissional utilizou-se, em média, uma hora e dez minutos para concluir a coleta de informações.

O instrumental utilizado para a coleta será demonstrado no final deste trabalho.

O perfil será apresentado nos seguintes aspectos:

- Sexo e idade;
- Cor da pele;
- Naturalidade e filiação no registro de nascimento;
- Abrigamento;
- Matrícula em escola;
- Visitas dos familiares;
- Processos na Vara da Infância e da Juventude.



1.1. Sexo e idade.

A análise de características dos abrigados por meio dos prontuários indica que 52% é do sexo masculino e 48% do feminino.

No estudo dos prontuários a maior incidência etária é dos 6 aos 15 anos, isto é, na idade que corresponde à frequência ao ensino fundamental, indicando o predomínio de crianças e adolescentes. Isto significa que a maioria dos abrigados estão na fase da vida de formação do ensino fundamental. Vale refletir, portanto, a questão das medidas de proteção, artigo 101 do ECA, principalmente no que se refere a vagas nas escolas e educação infantil (incluindo preferencialmente as creches). Talvez este fato é que colabore com a permanência dos modelos de abrigos/internato, que se consideram serviços da área da educação e não da assistência social; o da proteção integral da criança e do adolescente. Entendem-se mais como colégios internos, educandários, com vistas às próprias famílias em férias, festividades e eventualmente nos finais de semana.

Quando refletimos sobre o cotidiano observamos que a Associação está dividida em cinco residências: o berçário na idade de 0 a 2 anos - misto; a residência 1 de 3 a 6 anos - misto; a residência 2 de 11 a 17 anos – meninas; a residência 3 de 7 a 10 anos misto e a residência 4 de 11 a 17 anos – meninos.

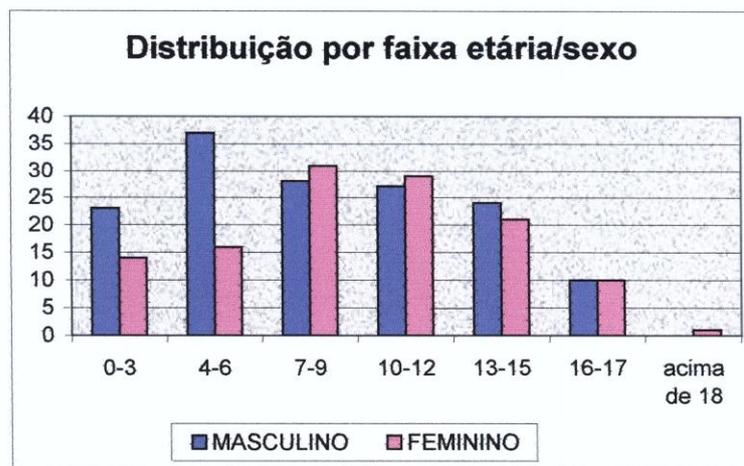
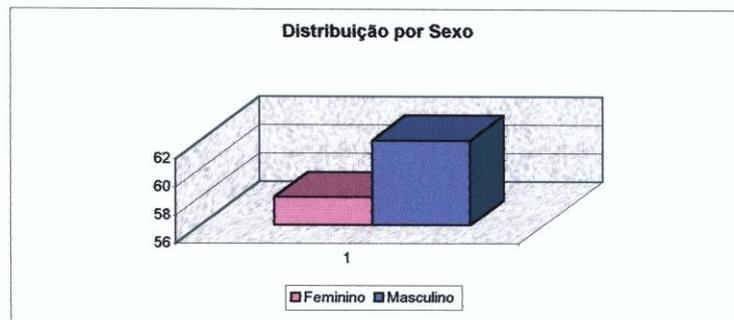
Essa questão nos mostra o quanto é necessário investir num projeto de co-educação, intensificando a urgência de atividades de formação integral às crianças e aos adolescentes abrigados.

As atividades do cotidiano devem apresentar maior criatividade e interação entre as crianças, adolescentes, principalmente quanto forem irmãos, primos, etc. A faixa etária não é condição em si mesma para o desenvolvimento.



FUNDAÇÃO ORSA
Criança e Vida

10





1.2. Cor da pele.

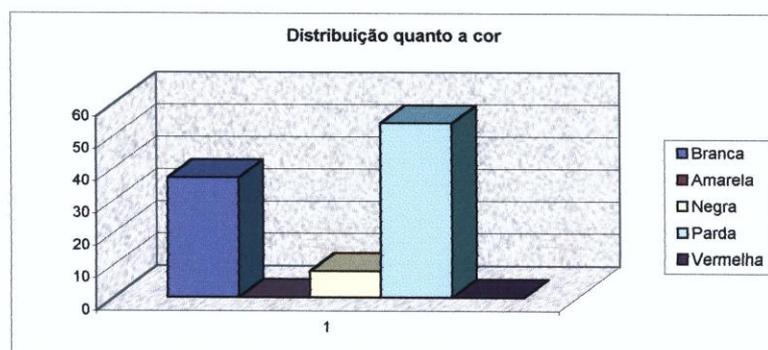
Constatou-se que 44% das crianças e dos adolescentes são pardos, 30% são brancos e 26% são negros.

Isto revela que os de etnia negra possivelmente afrodescendentes, representam 70% da amostragem coletada.

Não foi identificado com ascendência indígena (cor vermelha) e a ausência de crianças de ascendência oriental (cor amarela).

Partindo da constatação de que a maioria é afrodescendente pode ser um indicativo de que, crianças e adolescentes negros permaneçam mais tempo abrigados. Conforme apontado em estudos, uma das possíveis razões que levam crianças afrodescendentes a permanecerem por mais tempo no abrigo pode estar relacionada às dificuldades de serem recebidas por famílias adotivas, mesmo quando se trata do seu próprio grupo racial.

Nestas questões podemos observar o quanto às questões históricas da criança negra no Brasil ainda estão presentes. A Lei do Ventre Livre (1871) facilitou o abandono, pois não previa o problema prático da saúde, da educação e do abrigo. A realidade das políticas pública aponta a mesma problemática, principalmente quanto às crianças negras, empobrecidas, etc.





1.3. Naturalidade e filiação no registro de nascimento.

A análise dos dados apontou que 50% são nascidos na cidade de São Paulo e municípios da Grande São Paulo, 30% no interior do Estado de São Paulo e 20% de outros Estados.

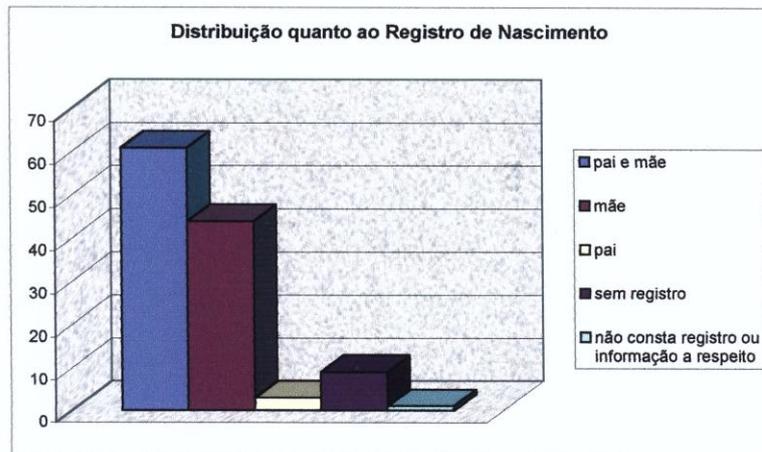
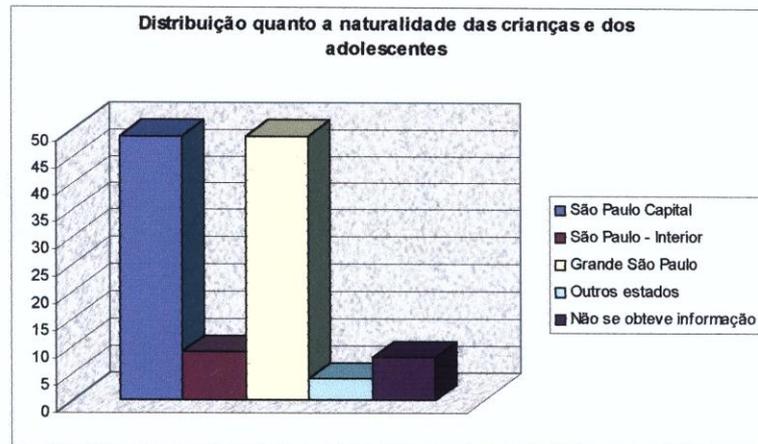
No aspecto da naturalidade deve-se observar prioritariamente o local de moradia da família, pois para se romper com o atendimento num grande complexo é preciso primeiro observar a realidade local, pois o abrigo é visto no âmbito territorial do município. O Plano de Assistência Social Municipal é um grande instrumento para esta análise.

A maioria das crianças e dos adolescentes abrigada na Associação Santa Terezinha tem registro de nascimento. Em dezenove prontuários (12%) não constavam tais documentos. Foi solicitado ao abrigo que providenciasse tal documentação. Até a conclusão deste trabalho podemos afirmar que 90% dos registros foram providenciados pela organização social.

Uma parcela considerável (36%) tem o reconhecimento apenas da figura materna. Entretanto, a falta de dados, em especial sobre o pai no histórico da criança pode indicar a ausência da figura paterna na vida cotidiana de grande parte daqueles que vivem nos abrigos, embora conste o nome do pai no registro.

Em 2% dos prontuários pesquisados foram encontrados os registros somente no nome do pai.

Neste aspecto é preciso não esquecer que as mulheres chefes-de-família costumam ser também 'mães-de-família': acumulam uma dupla responsabilidade de assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes. Vale refletirmos, numa ação de Reestruturação, que a dimensão da pobreza se aprofunda quando vinculamos monoparentalidade, sexo e etnia. São as famílias monoparentais chefiadas por mulheres negras aquelas que representam a parcela com menores condições de oferecer cuidados básicos para seus filhos. Portanto, a monoparentalidade e a pobreza acabam por fortalecer-se muito mais na adjetivação dessas famílias como vulneráveis ou de risco do que como potencialmente autônomas.





1.4. Abrigamento.

Quanto ao tempo de abrigamento:

- 36% vive na condição de abrigado acima de 4 anos;
- 18% de 03 a 04 anos;
- 15% de 02 a 03 anos;
- 13% de 01 a 02 anos;
- 9% de 6 meses a 01 ano;
- 3% até 6 meses;
- 6% não obteve a informação.

Esses dados confirmam o quanto a Associação precisa caminhar para um processo de provisoriedade e excepcionalidade previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Entendendo inclusive que há fatores inter e extra instituição.

Na solicitação de abrigamento a maior incidência é por meio de alguma instituição, seguidamente por parte da mãe, pai e outros familiares. É forte a noção das famílias cujos filhos estão abrigados nesta instituição de que estão ali para serem educados. No entanto, esta visão também está permeada em alguns setores de profissionais e do voluntariado.

O Poder Judiciário é o maior executor da medida de abrigo, seguido pelo Conselho Tutelar.

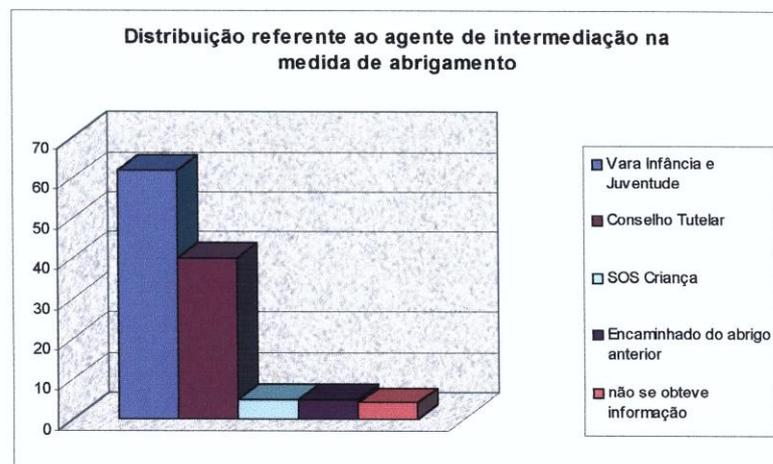
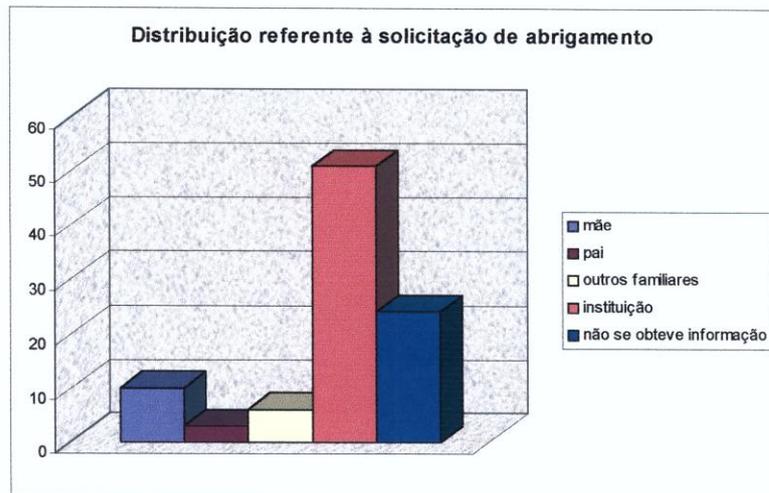
Os motivos que levam o Juízo a determinar a medida é a constatação ou o risco da violação dos direitos sendo:

- 30% por negligência nos cuidados com a criança e o adolescente;
- 20% pela insuficiência econômica da família;
- 17% pela presença de violência doméstica, maus tratos e abuso sexual.

Em alguns casos de abrigamento deveria ser aplicada a medida protetiva de apoio sócio-familiar, pois a maior incidência de abrigamento ocorre pela insuficiência econômica da família, que por vezes pode ser caracterizada como negligência.

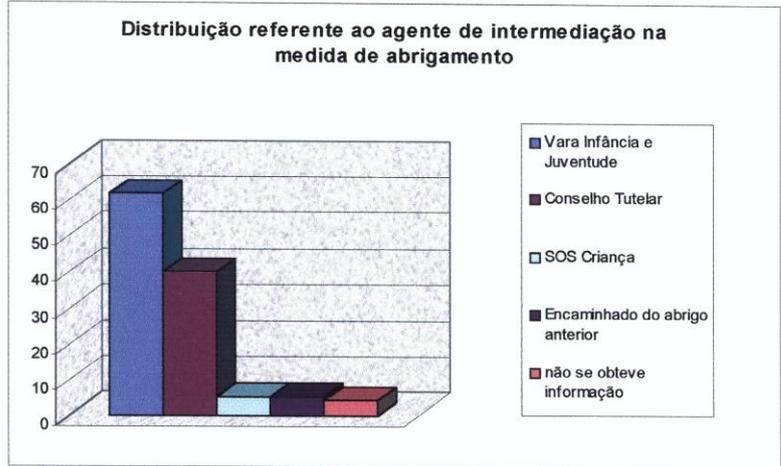
É importante ressaltar que 80% das crianças e dos adolescentes passaram por outra instituição de abrigo.

Também é relevante informar que 75% possuem irmão abrigados na Associação. Por um lado este fato é positivo, mantendo o vínculo e evitando o desmembramento de irmãos (Artigo 92 do ECA). Por outro, sabemos que as crianças e os adolescentes são divididos por faixas etárias distintas ou por sexo, por atividades cotidianas como almoçar, missa, alguns passeios, etc. As atividades pedagógicas cotidianas oferecem pouquíssimas possibilidades de integração.

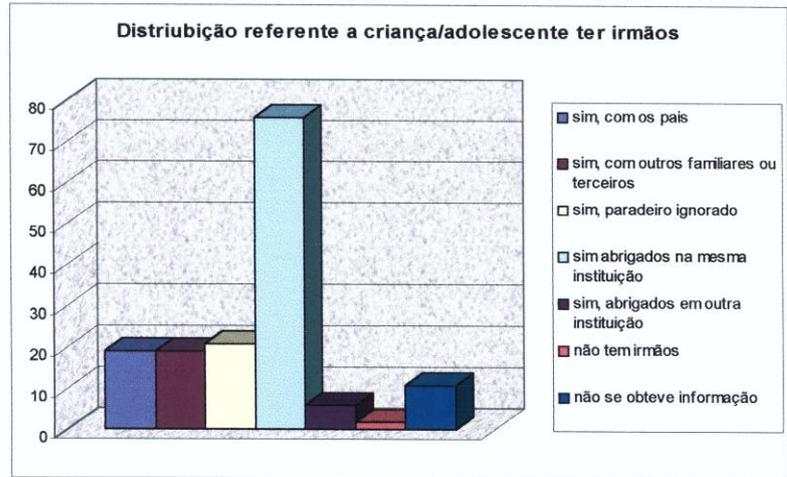




Distribuição referente ao agente de intermediação na medida de abrigo



Distribuição referente a criança/adolescente ter irmãos





1.5. Matrículas nas escolas.

A 88% das crianças e dos adolescentes estão matriculados na rede escolar, sendo:

- 56% no ensino fundamental;
- 14% na educação infantil;
- 10% no ensino médio;
- 8% são aqueles que não freqüentam a escola, pois estão em idade de atendimento em creche.

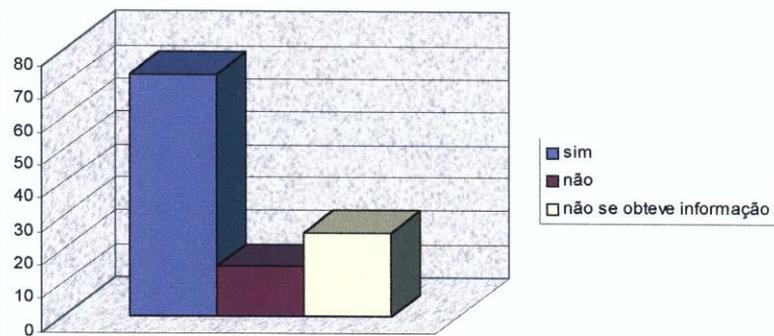
Algumas crianças e adolescentes apresentam deficiência mental, por isso não freqüentam a rede escolar. Essas crianças possuem o atendimento de saúde especializado e são encaminhadas para avaliações neuro-psicológicas na rede de atendimento do município de Carapicuíba. No entanto, faltam atividades de inclusão e educativas visando o desenvolvimento destas e dos que com ela convivem: crianças, adolescentes, funcionários, voluntários, família e comunidade.

O Núcleo Infantil oferece o atendimento regular na pré-escola, porém, a atividade não é oficializada pela Secretaria Municipal da Educação Municipal, por questões da própria organização social. Este é um aspecto que precisa ser observado e encaminhado com certa prioridade, visando inclusive, e se possível, a comunidade do entorno da Associação.

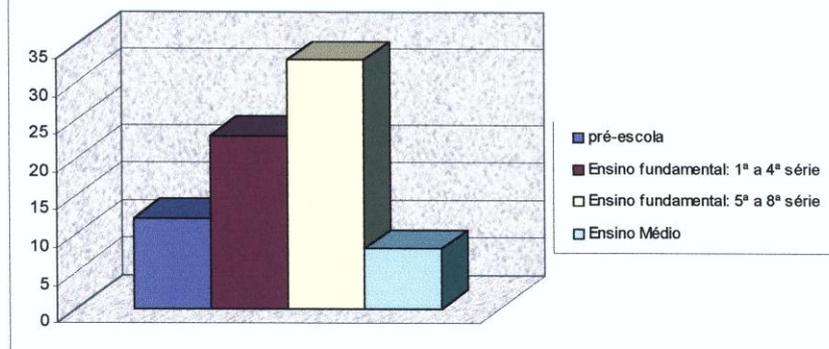


FUNDAÇÃO ORSA
Criança e Vida

Distribuição referente a crianças/adolescentes matriculadas em escolas



Distribuição quanto ao grau de escolaridade das crianças e adolescentes





1.6. Visitas dos familiares.

Na época da coleta de dados, 70% das crianças e dos adolescentes recebiam visitas dos genitores, irmãos, avós e outros familiares, mas com uma frequência muito restrita, uma vez por mês. Isto devido à dinâmica que a própria instituição observava. Inclusive nas portarias da instituição estão placas com a seguinte informação:

- *1º sábado e 1º domingo: visitas dos pais – 13h30 às 17h;*
- *2º domingo: visitas dos padrinhos – 9h às 11h;*
- *3º domingo: visitas dos ex-internos – 9h às 17h;*
- *4º domingo: visitas normais – 9h às 11h30.*

Aqueles que não recebem visitas, em alguns casos não foi possível constatar o motivo, pois, os relatórios dos prontuários não fornecem informações suficientes que explique a ausência dos familiares.

A distância do local de moradia em relação ao abrigo pode ser um fator que leva ao distanciamento, além da falta de dinheiro para bancar com diversos meios de transportes e o longo tempo fora de casa. A instituição não oferece nenhum lanche para os visitantes.

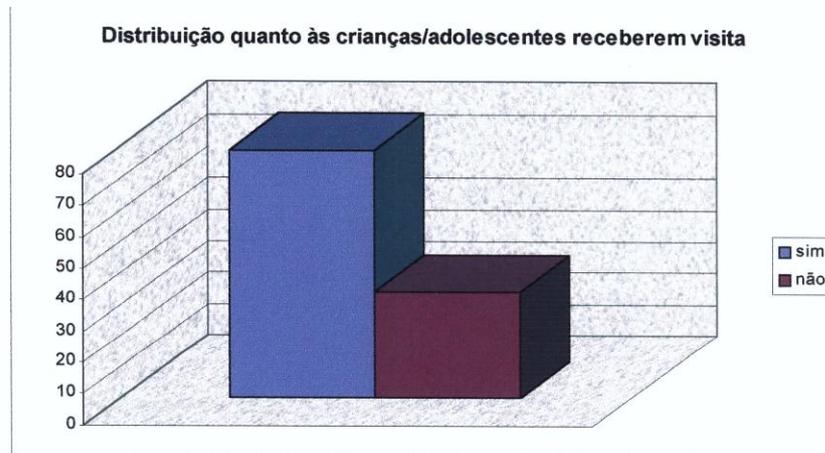
Nos últimos meses constatamos o grande empenho da equipe técnica em buscar alternativas criativas e possíveis para a questão do trabalho com família. O ECA trás como um aspecto importante na medida do abrigamento a preservação dos vínculos familiares, bem como o retorno, se possível à família de origem.

Pode se observar que o trabalho com família não estava sendo planejado, nem executado adequadamente, pois era uma ação prevista para o voluntariado com a participação de uma assistente social da instituição. Indicamos que o trabalho com as famílias deva perpassar por todos os setores e todos os profissionais da instituição indistintamente, pois uma informação mal prestada pelo telefone, ou pessoalmente, por exemplo, pode causar grandes transtornos ou desinteresse por parte da família. É mister que se tenha um trabalho qualificado junto às famílias.



20

Distribuição quanto às crianças/adolescentes receberem visita





1.7. Processos na Varas da Infância e da Juventude.

Neste aspecto precisamos partir da descentralização político e administrativa do atendimento, tendo o município como órgão gestor que tem o dever e a condição de proporcionar à população em que vive em situação de vulnerabilidade e exclusão, o acesso aos bens e serviços com maior compreensão, agilidade e eficiência. É no município que o cidadão nasce, cresce e faz a sua história.

A municipalização é fundamental para a ruptura da noção e da prática do grande complexo ainda existente na nossa sociedade. Portanto faz-se necessário articular e mobilizar a rede de atenção à criança e ao adolescente, tendo em vista a urgente necessidade do reordenamento do abrigo e a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária.

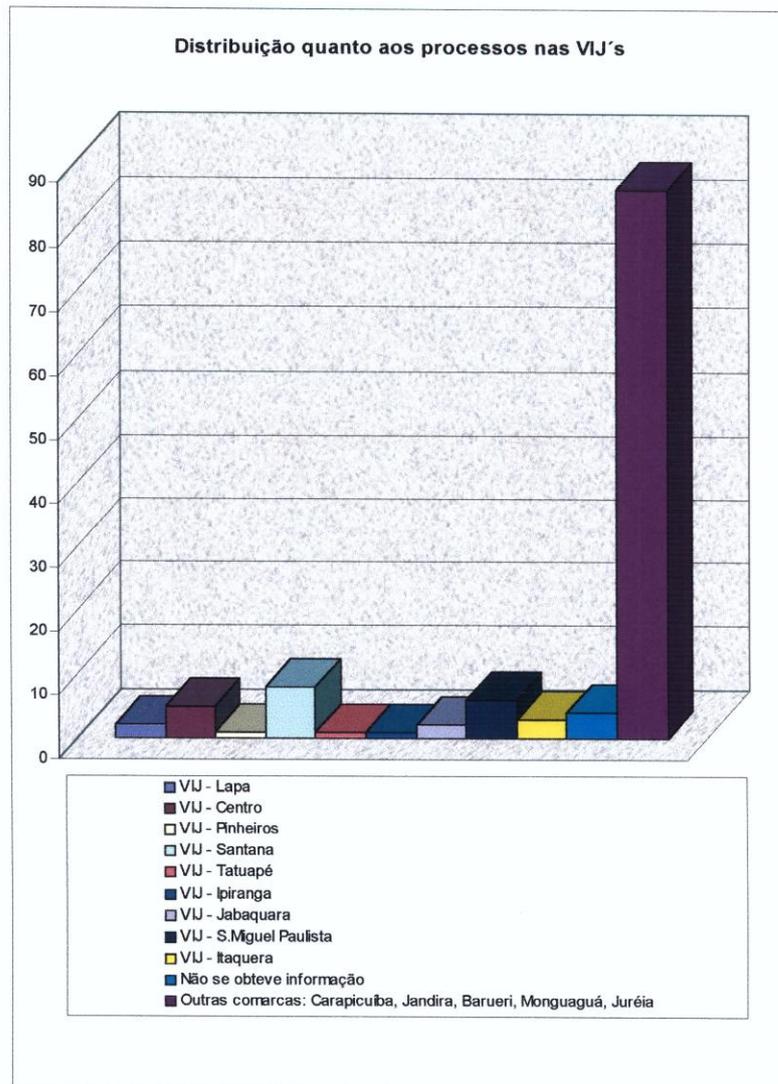
Diante disto se analisarmos o gráfico veremos que ainda é significativo o número de crianças abrigadas oriundas de outros municípios, principalmente os geograficamente distantes. Há uma predominância de encaminhamentos das Varas da Cidade de São Paulo.

É mister que o sistema de garantia de direitos de Carapicuíba em conjunto com a Associação Santa Terezinha, discutam e encontrem caminhos a promover o direito das crianças e adolescentes com a necessidade da referida medida de proteção.

Toda essa ação deve ser desempenhada com muita seriedade e competência, pois temos que observar os vínculos até então estabelecidos na instituição, e como é sabido, por muito tempo.

Por outro lado, a partir da análise documental e do cotidiano que passa por um processo de Reestruturação por meio da Ordem de Serviço da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Carapicuíba percebemos também que os responsáveis pela aplicação e pelo acompanhamento da medida de proteção do abrigo - o Poder Judiciário e o Conselho Tutelar – também precisam analisar e avaliar os mecanismos institucionais ultrapassados.

Por exemplo, durante a coleta de dados observou-se também a precariedade de muitos documentos das Varas da Infância e da Juventude e dos Conselhos Tutelares. O termo ‘menor’ aparece significativamente nos documentos. Quando questionamos tal termo vem a explicação jurídica do ‘menor de idade’. No entanto sabemos o quanto essa questão precisa ser observada e discutida nos cartórios, Varas e Conselhos. Percebemos ainda a dificuldade em conhecer a função da autoridade competente, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere à ampliação das medidas de proteção (artigo 101 do ECA) e a possibilidade de uma ação conjunta na rede de atenção e atendimento ao direito da criança e do adolescente.





1.8. Perspectivas de desabrigamento por Ordem Judicial.

Ao analisarmos os dados chamou-nos a atenção a precária organização da equipe técnica no que se refere às perspectivas planejadas de retorno familiar, guarda ou adoção.

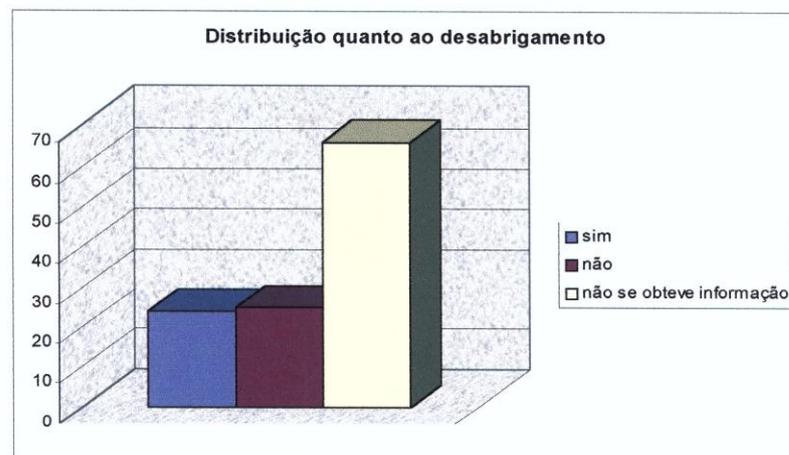
As informações sobre a vida da criança e do adolescente que estão abrigados devem ser registradas com o maior detalhe possível. Inclusive nas observações de campo que as informações sobre as histórias das crianças e dos adolescentes são de propriedade de alguns profissionais que conhecem a história familiar, o motivo do abrigamento, perspectivas, etc. Quando encontramos a criança ouvindo estas informações sentimos que ela se identifica. Será que os prontuários identificam as crianças e os adolescentes abrigados? Não podemos nos esquecer que este é um direito que lhe compete. Enfatizando, inclusive, a dificuldade de criar instrumentos efetivos que dêem conta da realidade de um grande número de abrigamentos.

Os prontuários precisam conter a história, a vida e os sentimentos de cada crianças, suas alegrias, suas dificuldades, seus problemas e suas superações. Desta forma poderemos encaminhar relatórios que bem auxiliem a tomada de decisão e encaminhamentos por parte das autoridades competentes.

Por outro lado, temos que introjetar que o abrigo é uma medida excepcional e provisória, portanto toda a ação do atendimento no abrigo, deve ser planejado em equipe com alegria, criatividade e disponibilidade utilizando-se de tecnologias sociais de ponta.



24





25

CRÉDITO

O Projeto de Reestruturação do Atendimento na Associação Santa Terezinha – Medida Protetiva de Abrigo – EFICIÊNCIA E CRIATIVIDADE: Por um abrigo que busca excelência nas suas ações foi organizado pelos técnicos de confiança do Juízo da 3ª Vara da Infância e da Juventude e colaboradores da Fundação Orsa que tem por objetivo “promover a formação integral de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social”:

1. Lucilene Rosa – Assistente Social. Técnica de Confiança do Juízo da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Carapicuíba, SP.
2. Nelson Alda Filho – Filósofo, Educador. Coordenador do Projeto. Técnico de Confiança do Juízo da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Carapicuíba, SP.


 Lucilene Rosa
 Assistente Social


 Nelson Alda Filho
 Coordenador do Projeto

O Projeto de Reestruturação do Atendimento na Associação Santa Terezinha – Medida Protetiva de Abrigo – EFICIÊNCIA E CRIATIVIDADE: Por um abrigo que busca excelência nas suas ações teve a ciência das responsáveis pelo Abrigo, conforme Ordem de Serviço, observando que as informações aqui contidas foram organizadas pelos técnicos de confiança do Juízo.

1. Maria Cândida Metidieri – Ir. Bernadete – Presidente da Associação Santa Terezinha e Diretora do Abrigo.
2. Ir. Maria Lúcia de Souza – Secretária da Associação Santa Terezinha e Encarregada Administrativa do Abrigo.


 Ir. Maria Cândida Metidieri
 Presidente / Diretora


 Ir. Maria Lúcia de Souza
 Secretária / Enc. Administrativa



Carapicuíba - SP, 23 de dezembro de 2004.

ANEXO 1

Prontuário n.º 27 **FICHA SOCIAL** MATRÍCULA: N.º 27
 Livro 3
 Fls. 7

NOME: Lazaro Rodrigues dos Santos
 Data da internação: 15 de Outubro de 1927 Cór: branco
 Nacionalidade: brasileiro Naturalidade: _____
 Idade: 11 anos Data do nascimento: _____
 Procedência: Bom Jesus dos Perdões

Pais:	NOME	RESIDENCIA	Doente ou são ?
	<u>Luiz Gonzaga dos Santos - bras.</u>	<u>Santos-faz. Bananal.</u>	<u>são</u>
	<u>Emília Rodrigues dos Santos - bras.</u>	<u>falecida em Q. S. T. Ing.</u>	<u>doente P. 16 27</u>
Avós Paternos:	NOME	RESIDENCIA	Doente ou são ?
	<u>Emília Damanti - S.P.L.</u>		
Avós Maternos:	NOME	RESIDENCIA	Doente ou são ?
	<u>Victor Damanti - ital</u>	<u>falecido</u>	
	<u>Isabel Cirelli - ital</u>	<u>falecida</u>	

Irmãos:	NOME	IDADE	RESIDENCIA	Doente ou são ?
1)	<u>Indiana</u>	<u>9</u>	<u>Q. S. T.</u>	<u>são</u>
2)	<u>Iria Aparecida dos Santos</u>	<u>15</u>	<u>Q. S. T.</u>	<u>são</u>
3)	<u>Ida dos Santos</u>	<u>13</u>	<u>Q. S. T.</u>	<u>são</u>
4)				
5)				
6)				

Outros parentes doentes	NOME	Parentesco	RESIDENCIA
	<u>Antonio Damanti</u>	<u>tio</u>	

Tutor ou parente interessado: a tia Aurora
 Residência: Cons. Moreira Barros, 92, Sant'Anna.
 TEVE SEU NASCIMENTO REGISTRADO ? _____ Onde ? _____
 Possui certidão de nascimento ? _____ Onde e com quem está ? _____
 FOI BATISADO ? _____ Onde ? _____ Em que data ? _____
 Possui o batistério ? _____ Onde e com quem está ? _____
 POSSUE BENS ? _____ Discriminação e localização: _____

ANEXO 2

Prontuário n.º 34

FICHA SOCIAL

MATRÍCULA:
N.º 34
Livro 3
Fls. 9

NOME: Olinda Fernandes
 Data da internação: 18 de Novembro de 1927 cor: branca
 Nacionalidade: brasileira Naturalidade: Rio das Pedras
 Idade: 8 meses Data do nascimento: 28 de Abril de 1919
 Procedência: S. Paulo, Guapira

Pais:	NOME	RESIDENCIA	Doente ou são ?
	<u>Benedictin Fernandes Junior</u>	<u>R. C. Hung.</u>	
	<u>Virginia</u>	<u>R. C. Hung.</u>	
Avós Paternos:	NOME	RESIDENCIA	Doente ou são ?
	<u>Manoel Fernandes Junior</u>		
	<u>Virginia Esler</u>		
Avós Maternos:	NOME	RESIDENCIA	Doente ou são ?
	<u>Nicola Guizo</u>		
	<u>Magdalena Rizzato</u>		

Irmãos:	NOME	IDADE	RESIDENCIA	Doente ou são ?
1)	<u>Maria</u>	<u>11</u>	<u>A. J. T.</u>	<u>sã</u>
2)	<u>Olga</u>	<u>7</u>	<u>A. J. T.</u>	<u>sã</u>
3)				
4)				
5)				
6)				

	NOME	Parentesco	RESIDENCIA
Outros			
parentes			
doentes			

Tutor ou parente interessado: _____
 Residência: _____

TEVE SEU NASCIMENTO REGISTRADO? Sim Onde? Cartório de Paz do Dist. do Rio das Pedras
 Possui certidão de nascimento? Sim Onde e com quem está? com a mãe no A. J. T.
 FOI BATISADO? _____ Onde? _____ Em que data? _____
 Possui o batistério? _____ Onde e com quem está? _____
 POSSUE BENS? _____ Discriminação e localização: _____

ANEXO 3

PÓDER JUDICIÁRIO
São Paulo
TERCEIRA VARA da Comarca de Carapicuíba

07

A DOUTORA BEATRIZ DE SOUZA CABEZAS, JUÍZA
CORREGEDORA PERMANENTE DA 3ª VARA DE CARAPICUIBA, no uso de
suas atribuições inerentes à Corregedoria Permanente

CONSIDERANDO que o abrigo é medida provisória
e excepcional, utilizável como forma de transição para a
colocação em família substituta, onde devem ser asseguradas
aos menores todas as garantias e direitos inerentes ao
cidadão, bem como aquelas previstas no Estatuto da Criança e
do Adolescente e legislação pertinente.

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento
Verificatório n. 90/04, para apuração de irregularidades no
que tange a ocorrência de abusos sexuais, ocorridos dentro da
Instituição Santa Terezinha por monitores da época.

CONSIDERANDO a necessidade de se reavaliar as
medidas fiscalizadoras tomadas pela Instituição, no que tange
as irregularidades ocorridas.

CONSIDERANDO o grande número de menores
abrigados na Instituição o que acarreta dificuldade na
disponibilização de tratamento adequado nos fins do Estatuto
da Criança e do Adolescente.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'B' followed by a cursive flourish.



PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
TERCEIRA VARA da Comarca de Carapicuíba

CONSIDERANDO a necessidade de promover o desabrigoamento dos menores há muito institucionalizados, com medidas efetivas.

CONSIDERANDO a necessidade de promover políticas adequadas para a reaproximação dos menores com suas famílias, com vistas ao desabrigoamento.

CONSIDERANDO a necessidade de integração dos menores à comunidade local e vice-versa.

CONSIDERANDO a necessidade de se reavaliar a capacidade da obra em acolher expressivo número de menores em regime de abrigo.

CONSIDERANDO que a Instituição Santa Terezinha demonstra interesse em aprimorar seus procedimentos adequando-os plenamente aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e esta é sua vontade.

R E S O L V E :

Art. 1º DETERMINAR a Realização de um Projeto de Reestruturação da Associação Santa Terezinha, pelos técnicos de confiança do Juízo Nelson Alda Filho e Lucilene Rosa, contratados pela Fundação ORSA, que dará o aporte financeiro



PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
TERCEIRA VARA da Comarca de Carapicuíba

24/

do citado Projeto, notadamente pela contratação dos funcionários postos a disposição do Juízo.

Art. 2º DETERMINAR a Instauração de Procedimento de Acompanhamento do Projeto de Reestruturação da Associação Santa Terezinha, onde deverão ser juntados os ofícios relacionados ao mesmo.

Artigo 3º O projeto se desenvolverá em 3 etapas:

- a) Esboço inicial;
- b) Discussão;
- c) Conclusão;
- d) Execução.

Parágrafo único: em todas as fases será assegurada a participação da Associação Santa Terezinha, bem como do Ministério Público.

Artigo 4º Fixar como parâmetros iniciais a serem perseguidos:

- a) a diminuição do número de abrigados na instituição;
- b) a reaproximação familiar com vistas ao desabrigamento;
- c) o desenvolvimento de atividades que integrem os institucionalizados a comunidade e vice-versa;
- d) o possível recâmbio dos menores advindos de outras Comarcas para o local de origem (abrigo ou família);



PODER JUDICIÁRIO
São Paulo
TERCEIRA VARA da Comarca de Carapicuíba

e) a verificação de menores aptos a propositura de ação de destituição do pátrio poder, visando adoção.

Encaminhê-se cópia da presente à ORSA e à Associação Santa Terezinha.

CUMPRASE.

Carapicuíba, 15 de abril de 2.004.

BEATRIZ DE SOUZA CABEZAS
Juíza Corregedora Permanente

ANEXO 4

ESPECIAL
MÊS DAS CRIANÇAS

SIGA

A REVISTA DE GUARULHOS
Ano XVI - nº 133 Outubro R\$ 3,00



**CARENTES SIM,
ABANDONADOS NÃO**

Como funcionam as casas de convivência que abrigam crianças e adolescentes carentes

Capa

por Andréa Pansani
e Mirian Teixeira Ruiz
fotos Jussara Marton Librelon



A Febem que você não conhece

Uma versão não divulgada. Longe de rebeliões, em ruas calmas e bairros residenciais, crianças e adolescentes também são mantidos pela Febem / São Paulo. Foram dois meses de dedicação e acompanhamento do trabalho de técnicos e coordenadores ligados diretamente à questão do abandono. Quais são os direitos assegurados por lei, fundamentais e inerentes à qualidade de pessoa, e de ser humano destas crianças? Quais são seus deveres, assim como o da família, comunidade, sociedade e Poder Público em geral, diante de toda esta problemática? Como nasceram e como funcionam as Casas de Convivências - uma forma de abrigo que tenta assegurar-lhes uma maneira mais humana de sobrevivência, saúde, dignidade, profissionalização, lazer, alimentação e convivência comunitária.

Dentro do contexto de uma sociedade incomodada, ontem e hoje, (apesar dos altos índices de mortalidade infantil), com o fato de haver crianças abandonadas, famintas, escravas ou rebeldes, somado ao atraso da lei frente a essa situação - Código de Menores (promulgado em 1927) que não diferenciava menor carente de infrator -; o fato do atendimento a essas crianças ter tomado uma forma de ditadura militar devido ao ano em que foram organizados - em 1964 foi organizada a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (Funabem) - e ainda, de terem ocorrido

algumas rebeliões em que a mídia, sempre presente, ressaltava a gravidade da situação e, principalmente, generalizava a situação dos menores que eram atendidos pela Instituição, fez com que a Fundação tomasse forma negativa frente a uma sociedade assustada.

Na verdade, esse cenário começou a mudar no começo da década de 80 quando dá-se início a uma grande discussão, em todos os níveis da sociedade, em relação ao atendimento dado às crianças e adolescentes, o que gerou, em 1988 no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Uma lei muito organizada, adequada em rela-

ção à minoridade e atrelada à Constituição Federal, Estadual e Municipal. "Quando essa lei foi promulgada, significou que nós tínhamos que mudar os mecanismos internos da Instituição", conta Nelson Alda Filho, diretor das Casas de Convivências UEP-2, Febem São Paulo.

Até então, na área de criança carente, a Instituição contava com complexos ou seja, enormes imóveis como a Unidade Sampaio Viana da FEBEM, sediada no alto do Pacaembu, inaugurada em 1898 ou o complexo Imigrantes que em 1991 atendia 180 crianças na faixa de 4 a 13 anos, que eram irmãos e que se dividiam em lares, meninos e meninas de faixas etárias diferentes. Dentro do próprio complexo, havia uma escola e um núcleo profissionalizante e a dinâmica dessas crianças resumia-se em ir a escola, quem tinha idade, pela manhã ou à tarde e, no outro período, fazer atividades profissionalizantes. Havia também 17 crianças que eram tidas como excepcionais e que eram confinadas a esses lares. Além de toda essa privação, havia deficiência em relação à integração

multidisciplinar da equipe técnica e uma estrutura desvinculada de um processo de convívio social.

Com a criação do ECA, o artigo 92 coloca quais são os critérios para atender em abrigos. Enquanto a internação se constitui numa medida sócio-educativa privativa de liberdade, dirigida a menores que praticaram atos infracionais, o abrigo é uma medida de proteção para atender crianças e adolescentes violados ou ameaçados em seus direitos básicos, seja por ação ou omissão do Estado, pela falta, omissão ou abuso dos pais/responsáveis ou em razão da própria conduta, não implicando em privação de liberdade.

Em 1991 foi criado um projeto de atendimento diferenciado à criança a nível de Febem e da ex-Secretaria de Estado do Menor que foi viabilizado em julho de 1992.

A partir da criação deste projeto, medidas como integrar a equipe técnica, matricular as crianças em escolas da comunidade e promover passeios começaram a serem tomadas para que surgissem as Casas de Convivência.

Trágico, porém perfeito

O projeto das Casas de Convivência foi elaborado com o objetivo de atender crianças e adolescentes com determinação de medida de proteção e com a principal finalidade de fortalecer o vínculo familiar e comunitário para que criança e/ou adolescente retorne à casa dos pais ou responsáveis, encaminhamento para adoção ou guarda e preparação para automanutenção.

O fato de ter ocorrido a grande rebelião de infratores no mês de outubro de 1992, repercutiu diretamente no Projeto das Casas de Convivência que já haviam sido alugadas e estavam sendo reformadas para receber seus novos moradores. "Tivemos que mudar as crianças às pressas para as casas pois os adolescentes infratores ocupariam o complexo Imigrantes. A chegada nas casas foi recebida pela comunidade com desconfiança porque, no momento, toda a imprensa estava voltada para o drama da rebelião. Porém, do nosso ponto de vista, foi o momento oportuno pois já estávamos estruturados para a mudança e os acontecimentos somente a anteciparam", avalia Nelson.

Neste dia, foram abertas 7 casas e a grande luta das pessoas que estavam envolvidas no trabalho foi adaptar as crianças nas escolas da comunidade, investir na manutenção das casas e, principalmente, sensibilizar a comunidade que acabou fazendo parte desse importante passo visando um melhor atendimento à

"Minha casa"

Seja através do SOS Criança ou do complexo Sampaio Viana (Pacaembu) ou, ainda, via Conselho Tutelar e Poder Judiciário - mas nunca diretamente através da família -, a criança ou adolescente chega à casa de convivência.

Recepcionada na administração da Unidade na qual permanecerá a criança, ela já recebe um acolhimento especial - merecido, devido a fragilidade afetiva em que ela se encontra naquele momento. Se criança, ela é informada, de maneira pedagógica - com direito a colo - a respeito de onde vai ficar e com quem, enquanto que um adolescente, que já possui maior compreensão, é informado também a respeito das normas da casa.

Normas essas que precisam existir e que indicam restrições às ações individuais para garantir o bem-estar coletivo. Severas? Não podem ser extremamente rígidas impedindo o diálogo e discussões importantes as quais a criança e/ou adolescente pode opinar, nem flexíveis, a ponto de não serem respeitadas.

Em uma moradia do tipo residencial, localizada em um bairro também residencial da Capital, onde essa criança/adolescente possa ter acesso fácil ao transporte e serviços públicos como escola, hospitais, lazer etc, ela chega e é apresentada aos novos compa-

criança e adolescente.

Apesar das dificuldades, o projeto das casas de convivência cresceu e somou à equipe, voluntários que contribuem para melhorar cada vez mais o atendimento, seja na área médica, educacional, recreativa e também suprimindo necessidades materiais imediatas através de doações.

Há uma equipe de educadores que, durante as 24 horas do dia, revezam-se e atendem às crianças e adolescentes em todas as suas necessidades básicas, desde uma dor de dente noturna até a solicitação para opinar na escolha de um tênis comprado entusiasmadamente por uma adolescente, com seu primeiro salário. No momento, esse atendimento não tem o número necessário de profissionais, que garantem a continuidade da qualidade do atendimento direto.

Hoje a atuação da Febem/SP é o de estar municipalizando o atendimento de abrigo à criança/adolescente.

Febem, hoje

A Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem), ligada à Secretaria da Criança, hoje, está estruturada através de três divisões: DT - 1, DT - 2, DT - 3 e DT - 6.

A DT - 2, dirigida por Maria Ângela Maricondi, atende crianças e adolescentes em 18 casas de convivência divididas em 4 unidades: SEC, localizada no bairro Belém que atende grupo de irmãos e crianças de 0 a 17 anos; UEMA - 2, localizada no bairro da Penha, que também atende grupo de irmãos de 3 a 18 anos sendo a grande maioria adolescentes do sexo masculino; UEP - 4, na Vila Mariana atende grupos de irmãos na sua maioria meninas adolescentes e a UEP - 2 também na Vila Mariana que atende grupos

de irmãos e crianças de 3 a 17 anos.

Além disso, a Febem ainda mantém a Unidade Sampaio Viana, localizada no bairro do Pacaembu. Um enorme complexo que ainda preserva o antigo modelo de atendimento a 410 crianças de 0 a 7. Dentro do próprio complexo existe a chamada *Casa das Mães* onde, aproximadamente, 20 adolescentes grávidas são assistidas a partir do 6º mês de gestação.

As Divisões Técnicas - 1 e 3 trabalham com adolescentes que praticaram algum ato infracional e que estão internados e a DT - 6 trabalha com meninos que saíram da internação e estão em regime de liberdade assistida, ou seja, com a família e com acompanhamento técnico.

nheiros, conhece a casa e tudo aquilo que será seu: sua cama, seu quarto etc, sendo que a adaptação será desenvolvida durante o processo de convívio na casa.

Vale ressaltar a importância do trabalho para a individualidade das crianças que vivem nas casas. Elas possuem muito bem definido o que é de quem e cada um cuida do que é seu. "Quando eu trabalhei na Febem, há muito tempo atrás, nada era de ninguém e tudo era de todos. Com o projeto das casas, a criança /adolescente sabe que tem o seu espaço e a sua hora", avalia a psicóloga Mírian Rodrigues de Souza.

Além das atividades coletivas, cada criança e cada adolescente possui a própria história e particularidades de um ser humano como qualquer outro e, por isso, a retirada de documentos, arrumação da casa e a olhar os menores. Esses últimos precisam ser acordados pelos educadores que levam e vão buscar na porta da escola.

No período oposto ao escolar, tem a hora de fazer lição e as crianças são assistidas pelos educadores - sempre de plantão!

Em uma casa com um número grande de crianças e adolescentes, deve ter o movimento do ir e vir de um grupo à escola, outros fazendo os deveres escolares, dois ou três voltando de um jogo na praça e, outros ainda, ajudando a fazer o lanche etc.

Em relação à alimentação, que nunca falta, a fundação envia marmix no almoço e no jantar além de refeições complementares como o café da manhã e da tarde. Sem contar com latas de leite que crianças recebem nas EMEIs que se não são enviadas para a família, as próprias crianças consomem.

Um princípio fundamental desse programa de atendimento é a utilização dos recursos externos existentes na cidade, ou seja, as crianças e adolescentes podem realizar passeios a parques, irem a festas de colegas da comunidade - desde que estipulado, pelo educador, o horário da volta -, ao cinema, teatro etc., dando a possibilidade de viverem socialmente de forma espontânea e natural. Além da festa do mês, em que se comemora o aniversário das crianças/



adolescentes daquele mês. Em relação a visita de alguma criança/adolescente a casa de algum amigo, é necessário deixar o nome, endereço e telefone desse amigo com o educador, por uma questão lógica de segurança.

Existem casos de crianças e adolescentes que vão, com autorização judicial, passar finais de semana ou férias ao lado dos pais ou estes vêm visitar os filhos nas casas.

Assistir a programas de televisão também é uma atividade, já que em todas as casas existe o aparelho de TV e, em algumas, até videocassete - doados pela comunidade -, sempre com um educador por perto para orientá-los, se necessário.

Nas casas também existe uma espécie de escritório onde educadores e coordenadores também garantem a privacidade guardando a documentação das crianças e adolescentes, materiais escolares e uniformes escolares que a Febem envia etc, além do telefone.

Depois de tudo isso, ou seja, uma vida normal e, às vezes, até cômoda, algumas crianças/adolescentes, encontram dificuldade em desvincular-se da casa quando é determinado judicialmente que elas já podem voltar à casa da família ou parente. Afinal, forma-se uma relação afetiva e, porque não, até material da criança em relação àquela casa.

Para os técnicos, coordenadores e educadores, o trabalho é duplo a partir do momento que a criança entra na casa pois, eles trabalham a permanência necessária e básica da criança/adolescente na casa e ao mesmo tempo, trabalham com o vínculo à família que a criança deve manter ou reatar.

Quem assume?

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais”.

Estas palavras citadas acima fazem parte do Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 5º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Como podemos perceber, o estatuto é recente e se enquadra ao momento em que ele se prontificou a ser feito, sabendo das dificuldades a qual vivem as nossas crianças e adolescentes vitimizados pelo mundo e ao que concerne direitos, deveres e obrigações. Aí vem a célebre pergunta. Mas de quem são as responsabilidades de tamanho abandono?

Segundo o Art. 4º, desta mesma lei e mesmo Estatuto, *“é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.*

É uma pena que ele não funcione na prática. A questão do desamparo à criança vai além da ajuda à Unicef, num programa anual que se prontifica a mandar um pouquinho de dinheiro aos necessitados. Basta sair na rua e presenciar crianças cheirando cola ou esmalte; dominando na rua; abandonando os estudos e servindo como mão-de-obra barata para garantir o seu sustento e, muitas vezes, da própria família; trabalhando para traficantes a fim de obter uma pedra de crack no final do dia; a máfia do farol etc.

Este é o dever da família a qual se refere o Estatuto? Segundo alguns especialistas das entidades de atendimento que desenvolvem programas de abrigo, cada caso é um caso e não pode ser generalizado. Muitos estão ali porque os pais estão passando por dificuldades sócio-econômicas, outros porque a mãe está acamada, uns por denúncia de maus tratos no convívio familiar, outros por serem acometidos por alguma deficiência e até os abandonados.

E como reagem a comunidade e a sociedade em geral? Uma minoria está realmente preocupada com o que possa vir a ser este futuro da Nação. Em dois longos meses de pesquisa de campo com carentes observou-se o quanto a sociedade é omissa com esta questão fundamental que é a criança e o adolescente, ainda sem se referir ao infrator. Com uma média de aproximadamente 100 crianças, estavam lá dedicadamente funcionários e alguns grupos de psicólogos e grupos comunitários e um médico.

As Casas de Convivências têm como principal objetivo devolver a criança ao seio da família que, na teoria, seria o melhor lugar para ela viver. Porém, será mesmo que a criança precisaria ser abrigada? Guiando-nos pelo Estatuto, das Medidas de Proteção, Capítulo II, Artigo 101, temos oito incisos e o abrigo em entidades se coloca como a sétima alternativa, como medida provisória e excepcional. Talvez uma creche ou um trabalho de apoio à família evitaria que a criança ficasse institucionalizada. Aí entraria a responsabilidade (segundo o próprio Estatuto) do Poder Público, de evitar transformar o penúltimo recurso em primeiro.



SIG-4

Cuidar, educar e proteger



As crianças e adolescentes que sofrem algum tipo de deficiência também integram e fazem parte desta grande família. Rodrigo, desde pequeno pertence a abrigos, embora deficiente, mantém uma vida parcialmente normal fazendo as suas próprias refeições, copiando desenhos com tamanha habilidade e facilidade e, este ano, enquadrando-se a uma escola

de educação especial. Outra criança também especial é Ana, uma adolescente que mesmo com deficiências, integra e faz parte do dia a dia da Casa. Recentemente foi convidada a participar de uma apresentação de seus trabalhos junto a uma exposição na APAE. As Casas para eles acabam tendo um caráter de família, experimentações, prazeres e descobertas.



Importantes por serem importantes

Que há dificuldade em manter uma grande família como a das Casas de Convivências, não existe quem não duvide e admire. Mas, o que ninguém sabe é que por trás de carinhas alegres e olhares gratificantes eles estão lá, atuando, por perto, interagindo e dedicando um *tiquinho* de seu tempo. Orgulhosamente e necessários são os chamados voluntários. Sem se colocarem na posição de Papai Noel, eles são importantes por serem importantes, dão amor e respeito recebendo o mesmo, instantaneamente, sem desbravarem projetos grandiosos, mas fazendo, de algum modo, alguma coisa.

E todos vestiram esta camisa mais ou menos assim...

Certa vez, após levar muitos doces para uma creche da qual integrava o corpo de voluntariado, fora indicada a ir numa casa do mesmo bairro e levar o restante da guloseima que sobrara. Relatou um pouco por estar cansada, mas com o auxílio de uma amiga resolveu ir. Chegando lá, descobriu que tratava-se de um abrigo para menores carentes. A situação daquelas crianças a inquietou e nunca mais dona Zeza deixou de estar presente. Formou o Grupo do Amor Fraternal que, mesmo sentindo-se impotente diante da situação dos pequenos abandonados do Brasil, vem num trabalho moroso, pequeno, porém amoroso, tentando honrosamente desenvolver uma ajuda àqueles que o mundo excluiu e abandonou. Na consciência do próprio grupo, estas são medidas paliativas, porém a alegria no dar é muito maior que no receber.

Profissionais na área de Psicologia tiveram semelhante forma de nascer, estão crescendo, encorpando-se e vêm desenvolvendo uma importante tarefa junto às crianças, num esforço conjunto de uma série de pessoas. O Projeto Semear, por exemplo, coordenado por Lúcia G. Arantes e Renata Marmelsztejn, germinou há quase dois anos ao descobrirem a necessidade de um atendimento psicológico nas instituições e a dificuldade de encontrar pessoas que se dispusessem a fazer este tipo de trabalho sem nenhum tipo de honorário. A dupla prontificou-se e, com a ajuda de um e de outro, criaram a estrutura de seu projeto. Atualmente, contam com 50 terapeutas, dez supervisores, atendem dez instituições e cerca de 60 crianças, que através da própria instituição são encaminhadas a terapeutas "conveniados" e recebem atendimento nos consultórios.

Já Mirian Rodrigues de Souza, supervisora de psicologia escolar da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) e Maria de Lourdes Teixeira, supervisora dos alunos de quarto ano de psicologia, abrangendo a infância e adolescência da PUC (Pontifícia Universidade Católica), desenvolvem um



Maria de Lourdes



Mirian Rodrigues



Dona Zeza

trabalho diferenciado, onde os estudantes de psicologia vão à instituição e dentro das Casas procuram fazer uma análise da dinâmica de trabalho e relações entre as pessoas, numa referência à psicologia educacional e social. Segundo Mirian, a possibilidade de desenvolver um trabalho como este, particularmente significa a concretização de uma das experiências mais gratificantes. "Por exemplo, se estamos desenvolvendo um projeto de estimulação lúdica, através das atividades nós esperamos que as crianças desenvolvam a comunicação, que aprendam mais umas sobre as outras e percebam a importância da individualidade. Para tanto, é preciso maior número de profissionais que briguem um pouco mais por essas crianças, que de uma certa forma estão negligenciadas pela sociedade." Para Maria de Lourdes, todo este tempo, esforço e investimento traz à tona duas perspectivas definidas por um trabalho em conjunto e a realidade de trabalho para a própria psicologia. E isto lhe garante uma dimensão política, técnica, pessoal e profissional fantástica. "Não é um estágio acadêmico no sentido de cruzarem os braços e trazerem para a faculdade os problemas. É mais que trabalhar com as crianças, é estar à frente de agentes numa instrumentação, na retaguarda e com isto garantir área de estudo, pesquisa, atuação e formação de novos profissionais, voltados para uma realidade que também é deles".

Entre Amigos não foi diferente... Época de Natal, corações solidários e um sentimento de confraternização misturado a uma necessidade de estar perto de sua família tomam conta de todos os lares. As Casas de Convivências não poderiam ser diferente. Antônio João, chamado carinhosamente pelas crianças de tio Toninho, pensou no que poderia fazer. Reuniu um grupo de amigos (sua esposa Gilda, Marcia, Rosa, Silvia e Adma, que até então participavam somente com doações), arregaçaram as mangas e foram à luta. O objetivo era fazer uma festa natalina. A colaboração de algumas empresas facilitou um pouco o trabalho deles, porém não foi o responsável por tudo, pois conseguiram e até hoje conseguem suprir a carência e a necessidade de afeto destas crianças, principalmente familiar.



Renata Marmelsztejn

Primeiro grande passo para um enorme projeto

O primeiro desafio foi alcançado. Em seguida, numa tentativa de participar mais intensamente da vida destas crianças, Entre Amigos resolve fazer o chá do sábado à tarde nas Casas de Convivências. Elas acontecem uma vez a cada dois meses, num dos lares escolhidos.

Tudo acontece num clima muito simples, porém familiar. Durante toda a manhã, crianças e adolescentes agitados preparam-se para a tão esperada festa. A casa brilha, roupas impecáveis, cabelos penteados, trançados e arrumados, unhas esmaltadas e batom na boca.

Por volta das 14 horas, para alegria e alvoroço geral, uma perua para à porta e começam a ser descarregados todos os ingredientes: bolos, doces, patês, pães, tortas, material de decoração e para atividades.

A tarde só está começando e, a cada visita, o cuidado para que as brincadeiras não sejam repetidas. Ao som de música adaptada, a primeira atividade é desenvolvida: transportar toda a criatividade para os papéis, pintando com tintas a dedo (que mais tarde serão transformados em painéis espalhados pela casa).

Compenetrados, todos (baixinhos e altinhos) exercitam os seus dotes artísticos. O próximo passo é lavar as mãos e partir para outra suculenta etapa. Hora do lanchinho! Participação coletiva para recolher as tintas, painéis, arrumar e desarrumar a mesa e realizar a última atividade: confecção de um pipa bem diferente. Vareta por vareta, papéis e mais papéis coloridos colados, linha e, a aventura de fazê-los subir, colocá-los no ar.

A noite já vem chegando e durante todas estas horas, alegria e energia passados juntos transformam-se em doces lembranças até a próxima visita.



Exceções fogem à regra

Além de toda esta atividade rotineira das Casas, e da sempre vertente criança/comunidade, a administração está preocupada com a capacitação profissional dos adolescentes. Uma verdadeira batalha é travada para que, de alguma forma, eles consigam ser inseridos neste difícil e concorrido mercado de trabalho, ainda mais com o agravante preconceito estampado na sociedade e com a baixa escolaridade que compõem o currículo deles.

Porém, exceções fogem à regra. Sr. Élio, um aposentado da Febem que dedicou parte de sua vida a carentes e excepcionais, sabe muito bem da dificuldade em mantê-los em algum tipo de trabalho, mesmo que informal, devido à rotulagem que as pessoas fazem da Fundação e o conceito pré-estipulado de que a instituição representa infratores. "A mesma sociedade que, na década de 70, exigiu a Febem, hoje, a rejeita", desabafa indignado.

Sócio de sua filha num bufê infantil, sr. Élio ainda mantém-se preocupado com estas crianças. "A minha forma de apoiá-las é quando tiver uma festa aqui no buffet, que elas venham, trabalhem, fiquem ocupadas, sintam-se úteis e ganhe um dinheirinho. A experiência é excelente porque elas mantêm uma postura e responsabilidade como qualquer outra funcionária, talvez até melhor".

Gabriela, que sonha em comprar uma casa, tirar os irmãos dali e buscar o pai para morar junto, é uma destas adolescentes que vez ou outra ajuda nas festas infantis e até numa confecção. Para ela, esta nova experiência de trabalhar, sentir-se útil está sendo uma ótima oportunidade de aprender, conhecer pessoas e fazer amigos,

além é claro, de ter o seu próprio dinheiro para comprar aquilo que ela própria classifica como bobagens: chicletes, balas, salgadinhos. Tatiane, que no ano que vem, ao completar 18 anos, deve deixar a casa, afirma que trabalhar é legal porque possibilita comprar as suas coisas, ir a danceteria.

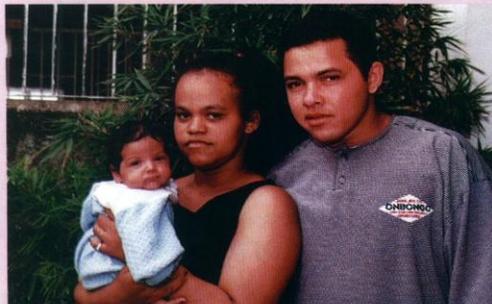


Uma grande família

No início, apenas amizade... Mas o irmão de Francisco Bezerra de Quadros, já estava preparando Luciana para recebê-lo quando chegasse do Ceará. O encontro foi inevitável, com o tempo, o namoro, o casamento e um filho!

Luciana Aparecida dos Santos de Quadros, ficou sete anos na Febem e estava em uma das casas de convivência quando conheceu Francisco e começou a namorá-lo. Apesar do questionamento dos amigos, Francisco não se importava com o fato de Luciana morar em uma das casas. "Quando a gente começou a namorar, eu freqüentava a casa um dia sim, outro não e não me importava com que os outros diziam", conta Francisco.

O casamento veio em dois anos, com direito a festa oferecida pelos amigos da casa e há dois meses o casal ganhou a companhia do filhinho Fernando Bezerra de Quadros. "Apesar de eu ter casado, eu vou rever meus amigos, na casa, e agora, levo o meu filho", diz, orgulhosa, Luciana.



Luciana e Francisco com o filho Fernando

Por unanimidade



"Tio" Nelson rodeado pelas crianças

Este trabalho de voluntariado requer muita dedicação e apreço, afinal trata-se de crianças que precisam de sorrisos, abraços, compreensão e aquele "delicioso" ombro amigo. Porém, todos os voluntários são unânimes em afirmar que o desenvolvimento e a satisfação desta importante tarefa só é possível devido a compreensão, receptividade, dinâmica institucional, profissionalismo, dedicação, seriedade e honestidade. Nomeiam todas estas características a uma administração inédita em instituições, dirigida por Nelson Alda Filho, sempre disposto e aberto a reuniões, discussões e compreensão daqueles que trabalham ao seu lado e das próprias crianças. Graças a esta grandiosa conduta humana é que as Casas conseguem desenvolver convivência familiar e comunitária. ■

* Os nomes das crianças usados nas entrevistas são fictícios